

ADMIRÁVEL MUNDO LIVRE?

PARTICIPAÇÃO ESPECIAL

ANTÔNIO DA LUZ
CLAUDIO MANOEL
IGOR MORAES
MARIZE SCHONS

ASSOCIADOS

ANANDA RODRIGUES BANDEIRA
CAETANO FLORIAN ROBERTI
CAIO HEXSEL ABICHEQUER
DANIELA RUSSOWSKY RAAD
FABRÍCIO ZORTÉA CAMOZZATO
GUILHERME ROCHA
HENRIQUE ROMAN
HUGO MULLER
JOSÉ PEDRO GOMES
LUIZ FELIPE FORTUNA
MILENA PEDROSO
PAULO GIACOMELLI
PEDRO BERTUOL
RAUL KAZANOWSKI DA SILVA
ROBERTO WALTER
RODRIGO LISBÔA
RODRIGO VILLA REAL
VICTÓRIA WERNER DE NADAL

ORGANIZADORES

GUSTAVO FERNANDES
MATEUS RAMOS DE CASTRO GONZALEZ

PREFÁCIO

FERNANDA ESTIVALLET RITTER



FÓRUM DA
LIBERDADE





ADMIRÁVEL MUNDO LIVRE?



Série Pensamentos Liberais
EDIÇÃO 28

2024

© Instituto de Estudos Empresariais, 2024

Admirável Mundo Livre?

Série Pensamentos Liberais

Associados ao IEE | Coordenadores da 28ª edição da Série Pensamentos Liberais:

Gustavo Fernandes e Matheus Ramos de Castro Gonzalez

Projeto gráfico:

Marcelo Vaccari

Ledur Serviços Editoriais Ltda.

Capa:

Marcelo Vaccari

Ilustrações:

Fernanda Zaniol Zaffari

Diagramação:

Ledur Serviços Editoriais Ltda.

Revisão ortográfica:

3GB Consulting

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

A186 Admirável mundo livre? / organização Gustavo Fernandes, Matheus Ramos de Castro Gonzalez ; [Instituto de Estudos Empresariais]. – 28. ed. – Porto Alegre [RS] : AGE, 2024.
216 p. ; 23 cm. (Pensamentos liberais)

ISBN 978-65-5863-276-4
E-ISBN 978-65-5863-274-0

1. Liberdade de expressão. 2. Política econômica. 3. Agroindústria.
4. Cultura. I. Fernandes, Gustavo. II. Castro Gonzalez, Matheus Ramos de. III. Instituto de Estudos Empresariais. IV. Série.

24-88703

CDD: 302.23

CDU: 316.77

Gabriela Faray Ferreira Lopes – Bibliotecária – CRB-7/6643

Reservados todos os direitos de publicação total ou parcial ao

INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS | IEE

Rua Anita Garibaldi, 1143/808 | Mont'Serrat | Porto Alegre | RS | 90450-001

www.iee.com.br | iee@iee.com.br

NOTA DOS ORGANIZADORES

Caros leitores e participantes do Fórum da Liberdade 2024:

É com muita alegria que apresentamos a 28ª edição da Série Pensamentos Liberais, uma iniciativa do IEE que, ao longo dos anos, tem se dedicado a difundir as ideias da liberdade. Esta edição, lançada no contexto do Fórum da Liberdade 2024, que visa a discutir a temática Admirável Mundo Livre, foi pensada como um estímulo ao pensamento livre, às soluções que decorrem dos indivíduos e da capacidade humana de inovar, relacionar-se em sociedade e criar riqueza e prosperidade.

Por isso, nesta edição, abordamos um tema desafiador e contemporâneo: “Desafios públicos, soluções privadas”. Com esta temática, convidamos nossos articulistas – entre associados do Instituto e convidados especiais – a refletir e propor *insights* sobre como as soluções provenientes da ordem social ampliada em que vivemos podem ser eficazes em responder aos desafios públicos atuais sem depender do Estado. No que se refere aos temas abordados, buscamos elencar as questões públicas mais atuais para a riqueza de nossa sociedade, seja ela simbólica e cultural ou financeira e material.

Assim, nesta edição, o leitor encontrará artigos nas áreas de cultura, liberdade de expressão, economia e agronegócio. Cada artigo oferece uma perspectiva única de articulistas que, além de serem referências em suas áreas, fizeram estudos aprofundados sobre as temáticas a que se propuseram a escrever, refletindo a diversidade e a profundidade do pensamento liberal à luz de diversas referências bibliográficas, clássicas e contemporâneas.

Ademais, é importante salientar que o rigor e a qualidade dos textos presentes na coletânea são frutos de um processo cuidadosamente elaborado, que incluiu etapas de inscrição, capacitação em redação e gramática, *blind review* por uma banca interna. Essa metodologia assegurou que cada contribuição não ape-

nas respeite os elevados padrões do Instituto, mas também enriqueça o debate e a reflexão sobre os temas propostos.

Temos certeza de que esta edição é mais do que uma coleção de artigos; é um convite ao diálogo, à reflexão e à autoestima de que os brasileiros não precisam – e nem querem – o Estado como solução para muitas das coisas importantes de suas vidas. Esperamos que estas páginas inspirem nossos leitores a explorar novas perspectivas sobre os desafios que nossa sociedade enfrenta e a contribuir ativamente para a construção de soluções inovadoras e eficazes, que possam partir de baixo para cima e não de cima para baixo.

Por fim, agradecemos a todos os que contribuíram para esta edição, desde os articulistas, apoiadores até os membros da equipe editorial, cujo trabalho incansável possibilitou a realização deste projeto. Desejamos a todos uma leitura proveitosa e inspiradora.

Com os melhores cumprimentos,



Gustavo Fernandes

Advogado, associado do IEE.



Matheus Ramos de Castro Gonzalez

Economista, associado do IEE.

PREFÁCIO

PENSAMENTOS LIBERAIS 2024

Quando ainda pequena, fascinada pelos livros, me perdia vasculhando as obras da biblioteca de meu avô Renato. Entre volumes sobre economia, política, viagens e romances, um livro azul profundo cuja capa trazia um homem com riscos e sinais no lugar de sua cabeça chamava minha atenção. Anos mais tarde, ao entrar no Instituto de Estudos Empresariais (IEE), percebi que aquela era uma relíquia: a primeira edição da Série Pensamentos Liberais. Composta por artigos escritos por seus associados, a série nascia com o objetivo de não ser um livro comum. Como citado no prefácio da edição de 1994, exatas três décadas atrás, a explosão de ideias trazidas buscava romper paradigmas. Desde então, foram 27 livros publicados e distribuídos de forma gratuita, com o propósito de disseminar nossos valores e questionar de forma crítica questões relevantes para nossa sociedade.

Não diferentemente do livro de trinta anos atrás, a edição deste ano consolida artigos escritos por associados do IEE com o objetivo de questionar os paradigmas estabelecidos. Em linha com o tema do Fórum da Liberdade de 2024, “Admirável Mundo Livre?”, buscamos discutir e aprofundar uma série de questionamentos: em que mundo estamos vivendo? Qual o rumo do nosso futuro? Quais caminhos estão nos guiando enquanto sociedade?

O ano é 2024, estamos vivendo a era da informação, com acesso sem precedentes a notícias, opiniões e ferramentas digitais. Diferentemente de nossos colegas de IEE de trinta anos atrás, há um oceano de informações à nossa disposição, incluindo a disruptiva inteligência artificial. Paradoxalmente, vivemos em uma persistente busca pela verdade em meio ao excesso de informações, um cenário no qual a construção do pensamento crítico se torna cada vez mais complexa. Em quais opiniões posso confiar? Onde estou seguro para expressar

minha opinião? A nossa liberdade de expressão está ameaçada, o politicamente correto tomou proporções nunca antes vistas, e temos medo de falar o que pensamos. Parece que os indivíduos foram atingidos pela mais temida censura: a autocensura.

Atualmente, nos vemos submersos em perspectivas predeterminadas. As pessoas querem ser mais felizes e mais livres, porém não aceitam quem pensa diferente. A guerra de narrativas, a padronização e polarização dos pensamentos são sintomas de uma sociedade dividida em “nós contra eles”, em que nos tornamos intolerantes. Nossa cultura está ameaçada pela falta de pluralidade, e muitas instituições de ensino simplesmente se tornaram propagadoras de uma ideologia única. Como podemos mudar esse cenário? A cultura permeia o íntimo dos indivíduos. Portanto, é preciso fazer essa crítica e, não suficiente, espalhar os questionamentos para que as pessoas, os jovens, os estudantes percebam que o pensamento não está preso a uma doutrina. Ele é livre.

Precisamos nos dar conta de que até então a humanidade vinha em plena evolução. Nas últimas décadas, a globalização e o desenvolvimento de tecnologias comandaram o progresso exponencial das sociedades. Mas agora vivenciamos guerras, censura, intolerância e autoritarismo. Será que, depois de chegarmos ao ápice de nossa evolução, estamos regredindo? Na busca de entender como o crescimento econômico, o equilíbrio fiscal e políticas monetárias trazem equilíbrio à economia de um país e questionar quais caminhos levam sociedades ao fracasso e à miséria, a conclusão é que, sim, existe uma paralisação evolutiva e uma perigosa tendência a retroagirmos enquanto sociedades livres.

Uma paralisação da evolução vista nas últimas décadas seria trágica. Nunca fomos tão produtivos. Aliado à tecnologia, o agronegócio se desenvolveu e se tornou a força motriz da economia brasileira. Quando a mão do Estado deixou o setor de lado, tivemos seu crescimento exponencial e nos tornamos uma potência mundial. Ao mesmo tempo, nunca ouvimos tanto falar sobre mudanças climáticas, ESG, desmatamentos. À parte a importância do debate sobre o meio ambiente, a narrativa distorcida transformou o agro em vilão, sobrepujando seu papel fundamental de alimentar o mundo e, principalmente, seu próprio interesse de cuidar do meio ambiente para se manter produtivo.

Para questionar os paradigmas estabelecidos, o tema deste Fórum da Liberdade é também um convite a romper a bolha. “Admirável Mundo Livre?” é inspirado no clássico livro *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley, que mostra uma civilização que também segue um rumo preocupante. A sociedade é dominada por uma ditadura que usa a ciência para condicionar os indivíduos desde o nascimento, seguindo comportamentos padronizados.

Se queremos recalcular a rota, precisamos traçar novos caminhos. A valorização do poder do indivíduo como agente de mudança é imprescindível para que possamos ter um mundo mais próspero e livre. Para isso, a 37ª edição do evento irá não apenas questionar o presente, mas também inspirar a transformação. O que é um mundo livre? Quem questionará o *status quo*? O que é admirável? Essas e outras perguntas ecoarão nas discussões, impulsionando o pensamento crítico em direção a um admirável mundo livre de verdade.

Com o mesmo objetivo, evidencia-se o propósito da coletânea de artigos a seguir: dar voz e luz às ideias de liberdade, em que o indivíduo é o único responsável pela busca de sua felicidade. Aprofundaremos o pensamento liberal em temas caros para as pessoas: cultura, liberdade de expressão, economia e agronegócio. Objetos dos artigos da presente obra, nossos associados convidam o leitor a mergulhar nos temas por diferentes perspectivas e, com isso, desenvolver sua visão e um pensamento crítico acerca deles.

Por fim, agradeço aos nossos articulistas convidados, que contribuíram de maneira extremamente relevante para as discussões aqui trazidas: Marize Schons, Claudio Manoel, Igor Moraes e Antônio da Luz.

Que esta edição do Pensamentos Liberais seja um presente na biblioteca de muitos, passando por gerações.

Desejo uma proveitosa leitura e profunda reflexão a todos.



Fernanda Estivallet Ritter

Presidente do Instituto de Estudos Empresariais (IEE).

Esta página foi deixada em branco intencionalmente.

SUMÁRIO

NOTA DOS ORGANIZADORES.....	5
Gustavo Fernandes e Matheus Ramos de Castro Gonzalez	

PREFÁCIO: PENSAMENTOS LIBERAIS 2024.....	7
Fernanda Estivallet Ritter	

CULTURA

POR QUE A LIBERDADE ECONÔMICA IMPORTA?.....	17
Marize Schons	

A HEGEMONIA DA ESQUERDA E O RESGATE PELA INICIATIVA PRIVADA.....	23
Raul Kazanowski da Silva	

UM PANORAMA SOBRE A CULTURA: <i>Que tal ponderar essa média?</i>	29
Guilherme Rocha	

DOS INCENTIVOS ESTATAIS À CULTURA.....	37
Fabrício Zortéa Camozzato	

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E LIBERDADE.....	45
Caetano Florian Roberti	

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

LIBERDADE É PASSAR A MÃO NA BUNDA DO GUARDA.....	53
Claudio Manoel	
HUMOR, UM CRIME SEM VÍTIMAS.....	61
Rodrigo Lisbôa	
COMBATE À DESINFORMAÇÃO E LIBERDADE DE EXPRESSÃO: A solução é privada.....	69
Viktória Werner de Nadal	
CENSURA PARA ALÉM DO ESTADO: Como a cultura do cancelamento ameaça a liberdade de expressão.....	79
Pedro Bertuol	
LIBERDADE DE EXPRESSÃO E TECNOLOGIA:	
A censura das <i>big techs</i>	89
José Pedro Gomes	
O PODER JUDICIÁRIO COMO GUARDIÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO.....	97
Ananda Rodrigues Bandeira	

ECONOMIA

O QUE ESPERAR DA POLÍTICA MONETÁRIA NO FUTURO?.....	107
Igor Moraes	
BITCOIN: Desafios e oportunidades para a política monetária na Era Digital.....	113
Henrique Roman	
INFRAESTRUTURA VIA MERCADO.....	123
Rodrigo Villa Real	
DEIXEM AS CIDADES LIVRES.....	131
Paulo Giacomelli	

IMPRESSÃO DE DINHEIRO: O tributo oculto dos bancos centrais	137
Roberto Walter	
POLÍTICA MACROECONÔMICA: Por que as taxas de juros tendem a se manter mais altas em governos de esquerda	147
Caio Hexsel Abichequer	

AGRONEGÓCIO

O LIBERALISMO SALVOU O AGRO	159
Antônio da Luz	
PROGRESSO, LIBERDADE E O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO	169
Daniela Russowsky Raad	
POR QUE O BRASIL NÃO PRECISA DA REFORMA AGRÁRIA	181
Luiz Felipe Fortuna	
LIVRE PARA CRESCER	189
Milena Pedroso	
O AGRONEGÓCIO COMO IMPULSIONADOR DA ECONOMIA BRASILEIRA	201
Hugo Muller	

Esta página foi deixada em branco intencionalmente.

CULTURA

O Ambiente cultural possui amplo domínio das ideias de esquerda. Como chegamos nessa situação?



Convidamos a Dra. Marize Schons para abrir este tópico.



QUEM É DRA. MARIZE SCHONS

Professora Universitária de Ciências Humanas. Ministra as disciplinas de História das Relações Internacionais, Teoria Contemporânea de Relações Internacionais, Ciência Política, Políticas Públicas, História da Economia Global, História da Economia Brasileira e Filosofia do Direito. Especialista em Teoria Social e História do Pensamento Político Moderno. Bacharela em Ciências Sociais pela UFRGS, tem mestrado em Antropologia na UFRGS e Doutorado em Sociologia na UFRGS.

POR QUE A LIBERDADE ECONÔMICA IMPORTA?

A liberdade econômica como um princípio da filosofia política liberal pode ser defendida como um direito, como um instrumento civilizatório de organização social e, em alguns momentos, como prioridade política de governos eleitos.

Facilmente conseguimos vincular o princípio da liberdade econômica à concepção ideológica bastante tradicional que é o liberalismo. E por mais que isso esteja certo, enquadrar a discussão da liberdade econômica em um propósito ideológico, simplesmente, pode fazer o leitor pensar que a liberdade econômica se esgota nos interesses utilitários, como uma espécie de cálculo racional a favor de interesses particulares de atores políticos que se favorecem dessa liberdade.

Porém, esse senso utilitário é pobre ao não levar em consideração que existe uma dimensão mais ampla de valores e visão de mundo, cristalizado em uma tradição de filosofia política que defende que está na liberdade econômica um dos mais importantes princípios que permite que uma sociedade livre seja possível. Está nessa tradição filosófica, que tem localização histórica, a tradicional especulação sobre como a liberdade econômica pode ser uma espécie de catalisadora das demais liberdades.

Isso acontece pelos seguintes argumentos. Primeiro, que a liberdade econômica se apoia na crença de que os mecanismos de mercado são mais eficientes para a distribuição de recursos que os mecanismos de planejamento central. Isso implica considerar, por exemplo, que o sistema de preços precisa ser livre, sem controle ou congelamentos. Quanto a esse aspecto, existe também uma dimensão sociocognitiva. O sistema de preço reflete uma informação, uma espécie de linguagem que a sociedade utiliza para se comunicar. Dessa forma, a liberdade dos agentes no mercado é capaz de determinar de maneira mais assertiva a alocação dos recursos materiais, assim como nos informarmos sobre a escassez desses recursos, impedindo distorções no sistema de preços, nos incentivos e nos resultados da atividade produtiva.

É também creditado à liberdade econômica o pilar para a construção de um ambiente propício à inovação. Essa ideia está baseada em um valor fundamental para a tradição liberal: a espontaneidade da ação humana. A antropologia liberal descreve o ser humano como um ser livre, criativo, capaz de se expres-

sar e transformar a natureza. Desse atributo, a evolução da técnica foi possível, e o progresso social, alcançado. Segundo uma dimensão sociológica, esse homem ativo e criativo produziu novas formas de bem-estar, assim como foi capaz de compartilhar o resultado do seu trabalho por meio da difusão comercial da inovação. Isto é, o resultado do trabalho humano beneficiou tanto o indivíduo quanto a sociedade, sendo os interesses individuais muitas vezes convergentes com os interesses coletivos. Há, portanto, relação de interdependência entre o comerciante e o consumidor, sendo essa relação responsável pelos laços de solidariedade que mantêm a sociedade coesa apesar das diferenças e dos possíveis conflitos.

Diferentemente de outras tradições teóricas, a tradição liberal apostou que a sociedade é mais cooperativa que conflitiva. A sociedade, portanto, é constituída de indivíduos que têm faculdades comuns, como a faculdade da razão. Esse atributo racional permite que os indivíduos tenham a capacidade tanto de fazer cálculos instrumentais (como a maximização de ganhos e a minimização de perdas) quanto de formar sistemas de valores comuns que se concretizam por meio de atitudes morais.

As possíveis divergências morais são acomodadas especialmente no comércio, pois nas relações econômicas voluntárias se constituíram relações de interdependência entre os diferentes. Isto é, por mais que possam existir divergências no campo dos valores, os divergentes encontram nessa interdependência uma possível conciliação de interesses. Por essa razão, a relação entre produtores e consumidores não é de conflito ou de exploração, mas sim de harmonia entre quem compra e quem vende.

Apesar dessa concepção social cooperativa, a competição é um importante mecanismo para a construção desse ideal de uma sociedade livre e próspera. Porém, a competição é defendida por ser um importante mecanismo para incentivar melhoria dos serviços e, por isso, maximização do bem-estar coletivo. A fraude é possível, mas considerada por esses pensadores mais uma exceção que uma regra.

Apesar do possível tom idealista que essa concepção pode apresentar, isso não significa que a filosofia política liberal tenha desconsiderado a possibilidade de falhas nesse arranjo social. Monopólios, por exemplo, desestabilizaram um sistema competitivo eficiente. Apropriação do poder político para benefícios particulares como protecionismo e reserva de mercado, também.

É dessa consideração realista que um ideal de Estado também foi pensado pelos autores liberais clássicos. Um Estado minimalista, que tem como principal função proteger as liberdades individuais. Um modelo institucional mais ou menos flexível para acomodar a pluralidade e que permita que o poder seja limitado

pelo próprio poder. Uma configuração política em que as elites estejam mais em competição que protegendo a si mesmas.

O objetivo da lei seria a defesa do indivíduo frente ao poder da coletividade, ao mesmo tempo em que a lei seja eficiente para que a conciliação entre a liberdade individual e a ordem social seja possível. Um modelo legislativo que mais protege que oprime, um arranjo legal que serve para a consolidação de uma sociedade civil livre e ativa capaz de limitar o poder do Estado. Ou seja, a aposta foi que as relações de mercado entre indivíduos livres constituem uma sociedade pacífica, de contratos, e próspera economicamente, sendo o Estado um arranjo institucional minimalista que, por meio da lei legítima, garante a concretização dos contratos e a segurança jurídica dos indivíduos por meio do Estado de Direito.

Esse é um modelo social contraintuitivo, absolutamente imperfeito, mas que permitiu que sociedades de massa encontrassem períodos de pacificação mesmo que não permanentes. Uma solução frágil, mas que se tornou o principal recurso para desestabilizar tiranias e permitir que na divergência haja uma possível conciliação de interesses. Para que esse modelo de organização seja possível, a liberdade econômica precisou ser um pilar, tendo em vista que as relações de mercado, como relações de troca entre indivíduos racionais, são responsáveis por sustentar um tecido social solidário e interdependente, assim como por permitir que a riqueza faça resistência ao autoritarismo político.

Críticos podem dizer: “Como há cooperação se esse sistema pretende manter a eterna competição tanto da política quanto na economia?”. Isso ocorre porque a competição entre políticos e produtores, nesse sistema de valores, é uma forma de garantir a fragmentação de poder. Por essa razão, as forças políticas e econômicas estão em eterna disputa e não conseguem conquistar hegemonia, mesmo que haja esse desejo entre os competidores.

Os liberais, geralmente, se mostraram mais céticos quanto ao poder político que tem capacidade de coerção a partir da força física, e mais otimistas com a competição entre divergentes interesses do mercado que constituem um tecido social dinâmico que está em constante mudança. Para esses liberais, o poder no mercado tem menos recursos coercitivos para se proteger. Desse modo, o resultado das relações de mercado é a prosperidade, sendo a prosperidade, inclusive, uma forma de fortalecimento do controle social contra tiranias. É a liberdade econômica que consegue dar autonomia aos indivíduos, que, saciados das suas necessidades materiais e existenciais, são capazes de reivindicar liberdade política ao conquistarem potencial de resistência aos ímpetus opressores da política.

Isso significa dizer que o mercado, para um liberal, é um espaço de justiça social para toda a sociedade. A justiça só é alcançada se permitida a liberdade

econômica. Os mecanismos de mercado são, a partir dessa concepção, os melhores juízes para a distribuição de renda e massificação do bem-estar. A liberdade econômica significa, para essa visão de mundo, uma liberdade de escolha, e o comércio, por sua vez, um ambiente de diversidade e tolerância, em que a racionalidade econômica supostamente acomodaria as possíveis divergências culturais.

Um exemplo da capacidade de amplificação do bem-estar por meio da liberdade econômica pode ser reconhecido se considerarmos a capacidade que a Revolução Industrial proporcionou ao mundo em relação aos avanços técnicos, à distribuição de riqueza e às trocas culturais entre diversos países. A liberdade econômica produziu especialistas que, ao se especializarem, garantiram níveis inéditos de produção de riqueza e prosperidade coletiva. Para que esse resultado fosse possível, apesar dos potenciais conflitos em uma sociedade, também foi necessário viabilizar momentos de pacificação a partir da concretização dos contratos, sendo essa pacificação uma dimensão estabilizadora da divergência.

É verdade que o modo de produção industrial trouxe novos desafios – por exemplo, o potencial destrutivo de guerras que, agora, são capazes de matar em níveis industriais. Porém, é inegável que a evolução da técnica e a massificação da produção industrial permitiram mudanças nos níveis de longevidade, recursos sanitários, produção de alimentos e controle de doenças. Vale considerar que essa história é cheia de paradoxos, tendo em vista que, do ponto de vista internacional, as relações comerciais internacionais também são capazes de produzir relações de interdependência entre países dispostos a evitar conflitos armados.

Por todas essas razões é que a filosofia política liberal encontrou, em seu núcleo argumentativo, a liberdade econômica como um fundamento capaz de produzir prosperidade e conceder aos indivíduos, organizados na sociedade civil, meios para lutarem pela sua autodeterminação e liberdade política. A liberdade econômica e liberdade política, às vezes, são colocadas como antagônicas pela retórica política interessada, mas, para o liberalismo clássico, essas são liberdades completamente interdependentes.

Os liberais sempre foram céticos quanto à concentração de poder, por entenderem que é possível conciliar a divergência com o consenso, a pluralidade com a pacificação. Todavia, para que tal resultado seja possível, o arranjo social liberal deposita nas trocas voluntárias uma expectativa civilizadora. Isso quer dizer que a liberdade econômica exige uma conjuntura institucional capaz de produzir tanto liberdade quanto ordem social.

Infelizmente, esse histórico arranjo institucional aparece inacabado quando falamos da história do Brasil. Essa discussão, geralmente associada ao problema do patrimonialismo, sugere que a modernização brasileira sempre foi um

processo limitado à formalidade oficial, mas nunca houve esforço para a concretização prática desses resultados. Por outro lado, garantiu a manutenção dos privilégios de poucos, manteve confusões entre a esfera pública com a esfera privada, protegeu hierarquias aristocráticas e perpetuou a pessoalização das relações. O Brasil sempre teve dificuldade na consolidação de uma cidadania efetiva, mantendo-se uma ordem limitada do acesso ao poder, restrito às elites políticas do país. Contudo, o desafio da liberdade econômica no Brasil restringe-se ao ambiente historicamente desfavorável doméstico, mas encontra um ambiente político desfavorável também internacionalmente.

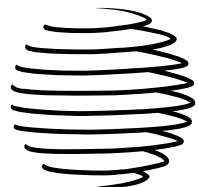
Do ponto de vista internacional, a liberdade econômica foi fundamental para a formação da ordem estabelecida após o fim da Guerra Fria, por meio do conhecido Consenso de Washington, que concretizou uma ordem internacional a favor da diminuição do papel do Estado na economia, e que apostou nas relações comerciais globalizadas e na responsabilidade fiscal como garantia de estabilidade macroeconômica. Porém, várias são as razões para que essa ordem internacional que define expectativas recíprocas entre os países, hoje, esteja completamente abalada. O crescente ambiente de conflito armado e o retorno de uma ordem bipolar, agora entre China e EUA, abriram uma janela de oportunidade para a construção de uma nova ordem internacional que, provavelmente, não estará mais baseada no consenso multipolar comercialmente conectado.

Apesar do pessimismo inegável para os próximos anos e da necessidade de reconhecimento realista das dificuldades de proteger as liberdades econômicas, a literatura liberal clássica continuará intacta quanto aos seus propósitos. Cabe aos liberais, sempre minoria no Brasil, e abalados internacionalmente, permanecerem convictos desses argumentos e dispostos a encarar esse desafio.



RAUL KAZANOWSKI DA SILVA

Advogado, associado do IEE.



A HEGEMONIA DA ESQUERDA E O RESGATE PELA INICIATIVA PRIVADA

A cultura, segundo o Dicionário Oxford Languages (2023), é o “*complexo de atividades, instituições, padrões sociais ligados à criação e difusão das belas-artes, ciências humanas e afins*”, e é por meio dela que a esquerda (*lato sensu*) se mantém viva, a despeito da prosperidade proporcionada pela economia de mercado. Em realidade, a esquerda detém uma hegemonia cultural no Ocidente, a qual é devida em parte ao tempo que os acadêmicos, intelectuais, artistas e jornalistas de esquerda vêm dedicando a essa tarefa; mas, também, deve-se ao fato de que os representantes das ideias de liberdade praticamente se ausentaram do campo cultural, situação que precisa ser imediatamente remediada, sob pena da sua extinção do imaginário coletivo.

A ASCENSÃO DA ESQUERDA NA CULTURA COMO UM PROBLEMA PÚBLICO

A teoria econômica marxista fracassou. Como alternativa para seguir na marcha revolucionária e totalitária, os seus sucessores passaram a militar no campo cultural, a fim de, por meio da subversão do imaginário coletivo, dominar uma sociedade que, no aspecto econômico, vive na abundância proporcionada pelo capitalismo, situação que praticamente extirpou a dialética da super e infra-estrutura marxista; afinal:

esse cliente é o mesmo homem que produz, na fábrica, os artigos à venda naqueles estabelecimentos. Os que pensam que a grande empresa detém um enorme poder também se equivocavam, uma vez que a empresa de grande porte é inteiramente dependente da preferência dos que lhes compram os produtos; a mais poderosa empresa perderia o poder de influência se perdesse seus clientes (MISES, 2018, p. 38).

Um dos autores que melhor compreendeu esse movimento revolucionário foi Roger Scruton (2018, p.149):

O que há de tão ruim no “capitalismo”? A maior realização de Lukács foi ter encontrado o que se tornaria – primeiro para a Escola de Frankfurt e, subsequentemente, para a Nova Esquerda do pós-guerra – a resposta canônica a essa pergunta. Ele descobriu a linguagem na qual o capitalismo podia ser representado

como o maior dos males sociais, para uma geração que conhecera a abundância, a liberdade, as provisões sociais e as oportunidades de uma “economia capitalista mista”. E foi capaz de apresentar sua crítica como a verdadeira “agenda oculta” de “O capital”.

A Escola de Frankfurt foi uma das grandes propulsoras dessa mudança de abordagem da realidade e da disputa política. Além dela, não seria possível falar da ascensão da esquerda na cultura sem citar Antonio Gramsci, cuja importância, segundo Scruton, “reside em sua resoluta tentativa de tirar a revolução das ruas e das fábricas e levá-la para a alta cultura” (2018, p. 250). Alta cultura essa que estava em crise no mesmo período do surgimento da Escola de Frankfurt (fundada em 1924) e dos escritos mais famosos de Gramsci (“Os Cadernos do Cárcere”, que começaram a ser redigidos em 1929), conforme denunciado por José Ortega y Gasset no livro “A Rebelião das Massas” (publicado pela primeira vez em 1929).

É nítido, portanto, que a esquerda se aproveitou de uma crise/vácuo da alta cultura para migrar seus esforços, encampando a linguagem, as artes, a imprensa, a educação, a fim de convencer a sociedade não da revolução armada, da ditadura do proletário, e sim da subversão das instituições, dos valores, da religião; enfim, daquilo que a sociedade herdou dos seus antepassados e que nos trouxe à prosperidade atual.

E, uma vez preenchido esse vácuo cultural, fica evidente o problema público causado, pois as ideias de liberdade deixaram de ser apreciadas no imaginário coletivo, pavimentando um caminho autoritário.

A INFLUÊNCIA DA CULTURA NO IMAGINÁRIO

Conforme acima, a esquerda não compete mais no chão de fábrica, e sim no campo das ideias, no imaginário, nos arquétipos da sociedade; e a verdade é que ela é muito bem-sucedida nisso. Não por acaso, a maior parte do debate público está tomada por temas sem implicações práticas para a maioria da população (ideologia de gênero, por exemplo), mas que servem ao propósito do domínio cultural. Usando Jürgen Habermas (expoente da Escola de Frankfurt) como exemplo, Scruton (2018, p.189) explica esse fenômeno: “Em seus livros, dificilmente encontraremos um dilema real, uma instituição existente ou o registro de alguma comunhão de propósitos. Tudo é como no parágrafo citado: sistemas, subculturas, motivações, funções, legitimações, ideologias, forças – entidades abstratas descritas em uma novilíngua pandinâmica que remove os seres humanos da equação”.

Essa estratégia vai muito além do debate político propriamente; enfronha-se no cinema, na música, na literatura, na imprensa, na educação. Em todos os campos da cultura, há um intelectual orgânico servindo aos interesses revolu-

cionários; movendo a janela de Overton e fomentando um *ethos* revolucionário. Não por acaso, entre os músicos (salvo o sertanejo, conforme será visto abaixo), a maioria é de esquerda; entre os atores, a maioria é de esquerda; entre os autores, a maioria é de esquerda; forma-se, assim, uma hegemonia coletivista que só pode ter como estágio final a extinção dos conceitos de liberdade.

Por meio da cultura, a esquerda dominou o imaginário social utilizando-se do discurso poético, de modo a controlar os seus interlocutores com arquétipos e referências aparentemente desligados da racionalidade política e filosófica, mas que ao final do dia servem justamente ao propósito de obter um apoio político aparentemente “imotivado”. Nesse sentido, Thomas Sowell (2023, p. 147) diz que “o predomínio e o poder de uma visão são demonstrados não pelo que sua evidência ou lógica pode provar, mas precisamente por sua isenção de qualquer necessidade de apresentar evidência ou lógica – pelo número de coisas que podem ser afirmadas com êxito porque se encaixam na visão, sem precisar passar pelo teste de adequação aos fatos”.

Muito além do convencimento racional, a esquerda atual busca a influência na cultura para impactar o *ethos* social: conjunto dos costumes e hábitos fundamentais, no âmbito do comportamento (instituições, afazeres etc.) e da cultura (valores, ideias ou crenças), característicos de determinada coletividade, época ou região (OXFORD LANGUAGES, 2023).

Dessa forma, ignorar os impactos da cultura para as tomadas de decisão das massas é um grande erro que os defensores dos preceitos liberais vêm cometendo, não se atentando a uma valiosa lição de um dos seus melhores autores: “Somente as boas ideias podem iluminar a escuridão” (MISES, 2018, p. 165).

INVESTIMENTO NA CULTURA

Evidentemente, quando a esquerda se apossa dos mecanismos estatais, não poupa esforços para fomentar a revolução cultural por meio do financiamento público (Ministério da Cultura, leis de incentivo – Rouanet –, cachês para artistas que apoiam o partido, entre outras medidas); afinal, como alertado por Sowell (2023, p. 156):

Dinheiro significa que o apoio às conclusões ideologicamente preferidas pode ser adquirido não apenas de “mercenários”, mas também a partir do financiamento das pesquisas e textos de indivíduos comprometidos com o mesmo ponto de vista, por quaisquer razões, enquanto aqueles que discordam ficam sem financiamento.

Contudo, é preciso dizer que a esquerda não fomenta essa guerra cultural somente com recursos estatais; há ONGs, associações, bilionários adeptos, que constantemente estimulam essa marcha coletivista sem que haja a necessidade da máquina

pública. Isto é, mesmo quando a esquerda não ocupa o poder, a revolução continua aumentando o problema público da desidratação dos valores da liberdade.

Por outro lado, aqueles que pretendem defender a liberdade, além de não utilizarem as ferramentas estatais quando ocupam cargos políticos (atitude eticamente louvável), também não se apresentam no mercado como *players* relevantes na disputa cultural e de influência do imaginário coletivo. Com exceção do sertanejo, pelo financiamento do agronegócio, vê-se pouquíssima produção musical sem a contaminação ideológica da esquerda. Não há rádios, canais de televisão, jornais de grande circulação com editoriais livres da ideologia esquerdista e que propaguem uma retomada da alta cultura. Com exceção da Brasil Paralelo, nem sequer existem difusores de conteúdo livres de influência da esquerda com alcance relevante no país.

Assim sendo, aqueles que não se sujeitam ao movimento revolucionário carecem de conteúdo para consumir; e quem está alheio ao debate político fica constantemente exposto a uma influência poética e cultural avessa aos valores da liberdade.

A DEMANDA PELA OXIGENAÇÃO CULTURAL E A SOLUÇÃO PRIVADA

Apesar da ausência de defesa ferrenha dos valores da liberdade no campo cultural, não falta demanda por conteúdos que não estejam contaminados pelo viés autoritário esquerdista; o filme “O Som da Liberdade”, uma produção tida como de “ultradireita” (TAVARES, 2023), foi sucesso de público no Brasil (G1, 2023). O próprio Brasil Paralelo tem sucesso inegável e demonstra a demanda por conteúdos que prezem valores antagônicos aos da esquerda: é a empresa de mídia mais assinada do país, ultrapassando empresas tradicionais como O Globo, Folha de S. Paulo e o Estadão (BRASIL PARALELO, 2022). Em 2023 a Brasil Paralelo já havia superado a marca de quinhentos mil assinantes (EXAME, 2023).

Outro exemplo, nem tão recente, foi o sucesso do filme “Tropa de Elite”, principalmente o primeiro, com a heroificação do personagem Capitão Nascimento, pelo seu firme combate à criminalidade. O filme “Tropa de Elite” é uma mostra perfeita dessa demanda “reprimida”, eis que a pretensão da obra não era que o Capitão Nascimento fosse tido como herói; pelo contrário, o personagem era uma crítica à truculência policial. Porém – por mais incessante que seja o trabalho da esquerda em glamorizar a criminalidade –, foi o personagem policial quem caiu nas graças do público; afinal, a insegurança é uma das maiores preocupações do brasileiro de “carne e osso” (como diz o Sowell), diferentemente dos banheiros trans.

Logo, para reverter esse quadro e entrar na guerra de longo prazo (não apenas eleger um presidente a cada vinte anos), o que falta aos defensores das ideias da liberdade é, primeiramente, a tomada de consciência acerca desse problema –

que afeta toda a sociedade, não somente aqueles mais atentos ao debate político. Os intelectuais da direita (*lato sensu*) estão quase exclusivamente voltados à política clássica, ao estudo da economia, da filosofia, daquilo que estaria no campo da “lógica” dentro dos quatro discursos de Aristóteles. Há um abandono (mesmo que não intencional) da poética, da tentativa de influenciar o *ethos*. É necessária, primeiro, a compreensão de que não basta, para influenciar as massas e enfrentar o autoritarismo crescente, conseguir desarticular racionalmente os argumentos da esquerda; é preciso enfrentá-la também no campo da cultura, do imaginário, da formação de arquétipos, tornando mais palatáveis as conclusões econômicas irrefutáveis do ponto de vista lógico, que são muitas vezes contraintuitivos.

E evidentemente isso não é possível sem investimento sério e comprometido partindo da iniciativa privada, da sociedade civil. Não como filantropia, e sim como oportunidade de mercado (haja vista o sucesso do Brasil Paralelo, a difusão do Capitão Nascimento, a bilheteria de “O Som da Liberdade”). Sem dúvidas, a crise e a dominação cultural pela esquerda são um problema que todos devem encarar como público e cuja solução está ao alcance da iniciativa privada por meio daquilo que é prerrogativa justamente daqueles que defendem a liberdade: mercado, trocas voluntárias, atendimento da demanda.

Se esse resgate cultural não for feito, de nada adiantarão argumentos lógicos, tampouco a própria realidade (prosperidade do capitalismo), já que a esquerda terá terminado o processo de dominação do imaginário da população, fazendo com que os cidadãos mais desatentos das articulações políticas afirmem que guerra é paz, liberdade é escravidão e ignorância é força.

REFERÊNCIAS

G1. Pop&Arte. ‘Som da liberdade’ já levou 1,7 milhão de pessoas aos cinemas em 3 semanas e lidera bilheteria. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/2023/10/09/som-da-liberdade-acumula-publico-de-17-milhao-em-terceiro-fim-de-semana.ghtml> Acesso em 15 novembro 2023

MISES, L.V. *As seis lições*; tradução Maria Luiza X. de A. Borges – 9ª edição revista. – São Paulo: LVM, 2018.

REDAÇÃO BRASIL PARALELO. *A Teoria dos Quatro Discursos de Aristóteles de acordo com Olavo de Carvalho*. 2022. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/teoria-dos-quatro-discursos> Acesso em 15 novembro 2023

SCRUTON, R. *Tolos, fraudes e militantes: pensadores da nova esquerda* [recurso eletrônico]; tradução Alessandra Bonruquer. – 1.ed. – Rio de Janeiro : Record, 2018.

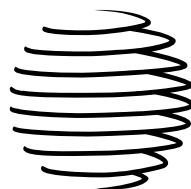
SOWELL, T. *A busca da justiça cósmica: Como a esquerda usa a justiça social para assolar a sociedade*; tradução Ana Beatriz Rodrigues. – 2ª edição – São Paulo: LVM, 2023.

TAVARES, M.H. *A ultradireita e seu público. Folha de São Paulo*. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/maria-herminia-tavares/2023/09/a-ultradireita-e-seu-publico.shtml> Acesso em 15 novembro 2023



GUILHERME ROCHA

Médico, associado do IEE.



UM PANORAMA SOBRE A CULTURA: Que tal ponderar essa média?

Em 2023 tivemos a imersão do Fórum da Liberdade no mundo imaginário de Alice no País das Maravilhas. Como não poderia deixar de ser, surgiram questionamentos culturais e filosóficos, assim como ocorre na obra clássica quando a jovem interage com outros personagens. Já em nosso cotidiano, a polarização que salta aos olhos, presencial ou digitalmente, suscita reflexões sobre o perfil cultural em que estamos inseridos. Afinal, de onde vem nossa cultura? Existe uma moldura filosófica? E quais são nossas perspectivas futuras? Convido-o a trilhar essa análise pelas ideias a seguir.

Cultura, segundo o dicionário Oxford (referência do mecanismo de busca do Google), é o “complexo de atividades, instituições, padrões sociais ligados à criação e difusão das belas-artes, ciências humanas e afins” ou, em um contexto antropológico, segundo Tylor¹, é todo complexo de conhecimentos e toda habilidade humana empregada socialmente; todo comportamento aprendido, de modo independente da questão biológica. O ponto de vista antropológico se encaixa melhor naquela percepção intangível sobre um grupo populacional específico – uma nação, um estado, uma cidade, ou mesmo uma família – e sobre instituições privadas ou públicas. É o padrão de comportamento que nos permite compreender como funciona, em geral, aquele grupo de pessoas, família ou empresa, sem precisar de conceitos escritos.

De um ponto de vista nacional, a cultura – a identidade brasileira – é bastante complexa, devido às múltiplas referências que a formam – e busco proporcionar uma ideia geral nos próximos trechos. Em uma avaliação local, a cultura do Rio Grande do Sul é o resultado de grupos que passaram a habitar o território, resultando em uma miscigenação bastante conhecida na região dos pampas, por exemplo. Cada grupo tem seu conjunto cultural próprio, que orienta sua percepção da realidade e seu comportamento, retratados com maestria por Érico Veríssimo na obra *O Tempo e o Vento*. Naturalmente, conservaram, alteraram e mesmo perderam parte de suas características originais ao longo do tempo, adequando-se às necessidades de seu contexto a cada período.

As características que individualizam esses grupos formam a média de comportamentos dos gaúchos, que interage com as médias dos estados vizinhos, formando uma identidade regional, e com o nível seguinte, nacional. Estudos de

caráter científico, com uma avaliação sistemática e organizacional, por exemplo, descreveram cinco traços brasileiros², dos quais destaco quatro, resumidamente, a seguir. *Personalista*, caracterizado por uma sociedade baseada em relações pessoais (busca pela proximidade e afeto nas relações) e em paternalismo; *Malandro*, definido pelo “jeitinho” e pelo uso da flexibilidade e da adaptabilidade como meio de navegação social; *Sensual*, com um gosto pelo sensual e pelo exótico nas relações sociais; e *Aventureiro*, quando o indivíduo é mais sonhador do que disciplinado, com tendência à aversão ao trabalho manual ou metódico.

Esses traços, nos âmbitos público e privado, interligam-se a uma cultura bastante conhecida no Brasil: a corrupção. Fatores adicionais dão suporte aos traços acima descritos e possibilitam uma maior tendência à infração das regras e condutas legais, como baixa escolaridade e acesso restrito a oportunidades de crescimento moral e ético, como ocorre em ambientes controlados por facções e milícias. Esses fatores muito provavelmente se relacionam com a estimativa de que 17% da população brasileira tolera alguém se utilizar do cargo público como se fosse propriedade particular, conforme estudo da CGU³.

Inclusive, a teoria do Triângulo da Fraude (Figura 1), elaborada por Cressey em 1953 e utilizada no Referencial de Combate à Fraude e Corrupção do Tribunal de Contas da União (TCU)⁴, demonstra que duas das arestas desse triângulo são a Oportunidade (um caminho treinado para experts em jeitinho e malandragem) e a Racionalização da infração (facilmente obtida com baixos valores morais).

Se passarmos a uma perspectiva filosófica, utilizando como fonte a obra “Guerra cultural: como o pós-modernismo criou uma narrativa de desconstru-

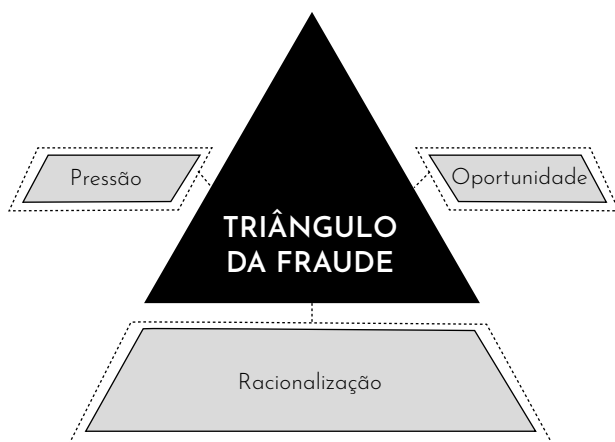


FIGURA 1. Triângulo da fraude.

ção do ocidente”⁵, de Stephen Hicks, notamos que o Brasil está inserido em um contexto de pós-modernismo (Quadro 1), cujas características são as seguintes: substituir a realidade natural pelo antirrealismo; a experiência e a razão pelo subjetivismo sociolinguístico; a identidade e autonomia pelo racismo, sexismo e classismo. Dessa maneira, aspectos objetivos da ciência, da lei, da história e mesmo dos costumes, e que foram conservados por trazerem evolução em termos de saúde, arquitetura, artes, cidadania, processos de trabalho, dentre outros, são relativizados, seu entendimento é desconstruído, e sua contribuição para o progresso é posta em xeque.

Ideias semelhantes são encontradas no que é chamado de Progressismo e na Escola de Frankfurt⁶, esta última muito influenciada por Marx e Gramsci, e que é fruto de pensadores europeus da primeira metade do século XX. Seus pilares são a Teoria Crítica e a Teoria da Indústria Cultural. A primeira teoria se opõe à teoria tradicional, buscando uma crítica profunda à religião, moral, filosofia grega (e até mesmo a Marx), e abre espaço, dentre outros resultados, para a politização da lógica. A segunda propõe que a cultura capitalista manipula e domina a sociedade – sem que esta perceba –, por meio da consolidação das relações tra-

QUADRO 1. Definição de Pré-Modernismo, Modernismo e Pós-Modernismo.

	Pré-Modernismo	Modernismo	Pós-Modernismo
Metafísica	Realismo: supranaturalismo	Realismo: naturalismo	Antirrealismo
Epistemologia	Misticismo e fé	Objetivismo: experiência e razão	Subjetivismo social
Natureza humana	Pecado original; submissão à vontade de Deus	Tábula rasa e autonomia	Construção e conflitos sociais
Ética	Coletivismo: altruísmo	Individualismo	Coletivismo: igualitarismo
Política & economia	Feudalismo	Capitalismo liberal	Socialismo
Quando e onde	Medieval	Iluminismo; século XX: ciências, atividades comerciais, áreas técnicas	Fim do século XX: ciências humanas e profissões relacionadas a elas

balhistas somadas aos meios de comunicação. Em reforço a isso, o Progressismo atua como forma de pressão por “um projeto democrático mais forte, plural, inclusivo e variado”⁷, frequentemente com uma defesa visceral, cega, que flerta com a soberba e não permite a reflexão sobre um contraponto. Entende-se que essas ideias, pautadas pela visão de que a militância, a revolução cultural e uma nova educação artística seriam fundamentais para a libertação da opressão que atinge a sociedade, permeiam as universidades e o meio artístico.

Cabe aqui a ressalva de que a avaliação crítica, tanto interna (indivíduo) como externa (sociedade), é, desde Aristóteles e Sêneca, passando por Sun Tzu e Gandhi, um dos maiores artifícios humanos para a evolução. No entanto, as ideias fundamentadas nos preceitos pós-modernistas, progressistas e frankfurtianos colocam a ideologia acima da razão e da experiência, com teorias que se distanciam do mundo real e das inconveniências mundanas. Ressalta-se, portanto, o risco que nosso país, caracterizado por aqueles traços anteriormente descritos, especialmente a malandragem e a corrupção, corre ao ser inundado pelas ideias de relativização de regras e responsabilidades que aparecem diariamente, propagadas por jornalistas de grande alcance, celebridades e subcelebridades.

E o que temos, então, na atualidade? Temos toda essa mistura que caracteriza uma parcela significativa da população brasileira (que contribui para a nossa mídia) em um ambiente de tecnologia e mídias sociais. Esse cenário, repleto de Instagram, Tiktok e Youtube, explora ao máximo nosso aspecto imagético, nossa ânsia pelo espetáculo, pela polêmica do dia e, aliada ao progressismo, à lacração, com patrocínio da tendência *woke*. Conforme o curso “A Crise da Cultura”⁸, do professor Victor Sales, inclusive, estamos vinculados ao desejo de nos exibirmos, de ser e de fazer notícia, de buscar o acontecimento do dia – “É o famoso sensacionalismo: causar notícia, causar impacto, causar polêmica”.

Um dos resultados são milhões de jovens expostos a figuras que os influenciam com pobres valores morais – por exemplo, os irmãos Neto –, resultando em prejuízos de difícil mensuração. Cabe destacar, neste ponto, um alerta para a saúde mental de crianças e adolescentes, como demonstra um importante estudo do Reino Unido⁹ que relaciona horas de tela em redes sociais (smartphone, computador e televisão) a maiores índices de transtornos mentais, como ansiedade e depressão (Figura 2).

Nesse sentido, cabe a reflexão sobre a maturidade mental, já que adultos e, mais notadamente, jovens estão expostos constantemente a estímulos externos. Uma das principais teorias do desenvolvimento da personalidade, elaborada por Erik Erikson (Teoria do Desenvolvimento Psicossocial¹⁰), descreve oito estágios de desenvolvimento, desde a infância até a idade adulta. O estágio da adolescência perpassa a formação de uma identidade pessoal e a exploração de questões



KEY POINTS

- 91% of 16-24 years olds use the internet for social networking
- Social media has been described as more addictive than cigarettes and alcohol
- Rates of anxiety and depression in young people have risen 70% in the past 25 years
- Social media use is linked with increased rates of anxiety, depression and poor sleep
- Cyber bullying is a growing problem with 7 in 10 young people saying they have experienced it
- Social media can improve young people's access to other people's experiences of health and expert health information
- Those who use social media report being more emotionally supported through their contacts

FIGURA 2. Pontos-chaves do estudo #StatusOfMind.

como a escolha de carreira, valores e papéis sociais. A experiência bem-sucedida nessa fase diminui o risco de crise de identidade e confusão de papéis duradouras. Por consequência, a construção de valores firmes e de um papel social positivo propicia um melhor aproveitamento das fases seguintes: do adulto jovem, quando forma relacionamentos íntimos e saudáveis; e da meia-idade, completando-se o sentido de generatividade, com criação de legados por meio de filhos, carreira ou contribuições à sociedade.

Após o levantamento de nossas características culturais, a avaliação do contexto filosófico-cultural e a análise do panorama atual, cabe buscar alternativas para esses desafios. A criatividade e a individualidade, tão características do brasileiro, aliadas a um senso de responsabilidade, tão defendidas no ponto de vista liberal, geram uma expectativa positiva. Iniciativas privadas, portanto, destacam-se como a linha condutora do progresso. Creio que terão maior sucesso se tiverem valores morais sólidos e o estabelecimento de prioridades como base de apoio, destacando-se a vida, a liberdade individual, a propriedade e a observância à Constituição. Cabem, também, a aliança com ferramentas tecnológicas e, conforme nos mostrou a jovem Alice, aprender a escutar e entender a posição (e dores) do outro, para construirmos alternativas melhores.

Um dos segmentos para os quais buscamos soluções e que formam um dos pilares de uma sociedade próspera é a educação. Observando-se que pode ser construída pelos componentes família, escola e trabalho, cabem-lhes também

soluções. No âmbito familiar, são bem-vindas as iniciativas que ajudem a transmitir aos filhos os valores e as orientações que os guiam no amadurecimento com liberdade e autenticidade, para que enfrentem os desafios de sua geração. Cursos presenciais ou remotos com apelo aos resultados futuros, incluindo melhor convivência em casa, maior alcance profissional e também retorno financeiro, podem ser bons atrativos.

No âmbito escolar, destacam-se as possibilidades de ensino híbrido, com a parcela remota propiciando o aprofundamento em temas específicos e a maior utilização de professores particulares ou ferramentas de aprendizado virtual, e a parcela presencial garantindo a exposição do aluno ao mundo real, repleto de visões e comportamentos diferentes. Destaco também o exemplo da Escola Lumiar, que volta às bases gregas de educação e prioriza a pedagogia com o amadurecimento de acordo com o desenvolvimento de cada um. Outras iniciativas são a bem conhecida Junior Achievement, com diversos programas que conectam o estudante ao mercado de trabalho, e o uso de parcerias público privadas, tanto no formato vale-escola (*voucher*), em que o governo repassa à família os valores equivalentes ao preço de escolas particulares, quanto no formato escolas autônomas (*charter schools*), em que escolas públicas são franqueadas ou licenciadas para a gestão privada.

Outra fonte de ensino que vem ganhando força e adesão nos últimos anos é caracterizada por plataformas online de conhecimento, com destaque para a Brasil Paralelo, que traz inclusive um Núcleo de Formação que possibilita a construção (ou reestruturação) de valores morais e éticos, dentre outros conteúdos. Tais plataformas, inclusive, são alternativas para jovens e adultos que estão no mercado de trabalho, por meio da concessão de assinaturas por parte das empresas, por exemplo.

Não menos importante, as iniciativas privadas podem ainda promover o diálogo entre diferentes, oportunizando o crescimento dos envolvidos e dos espectadores. Um caso recente é o debate no canal *Inteligência Ltda* no YouTube¹¹, em que o cientista político André Lajst brilhantemente traça um panorama histórico do conflito entre Israel e Palestina, realinha perspectivas atuais tendenciosas e indaga visões fragmentadas de cunho progressista. Assim, é mais possível quebrar o que o pensador espanhol José Ortega y Gasset chamou de “homem da massa”¹² no século XX – o indivíduo médio que busca apenas a satisfação de suas necessidades imediatas e a participação nos frutos do progresso, sem entender as tradições científicas clássicas que tornaram o progresso possível. Soa atual?

Após trilhar as ideias acima, passando pelo panorama atual e a partir dele buscando alternativas aos desafios, fica a reflexão sobre como contornar os embates, baixar as linhas de defesa de grupos interlocutores e promover maior

adesão às soluções, ponderando melhor a nossa média. Nesse último exemplo, Lajst mostra que a posição de escuta, a intenção empática e o questionamento via método socrático – ao invés da imposição de nossa “verdade” – são benéficos. Assim, corrobora a orientação do pensador Erikson de não limitar a interpretação dos fatos ao ponto de vista que nos convém, o que impede o reconhecimento de porções da realidade e, portanto, resulta em um modelo mental de mundo adulterado, inadequado a uma interação eficaz.

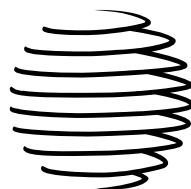
REFERÊNCIAS

1. SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.
2. MOTTA, Fernando C. Prestes; CALDAS, Miguel P. *Cultura Organizacional e Cultura Brasileira*. Atlas, 1997.
3. BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Referencial de Combate à Fraude e à Corrupção (Aplicável a órgãos e entidades da Administração Pública)*. 2. ed. Brasília: TCU, 2018.
4. REVISTA DA CGU. Presidência da República, Controladoria-Geral da União. Ano III, nº 4, Junho/2008. Brasília: CGU, 2008.
5. HICKS, Stephen R. C. *Guerra Cultural: como o pós-modernismo criou uma narrativa de desconstrução do ocidente*. Tradução de Matheus Paccini. São Paulo: Faro Editorial, 2021.
6. “O que foi a Escola de Frankfurt?” Disponível em: https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/o-que-foi-escola-de-frankfurt?utm_medium=%2Fnoticias%2Fa-estrategia-invisivel-de-antonio-gramsci. Acesso em: 20 out. 2023.
7. “O que é ser progressista?” Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62491258>. Acesso em: 20 out. 2023.
8. *A Crise da Cultura*. Direção: Brasil Paralelo. 2021. Disponível em: <https://plataforma.brasilparalelo.com.br/playlists/a-crise-da-cultura>. Acesso em: set-out. 2023.
9. #StatusOfMind. Social media and young people’s mental health and wellbeing. RSPH and the Young Health Movement. Disponível em: <https://www.rsph.org.uk/static/uploaded/d125b27c-0b62-41c5-a2c0155a8887cd01.pdf>. Acesso em: 21 out. 2023.
10. ORTEGA Y GASSET, José; PINTO MICHAEL, Marylene; CAVALHEIRO, Maria Estela Heider. *A Rebelião das Massas*. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1962.
11. VERISSIMO, R. *Desenvolvimento Psicossocial (Erik Erikson)*. Porto: Faculdade de Medicina do Porto, 2002. 1. ed.
12. DEBATE: ISRAEL, PALESTINA E HAMAS: ANDRÉ LAJST E THIAGO ÁVILA – Inteligência Ltda. Podcast #991. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IHjBt-vhABcg>. Acesso em: 24 out. 2023.



FABRÍCIO ZORTÉA CAMOZZATO

Advogado, associado do IEE.



DOS INCENTIVOS ESTATAIS À CULTURA

INTRODUÇÃO

A cultura é elemento indissociável da humanidade. Qualquer sociedade, povo ou comunidade é detentor de uma cultura própria, cujas características emergirão espontaneamente, ainda que estas possam ser influenciadas por fatores externos, como a própria relação com outras culturas. O Estado, em especial o brasileiro, tem instituições e políticas voltadas à cultura. Será objeto do presente artigo, portanto, uma análise da relação entre cultura e Estado, e especialmente sobre as políticas de “incentivo” cultural e seus supostos fundamentos de existência.

CULTURA E INTERVENÇÃO ESTATAL

Não há conceituação uníssona para o termo “cultura”. Talvez a de maior aceitação seja aquela no sentido de Edward Burnett Tylor, quando diz que cultura é um “complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e todas as demais capacidades e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade”¹.

Independentemente do conceito adotado, é fato que não existe sociedade, povo ou comunidade *sem* cultura. Ainda que esta possa ter baixo grau de sofisticação ou complexidade, haverá sempre *alguma* cultura. Qualquer povo terá uma linguagem específica, com seu sotaque local, terá peculiaridades quanto ao funcionamento da economia, ouvirá músicas específicas, produzirá arte, praticará determinados rituais (religiosos ou não), comerá determinado tipo de comida, que envolverá preparos específicos, com nomes específicos, e assim por diante. Assim, qualquer indivíduo que diga que o outro “não tem cultura” compreende que sua própria cultura é superior à do outro. Ele está vendo a cultura como um conceito hierárquico², embora possa reconhecer a existência de *alguma* cultura do indivíduo ou povo que tenta inferiorizar.

¹ TYLOR, Edward Burnett. A ciência da Cultura. In: CASTRO, Celso (org.) *Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p.69.

² BAUMAN, Zygmunt. *A cultura no mundo líquido moderno*. Rio de Janeiro: JorgeZahar, 2013.

Partindo do pressuposto de que não há povo sem cultura, o que justifica a intervenção estatal nesse âmbito? No que há de se intervir quando a existência cultural é intrínseca à existência humana? Restringiremos nosso objeto de análise às leis e aos mecanismos de “incentivo” à cultura, quando o governo (federal, estadual ou municipal) decide apoiar financeiramente o projeto A, B, ou C, seja com recursos próprios (oriundos do prévio recolhimento de tributos) ou por meio de renúncia fiscal (tributos que deixam de ser recolhidos por empresas para serem direcionados diretamente a um projeto de escolha da empresa, desde que este tenha sido previamente aprovado pelo governo). Em qualquer caso, portanto, o governo seleciona projetos para serem financiados pela sociedade como um todo.

Um dos corriqueiros fundamentos utilizados na defesa das tais leis de incentivo é o de simples apoio financeiro a artistas, intelectuais e profissionais correlatos da cultura. Sendo esse o caso, temos que o incentivo representa uma mera política de redistribuição de renda, com todos os problemas que isso traz consigo. Seria moral a sociedade, como um todo, subsidiar artistas e intelectuais em detrimento de qualquer outra ocupação profissional? Ou, ainda pior, por que subsidiar uma ocupação que pode perfeitamente se adequar às condições de livre mercado, quando tanto se fala da miséria ou outros problemas sociais gravíssimos que assolam o país? A “cultura”, em seu conceito mais amplo – intrínseca à humanidade –, nunca precisou de incentivos para se desenvolver. Milton Friedman relembra que³:

Os grandes avanços da civilização, na arquitetura ou na pintura, nas ciências ou na literatura, na indústria ou na agricultura, nunca emanaram de governos centralizados. (...) Newton e Leibnitz; Einstein e Bohr; Shakespeare, Milton e Pasternak; Whitney, McCormick, Edison e Ford; Jane Addams, Florence Nightingale e Albert Schweitzer; nenhum desses desbravadores ampliou as fronteiras do conhecimento humano, da literatura, da tecnologia ou da atenuação da miséria humana em resposta a diretrizes governamentais. Suas realizações foram frutos do gênio individual, de visões minoritárias obstinadas, do clima social propício à variedade e à diversidade.

Indivíduos, sejam artistas, intelectuais, empresários ou cientistas, são recompensados pela sociedade na medida em que atendem às demandas dessa mesma sociedade. O mercado, que nada mais é do que o sistema de trocas voluntárias, premia quem os consumidores entendem que atende melhor às suas demandas, como menciona Ludwig Von Mises⁴, “O processo que torna algumas

³ FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017, p. 4.

⁴ MISES, Ludwig Von. *A Mentalidade Anticapitalista*. 3. ed. São Paulo: LVM, 2017. E-book.

pessoas ricas é, ao contrário, o corolário do processo que aumenta a satisfação das necessidades de muitos. Os empresários, os capitalistas e os tecnólogos prosperam na medida em que melhor atendem aos consumidores”.

Nesse sentido, assim como em qualquer outro ramo de atividade econômica, haverá uma classe artística extremamente bem-sucedida, enquanto outra nem tanto. Alguns conseguirão ganhar um bom dinheiro, mas não serão ricos. Outros pagarão seus custos e seguirão investindo na carreira, na crença de que poderão “deslanchar” futuramente. Outros seguirão operando em prejuízo e possivelmente terão que mudar de ramo. Tudo isso ocorrerá em qualquer outro mercado ou profissão: o padeiro, o marceneiro, o advogado, o *chef* de cozinha ou um empreendedor qualquer. Um profissional ou empreendimento terá êxito financeiro na medida da demanda que atender. Esse é o sistema de livre mercado. A única diferença com relação à cultura é que o padeiro, o marceneiro, o advogado ou o *chef* de cozinha não têm uma “lei de incentivo” para chamar de sua. Portanto, se as leis de incentivo à cultura são importantes para subsidiar artistas ou uma “cena cultural” que precisa de apoio para se sustentar financeiramente, não haveria por que o governo não criar medidas para subsidiar profissionais malsucedidos de outras profissões.

A bem da verdade, alocar recursos para onde eles não fluiriam naturalmente implica por definição em uma má alocação de recursos. Isso também é verdade para os empregos gerados com o investimento em cultura. Argumenta-se que tais incentivos “geram empregos”, desconsiderando que os bilhões de reais aplicados na área são dinheiro dos contribuintes e, dessa forma, se não tivessem sido recolhidos aos cofres públicos e fluíssem para tais incentivos, também teriam circulado no mercado e gerados empregos – só que *outros* empregos. Empresas poderiam investir em seu negócio, contratar mais pessoas, ou até mesmo distribuir lucro aos acionistas, que, então, gastariam os recursos como bem entendessem. As pessoas físicas, igualmente, comprariam bens, investiriam, contratariam pessoas para serviços domésticos, reformariam suas casas. A única diferença, portanto, é que a geração de empregos derivada do “incentivo” à cultura corresponde a uma alocação não natural e voluntária dos recursos, destinada a um setor específico em vez de diluída na economia de mercado.

Ainda sobre o argumento da necessidade de subsídio a profissionais de determinado setor, é simplesmente natural de um sistema capitalista que as pessoas possam assumir riscos e, por consequência, possam às vezes não ser financeiramente bem-sucedidas. É importante a ênfase em “financeiramente”, pois em um Estado de Direito o indivíduo será livre para escolher a sua profissão, o que implica também arcar com os ônus da sua escolha. Há quem escolha uma profissão com boas chances de trazer conforto sob o aspecto financeiro, mas que exija uma

rotina por vezes tediosa e burocrática, como um funcionário público ou advogado. Outras renunciarão ao conforto financeiro em prol de maior liberdade, criatividade e aventura, como um músico ou um pintor. A escolha de quaisquer desses ofícios implica em benefícios e renúncias: os primeiros provavelmente se sairão melhor financeiramente, enquanto os segundos provavelmente terão maior qualidade de vida (ao menos em termos de autonomia, flexibilidade de horário, liberdade para trabalhar de onde quiserem). O que queremos dizer é que a liberdade de escolha implica na aceitação dos ônus e dos riscos dela decorrentes. Por consequência, a eliminação dos riscos só seria possível mediante a correspondente eliminação da liberdade de escolha. Como diz Roger Scruton⁵, “(...) a escolha verdadeiramente livre e autônoma é aquela que respeita a soberania do indivíduo, concedendo-lhe o direito de dispor de sua vontade, seu trabalho e sua propriedade”.

Não nos parece aceitável, portanto, o argumento do subsídio ou auxílio financeiro. É fato, por outro lado, que governos e políticos em geral têm interesse em se utilizar da pauta cultural para promover sua ideologia ou favorecer indivíduos que, por sua vez, defenderão a ideologia ou utilizarão sua popularidade para promover esses mesmos políticos. Essa estratégia é especialmente conhecida na esquerda, defensora ferrenha “da cultura”, utilizando-se de artistas e intelectuais para impulsionar sua pauta ideológica. Se um dos argumentos em defesa dos “incentivos” culturais é o da necessidade de subsidiar artistas ou projetos culturais necessitados, na prática vemos políticos e artistas renomados sendo beneficiados com grande monta de recursos públicos. Por exemplo, a Lei Rouanet, mais conhecida como Lei de Incentivo à Cultura, do governo federal, já foi utilizada para financiar o documentário biográfico “O Vilão da República”, sobre o político petista José Dirceu. O valor arrecadado foi de aproximadamente R\$ 1,5 milhão, por meio de renúncia fiscal. Dirceu, lembremos, foi condenado nos escândalos do Mensalão, do Petrolão e da Operação Lava Jato. O incentivo à cultura, nesse caso, foi utilizado na tentativa de auxiliar a limpar a imagem do político. Outros projetos apoiados com valores milionários visavam favorecer artistas bem consolidados no mercado, como MC Guimê, Maria Bethânia, Luan Santana, Claudia Leitte, dentre tantos outros⁶. Tais incentivos, evidentemente, são mais utilizados como ferramenta política para obtenção de apoio e promoção de pautas específicas do que para promoção da cultura. Também servem para aumentar a popularidade de determinado governo e apaziguar os ânimos

⁵ SCRUTON, Roger. *Tolos, fraudes e militantes*. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018, p. 213.

⁶ A exemplo: <https://www.visse.com.br/os-12-projetos-mais-bizarros-aprovados-pela-lei-rouanet/>

com relação a problemas sociais, o que também é conhecimento como uma política “pão e circo”.

Mas ainda que se tentasse olhar sob o prisma da comunidade afetada por esses projetos (ou seja, as pessoas que assistiram ao filme do José Dirceu, ou aquelas que foram aos *shows* dos artistas mencionados), não há qualquer indicativo de que tais intervenções tenham efetivamente agregado qualquer *valor cultural* às pessoas. A dificuldade de se estabelecer um indicador para verificar o “nível cultural” antes e depois de uma intervenção (ou de anos de intervenção) certamente facilita ao governo que não preste contas da efetividade das suas políticas. Pode prestar contas, claro, sobre quantos projetos apoiou e quanto dinheiro forneceu, mas jamais sobre o efetivo impacto cultural da medida sobre o povo.

Em 9 de abril de 2023, o governo divulgou que a Lei Rouanet autorizou a liberação de cerca de R\$ 1 bilhão para 1.946 projetos aprovados⁷, sendo que o orçamento previsto para 2023 é de R\$ 2,1 bilhões⁸. Nos últimos vinte anos, o valor investido em cultura via renúncias fiscais ultrapassa os R\$ 40 bilhões⁹. Isso em um país em que 35 milhões de pessoas vivem sem saneamento e a educação básica é de enorme precariedade. Portanto, antes que profissionais da cultura sejam beneficiados com dinheiro público, muito mais adequado seria se estes simplesmente se sujeitassem às regras do livre mercado e o dinheiro público fosse aplicado às necessidades mais elementares do ser humano – ou deixado com os contribuintes para que gastassem como bem entendessem. Estamos literalmente subsidiando a cena cultural enquanto crianças não têm acesso a esgoto. Se vamos permitir ao Estado o poder de recolher e alocar tais recursos, que seja por um critério de necessidade – independentemente do setor em que atuam –, e não direcionado a uma classe privilegiada.

Outro problema das leis de incentivo à cultura, cuja implementação fica a cargo do Poder Executivo, é que tendem a favorecer o governo vigente. Se a esquerda não gostaria que o governo de Jair Bolsonaro se utilizasse de verbas públicas para incentivar manifestações culturais associadas ou produzidas por indivíduos associados à direita, o inverso também é verdadeiro. Aliás, tanto Gil-

⁷ <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/obrasilvotou/desenvolvimento/lei-rouanet-liberacao-de-quase-r-1-bilhao-serao-destinados-a-1-946-projetos#:~:text=Desenvolvimento-,Lei%20Rouanet%3A%20libera%C3%A7%C3%A3o%20de%20quase%20R%24%201%20bilh%C3%A3o,ser%C3%A3o%20destinados%20a%201.946%20projetos&text=O%20Governo%20Federal%20autorizou%20a.estavam%20sem%20autoriza%C3%A7%C3%A3o%20de%20movimenta%C3%A7%C3%A3o.>

⁸ <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2023/02/polemica-sobre-a-lei-rouanet-volta-apos-liberacao-de-projetos-cldn0elj5000201ejqhrnw08w.html>

⁹ Os dados foram obtidos em <https://aplicacoes.cultura.gov.br/comparar/salicnet/>, e os valores dos anos passados foram corrigidos monetariamente pelo IPCA-E.

berto Gil quanto Mário Frias, Ministros da Cultura em épocas distintas e de polos ideológicos opostos, tentaram intervir nas leis de incentivo: o primeiro tentou trazer novamente ao Estado a absoluta prerrogativa de escolher os projetos investidos (atualmente, o governo aprova determinados projetos e a empresa que faz a renúncia fiscal escolhe em qual aportar); o segundo tentou, por meio de portarias e regulamentações, “moralizar” a política cultural.

Sem dúvidas se trata de uma ferramenta poderosa à disposição do governo estabelecido. Esse perigo, contudo, é ainda maior em tempos de forte relativismo cultural, que, em síntese, significa a compreensão de que não há cultura “superior” ou “inferior”. Em que pese por vezes seja difícil afirmar que uma cultura é melhor do que a outra, qualquer relativismo cultural deve encontrar limites nos direitos do indivíduo. A cultura, lembremos, é adquirida pelo indivíduo no seu desenvolvimento como membro da sociedade. Os direitos individuais são intrínsecos à existência humana e, portanto, anteriores à cultura, de modo que eventual agressão a eles não poderá ser tratada sob o pretexto de se tratar de uma manifestação cultural de qualquer espécie. Afinal, uma tolerância a culturas intolerantes pode ser a derrocada da cultura tolerante e a dominação da intolerante. Esse é o paradoxo de Karl Popper, mais bem descrito pelo próprio¹⁰:

A tolerância ilimitada pode levar ao desaparecimento da tolerância. Se estendermos a tolerância ilimitada até àqueles que são intolerantes; se não estivermos preparados para defender uma sociedade tolerante contra os ataques dos intolerantes, o resultado será a destruição dos tolerantes e, com eles, da tolerância.

Considerando que governos vêm e vão, com ideologias e intenções diversas, o melhor é que tal ferramenta não esteja à sua disposição, e que as pessoas possam ser livres de intervenções e diretrizes, sejam culturais ou educacionais. Nos parece, portanto, que as leis de incentivo à cultura são utilizadas principalmente como ferramenta de redistribuição de renda (normalmente também a indivíduos ou grupos alinhados ideologicamente ao governo), propaganda ideológica ou até mesmo corrupção¹¹. A cultura é elemento indissociável da humanidade, e podemos reconhecer sua existência, portanto, pelo menos desde a revolução cognitiva do *Homo sapiens*, estimada em 70 mil anos atrás¹². A bem da verdade, a existência de “incentivos” do Estado à cultura – cujo principal marco,

¹⁰ POPPER, Karl. *A Sociedade Aberta e seus Inimigos*. Belo Horizonte: Editora Itataia, 1974.

¹¹ <https://www.camara.leg.br/noticias/512743-relatorio-final-da-cpi-da-lei-rouanet-sugere-indiciamento-de-investigados/>

¹² HARARI, Yuval Noah. *Sapiens, uma breve história da humanidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

no Brasil, se deu com a criação do Ministério da Cultura, em 1985 – diz muito mais respeito a uma mudança de entendimento sobre o papel do Estado na vida dos indivíduos. Nesse processo de expansão de um Estado intervencionista ou “social-democrata”, contudo, o Estado deixa de se atentar para o que seria o seu principal papel, como argumenta Hans-Hermann Hoppe¹³:

Em nome da segurança nacional, pública ou social, os zeladores democráticos nos “protegem” (...) de incontáveis outros “inimigos” públicos e perigosos. Ainda assim, a única tarefa que o governo deveria assumir – proteger a vida e a propriedade – ele não o realiza. Ao contrário, quanto mais o gasto do Estado em segurança nacional e em programas sociais e públicos aumentou, mais os direitos à propriedade privada diminuíram, mais a propriedade foi expropriada, confiscada, destruída e depreciada, e mais as pessoas foram privadas da própria fundação de todas as proteções: a independência pessoal, a força econômica e a riqueza privada.

Em conclusão, outorgar ao Estado o poder de intervir culturalmente implica estabelecer um mecanismo de redistribuição de renda para uma classe em detrimento de todas as demais, bem como permitir uma retribuição financeira do governo para aliados ou promotores, ao estilo “amigos do rei”. É impedir ou interferir na própria emergência espontânea da cultura. Corresponde, por fim, a uma má alocação de recursos públicos em uma sociedade com problemas sociais profundos.

REFERÊNCIAS

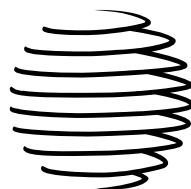
- BAUMAN, Zygmunt. *A cultura no mundo líquido moderno*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.
- FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.
- HARARI, Yuval Noah. *Sapiens: uma breve história da humanidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- HOPPE, Hans-Hermann. *Uma breve história do homem: progresso e declínio*. São Paulo: LVM Editora, 2018. Pág. 142.
- MISES, Ludwig Von. *A Mentalidade Anticapitalista*. 3ª Ed. São Paulo: LVM Editora, 2017. E-book.
- POPPER, Karl. *A Sociedade Aberta e seus Inimigos*. Belo Horizonte: Editora Itataia, 1974.
- SCRUTON, Roger. *Tolos, fraudes e militantes*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2018. Pag. 213.
- TYLOR, Edward Burnett. *A ciência da Cultura*. In: CASTRO, Celso (org.) *Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p.69.

¹³ HOPPE, Hans-Hermann. *Uma breve história do homem: progresso e declínio*. São Paulo: LVM Editora, 2018, p. 142.



CAETANO FLORIAN ROBERTI

Empreendedor, associado do IEE.



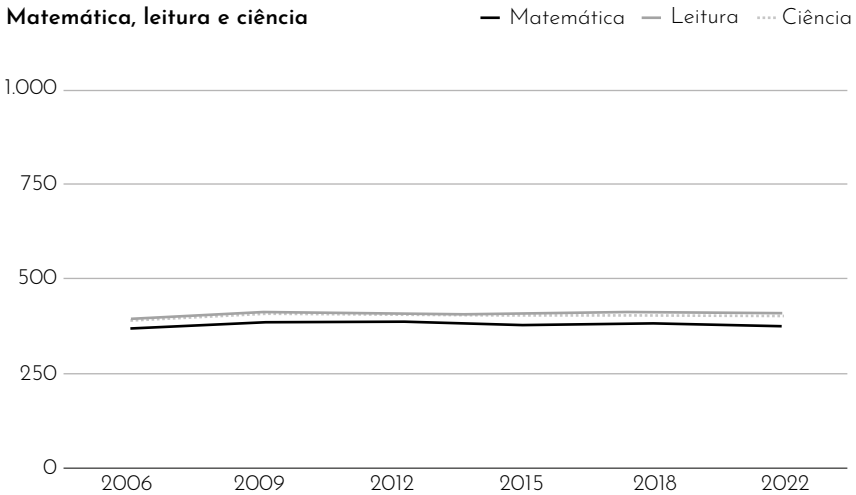
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E LIBERDADE

INTRODUÇÃO

A construção do conhecimento, acumulado ao longo de séculos, é o alicerce sobre o qual as sociedades modernas se erguem. O desenvolvimento científico e tecnológico aliado a um sistema de livre-iniciativa e concorrência criou um ambiente propício para inovações contínuas que impactam não apenas a estrutura física, mas também o nosso entendimento da própria sociedade e universo. O conhecimento não é estático, mas sim dinâmico, e, com o passar do tempo, cada vez mais avançamos sobre sua fronteira e empurramos os limites do que conseguimos alcançar.

É nesse contexto que a educação assume um papel primordial. Ela é a catalisadora desse processo. Com ela, não apenas são transmitidos os conhecimentos passados, mas também esses são questionados, expandidos e reinventados. A formação intelectual ajuda a nutrir e moldar as mentes curiosas e inquisitivas e prepara as novas gerações não apenas para herdar aquilo que foi construído no passado como também para contribuir ativamente no avanço das fronteiras do conhecimento.

Embora a educação desempenhe um papel crucial na nossa sociedade, ela parece ser menosprezada no Brasil. Uma análise dos resultados do Pisa de 2022, *ranking* que mede o desempenho em leitura, matemática e ciências, revela que o Brasil se encontra nas últimas posições, com suas médias abaixo das da OCDE. Esse resultado, infelizmente, não foi atípico. Uma revisão nos dados históricos, que começaram em 2006, mostra um desempenho consistentemente baixo e estagnado. Essa estagnação sugere que nos últimos dezesseis anos não conseguimos ter avanços significativos na qualidade da educação no país. Diante desse cenário desafiador, torna-se necessário buscar abordagens inovadoras que possam trazer resultados positivos e que impulsionem a qualidade da nossa educação.

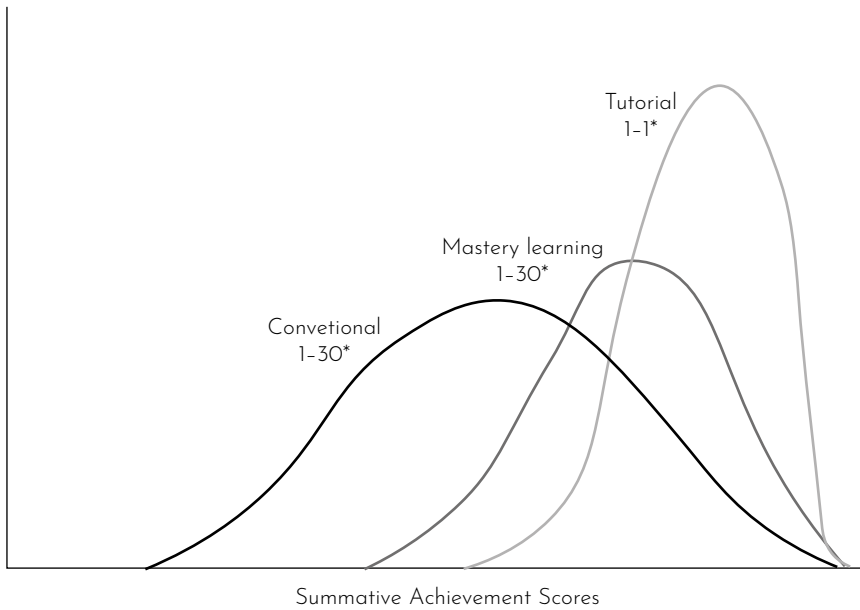
**FIGURA 1.**

Fonte: BLOOM, B. S. The 2 sigma problem: The search for methods of group instruction as effective as one-to-one tutoring. *Educational Researcher*, [S.l.], v. 13, n. 6, p. 4-16, jun./jul. 1984. Disponível em: <https://web.mit.edu/5.95/readings/bloom-two-sigma.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2024.

PROBLEMA DOS 2 SIGMAS

O “Problema dos Dois Sigmas” foi identificado pelo educador Benjamin S. Bloom em 1984. Sigma é uma letra do alfabeto grego representada pelo símbolo σ . No campo da estatística, Sigma é usualmente utilizado para representar desvio padrão – medida que expressa a quantidade de variação ou dispersão de um conjunto de valores. Bloom descobriu que os alunos que aprendiam com um tutor individual apresentavam um desempenho superior de dois desvios padrão em relação aos alunos convencionais.

Para esse estudo, o autor utiliza dois estudos, Anania (1982, 1983) e Burke (1984), em que foram feitos experimentos com estudantes de 4º, 5º e 8º ano. Eles foram divididos aleatoriamente em três diferentes grupos: convencional, aprendizado baseado em domínio¹ (*mastery learning*) e tutoria individualizada.



June/July 1984

FIGURA 2. Distribuição de desempenho para alunos em aprendizagem convencional, de domínio e instrução tutorial.

Fonte: BLOOM, B. S. The 2 sigma problem: The search for methods of group instruction as effective as one-to-one tutoring. *Educational Researcher*, [S.l.], v. 13, n. 6, p. 4-16, jun./jul. 1984. Disponível em: <https://web.mit.edu/5.95/readings/bloom-two-sigma.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2024.

Conforme ilustrado no gráfico acima, adaptado de Bloom (1994), pode-se perceber uma melhora de desempenho com o aprendizado baseado em domínio e uma significativa melhora no método de tutoria individual. Em termos práticos, os dois desvios padrão significam que um aluno com resultados medianos em um sistema convencional pode apresentar resultados excelentes e um aluno com resultados ruins pode apresentar resultados medianos.

O Problema dos Dois Sigmas sugere que, se os métodos de ensino forem adaptados para se aproximarem da eficácia da tutoria individual, poderemos testemunhar avanços significativos. Poderia tornar a aprendizagem acessível a todos, garantindo que cada estudante, especialmente aqueles frequentemente excluídos, possa alcançar seu pleno potencial.

GRANDE MODELO DE LINGUAGEM

O ChatGPT, da empresa OpenAI, foi um dos apps de consumo que cresceram mais rápido em toda a história, alcançando a marca de 100 milhões de usuários em apenas dois meses de funcionamento. Em comparação, o Facebook, um dos aplicativos mais utilizados no mundo e que atualmente tem mais de 3 bilhões de usuários mensais ativos, demorou quatro anos e meio para atingir essa marca.

O ChatGPT é uma aplicação avançada de inteligência artificial (IA) que utiliza como base um modelo de linguagem de grande escala, ou *Large Language Model* (LLM). Esses modelos são especializados em compreender, interpretar e produzir linguagem humana de forma natural. Eles são treinados com bilhões de palavras, utilizando como fonte livros, artigos, *blogs* e mensagens.

Os modelos de linguagem, dotados tanto de capacidades de compreensão quanto de geração de texto, são ideais para desenvolver aplicações de chatbot. Esses robôs conseguem interagir com humanos usando linguagem natural. Tais modelos podem ser de dois tipos: generalistas, como o ChatGPT, que têm amplo conhecimento, abrangendo diversas áreas; ou especializados, treinados com informações detalhadas para atender necessidades específicas de determinados casos de uso.

Os LLMs têm um vasto potencial de aplicações em diversos setores e com certeza são uma tecnologia que terá grande impacto na vida das pessoas. Podem-se citar, como algumas das aplicações que hoje já são viáveis, *chatbots* que fazem atendimento automatizado do cliente, assistentes virtuais, auxílio na produção e revisão de códigos de computadores, como também tutores virtuais e assistentes de professores.

KHANMIGO

A Khan Academy é uma plataforma sem fins lucrativos de ensino *on-line* fundada por Sal Khan em 2008. Sal teve a ideia da Khan Academy após ajudar seu sobrinho com dúvidas de matemática. Ele é formado em matemática e ciências da computação pelo MIT e tem MBA pela Harvard Business School, e na época trabalhava no mercado financeiro. Começou com a produção em casa de vídeos que ensinavam matemática, e hoje a plataforma abrange diversos tópicos, e inclusive está disponível em português. Em 2023, em uma parceria com a OpenAI, a Khan Academy lançou o Khanmigo, uma *chatbot* construído com base no GPT-4, fornecendo uma ferramenta interativa de aprendizado para os usuários da plataforma.

Para os estudantes, o Khanmigo imita o trabalho de um professor particular virtual. A aplicação interage com os alunos por meio de mensagens, em que o estudante pode sanar dúvidas sobre exercícios e conceitos. Quando o usuário tenta utilizar o sistema para tentar colar durante um exercício, o robô, em vez de dar a resposta, instiga o usuário a pensar e chegar na resposta por meio de perguntas. Outra funcionalidade do sistema ocorre quando o estudante fornece uma resposta errada: no lugar de o robô fornecer a resposta certa, ele explora, junto com o aluno, o raciocínio por trás da sua resposta, apontando o conceito errado que levou à conclusão errada. Os alunos também podem utilizar o chatbot para debater temas em um ambiente seguro e privado. Todas as conversas são monitoradas por um segundo sistema de IA e são gravadas, podendo ser acessadas pelos professores.

Para os professores, o Khanmigo funciona como um assistente de ensino. Os profissionais podem utilizá-lo para preparar planos de ensino, atividades docentes e exercícios, assim aumentando sua produtividade. Quando o professor está se preparando para a aula e tem alguma dúvida, a aplicação consegue não só fornecer uma explicação completa sobre o tema como também mostrar ao professor a melhor maneira de passar o conceito para os seus alunos. No futuro, poderá ser utilizado para auxiliar na correção de provas.

CONCLUSÃO

A criação do Khanmigo, um tutor virtual baseado em IA, é um testemunho do potencial quase ilimitado da iniciativa privada de transformar desafios e problemas em oportunidades de avanço e inclusão. O Problema dos Dois Sigmas ilustra uma dessas dificuldades, evidenciando a lacuna no desempenho educacional tradicional que pode ser superada com tecnologia e métodos de ensino personalizados. Por meio de iniciativas como o Khanmigo, o “Problema dos Dois Sigmas” pode ser convertido em uma “Oportunidade dos Dois Sigmas”, tornando a educação de qualidade e individualizada acessível.

Quando debatemos soluções para a educação, sempre acabamos encontrando as mesmas propostas que resultam no aumento do Estado e se esquecem da melhora da eficiência. Conforme pudemos observar ao analisarmos o *ranking* do Pisa, não parece ter surtido efeito o que vimos nos últimos anos. É preciso liberdade para tentar novas abordagens e soluções. A trajetória da Khan Academy e do Khanmigo é um exemplo inspirador de como a iniciativa privada pode liderar na resolução de problemas públicos – basta que o Estado aceite ajuda e dê o necessário espaço.

REFERÊNCIAS

BLOOM, Benjamin S. The 2 Sigma Problem: The Search for Methods of Group Instruction as Effective as One-to-One Tutoring. Disponível em: <https://web.mit.edu/5.95/readings/bloom-two-sigma.pdf>. Acesso em: fev. 2024.

DIXON, Stacy Jo. Number of monthly active Facebook users worldwide as of 4th quarter 2023. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/264810/number-of-monthly-active-facebook-users-worldwide/>. Acesso em: fev. 2024.

OPENAI. Customer stories: Khan Academy. Disponível em: <https://openai.com/customer-stories/khan-academy>. Acesso em: fev. 2024.

PORTER, Jon. ChatGPT continues to be one of the fastest-growing services ever. Disponível em: <https://www.theverge.com/2023/11/6/23948386/chatgpt-active-user-count-openai-developer-conference>. Acesso em: fev. 2024.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Atualmente, muitos temem falar o que pensam e criticar algumas autoridades. Nesse contexto, ainda há liberdade de expressão?



Convidamos Claudio Manoel para abrir este tópico.



QUEM É CLAUDIO MANOEL

Humorista, redator, diretor e colunista, foi um dos idealizadores do programa Cassetta e Planeta, que foi ao ar entre os anos de 1992 e 2010. Criou personagens que entraram para a história da televisão brasileira como "Seu Creyson", "Maçaranduba", "kekeylson", entre outros. Defensor da livre expressão, usava do humor para apresentar críticas a problemas políticos e sociais brasileiros e globais.

LIBERDADE É PASSAR A MÃO NA BUNDA DO GUARDA

Na Idade Média (também conhecida pelo clichê “A Era das Trevas”), a risada (e por consequência a piada e o humor) foi vista com desconfiança ou suspeita, algo entre o inconveniente e o pecaminoso. Rir seria como dar um certo mole para o diabo. Cair na gargalhada era o oposto à circunspeção e à seriedade necessárias (na verdade, obrigatórias) para se ter e, mais importante, exibir a fé. Só os sérios eram puros e insuspeitos.

O deboche era muito próximo do insulto, ou a mesma coisa que ele. Os inquisidores, reguladores e acendedores de fogueiras tiveram, corriqueiramente, como objetivo, a interdição, cassação e até o extermínio (que transformamos, mais recentemente, em “cancelamento”) dos discordantes, dos insubmissos, dos que não se conformavam (ou zoavam) com a ordem estabelecida.

Parecido, não é? Apesar de todas as óbvias diferenças, as semelhanças com o que nos cerca, ou insiste em tentar nos cercar em nossos dias, não são de se desprezar. Afinal, derivando um pouco o famoso dito do velho Karl, a história não se repete apenas como farsa, muitas vezes se repete como repetição mesmo.

A ideia de que uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa totalmente diferente, é difícil de sustentar. Os novos aprendizes de Torquemada não se cansam de exibir suas “boas intenções”, não só esquecendo, convenientemente, que é delas que o inferno está cheio, como também que nunca se teve notícia de algum censor, inquisidor, carrasco, ditador ou (exagerando para ser didático) até mesmo genocida que não se achava prenhe de razão. “Fazer o bem”, “combater o ódio”, “lutar contra o mal” são como mantras onipresentes entre aqueles que têm como missão autoimposta faxinar o mundo.

Ninguém, em nenhuma época, que entrou, voluntariamente, numa luta ou causa, por mais radical, sanguinária, persecutória, paranoica, inviável ou psicopata que fosse, percebeu isso no “calor da luta”. Nunca houve um combatente, guerrilheiro, revolucionário, miliciano, militante ou devoto que, ao sair de casa para mais uma jornada missionária, achou que não estivesse do lado certo e chegou para os seus entes mais queridos confessando: “Hoje papai vai ser um FDP e já volta”. Todo cerceamento, perseguição, censura, ou até mesmo banhos de sangue, sempre foi perpetrado, em qualquer tempo ou circunstância, em nome dos bons motivos.

Dito isso, pulemos para os nossos dias e, a seguir, para nossas latitudes.

“Que você viva em tempos interessantes”, se sempre foi uma milenar maldição chinesa, hoje é o nosso cotidiano, aquilo com que lidamos o tempo todo, por todo lado, agora!

De repente, sem muito aviso, fomos colocados a bordo da maior revolução que já existiu na história humana. A única mundial e simultânea, que derruba verdades e processos que estavam estabelecidos desde sempre e que, num segundo (ou muito menos), são convulsionados ou mesmo exterminados em, praticamente, todos os cantos do planeta.

Qual a diferença entre público e privado? Entre passado e presente? Entre erro e crime? Qual é a fronteira entre quem produz, cria ou consome conteúdo? O que é real e o que não é? Tudo isso sempre se soube, não se sabe mais.

Tudo é muito novo, até para quem é muito novo. As novíssimas ferramentas colocaram, literalmente, ao alcance das nossas mãos possibilidades infinitas.

Com o exponencial crescimento e barateamento da capacidade de armazenar memória, as melhorias constantes, velozes e acessíveis na definição da qualidade da imagem, o acesso quase irrestrito às tecnologias que captam, editam, finalizam e, principalmente, transmitem para uma rede de possíveis consumidores (de produtos ou ideias), que também produzem e transmitem, foram redefinidos conceitos, criadas novas realidades, atividades e profissões, e o impossível parece ter virado só uma questão de quando.

Num círculo, ao mesmo tempo, virtuoso, vicioso e vigoroso, a transformação mais radical, inédita, brutal, dominante e irreversível é também muito pouco percebida: todos agora são (ou podem ser) veículos de comunicação.

Em todo o mundo (no seu país, na sua cidade, na sua rua, na sua casa), muitos milhões de pessoas se dedicam (mesmo inconscientemente) a uma atividade, até muito pouco tempo, restrita a grandes grupos de comunicação e mídia: disputar e cativar audiência, conseguir influência, engajamento, e captar patrocínio.

Com esse excesso de veículos trafegando em todas as direções e em alta velocidade, as colisões não só são inevitáveis como também são a própria natureza da coisa toda.

Quando esse ferramental encontrou quem soube usá-lo, alguns poucos ficaram “só” muito ricos, mas muitíssimos outros souberam promover suas pautas, amplificar suas causas, definir seus quadrados, suas trincheiras, e deflagrar todos os tipos de batalhas, guerras e cruzadas.

Pautas (como o politicamente correto, por exemplo) e causas (como toda a agenda identitária “raiz”) que já estavam circulando havia algum tempo foram anabolizadas pelas ferramentas e oportunidades, ganhando vocalização, fazem-

do barulho, num complexo movimento em que tentam impor suas demandas, ganhando adeptos, influência e poder, ao mesmo que tempo que repelem, cancelam e até criminalizam os antagonismos ou dissidências. A bolha quer aumentar, mas não quer sair da bolha.

Isso nos coloca numa época e lugar onde quem ainda não fez nada se acha capaz e no dever de acusar e julgar tudo, que tem como valor mais importante derrubar estátuas do que as esculpir.

Qualquer Zé (ou Maria) Ruela, mesmo não sabendo diferenciar “mas” de “mais”, pode desconfiar de Shakespeare, repudiar Nelson Rodrigues e Monteiro Lobato, xingar Picasso, se ofender com marchinhas de carnaval de quase cem anos atrás e ainda posar de bacana, ganhando (muitas vezes muito) com isso.

Nunca foi tão fácil ser um justiceiro social. Nunca existiram tantos “combatentes” que, desde o berço, jamais questionaram a “certeza da geladeira cheia” ou temeram por seu fim (graças à opulência e ao “exagero” do capitalismo, mas não vamos falar disso agora). Hoje, com muito pouco esforço e nenhum risco, mesmo em ambientes refrigerados e sem sair do lugar, qualquer um pode “lutar” e se sentir heroico, condenar e se achar moralmente superior, denunciar e propagar os erros alheios para mostrar que está acima deles, promover boicotes, linchamentos e, com sorte, aumentar seus seguidores, ser um influencer e monetizar tudo isso, afinal, ninguém é de ferro. #forçaguerreiro.

Na distopia nossa de cada dia, essa “revolução dos nichos”, que aparenta ter vindo para ficar, premia muito mais quem ocupa os extremos, vocifera e intimida. São esses que viralizam, viram memes, ganham *likes* e *deslikes*, tudo isso somado, significando audiência, ou, na tradução atual: influência.

Os que ainda acreditam em construir pontes, que se pode convencer o discordante (ao invés de calá-lo, proibi-lo), que existem zonas cinza, são vistos como portadores de uma mistura de ingenuidade, anacronismo, nostalgia, miopia ou chatice.

Todas as conquistas de direitos civis, na história do Ocidente (que é onde eles existem), se deram por meio do convencimento dos não convencidos, até se obter maioria ou consenso. Isso demonstra que quem só xinga, acusa e exclui não está nem aí para o sucesso do que diz reivindicar e defender.

Mas e daí? É isso mesmo. Essa é a *vibe*, o *zeitgeist*, o que temos para o almoço. O que importa é fazer barulho, aparecer bem na foto e lacrar para lucrar (nem sempre monetariamente, mas se rolar... quem há de reclamar?).

Para defender seus territórios (ou engajar e fidelizar seus seguidores) vale tudo, menos permitir a dúvida, tolerar a dissidência, os questionamentos, muito menos o contraditório. Tudo é dicotômico, maniqueísta, definitivo: “nós contra

eles”, “quem não está comigo está contra mim”, “o inimigo do meu inimigo é meu amigo”.

Os novos pecados e crimes surgem não se sabe bem de onde, mas quase sempre sinalizam a apropriação do uso da linguagem como arma de interdição, seja do debate, seja do debatedor.

Afinal, o ódio é exercido sempre e somente pelo inimigo. Importa mais quem fala do que o que se fala, como diz o “rei dos cancelados”, Danilo Gentili. Uma bobagem dita por um aliado ou ídolo é só uma bobagem, no máximo, uma gafe; a mesma coisa saída da boca de um adversário é imperdoável e precisa ser cerceada e punida.

E o que não se nota é que, ao se extinguir a misericórdia, muito do que se conquistou historicamente (liberdade de expressão, fim da censura, democracia, pluralidade de ideias, direitos de minorias, etc.) à custa de muita luta e sofrimento escoou pelo ralo.

É para dominar (e interditar) o debate que a palavra X, do nada, vira racista, a Y, machista, ou capacitista ou qualquercoisafóbica. Essa novílingua que vai surgindo está longe de ser somente paródica, risível ou folclórica. É a tentativa constante (se será bem-sucedida ou não é outra questão, mas que é insistente, é) de dominar a linguagem, impor pautas, anular oponentes e ganhar espaço que, geralmente, vem junto com poder, renda e patrimônio.

Esse tipo de zen-fascismo, que nasceu no final dos anos 80, em alguma universidade californiana, foi se alastrando pelo mundo, exportando seus indexes, catecismos, mitos e punições até que, algumas décadas depois, desembarcou entre nós. É como dizia o genial, saudoso e insubstituível Millôr Fernandes: “As ideologias, quando ficam bem velhinhas, vêm morar no Brasil”.

Por isso, surge a “urgência” de se discutir “linguagem neutra”, num país onde as conjugações mais usadas da primeira pessoa do plural do verbo Ser, no presente do indicativo, são “É nós!”, ou “A gente somos”. Além de ignorar (por ignorância, esquecimento ou ideologia?) que o idioma falado por aqui flexiona em gênero em quase tudo (artigos, adjetivos, substantivos, participios e até alguns numerais), ao contrário do inglês, onde isso só acontece nos pronomes.

O que prova – assim como no uso de palavras ou expressões como “gatilho”, “lugar de fala”, “microagressão”, conceitos ou hashtags, tipo: “palavras machucam”, “mexeu com uma, mexeu com todas” e, principalmente, na “questão racial”, quando toda a história da nossa mestiçagem passa a ser vilipendiada, ou se adota o (pre)conceito “quem não é branco, preto é”, com uma pequena variação: “quem não é preto ou pardo, branco é”, esquecendo ou ignorando que o primeiro era o lema da KKK, a organização racista, não a onomatopeia virtual para risada – como o nosso “progressismo”, mesmo sendo 100% antiamericano, impor-

ta, automaticamente, qualquer causa, tese ou modinha intelectual lançada nos States (geralmente, com algumas décadas de atraso, como já foi dito).

Então qual é a proposta? É para mudar o idioma? Reescrever totalmente a história? Isso não parece realizável, não soa exequível. E não precisa ser. Lembre-se de que ninguém está nessa para fazer avançar ou mudar nada, a ideia é fazer barulho, marcar posição, repercutir e colher os frutos, que podem ser de vários tipos, mas todos prometem ser apetitosos para quem os semeia e cultiva.

E mesmo tendo vindo de fora, como um tipo de espécie invasora e exótica, essa coisa toda se aclimatou e já está entre nós (não em toda parte, mas cada vez em mais lugares) como se nativa fosse. No entanto, a verdade é que mesmo que o fenômeno (a imersão nas redes, as discussões sobre limites, *fake news*, politicamente correto, etc.) seja mundial, também temos nosso *brazilian way*, nossas características e peculiaridades.

Primeiro, é sempre bom lembrar que, embora não sendo os únicos, o Brasil vinha num movimento ascendente (e relativamente recente) em direção à total liberdade de expressão.

Não tinha passado tanto tempo assim dos anos vividos sob uma ditadura, que construiu todo um aparato estatal para controle da opinião e circulação de conteúdos e ideias. Com um Departamento de Censura Federal constituído e vigilante, numa época em que os “chefes da Censura” eram famosos (Coriolano Nunes, Dona Solange Hernandez, que inspirou até música, são os que lembro), por terem seus nomes e assinaturas exibidos nos certificados que apareciam, obrigatoriamente, antes de cada filme ou programa de TV.

Sem falar do recolhimento de livros e apreensão de edições de jornais, tabloides e revistas, muitas vezes levando à prisão os responsabilizados e até mesmo à morte sob tortura (vide o caso do jornalista Wladimir Herzog).

Até eu, ao participar da organização de festivais de música do meu colégio, em meados da década de 1970, todo ano fazia o périplo à Polícia Federal para conseguir a liberação das músicas inscritas e compostas por perigosos subversivos de 12, 13 anos de idade.

A censura oficial caiu de podre, ridicularizando-se em episódios como a proibição da exibição na TV do Balé Bolshoi, por ser russo e, portanto, comunista, ou pela patética obsessão por genitálias, que eram (sem trocadilho) perseguidas, apagadas, cobertas por bolinhas pretas, proibidas em filmes e revistas. E com o seu fim e antes da chegada dos algoritmos, vivemos um período de liberou geral, com o término da “longa noite da ditadura” e a chegada da “festa da democracia”.

A nossa parecia não ter hora para acabar, mas toda festa acaba (os quase vinte anos do Casseta & Planeta Urgente! no ar, liderando o horário nobre da principal emissora do país, me servem de testemunho, do apogeu e início da

desidratação da liberdade de expressão em terras brazucas ao longo desse longo período).

Não sabíamos que, ao pronunciar, no STF, o famoso “Cala boca já morreu”, a ministra Carmem Lúcia, que parecia marcar o apogeu do carnaval democrático, prenunciava o seu início do fim.

O que era para ser uma espécie de “nossa primeira emenda” definiu pouco a pouco, até que, durante a campanha presidencial de 2022, a própria autora da frase ressuscitou o supostamente falecido “cala boca”, proibindo a exibição de um documentário (do grupo “Brasil Paralelo”) que ainda nem estava finalizado. Portanto, nem quem proibiu tinha visto. Não era só censura, era a volta da censura prévia.

E já que passamos pela Corte Suprema, não dá pra ser só de passagem. Tendo como origem e finalidade a função de ser a “guardiã da Constituição”, talvez até involuntariamente, pelo simples fato de que a nossa “Carta do Povo”, soberana, bonita, tesuda e gostosona, é tão parruda que trata praticamente de tudo, seus integrantes, quem sabe por usarem capas, passaram a achar que detêm superpoderes.

“Tratar de tudo” então passou a ser a função natural da estância máxima do nosso Judiciário. E não é só isso: as constantes (e importantes) decisões monocráticas transformaram a Corte, na realidade, em onze. Com cada ministro podendo intervir, cotidianamente, de acordo com suas próprias vontades (e vaidades) em assuntos para lá de relevantes: da anulação das provas obtidas contra grande empreiteira à censura de revista digital e instauração de inquérito policial contra quem não tem foro privilegiado, entre inúmeros exemplos, todas foram decisões solitárias.

O desequilíbrio entre os poderes nunca é uma boa, mas quando quem ganha musculatura e a balança pende a favor é, justamente, aquele que, com seus cargos vitalícios e hábitos (e gastos) aristocráticos, em vez de buscar eficiência, ganhar produtividade no que lhe cabe e reduzir seus excessos, resolve atuar mais do que exigido, nas atribuições de quem foi eleito para legislar ou executar, tudo fica mais tenso e perigoso.

E só piora quando voltamos a tocar no tema da liberdade de expressão. De uns tempos pra cá ficou cada vez mais comum uma certa (con) fusão entre a pessoa física, a instituição em que ela ocupa um cargo, a democracia e o próprio Estado. É uma espécie de hiperbolização da carteirada. O “sabe com quem está falando” levado às consequências em que críticas, ou até ofensas, sejam consideradas um ataque, uma afronta às instituições democráticas.

É o “l’État c’est nous”. Como se não bastassem os privilégios, regalias e rapapés que a nossa mais alta estatocracia (o país gasta quase 160 bilhões/ano

com o Judiciário, mais de 10 vezes que os Estados Unidos) está habituada a se refastelar, a ideia agora não é “apenas” continuar a ser o baronato estatal, é ser o próprio Estado.

O título deste texto é tirado a partir dos dizeres de uma camiseta que lançamos, entre muitas outras, quando publicávamos o Almanaque Casseta Popular, nos anos 80. A época era a do início da redemocratização, quando o deboche e a irreverência eram consumidos (e demandados) por todos como quem mata uma sede prolongada. Ninguém perguntava ou ansiava por limites.

O tempo passou, muita coisa melhorou, entre elas a democratização inimaginável dos acessos às novíssimas (e também inimagináveis) ferramentas de comunicação, muita coisa não mudou (como a intocável desigualdade e o nosso abissal nível médio de instrução) e um outro tanto retrocedeu: tente, por exemplo, produzir, vender ou usar uma camiseta com os dizeres “Liberdade é passar a mão na bunda do Juiz”, ou seria mais arriscado uma “Liberdade é passar a mão na bunda do oprimido” – qual daria mais encrenca?

Antes de finalizar, quero deixar bem claro que a ideia não é fazer nenhum proselitismo nostálgico ou saudosista; se você teve essa impressão, peço perdão de só tentar desfazê-la agora. Poucas coisas são mais chatas que a ladainha da saudade, misturada com as fantasias nostálgicas. Nada vai (nem deve) voltar a ser como antes.

Apenas quis passar algumas das minhas reflexões, somadas e misturadas com tanta coisa que li, vi, ouvi e conversei que nem deu para separar o que veio de onde e de quem.

Não faço juízo de valor, nem comparações qualitativas entre uma época e outras, acho uma total perda de tempo. Mas confesso que torço para que não demore muito para que pensemos melhor e vejamos se faz algum sentido cobrar seriedade e responsabilidade mais de humoristas do que de governantes.

E, principalmente, que lembremos (ou aprendamos), para o bem de todos, porque os ventos sempre viram, que liberdade de expressão, basicamente, é para quem você detesta. Se vale só para o que se concorda, pelo que se tem simpatia, chama festinha, tapa nas costas, convescote, rolê, o que você quiser, mas não é disso que estamos falando.

Por fim, me despeço deixando-os em ótima companhia, com duas (das inúmeras) frases de dois dos nossos maiores gênios:

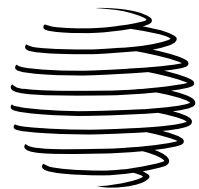
“Eu não quero viver num país onde não se possa fazer uma piada de mau gosto” – *Millôr Fernandes*

“A liberdade é mais importante que o pão” – *Nelson Rodrigues*



RODRIGO LISBÔA

Administrador, associado do IEE.



HUMOR, UM CRIME SEM VÍTIMAS

Quem não gosta de rir? Quem não gosta de contar e ouvir piadas? Podemos dizer que todos gostamos, que o humor é prazeroso e que normalmente o buscamos como forma de aproveitar a jornada da vida. Porém, quantas vezes já nos questionamos sobre o seu conceito? Sobre o que precisa ser verdade para que possamos desfrutá-lo?

Como uma das tantas opções para o uso da linguagem, o humor faz parte de um conjunto chamado liberdade de expressão. Essa, por sua vez, faz parte de outro conjunto ainda maior, que chamamos de liberdade. Portanto, argumentar acerca do humor, do que pode ou não ser dito, significa abordar aquilo que dá significado à liberdade. Como já diria George Orwell:

Se liberdade significa alguma coisa, seria sobretudo o direito de dizer às pessoas o que elas não querem ouvir.

Orwell não se referiu ao humor nem à expressão, usou pura e simplesmente liberdade. Ser livre para agir implica ser livre para falar. Assim, o limite do humor é o limite da própria liberdade. Para clarificar esse conceito, Murray Rothbard propõe:

Liberdade é uma condição na qual os direitos de propriedade de uma pessoa sobre seu próprio corpo e sua propriedade material legítima não são invadidos, e não sofrem qualquer agressão.

Portanto, liberdade significa a possibilidade de agir sem coação, coerção ou dano causado por outros, ao mesmo tempo em que não se realiza essas mesmas agressões aos demais. Como o humor é uma extensão desse conceito, devemos respeitar esse contorno sempre que nos questionarmos sobre algo cômico.

Tomando um exemplo para análise, nos últimos meses, segundo o G1, o humorista Léo Lins foi condenado às seguintes penas, pela justiça de São Paulo, em função do conteúdo de um de seus *shows*:

- Proibição de deixar a cidade em que reside, São Paulo, por mais de dez dias sem autorização judicial;
- Proibição de manter, transmitir, publicar, divulgar, distribuir, encaminhar ou realizar *download* de quaisquer arquivos de vídeo, imagem ou texto, com conteúdo depreciativo ou humilhante em razão de raça, cor, etnia, religião, cultura, origem, procedência nacional ou regional, orientação sexual ou de gênero, condição de pessoa com deficiência ou ido-

sa, crianças, adolescentes, mulheres, ou qualquer categoria considerada como minoria ou vulnerável;

- Proibição de realizar, em suas apresentações, quaisquer comentários em relação às minorias citadas acima;
- Obrigação de retirar do ar em plataformas virtuais, *sites*, redes sociais ou qualquer aplicação de internet arquivos de vídeo, imagem ou texto, com conteúdo depreciativo ou humilhante em desfavor das minorias citadas;
- Comparecer mensalmente em juízo para informar e justificar suas atividades.

Essas penas denotam que o aparato da Justiça – cuja essência é fazer valer decisões por meio da força – foi utilizado para restringir os direitos de ir e vir, de expressar-se e, no caso do humorista, reduzir suas possibilidades de trabalho e sustento. O motivo está no segundo item, defender minorias ou grupos vulneráveis da depreciação e humilhação.

Como defendido por Bastiat no livro “A Lei”, essa consiste na organização coletiva do direito individual de legítima defesa, e cada um de nós tem o direito de defender a própria vida, liberdade e propriedade. Portanto, toda atuação do Poder Judiciário deve ser restrita à proteção desses três direitos quando atacados por indivíduos violentos. A visão de Bastiat é complementada por Murray Rothbard, na obra “O Manifesto Libertário”, ao demonstrar que a lei só deve ser usada para restituir as vítimas de seus agressores, que é preciso um dano objetivo e, tanto quanto possível, mensurável.

No caso Léo Lins, a situação diverge totalmente desse espectro. A lei não é utilizada para defender a vida, a propriedade ou liberdade de ninguém, tampouco é utilizada para defender algum indivíduo específico, qualquer que seja. Pode-se argumentar que a Justiça buscou defender, no máximo, a honra de um conjunto indeterminado de indivíduos. Mulheres, homossexuais, obesos, negros, entre outros citados, quando postos nos mais diversos conjuntos, deixam de ser minorias e passam a compor a grande maioria da população. Na tentativa de defender a honra de tais grupos, a decisão abre margem para hipóteses esdrúxulas como um magro, após engordar, se tornar vítima do suposto crime. Pondo em outras palavras, uma não vítima pode se tornar vítima por suas próprias ações, e não mais por aquelas do seu agressor. O crime abrange apenas um coletivo de vítimas do qual nenhuma pode ser apontada.

A suposta defesa da honra das vítimas, além de não ser aplicável à honra de ninguém, também não repara nenhum dano mensurável ou objetivo. É plenamente plausível supor que pessoas que se encaixem em algum dos grupos cita-

dos tenham achado graça e se beneficiado do *show*, em vez de se sentirem ofendidas. É plenamente plausível assumirmos que a própria vítima defendida pela Justiça não se reconheça como tal. Portanto, não podemos nem sequer aceitar a hipótese de crime.

Entendido que o exemplo Léo Lins não se trata de um crime, pela ausência de dano e, conseqüentemente, de vítima, outros questionamentos ainda pairam no ar. Por exemplo, e se o objeto da sátira fosse não um grupo, mas um indivíduo, como esse princípio de avaliação seria aplicado?

Muito simples, caso perceba sua imagem prejudicada, a pessoa objeto da sátira pode empreender o esforço de quantificar o dano e agir por meio da lei para ter sua perda restituída. Nesse caso, Léo Lins se enquadraria no crime de difamação, e a lei deveria ser utilizada para restituir o dano causado pelas falácias. Exceto na hipótese de o conteúdo das piadas ser verídico. Nesse caso, o humorista estaria apenas divulgando informações e fatos conhecidos, o que descaracterizaria a difamação, aproximando a ação dele à da imprensa.

Outra dúvida que permanece é quanto ao dano por ofensa. É possível que uma pessoa satirizada com a piada se sinta ofendida e, por isso, tenha direito à restituição? Nesse caso, há duas abordagens possíveis. Primeiro, é impossível aferir restituição por ofensa, uma vez que indivíduos diferentes terão reações diferentes a uma mesma piada. A reação de cada um será reflexo dos seus valores, da sua autoestima, do apreço pelo humorista, entre outros fatores. Assim, a avaliação do dano torna-se subjetiva e autodeclaratória, ferindo os princípios da avaliação objetiva para restituição.

A segunda hipótese trata não da ofensa, mas do uso da imagem. Quando um indivíduo ou instituição se torna parte do produto comercializado, é possível abrir a discussão quanto a *royalties* e participação nos resultados do *show*. Entretanto, caso aceitemos a possibilidade de restituição pelo uso de imagem num *show* de humor, deveríamos assumir a mesma posição para quando a imagem de alguém é utilizada pela imprensa. Não há diferença conceitual entre usar a liberdade de expressão para comunicar um fato não autorizado sobre alguém e utilizar a mesma liberdade para fazer comentários jocosos acerca do mesmo tema. Qualquer restrição aplicada nesses casos descamba não para a defesa da vítima, mas para o cerceamento da liberdade.

Podemos concluir, portanto, que existem princípios que balizam a relação entre humor, justiça e liberdade. A Justiça deve proteger a liberdade. Quando o humor é feito por meio de peças agressivas ao corpo, ao estilo do *show* americano Jackass, há a necessidade de restituição ou autorização prévia de quem “sofrer a peça”. Mas quando o humor é feito pelo uso da linguagem, só se deve recorrer à Justiça em casos de difamação. Sempre que o humor não causar dano objetivo

não se deve envolver a força da lei para nenhuma decisão, a fim de evitar agressões ao comediante.

Há quem diga combater o discurso de ódio, e, nesse caso, muitos tentam classificar piadas nessa categoria. Porém, há alguns problemas com tal criminalização. Primeiro, quem define o que é discurso de ódio? Depois, quais as vítimas do discurso de ódio?

Responder à primeira pergunta pode parecer simples, “ora, a Justiça”. Mas, como diz o ditado romano, “*Quis custodiet ipsos custodes?*” (Quem vigia o vigia?), ou seja, quem garante que os fiscalizadores atuarão de acordo com o que é certo, quando há a possibilidade de serem corrompidos? Como saber se uma decisão não foi tomada a partir de interesses escusos do próprio juiz?

Se outorgamos o poder de dizer o que é discurso de ódio e o que pode ou não ser dito a qualquer instituição, criamos o maior dos incentivos para que as pessoas mais odiosas, pervertidas e mal-intencionadas da sociedade tentem se apoderar dessa instituição. Buscarão com isso calar seus opositores e preservar o seu *status* de poder. A retaliação ao discurso de ódio tão logo se tornará a arma para silenciar aqueles que apontam para os odiosos. Como argumenta Hayek no livro “Caminho da Servidão”, no capítulo X, “Por que os piores chegam ao poder”, aquele mais sujeito a usar a força do Estado para seus próprios fins, em algum momento, conseguirá implementar o seu próprio regime totalitário. Com isso, não podemos simplesmente assumir que cabe a uma instituição – controlada por pessoas com motivações próprias e individuais – o poder de restringir as liberdades de alguém a partir do seu entendimento sobre o que é ou não discurso de ódio.

Por fim, ainda devemos questionar quais as vítimas do discurso de ódio. Como argumentado por Rothbard, por mais agressivo que seja um discurso, a responsabilidade de atos violentos sempre será dos agressores.

A “incitação” só pode ser considerada um crime se negarmos o livre-arbítrio e a liberdade de escolha de todos os homens, e aceitarmos, que se A disser a B e C: “você e ele, vão em frente e provoquem distúrbios!”, de alguma maneira B e C estão inevitavelmente fadados a ir adiante e cometer o ato ilícito(...) por mais que seja imoral ou infeliz da parte de A defender um tumulto, sua atividade permanece restrita à esfera da defesa, e não deve estar sujeita a uma punição legal.

Como não podemos atribuir uma vítima ao discurso de ódio, esse não pode ser considerado crime. O que não significa que indivíduos violentos movidos por ódio não devam ser punidos pelas agressões que cometerem. O que pode acontecer é o discurso de ódio tornar-se incitação à violência. Essa deve ser abordada da mesma forma que o planejamento de um assalto. Aquele que executou o assalto com certeza é responsável pelo crime, assim como aquele que planejou. Po-

rém, se houve o plano, e este não foi executado, ainda não há crime a ser julgado. Aquele que planeja, divulga e promove a realização de atos violentos encaixa-se na mesma categoria do idealizador do assalto e, portanto, deve ser considerado culpado. Todavia, não podemos confundir falar sobre violência com promover a violência. Lembre-se, não consideramos filmes de assalto a banco incentivos à realização de assaltos. Por que então cogitaríamos considerar piadas?

Com isso, há ações realizadas pelo uso da expressão – como difamação e organização de atos violentos – que podem, sim, se tornar crimes e, quando isso ocorrer, devem ser punidas pela força da lei. No entanto, os princípios para essa conclusão são aplicáveis a quaisquer áreas da expressão, não sendo exclusivos do humor. Ao humor, devemos reservar o direito de expressar qualquer ideia que seja, por mais absurda que pareça.

Uma vez que defendemos a liberdade, defendemos a liberdade de expressão e, por conseguinte, a de fazer piadas. No entanto, defender a possibilidade de o humorista proferir piadas não significa defender que alguém as escute, tampouco significa defender que haja palco para o humorista proferi-las. A defesa da liberdade significa argumentar que o humorista tem o direito de fazer brincadeiras desagradáveis da mesma forma que o ouvinte tem o direito de não as consumir. Ao mesmo tempo, esse direito do ouvinte não implica conceder poder para calar o humorista. Portanto, o comediante deve ser livre para contar as piadas que quiser, enquanto o público deve ser livre para consumir aquelas que lhe interessarem, sem que ninguém possa determinar as ações de outrem. Nesse caso, há somente uma instituição capaz de acomodar esse conjunto de liberdades e direitos, o livre mercado.

Como Mises dissertou no livro “As Seis Lições”, o consumidor é soberano. Portanto, cabe a ele financiar os humoristas que mais lhe agradem, relegando ao ostracismo aqueles que não o fizerem. A recomendação é simples: se gosta das piadas do Léo Lins, vá aos seus shows; se não gosta, não vá. O próprio mercado fornece os incentivos para humoristas fazerem piadas adequadas à moral dos seus clientes, enquanto oferece aos ofendidos a possibilidade de não se ofenderem e de ajudarem outros a preservarem suas emoções.

Enquanto não deve caber à Justiça o poder de proibir a realização de um *show*, cabe ao consumidor um poder muito maior: o de mostrar a todos o que valoriza, evidenciar a todos os comediantes o que quer consumir, quais piadas são aceitáveis e quais não. Para aqueles que se sentem ofendidos, o boicote é a melhor ferramenta disponível. Basta fazer propaganda para que outras pessoas não compareçam aos *shows*. Aqueles que comparecerem e não gostarem são livres para divulgar sua insatisfação. Assim, pelo livre trânsito de ideias e do consumo, pelo poder soberano dos clientes, os valores de uma sociedade serão moldados.

O próprio mercado já apresenta inúmeras soluções para promover o boicote ou engajamento com produtos e *shows* de humor. Contamos com diversos aplicativos de avaliações, desde buscadores de *shows* e atrações até a venda de ingressos com pesquisas de satisfação, passando por redes sociais e suas funções de comentários. Lembre-se de que o humorista também não é o dono do palco onde se apresenta. As casas de *shows* têm total interesse em promover espetáculos que gerem público, e por isso são ferramenta para promoção dos seus valores.

Como diz a frase “Sempre que confrontada no âmbito das ideias, a liberdade vence”, pergunto: que direito sobre a sua vida um humorista pode ter para forçar alguém a ouvir o que ele tem a dizer? E que direito alguém tem de impedi-lo de dizer a outras pessoas o que bem entender? Da mesma forma, se nessa relação ninguém tem o direito de interferir na comunicação alheia, por que um juiz – tão humano quanto qualquer outro – deveria ter tal poder?

Constatamos, portanto, que não se deve restringir a liberdade de expressão, pois isso significa restringir a liberdade. Logo, não se pode restringir o humor. A cobrança de ingressos é o melhor mecanismo para promoção de boas ideias e prevenção a possíveis ofensas.

Conforme Bastiat escreveu, já em 1850, no livro “A Lei”:

E o que aconteceu quando a aplicaram (a lei) para destruir a justiça, que ela deveria salvaguardar. Limitou e destruiu direitos que, por missão, deveria respeitar. Colocou a força coletiva à disposição de inescrupulosos que desejavam, sem risco, explorar a pessoa, a liberdade e a propriedade alheia.

Nessa passagem, Bastiat comenta sobre o uso indevido da lei por aqueles que se apropriam da força estatal para fazer valer as suas vontades. Quando isso ocorre, passamos a perder a liberdade, dia após dia. Outro exemplo de como a lei vem sendo usada para restringir a liberdade ocorreu também com o humorista Léo Lins, em 2017, em São João Del Rei, MG.

O comediante tinha um *show* marcado na cidade, porém, após a publicação de vídeo satírico sobre a gestão municipal, a prefeitura – a pedido do prefeito – proibiu a realização do *show*. Segundo notificação extrajudicial, o conteúdo da apresentação era ofensivo e atentava contra a honra de autoridades. Seu direito de falar foi cerceado pela opinião de outrem. O argumento do discurso ofensivo foi usado não para proteger o público das ofensas, mas para proteger a imagem daquele que vive à custa dos impostos da população.

Esse acontecimento ilustra a famosa frase de Ayn Rand, apresentada por seu personagem Francisco D’Anconia, em “A Revolta de Atlas”:

(...) quando as leis não protegem quem produz de quem rouba, mas quem rouba de quem produz – quando a corrupção é recompensada e a honestidade vira um sacrifício –, pode ter certeza de que a sociedade está condenada.

O que vemos é a condenação de nossa sociedade. Quando outorgamos o poder da força e da coerção, quando permitimos que outros indivíduos digam o que é certo e o que é errado, não protegemos a vida, a liberdade e a propriedade. Quando deixamos que controlem o que podemos ou não dizer, quando delegamos aos outros o papel de determinar sob quais valores morais viveremos, caminhamos para a perda de tudo o que precisamos. Sustentaremos parasitas que viverão à nossa custa, nos proibirão de chamá-los pelo que são e não nos deixarão reclamar ou questionar suas ações.

O humor, apesar de ser um crime sem vítimas, evoca as discussões sobre a nossa moralidade, sobre os valores que nutrimos para viver. E podemos escolher qual ferramenta usar para lapidar tais valores; se pela força da coerção – ao terceirizar nossas escolhas – ou se pela liberdade do mercado, para escolhermos e financiarmos aquilo que acreditamos. Se não defendermos que os problemas morais devam ser resolvidos pelo mercado – por nossas livres trocas –, logo não nos restará liberdade, moral ou humor a serem defendidos.

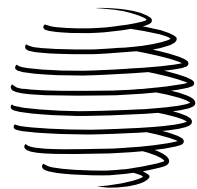
REFERÊNCIAS

- BASTIAT, Frederic. *A Lei*. 3.ed. Tradução de Ronaldo da Silva Legey. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.
- G1 SP. Justiça proíbe Leo Lins de sair de SP por mais de 10 dias sem autorização por comentários odiosos contra minorias. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/05/17/justica-proibe-leo-lins-de-sair-de-sp-por-mais-de-10-dias-sem-autorizacao-judicial-por-comentarios-odiosos-contra-minorias.ghtml>
- HAYEK, Friedrich, A. *O Caminho da Servidão*. Porto Alegre: Editora Globo, 1977.
- MISES, Ludwig Von. *As Seis Lições*. Tradução de Maria Luiza Borges, 7a Edição – São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2009.
- ORWELL, George. *Orwell and politics: Animal Farm in the context of essays, reviews and letters selected from The complete works of George Orwell*. London: Penguin, 2001.
- RAND, Ayn. *A Revolta de Atlas*. Trad. de Paulo Henriques Britto. Rio de Janeiro: Sextante, 2010.
- ROTHBARD, Murray N. *Por Uma Nova Liberdade: O Manifesto Libertário*. 1973. Trad. Rafael de Sales de Azevedo. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2013.



VICTÓRIA WERNER DE NADAL

Advogada, associada do IEE.



COMBATE À DESINFORMAÇÃO E LIBERDADE DE EXPRESSÃO: A solução é privada

INTRODUÇÃO

Vivemos a era da informação e um período no qual uma das principais guerras travadas pela humanidade é, também, a da informação. Por exemplo, verificou-se que os conflitos na Faixa de Gaza iniciados com os ataques terroristas de 7 de outubro de 2023 foram, para além de uma guerra armada, também uma guerra de narrativas. De fato, dos assuntos mais complexos aos mais simples, diariamente somos bombardeados em noticiários, redes sociais e aplicativos de comunicação com dados que, por muitas vezes, podem não condizer com a realidade.

Convivemos com muitas informações, as quais circulam em tempo recorde diante das tecnologias que hoje detemos; por outro lado, há também muita desinformação sendo propagada. Existem muitos locutores mal-intencionados que deliberadamente plantam e divulgam fatos reconhecidamente inverídicos ou deturpados (as chamadas “fake news”) na busca por algum objetivo, que muitas vezes coincide com um projeto político. Concomitantemente, importa notar que mesmo alguns locutores que se dizem comprometidos com a retratação da realidade já se deixaram enganar, acabando por propagar desinformações a seus ouvintes, ainda que pudesse não ser essa a intenção.

Seja a desinformação objetivada ou não, a sua circulação desenfreada na atualidade é notória, reconhecida por todos, mas a abordagem costuma ser diferente a partir do papel que o indivíduo enxerga no Estado e, mais, do poder que aquele opta por outorgar ao Estado, em especial diante dos riscos que a intervenção estatal pode causar ao direito à liberdade de expressão.

Nesse contexto, nas páginas a seguir, pretende-se elucidar qual a melhor solução para o combate à desinformação de forma a preservar a liberdade de expressão dos indivíduos, arduamente conquistada ao longo da história.

Para tanto, em um primeiro momento, situar-se-á brevemente o leitor quanto à importância da liberdade de expressão e, em seguida, analisar-se-ão a proposta de alteração legislativa apresentada no Brasil acerca da matéria e as solu-

ções privadas possíveis, concluindo-se pela necessidade de prevalência destas últimas.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E SUA RESTRIÇÃO

A liberdade de expressão, um dos mais preciosos direitos, que corresponde a uma das mais antigas exigências da humanidade, é garantida como um direito fundamental na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988¹⁴. Internacionalmente, o direito à liberdade de expressão é um traço marcante dos Estados Unidos da América, positivado na Primeira Emenda à sua Constituição, tendo o país uma relevante contribuição doutrinária e jurisprudencial à matéria.

Razões não faltam para tanto. É muito melhor que possamos ouvir ideias que entendemos inadequadas, para podermos desenvolver contra-argumentos que influenciem a sociedade, do que deixarmos essas ideias crescerem no submundo¹⁵. A sociedade muda, e seus valores, também, razão pela qual o que hoje pode ser bem aceito como verdadeiro, no futuro pode não ser mais. Há muitos aspectos da vida que não são exatos – a liberdade de expressão é inclusive uma forma de aperfeiçoamento do conhecimento. Assim, “nunca podemos ter a certeza de que a opinião que estamos esforçando-nos em abafar é uma opinião falsa; e se temos certeza, reprimi-la seria ainda um mal”¹⁶.

Além disso, há também um fundamento de índole ideológica, que condiz com a visão que temos a respeito de qual deveria ser o nível de interferência estatal na vida privada. Como uma pessoa de ideologia liberal, a defesa sempre será no sentido de que a interferência estatal deve ser mínima, em todos os aspectos, assim, incluindo o respeito à liberdade de expressão.

Entretanto, na matéria em análise neste texto, mesmo aqueles que defendem uma maior interferência estatal na vida privada deveriam ser a favor do respeito à liberdade de expressão. Afinal, em uma sociedade democrática, a ocupação da posição de representação e, portanto, de poder é alternada de acordo com a vontade do povo ao longo dos anos, a qual tende a variar.

¹⁴ MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIEIRO Daniel; SARLET, Ingo. *Curso de Direito Constitucional*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 496.

¹⁵ MAULTASCH, Gustavo. *Contra toda censura*. São Paulo: Avis Rara, 2022, p. 19.

¹⁶ MILL, John Stuart. *Sobre a liberdade*. Tradução de Maria Aparecida Sargiolato. Campinas: Vide Editorial, 2018, p. 36.

A vontade da população, contudo, “significa praticamente o desejo da parte mais numerosa ou da mais ativa do povo”¹⁷, de modo que os eleitos não necessariamente têm suas políticas alinhadas à vontade de todos. Desta feita, outorgar poder para quem ocupa a posição estatal no momento é permitir que quem virá no futuro tenha o mesmo poder. Em uma democracia, com a alternância de governos, o que não se deseja que a oposição tenha amanhã não se pode dar a quem se defende.

Com efeito, a liberdade de expressão protege o discurso dissidente que se afasta do pensamento hegemônico do momento, permitindo justamente que a democracia se concretize e que haja alternância de poder.

À sua época, já dizia John Stuart Mill que “podemos supor que, atualmente, nenhum argumento seja necessário, para combater um Legislativo ou Executivo cujo interesse não se identifique com o interesse do povo e que prescreva opiniões e determine quais doutrinas ou quais argumentos o povo está autorizado a ouvir”¹⁸.

Frente a esse contexto, há especialmente duas teorias predominantes que foram objeto de evolução na Suprema Corte americana no que diz respeito à autorização da intervenção estatal na liberdade de expressão: a teoria da tendência negativa e teoria do dano iminente.

Em síntese, segundo a teoria da tendência negativa, uma fala deve ser proibida se contiver algum elemento que possa resultar em violência, mesmo que no futuro incerto. Verifica-se que quem defende atualmente a necessidade de proibição da circulação das chamadas “fake news”, dos “ataques às instituições”, do “negacionismo” alinha-se a essa teoria¹⁹.

Em seu turno, a teoria do dano iminente, à qual esta autora se filia, prescreve que a intervenção estatal apenas é legítima quando realmente não houver tempo de combater um discurso com outro discurso²⁰. Essa intervenção deve ser feita em um processo judicial e, mesmo que concedida antecipação da tutela jurisdicional, submetida ao contraditório e todas as garantias processuais inerentes, pois reconhecidamente pode pôr em risco o importante direito à liberdade de expressão. Como constou do voto do juiz Brandeis, da Suprema Corte norte-americana, no julgamento do caso *Whitney v. California*, 274 U.S. 357 (1927):

¹⁷ MILL, John Stuart. *Sobre a liberdade*. Tradução de Maria Aparecida Sargiolato. Campinas: Vide Editorial, 2018, p. 14.

¹⁸ MILL, John Stuart. *Sobre a liberdade*. Tradução de Maria Aparecida Sargiolato. Campinas: Vide Editorial, 2018, p. 33.

¹⁹ MAULTASCH, Gustavo. *Contra toda censura*. São Paulo: Avis Rara, 2022, p. 69.

²⁰ MAULTASCH, Gustavo. *Contra toda censura*. São Paulo: Avis Rara, 2022, p. 69.

If there be time to expose through discussion the falsehood and fallacies, to avert the evil by the processes of education, the remedy to be applied is more speech, not enforced silence. Only an emergency can justify repression.²¹

Uma vez estabelecida a relevância da liberdade de expressão para a sociedade e brevemente delineados os limites acerca da intervenção estatal, resta tratarmos do problema existente na sociedade moderna de propagação de desinformações, e abordaremos a seguir as soluções públicas e as soluções privadas apresentadas para tanto.

SOLUÇÕES PÚBLICAS AO COMBATE À DESINFORMAÇÃO

No Brasil, cabe atualmente ao Poder Judiciário o tratamento de manifestações que possam ser entendidas como falsas, dissociadas da realidade ou tendenciosas, desde que devidamente provocado o órgão jurisdicional por meio de processo judicial. Diversos são os casos, por exemplo, de pessoas – e até mesmo políticos – que foram objeto de matérias jornalísticas falsas e buscaram reparação e retratação via Poder Judiciário. Ademais, estão tipificados como ilícito penal a calúnia (imputar falsamente a alguém a prática de um ato criminoso), a difamação (atribuir a alguém fato que ofende a sua reputação) e a injúria (agravo verbal à dignidade e ao decoro), os chamados “crimes contra a honra”.

Ocorre que, considerando que as narrativas têm grande relevância para o debate político, bem como tendo em vista a era de informação em que vivemos, na qual um fato pode ser rapidamente propagado e mudar a visão da população em minutos, a briga pelo seu controle vem se mostrando intensa nos últimos tempos. Inclusive, verifica-se no debate público que a busca pela resolução de um problema real, que é a grande disseminação de desinformações na atualidade, é utilizada como fachada para, por trás, serem criadas ferramentas que permitam um maior controle das narrativas.

Nesse contexto é que houve a apresentação de proposições legislativas para um suposto combate às chamadas “fake news”, o que deveria ser objeto de intenso debate, realizado com seriedade, pela sociedade brasileira.

O Projeto de Lei nº 2630/2020, que “Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet”, também conhecido como

²¹ U.S. SUPREM COURT. *Whitney v. California*, 274 U.S. 357 (1927). Disponível em: <https://tile.loc.gov/storage-services/service/ll/usrep/usrep274/usrep274357/usrep274357.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2023.

“PL das Fake News” ou “PL da Censura”, foi apresentado em julho de 2020, e a ele foram apensados outros diversos projetos de lei. O seu objetivo seria criar “medidas de combate à disseminação de conteúdo falso nas redes sociais, como Facebook e Twitter, e nos serviços de mensagens privadas, como WhatsApp e Telegram, excluindo-se serviços de uso corporativo e *e-mail*”²², mas, da leitura atenta dos dispositivos legais propostos, infere-se que há grandes riscos à liberdade de expressão caso haja aprovação do texto.

Ilustrativamente, o Projeto de Lei nº 2630/2020 prevê que os provedores de redes sociais e de serviços de mensageria privada devem adotar medidas para vedar o funcionamento de contas inautênticas (artigo 6º, inciso I), sendo inautêntica a conta criada ou usada com o propósito de assumir ou simular identidade de terceiros para enganar o público (artigo 5º, inciso II). Ou seja, outorga-se um dever e a responsabilidade aos provedores privados para que definam o que é tido por falso, sem a submissão ao Poder Judiciário, e isso tudo sob pena de aplicação de genéricas e severas penalidades (artigo 31).

Destarte, caso aprovado o texto, criar-se-ia um sistema no qual conteúdos controvertidos, em especial quando críticos a um dos órgãos do Estado, seriam, na dúvida, retirados do ar para evitar a aplicação de sanções, o que não se coaduna, sob nenhum aspecto, com a garantia constitucional à liberdade de expressão.

Não suficiente, o texto proposto cria um Conselho de Transparência e Responsabilidade na Internet, o qual teria por atribuição a realização de estudos, pareceres e recomendações sobre liberdade, responsabilidade e transparência na internet e seria o órgão responsável pelo acompanhamento das medidas estabelecidas no projeto de lei (artigo 25 e seguintes).

A crítica social de George Orwell feita no livro “1984”, com a instituição de um Ministério da Verdade estatal, não poderia ser mais atual: não devemos permitir que seja conferido ao Estado o poder de definir o que pode ou não pode ser dito. De igual modo, importa destacar que, não obstante o referido projeto de lei afirme ser pautado pela liberdade de expressão, acaba por permitir a livre expressão de maneira tutelada e com limites, sendo que “muito poderia ser dito sobre a impossibilidade de fixar onde esses supostos limites deveriam ser colocados”²³.

²² HAJE, Lara. *Projeto do Senado de combate a notícias falsas chega à Câmara*. Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/673694-projeto-do-senado-de-combate-a-noticias-falsas-chega-a-camara/>. Acesso em: 19 nov. 2023.

²³ MILL, John Stuart. *Sobre a liberdade*. Tradução de Maria Aparecida Sargiolato. Campinas: Vide Editorial, 2018, p. 95.

Se nem mesmo deveria caber ao órgão jurisdicional a limitação à liberdade de expressão, a qual tão somente poderia ser restringida em situações excepcionais nas quais caracterizados casos de dano iminente, o que resta a um órgão executivo ou legislativo? Como quem não fala a verdade, sabidamente e com frequência, pode querer definir o que pode ou não pode ser dito?

Com efeito, há duas formas de se tolher a liberdade: uma mais primitiva, por vias escancaradas; outra vale-se de doses de pequenos abusos que, por serem sutis, passam despercebidos ou são desprezados, embora ocorram sucessivamente²⁴. A segunda, que vem sendo verificada no que se refere ao suposto combate à desinformação, não deixa de ser grave como a primeira. Pelo contrário: a segunda tem mais chances de não ser objeto de rejeição e inconformidade por parte da sociedade, e pode, sob tal aspecto, ser ainda mais perversa.

SOLUÇÕES PRIVADAS AO COMBATE À DESINFORMAÇÃO

Nas gerações anteriores, as informações eram veiculadas por empresas de comunicação, nas quais era depositada a confiança da audiência ou dos leitores. A reputação de tais entidades privadas é o que estava em jogo: acaso repassada uma informação inverídica, o grau de confiabilidade do público diminuiria. Assim, ou havia uma checagem prévia à disponibilização de informações, ou então a empresa justamente objetivava repassar informações falsas, mascarava-as o máximo possível e arcava com as consequências na hipótese de descoberta, tudo em prol de um interesse subjacente.

Com as novas plataformas digitais como veículo de propagação rápida de informações, o cenário mudou um pouco. Atualmente, mensagens encaminhadas em aplicativos de comunicação e publicações em perfis de redes sociais passaram a ter grande contribuição na disponibilização de conteúdo. E aqueles que não estavam acostumados a fazer uma confirmação de mérito acabaram por ser pegos de surpresa. A esse respeito, arrisco afirmar que inclusive você, leitor deste artigo, já acreditou em alguma informação falsa divulgada em redes sociais, deixando de confirmar previamente a sua veracidade ou não.

Em novos tempos, pois, demanda-se uma nova forma de comportamento com relação às informações que chegam até nós. Não que isso não se fizesse necessário antes – pelo contrário, o correto seria que sempre tivéssemos questio-

²⁴ SCHOUERI, Luís Eduardo. A suave perda da liberdade. *Revista de Direito Tributário Atual*, n. 18, p. 7-10. São Paulo: IBDT, 2004, p. 8.

nado as informações que nos são repassadas –, mas agora a multiplicidade de fontes e a grande quantidade de informações publicadas a cada minuto exigem mais ainda, e a todo tempo, uma validação de conteúdo.

Tendo por premissa que não cabe ao Estado dizer o que é verdadeiro ou falso, o que é informação e o que é desinformação, sendo descabidas as tentativas de outorga de poder a um ente público para mediação de conteúdo (podendo também ser lido como censura), a única resposta possível para este novo cenário no qual nos encontramos é que a solução para o combate à desinformação que respeite a liberdade de expressão é privada.

Em primeiro lugar, cabe a cada indivíduo a conscientização acerca dos novos tempos e das novas formas de comunicação, devendo cada um ser responsável por aquilo em que acredita ou deixa de acreditar, por aquilo que recebe como verdadeiro e não questiona, bem como por aquilo que propaga sem confirmar a veracidade. Somos nós quem devemos sistematicamente nos reeducar, aprendendo a ter responsabilidade individual de checagem, já que seria um caminho sem volta (ou de volta difícil) a outorga ao Estado desse perigoso poder de dizer o que podemos ouvir, ler, ver, dizer e acreditar.

Em segundo lugar, o livre mercado também nos entrega uma alternativa: se há no momento uma demanda de mercado para que se descubra a verdade nas informações ou desinformações propagadas, nada como um ente privado para tanto, contradizendo o outro, com provas e contraditório. Afinal, uma organização ou empresa que trazer conteúdos embasados, com seriedade e profissionalismo, terá maior reputação no mercado, ganhará mais respeito por parte da população e, por consequência lógica, também poderá colher os frutos econômicos que esses atributos lhe oferecem. Nesse sentido, citam-se as agências de checagem ou as próprias empresas da mídia, que podem criar diferenciais e oferecer esse serviço ganhando credibilidade no mercado.

Em terceiro lugar, as próprias redes sociais podem desenvolver, a seu critério e para atender a demanda de seus usuários, mecanismos para o combate à desinformação. Ressalta-se, a seu critério, pois isso é algo que deve vir não de uma exigência estatal, mas sim dos próprios usuários que utilizam as redes sociais e que podem e devem optar por aquelas que mais atendem os seus interesses e demandas.

Veja-se que a ferramenta “Notas da Comunidade” da rede social X (antigo Twitter) surgiu justamente em meio a esse cenário e com o objetivo de “criar um mundo mais bem-informado, capacitando pessoas no X para adicionar colaborativamente notas úteis a posts que possam ser enganosos”. O mecanismo é uma espécie de “fact-checking”, que leva em consideração não apenas quantos colaboradores da rede social avaliaram a nota como útil ou não útil,

mas também se as pessoas que o fizeram parecem ver a questão sob diferentes perspectivas²⁵.

Desde que implementada a aludida ferramenta, foi possível vislumbrar diversas situações nas quais pessoas, muitas vezes políticos ou celebridades com grande alcance em suas publicações, acabaram por ser desmentidas publicamente pelas “Notas da Comunidade”. Trata-se, portanto, de uma solução privada bem-sucedida para o combate à desinformação que, ao mesmo tempo, acaba por agregar valor à plataforma, pelo que o mercado a recompensa.

CONCLUSÃO

Nas páginas anteriores, verificou-se ser a liberdade de expressão um direito de extrema importância para a sociedade. Devemos estar atentos a tentativas de seu tolhimento, que podem se apresentar discretamente e, ao final, consumi-la por completo. A história nos mostra as graves consequências que podem advir da ausência da liberdade de expressão na sociedade, assim, espera-se que estejamos todos alertas para que erros do passado não se repitam.

Outorgar poder ao Estado já é algo que deve ser feito com muita cautela, e, quando se trata de nossa liberdade de expressão, a cautela deve ser redobrada, pois o controle da narrativa por um órgão estatal é deveras pernicioso ao Estado de Direito, com regime democrático de representatividade.

Desta feita, a outra conclusão não se pode chegar que não a de que a solução para o combate à desinformação, verificada com frequência na atualidade, é privada: apenas os indivíduos, com conscientização, ou os indivíduos por meio de entidades privadas, é que têm a real capacidade de trazer luz à era da informação.

Discursos devem ser combatidos com mais discursos.

REFERÊNCIAS

HAJE, Lara. *Projeto do Senado de combate a notícias falsas chega à Câmara*. Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/673694-projeto-do-senado-de-combate-a-noticias-falsas-chega-a-camara/>. Acesso em: 19 nov. 2023.

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIEIRO Daniel; SARLET, Ingo. *Curso de Direito Constitucional*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MAULTASCH, Gustavo. *Contra toda censura*. São Paulo: Avis Rara, 2022.

²⁵ X. *Diversidade de perspectivas*. Disponível em: <https://communitynotes.twitter.com/guide/pt/contributing/diversity-of-perspectives>. Acesso em: 19 nov. 2023.

MILL, John Stuart. *Sobre a liberdade*. Tradução de Maria Aparecida Sargiolato. Campinas: Vide Editorial, 2018.

SCHOUERI, Luís Eduardo. A suave perda da liberdade. *Revista de Direito Tributário Atual*, n. 18, p. 7-10. São Paulo: IBDT, 2004.

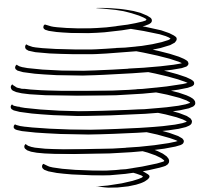
U.S. SUPREM COURT. *Whitney v. California*, 274 U.S. 357 (1927). Disponível em: <https://tile.loc.gov/storage-services/service/l1/usrep/usrep274/usrep274357/usrep274357.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2023.

X. *Diversidade de perspectivas*. Disponível em: <https://communitynotes.twitter.com/guide/pt/contributing/diversity-of-perspectives>. Acesso em: 19 nov. 2023.



PEDRO BERTUOL

Advogado, associado do IEE.



CENSURA PARA ALÉM DO ESTADO: Como a cultura do cancelamento ameaça a liberdade de expressão

Se um grande número de pessoas estiver interessado na liberdade de expressão, haverá liberdade de expressão, mesmo que a lei a proíba; se a opinião pública for indolente, minorias inconvenientes serão perseguidas, mesmo que existam leis para protegê-las²⁶.

Em qualquer momento dado, existe uma ortodoxia, um corpo de ideias que, supostamente, todas as pessoas bem-pensantes aceitarão sem questionar. Não é exatamente proibido dizer isso ou aquilo, mas dizê-lo é uma coisa 'que não se faz' [...]. Qualquer um que desafie a ortodoxia predominante se vê silenciado com uma eficácia surpreendente²⁷.

George Orwell

INTRODUÇÃO

Quando se consideram os perigos que ameaçam a liberdade de expressão, costuma-se pensar principalmente na censura promovida pelo Estado. A história está repleta de exemplos de governos autoritários que buscaram controlar o que podia ser dito na esfera pública, como meio de consolidar seu poder. Por isso, pelo menos desde a promulgação da Primeira Emenda à Constituição dos Estados Unidos, as democracias liberais se preocupam em instituir normas que garantam aos indivíduos a livre manifestação de pensamento.

Contudo, as restrições à liberdade de expressão provêm não apenas do Estado. Elas podem vir também da própria sociedade, inclusive em países tidos como democráticos, pluralistas e abertos. No século XIX, John Stuart Mill²⁸ já

²⁶ ORWELL, George. *Freedom of the Park*. Disponível em: <https://www.orwellfoundation.com/the-orwell-foundation/orwell/essays-and-other-works/freedom-of-the-park/>. Acesso em 10/11/2023.

²⁷ ORWELL, George. *A liberdade de imprensa* (prefácio proposto pelo autor à primeira edição inglesa, de 1945). In: ORWELL, George. *A Revolução dos Bichos: um conto de fadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 128.

²⁸ MILL, John Stuart. *On liberty*. Nova York: Dover Publications, 2022, p. 4.

alertava para esse fenômeno, que chamou de “tirania social”: isto é, a tendência que têm as pessoas de impor suas ideias, de compelir os demais a se ajustarem a elas e de tentar impedir a livre manifestação de pensamentos divergentes. Para Mill, essa forma de tirania, mesmo que desprovida do caráter sancionador do Estado, poderia ser ainda mais poderosa do que a opressão política.

Atualmente, temos visto essa tirania social se manifestar com frequência, impulsionada principalmente pelas redes sociais e vinda majoritariamente de setores progressistas ou de esquerda. Não faltam exemplos recentes de pessoas que, pelo simples fato de terem emitido opiniões divergentes, tidas como inapropriadas ou supostamente ofensivas, ou de terem utilizado a palavra “errada”, foram publicamente expostas, sofreram retaliações, foram perseguidas, perderam empregos, patrocínios e outras oportunidades, ou foram impedidas de palestrar em universidades e outros ambientes. Essa manifestação contemporânea da tirania social tem sido denominada de “cultura do cancelamento”, processo que Luiz Felipe Pondé, tomando emprestado termo cunhado pelo sociólogo Zygmunt Bauman, diz ser típico da “censura líquida”: modalidade de censura em que “a interdição ou a punição parece brotar de todo lugar e ao mesmo tempo de lugar nenhum que possa ser delimitado”²⁹.

A cultura do cancelamento representa grave ameaça à liberdade de expressão, principalmente porque gera um clima de medo e insegurança e porque leva à autocensura, já que as pessoas passam a evitar manifestar publicamente suas ideias, por receio das consequências sociais que podem surgir. Além disso, uma sociedade intolerante, que não valoriza a liberdade de expressão, cria terreno fértil para a implementação de medidas autoritárias e restritivas por parte do Estado. Esse cenário precisa ser revertido, pois, para que se possa assegurar o pleno exercício da liberdade de expressão, não bastam as adequadas normas constitucionais e legais que protejam as pessoas de serem perseguidas pelo Estado por suas opiniões; é preciso também fomentar na sociedade uma cultura de valorização da liberdade de expressão que sustente esse arcabouço jurídico.

O QUE É E COMO OPERA A CULTURA DO CANCELAMENTO

Em síntese, pode-se dizer que a cultura do cancelamento é um fenômeno que se manifesta principalmente nas redes sociais, por meio do qual um indivíduo

²⁹ PONDÉ, Luiz Felipe. *Só sendo irrelevante você escapa da censura líquida de hoje*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2023/05/so-sendo-irrelevante-voce-escapa-da-censura.shtml>. Acesso em: 10/11/2023.

é submetido, de forma sistematizada, a críticas intensas, boicotes, ataques reputacionais, ameaças e constrangimento público em virtude de manifestações consideradas inadequadas, politicamente incorretas, ofensivas ou moralmente questionáveis, que vão de encontro à opinião que se convencionou adotar como sendo a única legítima. O objetivo é silenciar a pessoa e, em última análise, “cancelá-la”; ou seja, excluí-la do debate público, como punição por sua transgressão de ousar pensar diferente.

A cultura do cancelamento é sintoma de uma tendência que tem por característica principal a intolerância com ideias diferentes. Ela molda o debate público a ponto de definir quais temas podem ser tratados e quais nem sequer podem ser mencionados. Há assuntos tabus ou que parecem já estar definitivamente resolvidos, por mais controversos ou multifacetados que sejam. Apenas determinadas posições são definidas como legítimas, criando-se, assim, uma “ortodoxia ideológica” no debate público³⁰. Quem adota entendimento diverso ou se afasta, por pouco que seja, da opinião tida como a única correta e moralmente aceitável, não é visto como um interlocutor digno de consideração, com um ponto de vista a ser sopesado, avaliado e debatido, mas sim como alguém no mínimo ignorante ou mal-informado – e, no limite, como uma pessoa mal-intencionada e até mesmo como um inimigo a ser combatido. A opinião divergente não é contraposta com argumentos que enfrentem o mérito do assunto, mas com ataques pessoais, com a exposição vexatória do emissor e com apelos a seus empregadores, patrocinadores ou clientes para que cortem relações. Até mesmo dizer o óbvio se torna arriscado, especialmente quando a pessoa não tem “lugar de fala” – outra artimanha linguística utilizada para restringir a livre circulação de ideias. O que se pretende com esse modo de agir, como diz Mathieu Bock-Côté, é que “o debate público seja menos contraditório e mais pedagógico: ele aponta em certa direção, fixa um horizonte, anuncia de antemão a boa resposta, à qual os cidadãos esclarecidos devem aliar-se”³¹.

O patrulhamento ideológico daquilo que pode ou não ser dito vem também pelo controle da linguagem, já que não basta que as pessoas concordem com o mérito da posição tida como correta, sendo necessário também que se expressem de determinada forma. Certas palavras ou expressões, que até pouco tempo eram utilizadas universalmente, passam a ser ofensivas e devem ser substituídas por eufemismos e perífrases. O uso inadvertido da palavra proscrita, ainda que por simples ignorância da sua suposta inadequação, é o suficiente para que

³⁰ BOCK-CÔTÉ, Mathieu. *O império do politicamente correto: ensaio sobre a respeitabilidade político-midiática*. São Paulo: É Realizações, 2021, p. 11.

³¹ *Ibidem*, p. 26.

o indivíduo fique marcado e para que seu argumento nem sequer precise ser enfrentado e possa ser descartado de imediato. Contexto, intenção e nuances de interpretação já não importam. Outras palavras, até então desconhecidas ou até mesmo inexistentes, passam, de repente, a ser obrigatórias. Por outro lado, os significados de palavras como “fascista” ou “discurso de ódio” são artificialmente ampliados para abarcar qualquer pessoa ou ideia da qual se discorde, até o ponto em que perdem sua força e praticamente já não significam mais nada.

A cultura do cancelamento, por ser promovida principalmente pelos adeptos das pautas progressistas e identitárias vinculadas à esquerda, geralmente vem embalada em uma roupagem nobre e em um discurso de proteção de minorias e promoção da diversidade e inclusão, que visam dar-lhe legitimidade. Contudo, não se pode perder de vista a natureza claramente autoritária de seus fundamentos e métodos. Trata-se, no fundo, da tentativa de impor à força determinada visão de mundo, como se ela fosse a única moralmente aceitável, quando na verdade se deveria buscar um ambiente de diálogo aberto, no qual ideias divergentes possam ser discutidas.

É importante ressaltar que condenar a cultura do cancelamento não significa querer blindar as pessoas de críticas por suas manifestações, tampouco isentá-las de responsabilidade. Liberdade e responsabilidade andam de mãos dadas, e a crítica faz parte do debate e deve inclusive ser incentivada, pois é por meio da discordância e do choque de ideias que se chega à verdade e que assuntos são resolvidos. O problema da cultura do cancelamento é que ela não busca criticar, e sim punir – inclusive sem possibilidade de redenção. Além disso, lança mão de métodos que ultrapassam o mero debate de ideias e que avançam para ameaças, assédio e inclusive violência, atos que têm consequências nefastas, podendo rapidamente mudar a vida de uma pessoa, de forma irreversível.

CHILLING EFFECT: O EFEITO INVISÍVEL DA CULTURA DO CANCELAMENTO

A cultura do cancelamento gera consequências graves, sendo a mais óbvia delas a perseguição a que ficam sujeitas as pessoas que ousam manifestar pensamento divergente e que, por isso, precisam lidar com intimidação e ameaças. Mas, além das consequências individuais, a cultura do cancelamento, de forma mais ampla, prejudica a democracia e cria um ambiente propício para uma maior intervenção do Estado na liberdade de expressão. Como referido na introdução, as normas que protegem a livre manifestação do pensamento são apenas parte da equação, e precisam ser sustentadas por uma cultura que efetivamente valorize

essa liberdade. Quando essa sustentação se enfraquece, perdem força também os mecanismos institucionais e legais que garantem a liberdade dos indivíduos. De fato, pessoas que não valorizam a liberdade de expressão dificilmente se insurgirão contra leis autoritárias ou decisões judiciais arbitrárias, especialmente se direcionadas àqueles que elas veem como seus adversários. Além disso, se já estão acostumadas a denunciar opiniões aos empregadores e patrocinadores daqueles que as emitem, mais facilmente tenderão a seguir para o próximo passo, que é recorrer à tutela do Estado para buscar silenciar as opiniões das quais discordam.

Mas esses são apenas os efeitos visíveis, e Frédéric Bastiat já nos ensinou que devemos considerar não apenas o que se vê, mas também o que não se vê. Quando se trata das consequências da cultura do cancelamento, os efeitos invisíveis podem ser ainda piores. O principal deles talvez seja o chamado *chilling effect*: o clima de medo que a cultura do cancelamento cria nas pessoas, que, para não serem rotuladas como politicamente incorretas, insensíveis ou ofensivas, e para não sofrerem as demais consequências sociais listadas acima, optam por se autocensurarem e por não manifestarem publicamente suas verdadeiras opiniões, preferindo permanecer em silêncio ou alinhar-se ao ponto de vista dominante. Como o custo por se manifestar de forma autêntica pode ser muito alto, as pessoas tendem a evitar certos assuntos e determinadas posições políticas. Como afirma Pondé, uma das características da censura líquida é justamente que ela não precisa necessariamente proibir diretamente as pessoas de falar ou de escrever, já que “a pura ameaça já tem o efeito do censor”³².

Em estudo conduzido em 2020 pelo Cato Institute³³, *think tank* com sede em Washington, nos Estados Unidos, 62% dos entrevistados (do total de 2.100 pessoas) afirmaram que se autocensuram – isto é, que deixam de manifestar seu pensamento por acreditarem que outras pessoas podem achá-lo ofensivo. Entre conservadores, esse percentual sobe para 77%. Além disso, 32% afirmaram que têm receio de perder o emprego ou oportunidades de trabalho se suas opiniões políticas se tornarem conhecidas. O estudo concluiu que “uma maioria significativa dos americanos, com visões políticas e origens diversas, autocensuram suas opiniões políticas” e que o resultado é que, “se as pessoas sentem que não podem discutir esses assuntos políticos importantes, tais pontos de vista não

³² PONDÉ, Luiz Felipe. *Só sendo irrelevante você escapa da censura líquida de hoje*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2023/05/so-sendo-irrelevante-voce-escapa-da-censura.shtml>.

³³ Disponível em: <https://www.cato.org/survey-reports/poll-62-americans-say-they-have-political-views-theyre-afraid-share#implications>.

terão a oportunidade de ser examinados, compreendidos ou reformados”. Essas conclusões certamente se aplicam também ao cenário brasileiro.

A falta de diversidade de pontos de vista acaba por gerar uma homogeneização do pensamento, criando bolhas (*echo-chambers*) em que as únicas opiniões emitidas em público são aquelas alinhadas ao que se convencionou ser o correto ou socialmente aceito. Com isso, em um processo que se retroalimenta, criam-se pessoas ainda mais resistentes à liberdade de expressão, porque não estão acostumadas a um ambiente em que sejam expostas constantemente a opiniões diferentes das suas e no qual precisem exercitar sua tolerância e suas habilidades argumentativas. Além disso, cria-se também uma distorção da opinião pública, porque se pode confundir como sendo majoritária uma opinião que, na verdade, é minoritária, apenas porque a maioria – que pensa diferente – está em silêncio, por receio das repercussões sociais que podem vir da exposição de suas ideias. Trata-se de fenômeno semelhante ao “voto envergonhado” percebido em época de pesquisas eleitorais. Por todos esses motivos, a cultura do cancelamento precisa ser combatida..

ANTÍDOTO À CULTURA DO CANCELAMENTO: O RESGATE DA IMPORTÂNCIA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A solução para frearmos e revertermos a cultura do cancelamento – e, de forma mais ampla, a cultura de intolerância da qual ela faz parte – passa por entender a causa do problema. Devemos reconhecer que, embora pareça existir um consenso, nas sociedades democráticas, de que a liberdade de expressão é um direito fundamental, que deve ser protegido, o fato é que há muitas pessoas, fora do círculo liberal, que não valorizam verdadeiramente a importância da livre manifestação do pensamento.

Uma pesquisa conduzida em 2021, em mais de 33 países, pelo *think thank* dinamarquês Justitia³⁴, ajuda a entender o cenário. A pesquisa indicou, por um lado, que a liberdade de expressão, como princípio, é amplamente aceita e defendida ao redor do planeta – 94% dos entrevistados afirmaram que é importante que as pessoas possam dizer o que quiserem sem censura; por outro lado, esse apoio cai substancialmente quando as pessoas são colocadas diante de situações reais e precisam defender a liberdade de expressão na prática, sopesando-a com

³⁴ Disponível em: <https://futurefreespeech.com/who-cares-about-free-speech-findings-from-a-global-survey-of-free-speech/>

outros valores que julgam importantes³⁵. Por exemplo, no Brasil, embora 95% dos entrevistados tenham concordado com a afirmação de que as pessoas devem poder dizer o que quiserem, 77% disseram ser muito importante que a sua religião não pudesse ser criticada pelas outras pessoas, e somente 38% aprovam manifestações que insultem a bandeira nacional.

Há um aparente paradoxo nessas respostas, que é resolvido com a constatação de que as pessoas, no geral, tendem a valorizar a liberdade de expressão somente até certo ponto, principalmente como uma ideia abstrata e especialmente para elas mesmas, porém, não valorizam de igual maneira o direito dos outros de manifestarem opiniões que conflitem com as suas crenças. Além disso, há a tendência de se enxergar a liberdade de expressão como sendo um princípio conflitante com outros valores que, nesse choque, deve ser restringido, supostamente em nome de uma sociedade mais inclusiva. O estudo conclui que “a não ser que desenvolvamos uma atitude mais tolerante com ideias que conflitem com valores profundamente enraizados, há o risco de que a atual recessão da liberdade de expressão, que afetou o direito de falar a verdade ao poder em estados autoritários, democracias liberais e plataformas privadas de mídias sociais, apenas se perpetue”.

O problema é cultural e, portanto, demanda uma solução privada, que venha dos indivíduos comprometidos com o valor da liberdade. Nesse sentido, é preciso, em primeiro lugar, resgatar e difundir a importância que a livre manifestação de ideias tem para a sociedade, para que as pessoas tenham ciência dos seus benefícios e dos riscos que surgem quando ela é suprimida. Cada vez mais lidamos com problemas complexos, e não há consenso sobre como resolvê-los. Não podemos deixar que um grupo autoritário decida por todos o que é bom ou o que é verdadeiro. Pelo contrário: precisamos cultivar um ambiente de debate público que atue como um livre mercado de ideias, em que as ideias bem-intencionadas, por mais minoritárias, impopulares ou controversas que sejam, possam ser livremente expressadas, para que sejam discutidas, testadas e colocadas à prova, na expectativa de que as melhores sobressaiam. A diversidade de pensamento e a competição de ideias são essenciais para a democracia e também para a

³⁵ George Orwell, em ensaio sobre a liberdade de imprensa, traz um exemplo dessa situação. Diz o autor: “A questão em jogo aqui é muito simples: será que qualquer opinião, por mais impopular – por mais estúpida até – que seja, tem o direito de ser difundida? Formule-se a questão dessa maneira, e qualquer intelectual inglês se sentirá obrigado a responder que sim. Mas quando ela se reveste de uma forma concreta, e alguém pergunta: ‘E que tal, por exemplo, um ataque a Stálin? Tem direito de ser difundido’, a resposta quase sempre será não” (ORWELL, George. *A liberdade de imprensa* (prefácio proposto pelo autor à primeira edição inglesa, de 1945. In: ORWELL, George. *A Revolução dos Bichos: um conto de fadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 133).

inovação e o desenvolvimento intelectual e científico da sociedade. Para isso, as pessoas precisam se sentir livres para se manifestarem sem o temor de serem canceladas.

John Stuart Mill já demonstrou, talvez melhor do que ninguém, que a supressão de determinada opinião é um equívoco e prejudica a todos, seja porque essa opinião que se pretende silenciar pode estar total ou parcialmente correta, seja porque, ainda que esteja errada, serve para colocar à prova a opinião correta e evitar que ela se torne um dogma morto. Como afirmou o autor, “se toda a humanidade menos um fosse da mesma opinião, e apenas uma pessoa fosse da opinião contrária, a humanidade não teria maior direito de silenciar essa pessoa do que ela o teria, se tivesse o poder, de silenciar a humanidade”³⁶. Ideias ruins devem ser expostas para serem combatidas por meio de argumentação e persuasão, em vez de serem suprimidas na esperança de que magicamente desapareçam.

Aliás, é importante reforçar também a ideia de que a liberdade de expressão não é um valor apenas dos liberais, mas que é vital para a sociedade como um todo, especialmente para as minorias. Nenhuma das conquistas civilizatórias recentes da humanidade, como a abolição da escravatura, a igualdade de direitos políticos entre homens e mulheres e o reconhecimento dos direitos de homossexuais, por exemplo, teria sido possível se essas ideias não tivessem circulado e conquistado adeptos. A liberdade de expressão é a única maneira de garantir que minorias sejam ouvidas e possam contestar o *status quo*. Em uma sociedade que cada vez mais valoriza a diversidade, é preciso mostrar que falta valorizar a principal delas: a de pensamento.

Isso implica defender a liberdade de expressão por princípio, inclusive em relação às pessoas e ideias das quais discordamos. É verdade que não se trata de tarefa fácil, pois, no atual estado do debate público, a defesa da liberdade do outro de se manifestar frequentemente é confundida com a aprovação daquilo que está sendo dito. Mas é preciso deixar claro que são coisas distintas. Se aceitarmos que aquele do qual discordamos sofra consequências indevidas por ter se manifestado, abrimos um precedente que enfraquece a liberdade para todos e que poderá se voltar depois contra aqueles com os quais concordamos. A defesa da liberdade de expressão deve ser constante.

Por fim, a cultura do cancelamento somente prevalecerá se não encontrar oposição e se as pessoas que valorizam a liberdade de expressão se mantiverem silentes e inertes. Assim, é necessário também coragem, seja para manifestar ideias e para defender publicamente os valores da tolerância, diversidade de

³⁶ MILL, John Stuart. *On liberty*. Nova York: Dover Publications, 2022, p. 14

pensamento e diálogo, seja para manter essa posição diante de ataques injustos promovidos pelos autoritários de plantão. A partir do momento em que as pessoas e instituições se sentirem seguras para reagir e manter suas posições e para não se submeter às exigências de penitência e mudança de ideia impostas pelos adeptos da cultura do cancelamento, ela certamente perderá sua força. Por isso, é necessário ocupar espaços em instituições de ensino, associações, entidades de classe, veículos de mídia, entre outros, a fim de disseminar o valor da liberdade de expressão. A cultura do cancelamento, por ser a expressão de um movimento coletivista e autoritário, precisa ser contra-atacada com a valorização da individualidade e com a defesa intransigente da liberdade de manifestação do pensamento.

REFERÊNCIAS

BOCK-CÔTÉ, Mathieu. *O império do politicamente correto: ensaio sobre a respeitabilidade político-midiática*. São Paulo: É Realizações, 2021.

MILL, John Stuart. *On liberty*. Nova York: Dover Publications, 2022.

ORWELL, George. *Freedom of the Park*. Disponível em: <https://www.orwellfoundation.com/the-orwell-foundation/orwell/essays-and-other-works/freedom-of-the-park/>. Acesso em 10/11/2023.

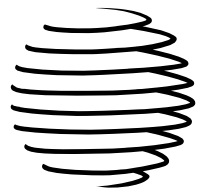
_____. *A liberdade de imprensa* (prefácio proposto pelo autor à primeira edição inglesa, de 1945). In: ORWELL, George. *A Revolução dos Bichos: um conto de fadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 125-139.

PONDÉ, Luiz Felipe. *Só sendo irrelevante você escapa da censura líquida de hoje*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2023/05/so-sendo-irrelevante-voce-escapa-da-censura.shtml>. Acesso em 10/11/2023.



JOSÉ PEDRO GOMES

Engenheiro civil, associado do IEE.



LIBERDADE DE EXPRESSÃO E TECNOLOGIA:

A censura das *big techs*

O CONTEXTO HISTÓRICO DA LIBERDADE

A história da sociedade em que vivemos atualmente teve início com base na restrição de pensamentos alheios. Sócrates e Jesus Cristo foram condenados à morte por disseminarem pensamentos em desacordo com aqueles que eram considerados corretos para a época. História parecida fora vista em monarquias e impérios, que tendiam a reprimir pensamentos alheios ou até mesmo reclamações de formas de governança.

Com o desenvolvimento das sociedades e a disseminação de novas religiões, diversas economias passaram a fundamentar seus pensamentos e princípios na liberdade dos indivíduos, entre elas a liberdade de expressão. Após debates iniciados na Inglaterra, os Estados Unidos da América foram o primeiro país a colocar em sua Constituição tal direito e a fundamentar sua sociedade com base nesses princípios.

Nos Estados Unidos

Obstinados a preservar a liberdade do indivíduo, os norte-americanos previram, na Primeira Emenda de sua Constituição, publicada em 1827, o seguinte texto:

Congress shall make no law respecting an establishment of religion, or prohibiting the free exercise thereof; or abridging the freedom of speech, or of the press; or the right of the people peaceably to assemble, and to petition the Government for a redress of grievances.

Traduzido livremente, o texto diz: “O Congresso não deverá fazer qualquer lei a respeito de um estabelecimento de religião, ou proibir o seu livre exercício; ou restringindo a liberdade de expressão, ou da imprensa; ou o direito das pessoas de se reunirem pacificamente, e de fazerem pedidos ao governo para que sejam feitas reparações de queixas”.

A emenda, portanto, prevê que não pode haver distinção entre religiões, restrição à liberdade de expressão, liberdade de imprensa, a reuniões de grupos pacíficos e/ou reclamações das políticas daqueles que governam a população.

E no Brasil?

No Brasil a liberdade do indivíduo também é prevista na Constituição publicada em 1988; o artigo 5º prevê, em destaque, os seguintes pontos:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

...

IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

...

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XIII – é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

Diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos, a Constituição brasileira passou por diversas alterações via emendas constitucionais, sendo alterada de acordo com o “desenvolvimento” do país. Visto isso, foram incluídas cláusulas que preveem algumas exceções à liberdade de expressão, criando restrições para certos tipos de pensamentos, e subjetividade para certas situações.

A ERA DA TECNOLOGIA

É de fácil compreensão que o tema relacionado à liberdade de expressão tem sido pauta em quase todo o planeta ao longo da história do homem. Com a era da tecnologia e a evolução constante dessas novas ferramentas no mundo todo, houve “inundação” de novos argumentos e discussões sobre a pauta “liberdade de expressão”.

Esse fator está relacionado principalmente aos meios de comunicação, que vêm sofrendo mudanças drásticas ao longo das últimas décadas, principalmente

se olharmos para os últimos cinquenta anos. Ao longo da história, saímos das cartas, fomos aos jornais impressos, seguidos dos telégrafos, telefones, até televisão e rádio. Olhando para trás, podemos avaliar um ponto em comum muito marcante: a maioria das informações era disseminada de forma centralizada e individual – salvo nos televisores e rádios; apesar de grande abrangência, esses eram centralizadas em poucos emissores.

A partir da internet, tudo mudou. A maior dor dos meios de comunicação até então criados foi suprimida. Pessoas ao redor de todo o planeta puderam se comunicar de forma barata, eficiente e rápida, por diversos meios. A informação tornou-se democrática, e grandes veículos – principalmente a mídia televisiva – têm perdido cada vez mais força para as *big techs*.

O QUE SÃO *BIG TECHS*?

Essa comunicação disseminada foi possível pela criação de grandes canais de compartilhamento, que possibilitam a conexão entre pessoas e/ou notícias, as **redes sociais**. Estas são canais que permitem às pessoas interagirem, compartilhando informações, pensamentos, notícias, atualidades, entre outros. Seu crescimento e sucesso, entretanto, depende de uma condicionante muito importante, que é o efeito de rede.

Esse efeito de rede impõe barreiras orgânicas criadas pela necessidade de grandes massas utilizando as ferramentas para que seu fim seja atingido, criando dificuldade para novos players dominarem o mercado, e fazendo com que seja aplicada a máxima econômica do *winner takes all*, em que plataformas que consigam criar uma conexão e atratividade para os clientes acabam por dominar o mercado como um todo.

Algumas empresas de tecnologia conseguiram aplicar o modelo com sucesso, como o Google, a Meta (Facebook), o X (Twitter). Essas são consideradas as *big techs*, responsáveis por controlar o mercado – e o compartilhamento de informações –, criando novos problemas para a sociedade.

MAS E A LIBERDADE DE EXPRESSÃO?

Para entendermos o poder dessas redes, é preciso compreender que, com a proporção gerada pela estrutura robusta e pelo efeito de rede, acabam-se formando as chamadas oligarquias. Estas são empresas que acabam dominando o mercado praticamente sozinhas, crescendo de forma desproporcional em relação a seus concorrentes, dominando a maior fatia do mercado e não abrindo espaço para outros competidores.

As ditas oligarquias geram um problema diferente a ser enfrentado pela sociedade. Agora, poucas empresas com estruturas consolidadas dominam um mercado que influencia diretamente a vida de bilhões de pessoas e estão, de certa forma, protegidas pelos efeitos de rede, que fazem com que as barreiras de entrada para concorrentes tenham custos extremamente altos e difíceis.

Com tanto poder em suas mãos, é aceso um novo alerta para a liberdade de expressão. Como tais companhias detêm o controle sobre o que é compartilhado, e quem pode compartilhar, acabam sendo praticadas escalas de censura a seus usuários, como o caso do ex-presidente americano Donald Trump, banido de todas as redes sociais após o período eleitoral de 2020.

Outro exemplo mais atual são as recentes declarações de Elon Musk, novo proprietário do X, antigo Twitter, que cita a influência que a rede social teve nas últimas eleições americanas, e o papel de censura que os funcionários exercem. Em diversas entrevistas, Musk comenta que, ao assumir a empresa, realizou a demissão de mais de 80% dos funcionários, alegando que, por não haver mais necessidade de realizar censura a tudo que é dito, pode reduzir o quadro de empregados significativamente.

O GRANDE PROBLEMA

A era da tecnologia trouxe ferramentas que objetivavam ampliar a liberdade dos indivíduos. Facilitando o acesso à conexão, elas foram desenhadas de forma que se possibilite a disseminação da democracia pelo globo, possibilitando o debate de causas que não tinham espaço anteriormente. Contudo, a era acabou por trazer grandes empresas que passaram a deter grande parcela do mercado, as chamadas *big techs*, que passaram a exercer seu poder censurando aquilo que era julgado como errado por elas.

Discursos de “ódio” passaram a ser eliminados, e notícias supostamente falsas começaram a passar por agências de checagem, que apuram as informações que desejam da forma que desejam, de acordo com seus vieses políticos. Os crimes supostamente cometidos eram crimes de opinião, e a determinação do certo ou errado era feita com base na visão de cada um.

“Diante desse cenário de supressão da liberdade de expressão, as redes sociais defendem suas medidas com base no argumento de que, por serem empresas privadas, elas são livres para estabelecer os termos de uso de sua plataforma e moldar o conteúdo publicado em suas redes da forma que bem entenderem.”³⁷

³⁷ DA SILVA, João Victor. *Censura das big techs: ameaça econômica e social*. Disponível em: <https://scc10.com.br/colunistas/censura-das-big-techs-ameaca-economica-e-social/>.

O problema central está situado não na opressão exercida por essas empresas, que devem ter o direito de determinar aquilo que desejam ou não veicular, e sim no quesito de que a liberdade do indivíduo deve ser consumada sempre. Devido à existência de oligarquias dentro desse universo, essas peculiaridades acabam sendo transformadas em um problema social, pois o poder passou a se concentrar na mão de poucos, que detêm a dominância de grande parcela do mercado. Sendo assim, essas empresas passaram a exercer um papel de Estado, tendo impacto direto no andamento da sociedade e nas tomadas de decisão da população.

CONCLUSÃO

George Orwell, nas obras “A Revolução dos Bichos” e “1984”, abordou o totalitarismo presente em nossa sociedade de forma totalmente satírica. Na primeira obra, ele citou: “Todos os animais são iguais, mas alguns são mais iguais que outros”. Já na segunda, mostrou que vivíamos em uma sociedade em que o Estado era responsável por assistir a tudo que o indivíduo fazia, e onde a única verdade que existia era aquela que o próprio Estado entendia como correta. Atualmente nossos direitos estão sendo reprimidos não exclusivamente pelo Estado, como citado nas obras de Orwell, mas também por entidades com equipes que são capazes de dominar a informação e determinar aquilo que é certo ou errado, de acordo com suas percepções de mundo.

A liberdade do indivíduo deve ser preservada sempre. Chegamos aonde chegamos por meio dela, ou estaríamos vivendo hoje em economias como a chinesa, ou norte-coreana, em que a liberdade de expressão é totalmente reprimida pelas entidades, reforçando o ideal governamentalista e reprimindo a possibilidade de tomada de decisões dos indivíduos.

No Brasil, nossa liberdade individual está cada vez mais ameaçada. Estudos recentes do Index em parceria com a Liverpool John Moores University apontaram que a liberdade de expressão em nosso país é considerada “limitada”, conforme Figura 1, apresentada abaixo. Considerando isso, precisamos acender um novo radar de atenção, principalmente para nossas únicas fontes de informações “isentas”.

Graças ao livre mercado, estamos vendo a indignação de empresários como Elon Musk, que, ao compreender os impactos negativos que a censura provocada por essas *big techs* tem provocado, tomou a iniciativa de comprar o Twitter e inserir as notas da comunidade, que permitem que a própria comunidade que utiliza do site faça uma análise sobre a declaração de cada indivíduo e, caso seja falsa, comprove isso por meio de dados. Afinal, a mentira deve ser combatida com verdades, e não com o ocultamento da informação.



FIGURA 1.

As redes sociais são ferramentas com possibilidades infinitas, que descentralizam o poder das grandes mídias. Seu uso pode ser a salvação de nações comprometidas pelo excesso de controle do Estado, mas precisamos entender a melhor forma de utilizá-las. O discernimento do que é verdadeiro e falso é cada vez mais complexo, e a tendência de regulação é cada vez maior. Mas até que ponto essa regulação – mesmo que privada – é boa ou prejudicial para o usuário? As redes sociais devem ser utilizadas da forma mais livre possível, mas até onde vai o possível?

REFERÊNCIAS

ALVES, Nayara; DE CARVALHO, Talita. INCISO IX – LIBERDADE DE EXPRESSÃO. “É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. Disponível em: <https://www.politize.com.br/artigo-5/liberdade-de-expressao/>.

Brasil está na lista dos países com liberdade de expressão limitada. Disponível em: <<https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/brasil-esta-na-lista-dos-paises-com-liberdade-de-expressao-limitada>>.

BRASIL PARALELO. Donos da Verdade. Disponível em: <https://plataforma.brasilparalelo.com.br/playlists/os-donos-da-verdade>.

DA SILVA, João Victor. Censura das big techs: ameaça econômica e social. Disponível em: <https://scc10.com.br/colunistas/censura-das-big-techs-ameaca-economica-e-social/>.

DESIDERI, Leonardo. Censura a Trump e Parler é marco histórico contra liberdade de expressão. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/censura-a-trump-e-parler-e-marco-historico-contra-liberdade-de-expressao/?ref=link-interno-materia>.

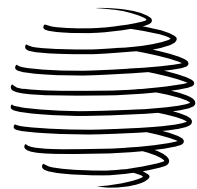
Winner Takes All – Glossário. Disponível em: <https://comoinvestir.thecap.com.br/winner-takes-all>.

ROMANO, Rogério Tadeu. A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1 À CONSTITUIÇÃO AMERICANA E UM CASO CONCRETO. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/83357/a-emenda-constitucional-n-1-a-constituicao-americana-e-um-caso-concreto>.



ANANDA RODRIGUES BANDEIRA

Advogada, associada do IEE.



O PODER JUDICIÁRIO COMO GUARDIÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar a liberdade de expressão no Brasil, a atuação do Poder Judiciário frente a esse direito fundamental e eventuais soluções na busca por uma liberdade de expressão menos regulada.

Inicialmente, é importante conceituar liberdade de expressão, que é o direito fundamental de expressar opiniões, ideias e pensamentos sem a interferência estatal, assumindo responsabilidade pelo dano moral, material e à imagem.

Também pode ser definida como o direito que “todo ser humano tem à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”, conforme o art. 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada na Assembleia-Geral das Nações Unidas (ONU) em 1948.

No clássico “Sobre a Liberdade”, de 1859, John Stuart Mill afirma que silenciar a expressão de uma opinião constitui um roubo à humanidade, à posteridade, à geração atual e àqueles que discordam da opinião, mais ainda do que àqueles que sustentam essa opinião – porque não terão a oportunidade de serem confrontados em sua verdade e perceberem seu erro.

A liberdade de expressão, quando exercida em sua integralidade, não precisaria de um guardião atuante, pois teria o mínimo de cerceamentos possível.

Nos últimos anos, no Brasil, temos tido inúmeros casos de desrespeito à liberdade de expressão perpetrados pelo Poder Judiciário, que se avocou o papel de guardião da moralidade, sem nenhuma determinação para tanto.

A Constituição Federal prevê, no artigo 5º, incisos IV e IX, que:

IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

(...)

IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

Nessa mesma linha, a Constituição também prevê a liberdade de imprensa:

XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

E, ainda, o art. 220 dispõe que:

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

A importância desse direito é tal que os parágrafos do artigo acima determinam que “§ 1º *Nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5, IV, V, X, XIII e XIV.*”, e que “§ 2º *É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística*”.

Diante da previsão constitucional, pode-se depreender que a censura prévia é proibida, sendo assegurada a responsabilidade civil e penal daquele que abusa do seu direito de liberdade de expressão, à luz do princípio da razoabilidade.

Nesse contexto, inserido entre os direitos fundamentais está o direito à liberdade de expressão, como um fomentador de um Estado democrático e vital para o exercício pleno da cidadania

SUSTENTAÇÃO

A título exemplificativo, alguns estudos têm mostrado que a liberdade de expressão está em declínio no mundo. Em 2023, 80% da população global experimentou redução na liberdade de expressão em comparação com 2020. Esse dado foi extraído do relatório anual sobre a liberdade de expressão no mundo emitido pela organização não governamental Article 19³⁸. Nesse relatório, o Brasil aparece em um preocupante 87º lugar em uma lista de 161 nações, e 16º entre 21 na região das Américas, posicionado na faixa laranja (de liberdade restrita), conforme imagem abaixo:

Outro estudo, a 21ª edição do Ranking Mundial de Liberdade de Imprensa – que não deixa de ser um desdobramento ou um dos pilares da liberdade de expressão –, compilado pela Repórteres Sem Fronteiras (RSF), edição de 2023,

³⁸ <https://artigo19.org/2022/06/30/brasil-e-o-terceiro-pais-que-mais-perdeu-liberdade-de-expressao-nos-ultimos-dez-anos-aponta-levantamento-da-artigo19/>

**FIGURA 1.**

que avalia as condições do jornalismo em 180 países e territórios, concluiu que as condições para o exercício do jornalismo são ruins em sete de cada dez países.

O Brasil avançou dezoito posições de 2022 para 2023, ocupando a 92ª colocação. A justificativa do estudo para tal avanço é que o país foi impactado por alterações em outros países, que pioraram em relação ao Brasil, além da suposta restauração da estabilidade nas relações entre mídia e governo depois do período turbulento da presidência de Jair Bolsonaro .

Tais estudos demonstram uma situação preocupante de falta de liberdade de expressão no Brasil.

Em âmbito legislativo, em maio de 2023, foi pautado o Projeto de Lei 2630/2020, que ficou conhecido como PL das *Fake News*, que cria a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet e busca reforçar a regulamentação e fiscalização sobre plataformas digitais, como redes sociais, aplicativos de trocas de mensagens e ferramentas de busca. Tal projeto teve repercussão nacional, com várias plataformas sociais posicionando-se contrariamente – Telegram, Google, Meta, Spotify, entre outras. O Telegram manifestou-se afirmando que o projeto “concede poderes de censura ao governo”, “transfere poderes judiciais aos aplicativos”, “cria um sistema de vigilância permanente” e

“é desnecessário”, declarando que poderia deixar de prestar serviços no Brasil caso o projeto seja aprovado³⁹.

Em seguida, em 26 de abril, o Telegram foi retirado do ar de forma provisória no país depois de uma decisão da 1ª Vara Federal de Linhares, da Justiça Federal do Espírito Santo. Além da suspensão, a Justiça Federal do Espírito Santo também ampliou de R\$ 100 mil para R\$ 1 milhão por dia a multa pelo descumprimento da decisão. A rede social voltou a funcionar três dias depois, por decisão do juiz federal Flávio Lucas, da 2ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2)⁴⁰.

O PL era extenso, composto de regras ambíguas, conceitos confusos e órgãos de controle obscuros, que escondiam a fácil possibilidade de controle de ideias e discursos. O suposto órgão fiscalizador remete facilmente ao “Ministério da Verdade”, instituição descrita no livro 1984, de George Orwell, que controlava de forma autoritária a circulação de informação.

Após o PL ser aprovado no Senado e seu regime de urgência ter sido aprovado na câmara, o presidente da Câmara, Arthur Lira, retirou, em 02 de maio de 2023, de pauta a votação do Projeto de Lei (PL) 2630.

Adentrando no entendimento do Poder Judiciário quanto à matéria, é imperativo destacar o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 130, de 2009, que revogou a Lei de Imprensa e proibiu enfaticamente a censura de publicações jornalísticas, bem como tornou excepcional qualquer tipo de intervenção estatal na divulgação de notícias e de opiniões. A decisão deixou clara a preferência por sanções *a posteriori*, que não envolvam a proibição prévia da divulgação, enfatizando que somente em hipóteses extremas se deveria utilizar a censura. Nas questões envolvendo violação a direitos subjetivos fundamentais, como a intimidade, a vida privada, a imagem e a honra de terceiros, cabe o direito de resposta, reparação pecuniária e persecução penal⁴¹.

Nesse mesmo julgado, é interessante registrar o entendimento de que, em se tratando de agente público, ainda que injustamente ofendido em sua honra e imagem, “subjaz à indenização uma imperiosa cláusula de modicidade. Isto

³⁹ <https://www.poder360.com.br/tecnologia/pl-das-fake-news-da-poderes-de-censura-ao-governo-diz-telegram/>
<https://www.estadao.com.br/politica/telegram-mensagem-contra-pl-fake-news-para-usuarios-nprp/>

⁴⁰ <https://www.poder360.com.br/tecnologia/pl-das-fake-news-da-poderes-de-censura-ao-governo-diz-telegram/>

⁴¹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. Arguição de Preceitos Fundamentais 130/DF. Relator: Min. Carlos Ayres Britto. Brasília, DF, 05 nov. 2009. DJ de 01.01.2012.

porque todo agente público está sob permanente vigília da cidadania. E quando o agente estatal não prima por todas as aparências de legalidade e legitimidade no seu atuar oficial, atrai contra si mais fortes suspeitas de um comportamento antijurídico francamente sindicável pelos cidadãos⁴². Ao que se conclui que, para os ministros, a crítica jornalística sobre esses agentes não é suscetível de censura, mas não está livre de reparação por danos morais.

Contudo, o inquérito das *fake news*, instaurado pelo STF em 14 de março de 2019, relatado pelo ministro Alexandre de Moraes, não parece se coadunar com o entendimento exposto acima, tendo algumas peculiaridades inusitadas e desrespeitos aos procedimentos legais. O relator determinou, e está a determinar, investigações tendentes a apurar supostos crimes praticados por pessoas e grupos contra a honorabilidade e segurança dele e seus pares, sem prazo de conclusão⁴³.

Não obstante, vemos que a Corte Superior adota posição ambígua, eis que algumas decisões mais recentes foram proferidas em sentido contrário. As instâncias ordinárias determinaram a censura e o STF derrubou tais decisões, protegendo a liberdade de expressão.

É caso do site *Intercept Brasil*, julgado em outubro de 2023, em que o relator, ministro Luiz Fux, concedeu a liminar na Reclamação (RCL) 63.151, lembrando que o STF, no julgamento da ADPF 130, posicionou-se de forma veemente em favor da proteção da liberdade de expressão e contra a possibilidade de censura prévia. Assim, suspendeu decisões da Justiça da Bahia que haviam determinado a retirada de reportagens do site *Intercept Brasil* sobre o assassinato da ativista quilombola Mãe Bernadete. De acordo com o ministro Luiz Fux, o conteúdo eventualmente injurioso ou calunioso das publicações será apurado na via judicial cabível e poderá gerar a responsabilização penal ou civil posterior, “nada justificando sua censura de plano”⁴⁴.

Nessa mesma linha, destaca-se o julgamento do humorista Léo Lins, no bojo da Reclamação (RCL) 60.382, em que o relator, ministro André Mendonça, do STF, cassou a decisão que o proibia de fazer comentários que possam ser interpretados como ofensivos em suas apresentações e determinava a remoção de conteúdos dos seus shows de plataformas digitais. Para o ministro, a decisão questionada impôs uma série de restrições ao exercício da liberdade de expres-

⁴² BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Tribunal Pleno. Arguição de Preceitos Fundamentais 130/DF. Relator: Min. Carlos Ayres Britto. Brasília, DF, 05 nov. 2009. DJ de 01.01.2012.

⁴³ <https://www.conjur.com.br/2022-nov-27/inquerito-fake-news-stf-relacao-justica/>

⁴⁴ Supremo Tribunal Federal. Medida Cautelar na Reclamação 63.151/BA. Relator: Min. Luiz Fux. Brasília, DF, 25 out. 2023.

são e da atividade profissional do humorista. Com isso, descumpriu dois paradigmas do Supremo sobre as liberdades constitucionais de manifestação do pensamento e de expressão, firmados nos julgamentos da ADPF 130 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.451, cujo objeto eram as sátiras a políticos em período eleitoral⁴⁵.

Assim, embora não haja hierarquia entre direitos fundamentais, existem algumas correntes doutrinárias acerca da ponderação entre princípios que deve ser realizada. Na colisão abstrata de direitos fundamentais, cabe o Poder Judiciário decidir pela tutela *in concreto* de algum deles, em detrimento parcial do outro. Para a tomada de decisão, aplica-se a regra da proporcionalidade desenvolvida por Robert Alexy⁴⁶.

No mesmo patamar constitucional, são assegurados “o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem”, bem como “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”. Assim, salientam-se os principais direitos que entram em conflito com a liberdade de expressão, tais como a intimidade (exposição de fatos ou imagens íntimas de terceiros), a honra (ofensa ou humilhação a terceiros) e a dignidade humana (manifestações de discurso de ódio).

Para o ministro Carlos Britto, a liberdade de expressão tem uma posição preferencial (*preferred position*) e é considerada um sobredireito fundamental. Isso significa que o afastamento da liberdade de expressão é excepcional, e o ônus argumentativo é de quem sustenta o direito oposto. Como consequência disso, deve-se fazer uma análise muito rigorosa, criteriosa e excepcional de toda e qualquer medida que tenha por objetivo restringi-la.

Contudo, a doutrina majoritária defende cada vez mais enfaticamente que são necessários limites claros à liberdade de expressão para não se adentrar nos direitos de personalidade, intimidade, honra e imagem da pessoa – o que pode ser perigoso. Na busca dessa harmonia entre os direitos, é importante lembrar o papel da liberdade de expressão e como se efetiva diante da ponderação nem sempre ponderada com os direitos da personalidade.

⁴⁵ Supremo Tribunal Federal. Reclamação 60.382/SP. Relator: Min. André Mendonça. Brasília, DF, 28 set. 2023.

⁴⁶ A regra da proporcionalidade foi proposta pelo filósofo do direito alemão Robert Alexy e é composta por três elementos – a idoneidade ou adequação, a necessidade e a proporcionalidade em sentido restrito. Foi desenvolvida na obra “Teoria dos Direitos Fundamentais”, publicada originalmente em 1985.

SUGESTÕES DE MELHORIA

A questão posta é bastante complexa e não compreende uma solução trivial. Por um lado, há riscos coletivos em torno da livre circulação de discurso de ódio sob o pretexto de tolerância com ideias e opiniões diferentes. O filósofo da ciência austríaco Karl Popper cunhou o termo “paradoxo da tolerância” para discutir como uma tolerância ilimitada ao discurso de ódio põe em risco a democracia e, por extensão, pode levar ao desaparecimento da própria tolerância. Para Popper, a melhor forma de combater a intolerância é debatê-la com argumentos racionais, e a proibição só deve ser usada como último recurso, quando o intolerante recorre à violência⁴⁷.

Ao buscar soluções para limitar a liberdade de expressão, esbarramos em dois questionamentos: quais seriam os limites da liberdade de expressão? Quem teria o poder para defini-los: o governo? Os juízes? Deputados e senadores? A mídia? Nenhum parece ter competência para tanto.

Assim, é crucial reafirmar o exercício desse direito, englobando não apenas a liberdade de informação, mas também, e sobretudo, o direito à expressão de opiniões críticas, ainda que severas. Em última análise, trata-se do direito de ser único, de pensar de forma distinta e de enxergar o mundo à sua própria maneira, mesmo que isso se afaste do senso comum estabelecido.

A compensação por eventuais danos decorrentes do exercício legítimo e constitucionalmente protegido de expressar-se deve ser dada de maneira cautelosa. Ir contra essa perspectiva é, de certa forma, restringir indiretamente a livre manifestação do pensamento, esvaziando o próprio direito que constitui um meio singular para o exercício democrático da cidadania.

Vemos, atualmente, que nem o Judiciário, com seu forte ativismo, nem o Executivo, com suas indicações políticas e desqualificadas, nem o Legislativo, em conluio com os demais poderes, se preocupam com a defesa da Constituição e do Estado de Direito.

No âmbito privado, há algumas iniciativas na linha da checagem de fatos (*fact-checking*), em que empresas de mídia utilizam de metodologia para assegurar a veracidade das informações, alertando sobre conteúdos falsos. Especialmente em períodos eleitorais, destaca-se a relevância dessas agências, uma vez que a propagação de informações falsas e/ou duvidosas aumenta nesses períodos, uma tendência vista desde a eleição de Trump, em 2016⁴⁸.

⁴⁷ Popper, Karl. *The Open Society and Its Enemies*. 1945.

⁴⁸ https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/24/internacional/1519484655_450950.html

Diante disso, não é suficiente apenas garantir a liberdade individual de expressão; como sociedade, é essencial estabelecer mecanismos que permitam que os meios de comunicação operem da maneira mais eficaz possível, garantindo pleno acesso aos cidadãos.

Assegurar a ampla proteção da liberdade de expressão, tanto como um direito negativo, resguardando os cidadãos do poder estatal e fortalecendo o autogoverno, quanto como um direito positivo, essencial para a busca da verdade e a correção de equívocos, é imperativo para a sociedade. Em médio prazo, alicerçar uma liberdade de expressão abrangente emerge como o remédio mais eficaz, promovendo não apenas a autonomia individual, mas também a vigilância crítica sobre as instâncias de poder, consolidando, assim, um ambiente propício ao exercício da democracia e do Estado de Direito. *Ao longo do tempo, a liberdade produzirá resultados melhores para a sociedade do que qualquer benefício que se pudesse alcançar por meio de sua supressão.*

ECONOMIA

Após o colapso econômico gerado pela grave pandemia do coronavírus, os bancos centrais injetaram trilhões de dólares na economia. Prudência ou excesso?



Convidamos o economista Dr. Igor Moraes para abrir este tópico.



QUEM É DR. IGOR MORAES

Sócio e Economista-Chefe da Vokin Investimentos, tem Pós-Doutorado em Inteligência Artificial aplicada a finanças pela Universidade de Riverside (Califórnia), PHD em estatística e finanças aplicadas (UFRGS) e mestrado em ciências de dados e inteligência artificial (UFRGS).

O QUE ESPERAR DA POLÍTICA MONETÁRIA NO FUTURO?

Ao longo dos anos, fomos convivendo com diversos modelos de gestão de política monetária ao redor do mundo que ajudaram a consolidar uma visão do que funciona e quais os custos envolvidos quando temos um Banco Central atrelado às decisões políticas ou quando, se é realmente possível dizer, ele é independente desses ciclos. Para entender os desafios que se desenham para a política monetária no futuro, temos que relembrar alguns fatos históricos.

Durante muitos anos, convivemos com o modelo de padrão-ouro, que restringia a política monetária a simplesmente administrar as reservas de um país, ou seja, garantir a paridade de sua moeda. A Primeira Guerra Mundial gerou uma fissura nessa visão predominante e colocou, de um lado, os países que ainda buscavam manter essa paridade e, de outro, as primeiras experiências com papel-moeda.

Para ambos os casos, há dois exemplos interessantes na literatura. O primeiro deles foi a experiência da Grã-Bretanha, que tentou manter sua moeda atrelada ao ouro, mas as consequências econômicas resultantes serviram para mostrar que essa paridade teria custos enormes e ela logo foi abandonada – ver Morrison (2016) e Dornbusch & Frenkel (1984). De outro lado, temos o exemplo da Alemanha, que, ao sair do padrão-ouro, em 1914, embarcou em um modelo de emissão de papel-moeda, na época denominado de Papiermark, com o objetivo de pagar os custos de reparações de guerra.

O que se seguiu com essa grande circulação de papel-moeda foi uma inflação crescente mês a mês que acabou resultando em hiperinflação em 1923. A solução foi abandonar o Papiermark e adotar um novo papel-moeda, o Reichsmark. Para se ter uma ideia de como a moeda alemã havia perdido valor, na data da conversão, ao final de 1923, 1 Reichsmark valia 1 bilhão de Papiermark (Schmolders, 1975).

Como a Alemanha não tinha reservas em ouro, a alternativa, diga-se de passagem “criativa”, foi vincular seu novo papel-moeda aos bens reais – por exemplo, a terra que era utilizada na agricultura. Até a Grande Depressão de 1929, tudo correu bem com o Reichsmark. Mas a guerra e seus custos demandaram

que fossem emitidos mais Reichsmark, e, novamente, uma política monetária expansionista gerou mais moeda que o necessário. Os problemas daí resultantes só se tornaram perceptíveis com a crise econômica do pós-guerra e a consequente perda de valor do Reichsmark.

O acordo de Bretton Woods, em 1944, determinou o início de uma nova etapa para a história da política monetária, qual seja, a adoção de um papel-moeda, o dólar americano, como referência, mas atrelado às suas reservas de ouro. Vale destacar que esse regime criou, para os EUA, a possibilidade de expansão monetária muito além da capacidade de sua economia. O governo poderia financiar seus déficits em transações correntes com a entrada de capitais que, para as demais economias, representava uma reserva de valor internacional. Sim, era uma espécie de padrão-ouro, mas com a intermediação do dólar. Claramente o apetite do governo para continuar sua expansão monetária iria levar ao desequilíbrio entre a quantidade de dólar e o estoque de ouro, e o colapso do sistema era uma questão de tempo.

O acúmulo de reserva em dólar, com destaque para Alemanha e Japão, obrigava os bancos centrais a emitir mais moeda local a fim de manter a paridade cambial. Essa história já conhecemos. Com a expansão monetária, o resultado imediato foi a alta da inflação, que acabou se transformando em uma inflação global. Veio então a primeira tentativa de salvar o modelo de Bretton Woods, com a desvalorização do dólar, em 1971, mas em 1973 não havia mais como segurar, e cada país passou a ter liberdade de determinar sua paridade com o dólar.

As lições de política monetária até esse momento eram bem claras. Dentro da tríade de taxa de câmbio fixa, livre movimentação de capitais e controle da política monetária com objetivos locais, os bancos centrais só conseguiam escolher duas opções. Foi assim que a Alemanha, por exemplo, em 19 de março de 1973, abandonou a paridade com o dólar e deu prioridade a uma política monetária interna que buscasse a estabilidade de preços. Diversos outros países foram lançados a fazer essa escolha, e surgem então os diferentes modelos de taxa de câmbio, com diversas experiências tomando forma nas décadas seguintes, o que geraria enorme literatura na área – veja a boa discussão em Krus & Schuler (2014).

Esse também foi um período rico no debate sobre os instrumentos e as políticas que pudessem estabilizar os preços, como o sistema de metas de inflação, inicialmente testado ao final da década de 1980 na Nova Zelândia e posteriormente adotado por diversos países. As experiências com regimes de taxa de câmbio adentraram toda a década de 1990, com destaque para a Malásia, Tailândia e Indonésia, que vieram a abandonar a paridade com a crise financeira

de 1997. Outro modelo bem conhecido por nós ocorreu na Argentina, que implementou, inclusive em lei, uma paridade em relação ao dólar que durou toda a década de 1990.

O exemplo brasileiro veio com o Plano Real, com um modelo cambial de paridade para posterior “banda cambial” e, por fim, taxa de câmbio com um regime de intervenções pontuais, para depois passar-se a um regime livre. Todas essas experiências floresceram o debate em torno do tema para além do monetarismo e keynesianismo e deixaram claro que a simbiose entre governo e banco central resultava, inevitavelmente, em crises econômicas.

Ao longo das décadas seguintes, temas como expectativas racionais, credibilidade da autoridade monetária com melhor comunicação, expectativas inflacionárias e sua ancoragem e o sistema de metas de inflação foram se incorporando ao debate e enriquecendo as ferramentas de gestão. Cada vez foi ficando mais evidente que uma política monetária explícita resultaria em melhores resultados, e a complementação dessa visão veio com a criação de um contrato para a autoridade monetária, determinando objetivos claros a serem perseguidos. Nascia então a independência do banco central e seus diferentes objetivos. O que deveria a autoridade monetária focar? Seria apenas a estabilidade de preços, ou contemplaria um mandato dual, com menor desemprego, ou ainda multidimensional, contemplando variáveis de crescimento econômico?

A ideia principal de um banco central independente seria tornar a política monetária mais eficiente e ao mesmo tempo eliminar o financiamento do gasto público. Tudo parecia correr bem até que a crise do *subprime* e a pandemia mostraram que a independência da autoridade monetária não foi capaz de dar fim a essa relação com os governos, e a dominância fiscal, que sempre rondou as economias, novamente se fez presente (situação na qual o banco central age para acomodar os gastos públicos).

Porém, os ventos mudaram. Temos novos desafios geopolíticos, uma agenda climática muito ambiciosa, o envelhecimento populacional, a entrada de novas tecnologias que permitem transações financeiras mais rápidas e conectadas com diferentes regiões e setores, e as moedas digitais. Vale destacar que este último fator já exerce influência no sistema financeiro, tanto é que mais de cem países já conduzem estudos direcionados à adoção do CBDC (Central Bank Digital Currency) – ver Bank of England (2020, 2022) e Lannquist e Tan (2023).

Um bom exemplo de como já há uma estreita relação entre o modelo tradicional e o digital é a crise bancária de março de 2023 nos EUA. O *Signature Bank* tinha diversos clientes que mantinham exposição em empresas com ativos digitais. Em meio a uma queda no preço desses ativos, esses promoveram saques

que resultaram em uma corrida bancária que afetou sobremaneira o balanço do banco. Veja que o que está em jogo é muito mais que a implementação de sistemas mais transparentes e eficientes na circulação de moeda. Essa transição para um mundo digital vai afetar de forma significativa a relação que existe hoje no sistema financeiro, com a possibilidade de os bancos centrais se relacionarem diretamente com as famílias sem precisar passar pelos bancos. Em um primeiro momento, a CBDC pode parecer uma evolução, mas isso é extremamente perigoso em meio a modelos no qual não existe independência do banco central. Seria muito poder concentrado em apenas uma instituição e ainda sujeita a “inovações” duvidosas, como função social para a autoridade monetária, ou que ela se torne apenas uma forma de dar vazão a modelos de intervenção estatal no sistema produtivo.

Tudo isso gera o questionamento da funcionalidade das práticas monetárias do passado e dos modelos econômicos, colocando em perspectiva o mandato que é atualmente dado aos bancos centrais. Como pôde ser visto, a história da política monetária funde-se com a história dos bancos centrais, e, dessa forma, ao pensar seu futuro, temos que debater o papel a ser exercido por estes. E esse debate deve, sim, contemplar, inclusive, a ausência da autoridade monetária em um ambiente digital e totalmente livre, algo que ainda não foi testado em escala no mundo. Você estaria pronto para isso?

REFERÊNCIAS

BANK OF ENGLAND, Central Bank Digital Currency Opportunities, challenges and design, Discussion Paper, 2020.

BANK OF ENGLAND, Responses to the Bank of England's, Discussion Paper on new forms of digital money, 2022.

BERNSTEIN, Edward. “Reflections on Bretton Woods.” In *The International Monetary System: Forty Years After Bretton Woods*, 15-20. Boston: Federal Reserve Bank of Boston, May 1984.

BORDO, Michael D. “Gold Standard.” In *The Concise Encyclopedia of Economics*. Library of Economics and Liberty. Article published 2008.

DORNBUSCH, Rudiger; FRENKEL, Jacob A. The Gold Standard and the Bank of England in the Crisis of 1847, in *A Retrospective on the Classical Gold Standard, 1821-1931*, National Bureau of Economic Research, p. 233-276, 1984.

KRUS, Nicholas; SCHULER, Kurt: Currency Board Financial Statement, *Studies in Applied Economics*, Johns Hopkins Institute for Applied Economics, Global Health, and Study of Business Enterprise & Center for Financial Stability, SAE. No.22, 2014.

LANNQUIST, Ashley; TAN, Brandon. Central Bank Digital Currency's Role in Promoting Financial Inclusion, IMF Note, 2023.

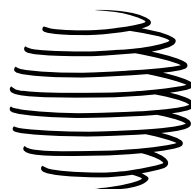
MORRISON, James Ashley. Shocking Intellectual Austerity: The Role of Ideas in the Demise of the Gold Standard in Britain, *International Organization*, Vol. 70, No. 1 (Winter 2016), pp. 175-207.

SCHMOLDERS, Gunter. Proceedings of the Academy of Political Science Vol. 31, No. 4, Inflation: Long-Term Problems (1975), pp. 201-211.



HENRIQUE ROMAN

Administrador, associado do IEE.



BITCOIN:

Desafios e oportunidades para a política monetária na Era Digital

Em suas diversas formas, o dinheiro tem sido um pilar fundamental da sociedade humana ao longo de milênios. Mais recentemente, com o surgimento de moedas digitais, desafiou as concepções tradicionais e a hegemonia estatal sobre a política monetária.

Este artigo tem como objetivo, portanto, explorar de forma introdutória e filosófica a natureza disruptiva do *bitcoin*, especialmente relacionada à política macroeconômica. Suas características o tornam uma potencial solução privada para os desafios públicos enfrentados nas economias modernas, especialmente no que diz respeito às incertezas econômicas decorrentes dos excessos de estímulos fiscais e monetários feitos pelos governos.

Desde o início da civilização, o dinheiro tem sido fundamental para as interações econômicas. As economias começaram com um sistema de troca direta (escambo) conhecido como “coincidência de desejos”. Ou seja, uma situação em que as duas partes envolvidas em uma troca têm exatamente o que a outra parte deseja. Por exemplo, se você tiver peixes e quiser pão, ao encontrar alguém que tem pão e quer peixes, ocorreu uma coincidência de desejos.

No entanto, em uma economia baseada nesse modelo, a eficiência do comércio é limitada pela probabilidade da ocorrência de uma coincidência de desejos. Como essa probabilidade de duas partes terem exatamente o que a outra precisa é geralmente baixa, as transações econômicas são mais difíceis e menos frequentes. Outra limitação do escambo é que nem todos os bens são facilmente divisíveis ou transportáveis. Por exemplo, é pouco prático dividir fisicamente uma vaca em vários objetos menores se alguém quiser trocá-la. Por isso, com a necessidade de um meio de troca mais eficiente, surgiu o conceito de dinheiro. Por meio dele, você pode vender peixes para alguém que deseja peixes e tenha dinheiro, para então usar o dinheiro recebido para comprar pão de alguém que aceita dinheiro. O dinheiro funciona como um intermediário nas transações, permitindo que as pessoas comprem o que precisam sem depender de encontrar uma coincidência exata de desejos. Assim, o dinheiro aumenta a eficiência do comércio, facilitando a probabilidade de as “coincidências de desejo” ocorrerem.

Para que algo possa ser considerado dinheiro, esse objeto precisa evoluir ao longo de quatro estágios de maturidade de função, que não necessariamente têm um prazo ou tempo mínimo de duração:

1. Coletável: o dinheiro era valorizado por sua raridade e beleza, como conchas ou pedras preciosas.
2. Reserva de valor: metais preciosos como ouro e prata começaram a ser usados como armazenamento de valor, justamente por serem raros, e seu valor, reconhecido.
3. Meio de troca: com o desenvolvimento de cunhagens e padrões, o dinheiro se tornou um meio aceito e padronizado de troca.
4. Unidade de conta: o dinheiro começou a ser usado como uma medida padrão para avaliar o valor de bens e serviços.

Transações maiores eram mais difíceis de acontecer em função da complexidade de se transportar grandes quantidades de ouro, por exemplo. Com isso, surgiram os certificados de depósito, que representavam o valor de uma quantidade de ouro guardada no cofre de alguma instituição. A partir daí, surgiu o “padrão-ouro”, vinculando o valor do dinheiro a uma quantidade de ouro, que possibilitou o desenvolvimento do sistema monetário internacional durante os séculos XIX e XX. Esse sistema garantia certa estabilidade e confiança nas moedas. No entanto, durante a Grande Depressão, em 1929, muitos países abandonaram o padrão-ouro para imprimir mais moeda e estimular suas economias. Em 1971, os Estados Unidos, sob a administração de Richard Nixon, desvincularam completamente o dólar do ouro, demarcando o fim do padrão-ouro no cenário mundial.

Foi então criada uma forma de gerar demanda global pelo dólar: o sistema “petrodólar”. No acordo de Bretton Woods e em acordos posteriores, os países produtores de petróleo concordaram com os Estados Unidos em precificar o barril de petróleo em dólares.

Esse foi o marco para o início das moedas *fiat*. As moedas *fiat*, diferentemente das moedas lastreadas em ouro ou outro bem tangível, têm seu valor baseado inteiramente na confiança e no crédito do governo que as emite.

Esse sistema dá aos bancos centrais a capacidade de controlar a oferta de dinheiro. Hoje a maioria das moedas em todo o mundo, como o dólar americano, o euro e o iene, são moeda *fiat*. O valor dessas moedas não vem de algo concreto, mas da estabilidade econômica e da autoridade do governo que as emite. No entanto, esse sistema baseado na confiança também apresentou falhas, porque o Estado sempre teve papel importante no controle e emissão de moeda, e os bancos centrais adotaram políticas monetárias que ocasionalmente levaram à

inflação excessiva, corroendo o poder de compra dos cidadãos e desestabilizando as economias.

Geralmente, a inflação é entendida de forma simplista como aumento de preços. Porém, é importante diferenciar a inflação, que é o aumento na oferta monetária, do aumento de preços, que é uma das possíveis consequências da inflação. Os preços podem aumentar por diversas razões, mas a inflação causada por políticas monetárias expansivas é preocupante porque aumentar a oferta monetária reduz o valor de cada unidade monetária, levando à perda do poder de compra. Isso significa que o dinheiro economizado e os rendimentos futuros valem menos em termos de bens e serviços. Além disso, políticas de expansão monetária podem gerar incerteza quanto à estabilidade do valor da moeda, afetando negativamente a economia.

Existem diversas medidas que podem ser tomadas para limitar o poder estatal e evitar a geração de inflação. Uma delas é a criação de metas de inflação, prática comum em muitos países, em que o banco central tem como objetivo manter a inflação dentro de uma faixa estabelecida. Outra medida seria a adoção de uma “regra de ouro” fiscal, em que os governos são obrigados a equilibrar seus orçamentos, evitando déficits excessivos que poderiam levar à emissão excessiva de moeda. A independência dos bancos centrais também é vista como uma medida importante para limitar o poder de políticos na política monetária, garantindo que decisões sobre taxas de juros e emissão de moeda sejam tomadas com base em critérios técnicos, e não em influência ou popularidade.

Atualmente, a situação inflacionária de muitos países é uma prova da falibilidade da gestão estatal da moeda. Por exemplo, países que adotaram políticas monetárias expansivas após a crise financeira de 2008 viram o valor real de suas moedas diminuir em relação a bens tangíveis como ouro e imóveis. O mesmo aconteceu com estímulos fiscais e monetários durante a pandemia. É nítida a corrosão do poder de compra das moedas estatais ao longo do tempo – a exemplo do dólar, a moeda estatal mais forte do mundo, que já perdeu mais de 95% do seu poder de compra.

A erosão do poder de compra de uma moeda pode ser observada em várias partes do mundo ao longo do tempo. Um exemplo clássico é o caso do Brasil nas décadas de 1980 e 1990, em que a hiperinflação tornou o dinheiro praticamente inútil em um curto período. Em um ano, os preços podiam aumentar mais de 2.000%¹, o que significava que o dinheiro que uma pessoa tinha no início do ano perdia quase todo o valor em poucos meses. Outro exemplo é a Venezuela, onde, no período de observação de 1980 a 2020, a taxa média de inflação foi de 3.608,8% ao ano². No total, o aumento de preço durante esse período foi de 104,800 trilhões por cento. Assim, um item que custou 100 bolívares em 1980

foi cotado a 104,800 trilhões de bolívar no início de 2021. Essa inflação descontrolada resultou em uma perda dramática do poder de compra do bolívar, a moeda local.

Isso levanta a questão: o governo deve ter o monopólio da política monetária? Friedrich Hayek, um dos principais expoentes da Escola Austríaca de Economia, defendeu a ideia de que o controle estatal sobre a moeda pode levar a ciclos econômicos indesejáveis e inflação. Na obra “Desestatização do dinheiro” (1976), Hayek argumenta que permitir a competição entre moedas privadas poderia resultar em um sistema monetário mais estável.⁴ Hayek critica o monopólio governamental sobre a emissão de dinheiro, alegando que isso dá ao Estado o poder de inflacionar a oferta de moeda e, assim, distorcer a economia. Segundo ele, se as instituições privadas pudessem emitir suas próprias moedas, haveria uma competição natural que favoreceria as moedas mais estáveis e confiáveis.

A lógica por trás dessa teoria de Hayek é que, em um cenário de competição entre moedas, as instituições teriam incentivos para manter o valor de suas moedas estável, garantindo a aceitação do público. Moedas que sofressem depreciação ou fossem mal administradas seriam rapidamente abandonadas em favor de alternativas mais estáveis. Essa teoria, apesar de revolucionária em sua época, encontra possibilidades na atual era digital por meio de soluções como o *bitcoin*.

Após a crise financeira de 2008, em que falhas desse sistema tradicional ficaram evidentes, surge o *bitcoin*. Seu criador, conhecido pelo pseudônimo Satoshi Nakamoto, solucionou um dilema antigo da computação conhecido como “O Problema dos Generais Bizantinos” ao propor uma moeda digital que não requer confiança em terceiros (como um banco ou governo), é protegida por criptografia e tem oferta monetária previsível e limitada. Esses atributos o tornam um candidato promissor a desafiar o sistema monetário estatal.

Isso só é possível graças à tecnologia *blockchain*, que está por trás do *bitcoin*. O *blockchain* funciona como um registro, uma espécie de livro-razão digital distribuído. Imagine uma cadeia de blocos de dados interligados, em que cada bloco contém uma lista de transações. Essa cadeia é mantida e atualizada por uma rede descentralizada de computadores, conhecidos como *nodes*. Cada node tem uma cópia completa do *blockchain*, garantindo transparência e resistência à censura. Qualquer pessoa, como eu e você, pode se conectar à rede e se tornar um *node*, ajudando a manter a rede.

No coração da rede *bitcoin* estão os mineradores, indivíduos ou grupos que utilizam poder computacional para validar e registrar novas transações. Eles fazem isso resolvendo complexos problemas matemáticos, num processo conhecido como prova de trabalho (*proof of work*). Esse minerador que encontra a resposta compartilha-a com a rede, que facilmente valida a solução do proble-

ma matemático. Esse mecanismo não só protege a rede de ataques maliciosos, mas também cria um consenso sobre os registros atuais do *blockchain*. Em troca de seu trabalho, os mineradores que encontraram a solução são recompensados com *bitcoins* recém-emitidos, além de taxas de transação. A recompensa incentiva os mineradores a continuarem mantendo e protegendo a rede.

Portanto, por meio deste processo, o *bitcoin* garante que todas as partes concordem com o registro de transações sem a necessidade de confiar umas nas outras, resolvendo efetivamente o Problema dos Gerais Bizantinos. A prova de trabalho e o *blockchain* garantem que, mesmo que alguns participantes sejam desonestos, eles não podem facilmente enganar o sistema, mantendo a rede segura e permitindo que todos os participantes confiem que as transações são precisas e serão executadas conforme acordado. Essa estrutura também permite que a moeda tenha atributos importantes, como divisibilidade e funcionalidade como unidade de conta. O *bitcoin* pode ser dividido em frações muito pequenas: cem milionésimos de um *bitcoin* são conhecidos como *Satoshis* ou *Sats*. Ou seja: 100 milhões de *satoshis* para 1 *bitcoin*, ou 1 *satoshi* para 0,00000001 *bitcoin*. Dessa forma, ele pode servir como uma unidade para precificação de bens e serviços.

A rede do *bitcoin* é sustentada, portanto, pelo autointeresse daqueles que querem usar um dinheiro não estatal mantendo toda a estrutura necessária para que isso aconteça com a tecnologia disponível. A confiança no *bitcoin* deriva de sua natureza descentralizada e da sua oferta limitada. Diferentemente das moedas *fiat*, que podem ser emitidas em quantidades ilimitadas pelos bancos centrais, o *bitcoin* tem um limite máximo preestabelecido de 21 milhões de unidades. Essa escassez programada simula as características de *commodities* como o ouro, que têm fornecimento limitado e são valorizadas por essa raridade. A partir dessa imutabilidade, a atratividade do *bitcoin* como reserva de valor frente à constante desvalorização das moedas *fiat* aumenta a cada ciclo de adesão dessa tecnologia, valorizando cada unidade de *bitcoin*. Além disso, a segurança proporcionada pelas tecnologias de consenso descentralizado e pela prova de trabalho significa que não há uma única entidade que controle a rede, o que reduz o risco de manipulação e censura, garantindo aos usuários que suas posses em *bitcoin* não serão desvalorizadas por ações arbitrárias de governos ou outros agentes, como inflação desenfreada ou confisco.

Na verdade, o protocolo do *bitcoin* não é inflacionário ou deflacionário no longo prazo. Em vez disso, é programado para ser desinflacionário, culminando em uma base monetária constante sem mudanças no suprimento. A deflação é o contrário da inflação que explicamos até aqui, ou seja, a deflação é uma redução formal na oferta de dinheiro circulante. Nesse sentido, o *bitcoin* não é verdadeiramente deflacionário. A oferta de *bitcoin* não diminuirá, mas continuará

aumentando de forma desacelerada, até que as recompensas por bloco se esgotem, por volta do ano de 2140, quando o *bitcoin* atingirá o limite máximo de 21 milhões de moedas. O *bitcoin*, portanto, é desinflacionário. Pode-se argumentar que, apesar dessa base fixa projetada, moedas perdidas criam deflação, pois são removidas da oferta circulante. Isso é verdade, mas as perdas de moedas diminuirão ao longo do tempo à medida que a custódia de moedas se torne mais profissional e fácil de usar. Por isso, grande parte das moedas que serão perdidas já o foi, e isso continuará a diminuir ao longo do tempo, enquanto a oferta de *bitcoins* continua a aumentar até 2140. Com uma base monetária constante, o *bitcoin* não terá pressões inerentes para preços mais altos ou mais baixos. Ele funcionará como uma fundação pura em que os preços flutuarão baseados apenas em sinais dos participantes do mercado.

Críticas surgirão no sentido de que ele fará os preços caírem. Porém, precisamos reconhecer que a queda de preços é um processo natural. Imagine uma escova de dentes: talvez as máquinas fiquem um pouco melhores na fabricação, ou as cadeias de suprimentos se tornem mais eficientes ao longo das décadas. Se nossa demanda como sociedade permanecer constante, o que deve acontecer com o preço? Ele vai diminuir. Isso não deve ser surpresa, uma vez que mercados livres fazem com que os preços dos produtos caiam à medida que a indústria se torna mais produtiva e os concorrentes lutam pelos consumidores com os preços mais baixos possíveis.¹⁰

Apesar desse processo natural, por décadas os preços de bens de consumo básicos aumentaram. O dinheiro é a unidade que mede esse processo. Em um sistema monetário de medição com base constante (ou seja, *bitcoin*), o aumento da produtividade se traduzirá em preços mais baixos. No entanto, se a régua monetária for manipulada (ou seja, por meio de impressoras de moeda *fiat*), os preços aumentarão ano após ano, apesar dos enormes aumentos na produtividade. Quando um dinheiro pode ser manipulado via impressões de Bancos Centrais, alterando as exigências de reservas e ajustando taxas de juros, esse sistema de medição fica distorcido. O risco é precificado incorretamente. Para piorar, suprimentos monetários inflacionários também tornam a recuperação mais difícil após a queda. Apesar de serem os criadores dos colapsos, as autoridades governamentais frequentemente intervêm imediatamente para resgatar empresas. Novamente, fornecendo ajuda de curto prazo e devastando as perspectivas de longo prazo. Como resultado, empresas zumbis com má administração crônica permanecem na economia por décadas.¹¹

À medida que o mundo se une em torno de um padrão *bitcoin*, nossa nova base monetária facilitará a sinalização econômica de maneiras profundas, trazendo um crescimento saudável e sustentável como nunca antes. Como efeito

colateral, os preços cairão naturalmente à medida que os humanos se tornem mais produtivos, evitando as espirais deflacionárias causadas por injeções monetárias artificiais. Apesar dessas características e dessa mudança de paradigma que o *bitcoin* possibilita devido à sua inovação revolucionária no campo das finanças, ele não está isento de críticas e controvérsias. Essas críticas abrangem principalmente cinco aspectos:

1. Volatilidade: seu valor pode flutuar dramaticamente em um curto período, o que levanta dúvidas sobre sua viabilidade como um meio estável de troca ou reserva de valor. Pessoas com essa linha de raciocínio precisam entender que a volatilidade do *bitcoin* pode ser contextualizada pela evolução do dinheiro e dos estágios da moeda. Historicamente, novas formas de dinheiro passaram por períodos de incerteza e flutuação antes de se estabilizarem. À medida que mais pessoas e instituições começam a entender e aceitar o *bitcoin*, é provável que sua estabilidade melhore.
2. Uso em atividades ilícitas: devido à sua natureza anônima, o *bitcoin* tem sido associado a atividades ilegais, como lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. Críticos argumentam que a falta de regulamentação e supervisão facilita esses usos ilícitos. Porém, é necessário entender que, enquanto o *bitcoin* pode ser usado para atividades ilícitas, o mesmo pode ser dito sobre a moeda fiat. Além disso, o *blockchain* proporciona um registro público de transações, que pode ser usado para rastrear atividades ilegais mais eficientemente do que o dinheiro convencional de papel.
3. Dano ambiental: a mineração de *bitcoin* requer uma quantidade significativa de energia elétrica, o que levanta preocupações ambientais. Nesse caso, a comunidade do *bitcoin* tem buscado soluções para reduzir seu impacto ambiental. Isso inclui o uso de fontes de energia renováveis para mineração. A descentralização geográfica da mineração pode reduzir a dependência de fontes de energia específicas e promover o uso de energia localmente disponível. Além disso, a descentralização também permite a instalação de fazendas de mineração em locais mais energeticamente eficientes, como a Islândia, onde o clima frio dispensa a necessidade de gasto energético extra com ar-condicionado para refrigeração dos computadores. Na verdade, o *bitcoin* até ajuda a reduzir o impacto negativo para o meio ambiente ao ser minerado em fontes de metano de poços de petróleo abandonados, por exemplo. Ademais, sociedades que se desenvolvem têm naturalmente aumento do consumo elétrico. Não podemos discutir o consumo de energia para analisar dano ambiental. Para se analisar poluição, é preciso analisar as fontes de geração de energia, e não o consumo em si.

4. Segurança e fraudes: embora o *blockchain* do *bitcoin* seja considerado muito seguro, as bolsas de criptomoedas e as carteiras digitais têm sido vulneráveis a ataques de *hackers*. Há também preocupações sobre fraudes e a falta de proteção ao consumidor no espaço das criptomoedas. Nesse cenário, precisamos entender que um aspecto fundamental do *bitcoin* é a possibilidade de os usuários serem seus próprios custodiantes, utilizando carteiras frias (*cold wallets*), sem depender de um terceiro (como um banco que guarda seu dinheiro). Diferentemente dos sistemas bancários tradicionais, em que o controle dos fundos é frequentemente delegado a terceiros, o *bitcoin* permite aos usuários terem controle total sobre seus ativos, reduzindo significativamente o risco de intervenções externas, falhas de instituições financeiras ou ações governamentais arbitrárias. As carteiras frias, que armazenam *bitcoin offline*, oferecem alto nível de segurança contra ataques cibernéticos. A responsabilidade individual na gestão de chaves privadas e a utilização de tecnologias de segurança robustas são, portanto, fundamentais para a proteção contra fraudes e perdas no ecossistema do *bitcoin*.
5. Velocidade e custo de transação: um dos maiores desafios técnicos do *bitcoin* é a sua capacidade limitada de processar transações de forma rápida e eficiente. Para argumentarmos nesse ponto, é crucial entender o *bitcoin* na sua função de “camada de reserva de valor”, análoga ao protocolo TCP/IP na internet. Assim como o TCP/IP estabeleceu a fundação sobre a qual tecnologias mais avançadas e eficientes como o HTTPS foram construídas, como os sites em que você navega na internet, o *bitcoin* atua como a primeira camada – uma base sólida e segura para o valor. Estamos, de certo modo, ainda nos estágios iniciais da evolução do *bitcoin*, e, assim como a internet, que se expandiu e se aprimorou com o tempo, o ecossistema do *bitcoin* também está destinado a se desenvolver e a se adaptar às necessidades crescentes de seus usuários, – por exemplo, com o surgimento da Lightning Network.

Por enquanto, a adesão ao *bitcoin* ainda é pequena comparada com seu potencial global. No entanto, em muitos países, especialmente aqueles enfrentando instabilidade econômica e inflação elevada, o *bitcoin* se tornou um meio de proteger o patrimônio de investidores e cidadãos comuns, que o usam para diversificar seus portfólios e preservar seu poder de compra. Além disso, alguns países estão começando a integrar o *bitcoin* a seus sistemas financeiros, como El Salvador, que o adotou como moeda legal, de forma pioneira na história das criptomoedas.

Ao explorar o tema do *bitcoin* sob a lente da política macroeconômica, fica evidente que essa criptomoeda representa mais do que uma inovação tecnológica; ela desafia conceitos fundamentais de política monetária, soberania finan-

ceira governamental e a própria natureza do dinheiro. Em meio a uma onda inflacionária global e às incertezas econômicas, o *bitcoin* surge como um potencial catalisador para a mudança na maneira como entendemos e interagimos com o valor monetário. Ele representa uma interseção entre a economia, a política, a tecnologia e a filosofia. Desafia não apenas os sistemas monetários existentes, mas também nossa compreensão de como o valor é armazenado e transferido na sociedade moderna. Se o *bitcoin* vai, de fato, reformular o cenário financeiro global é uma questão aberta. No entanto, o debate em torno do *bitcoin* é, em si mesmo, um testemunho da evolução contínua do dinheiro e da política monetária em uma era cada vez mais digital e interconectada, em que uma solução privada pode resolver um gigante problema público de corrosão de poder de compra daquilo que você conquistou com seu trabalho.

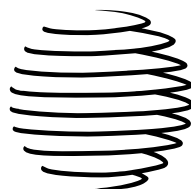
REFERÊNCIAS

1. AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO IBGE. 40 anos IPCA-INPC. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/lentes-doc/26571-40-anos-ipca-inpc.html#:~:text=A%20HIPERINFLA%C3%87%C3%83O%20NO%20BRASIL,-%22Aumento%20persistente%20dos&text=Embora%20pare%C3%A7a%20hoje%20uma%20quest%C3%A3o,de%20Pre%C3%A7os%20ao%20Consumidor%20Amplio>. Acesso em: 04/11/2023.
2. DADOS MUNDIAIS. Inflação na Venezuela. Disponível em: <https://www.dadosmundiais.com/america/venezuela/inflacao.php>. Acesso em: 04/11/2023
3. AMMOUS, Saifedean. *The Bitcoin Standard: The Decentralized Alternative to Central Banking*. Editora Wiley, 2018.
4. HAYEK, Friedrich A. *Desestatização do Dinheiro*. Editora LVM, 2011.
5. ROTHBARD, Murray N. *What Has Government Done to Our Money?* Editora Ludwig von Mises Institute, 2009.
6. GAZETA DO POVO. Por que os governos são os culpados pela inflação – e deveriam responder criminalmente por isso. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/por-que-os-governos-sao-os-culpados-pela-inflacao-e-deveriam-responder-criminalmente-por-isso>. Acesso em 04/11/2023.
7. FERGUSON, Niall. *A ascensão do dinheiro: A história financeira do mundo*. Brasil: Editora Crítica – 3a ed, 2020.
8. NAKAMOTO, Satoshi. *Bitcoin: A Peer-to-Peer Electronic Cash System*. 2008. Disponível em: <https://bitcoin.org/bitcoin.pdf>. Acesso em: 05/11/2023.
9. NAKAMOTO INSTITUTE. *Shelling Out*. Disponível em: <https://nakamotoinstitute.org/shelling-out/>. Acesso em: 10/11/2023.
10. *Stop Calling Bitcoin Deflationary*. Medium. Disponível em: <https://medium.com/the-bitcoin-times/stop-calling-bitcoin-deflationary-84462cb90345>. Acesso em: 10/11/2023.
11. CABALLERO, et al. *Zombie Lending and Depressed Restructuring in Japan*. *American Economic Review*, v. 98, n. 5, 2008.



RODRIGO VILLA REAL

Economista, associado do IEE.



INFRAESTRUTURA VIA MERCADO

INTRODUÇÃO

Entende-se o Estado como uma entidade política e administrativa de um território, por meio de um aparato técnico-normativo e um conjunto de instituições políticas.

O filósofo inglês John Locke compreende que a função do Estado é ordenar as relações dos indivíduos pertencentes e garantir a ordem, interferindo o mínimo possível na vida dos indivíduos. Isto é, o Estado deve atuar apenas na mediação de conflitos e na defesa dos direitos naturais dos indivíduos, como o direito à liberdade, à vida e à propriedade⁴⁹.

Contudo, ao longo dos séculos, o Estado acabou por instituir para si monopólios como a moeda, saneamento básico, energia, infraestrutura, dentre outros. Isso porque, segundo se sustenta, tais serviços demandariam elevados investimentos, com retorno financeiro apenas em longo prazo, para o que não existiria interesse privado. Ademais, afirma-se que se faria necessária uma gestão pública desses serviços, dada a sua essencialidade para toda a população.

Principalmente três monopólios estatais chamam a atenção para a ineficiência do Estado: a moeda, o saneamento básico e a infraestrutura de transporte.

O real completará trinta anos de criação em 2024, e chegou ao seu aniversário de 29 anos, em julho de 2023, com uma perda de 87,23% do seu valor. Revela-se um completo fracasso do governo em garantir uma das principais funções da moeda: a reserva de valor.

Além disso, de acordo com o *ranking* do saneamento básico 2021, o Brasil ainda tem quase 35 milhões de pessoas sem acesso a água tratada e 95 milhões sem coleta de esgotos (representando 44,2% da população); ainda, somente 51,2% dos esgotos produzidos no país são tratados⁵⁰. As falhas no saneamento e na infraestrutura brasileira são os temas centrais das próximas páginas.

No que se refere à infraestrutura, a Constituição brasileira prevê que esta compete ao Estado. Ao contrário dos Estados Unidos, onde alguns empresários expoentes investiram capital próprio nas ferrovias, no Brasil isso é proibido.

⁴⁹ LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil*. 1. ed. São Paulo: Edipro, 2014.

⁵⁰ PAINEL SANEAMENTO. Ranking do Saneamento Básico. Disponível em: <https://www.painel-saneamento.org.br/explore/ano?SE%5Ba%5D=2017&SE%5Bo%5D=a>. Acesso em: 24 nov. 2023.

Aqui temos apenas concessões para administrar aquilo que o Estado previamente construiu, mas e quando não o constrói?

A economia é a ciência que estuda a alocação de recursos escassos, e – cabe reforçar – o orçamento público não é ilimitado, como alguns políticos pensam ser. Tendo ciência dos monopólios estatais e da sua prejudicialidade ao desenvolvimento da infraestrutura brasileira, cumpre neste artigo analisar o cenário atual do país e apresentar possíveis soluções.

O PROBLEMA ATUAL

O investimento em infraestrutura, tanto público como privado, é essencial para qualquer país que pretende elevar o PIB potencial, a competitividade internacional e a geração interna de empregos, além ofertar melhores serviços para a sociedade.

No entanto, o Brasil continua a fracassar nessa questão em virtude da falta de recursos e de planejamento, da insegurança jurídica e do custo de capital. Um levantamento da KPMG apontou que o país estagnou no investimento de infraestrutura e apresenta tendência de queda na última década. Enquanto o Banco Mundial recomenda investimento entre 5% e 7% do PIB em infraestrutura, o Brasil investiu 1,71%⁵¹:

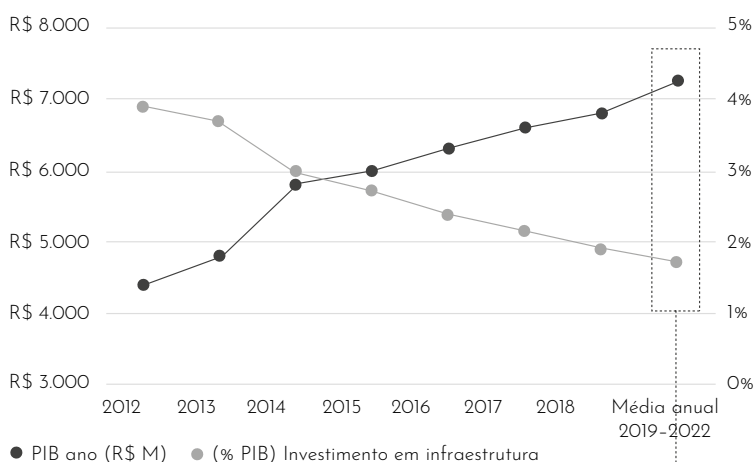


GRÁFICO 1. Relação ente o PIB anual do Brasil e o percentual investido em infraestrutura.

Fonte: Estudo KPMG.

⁵¹ KPMG. Estudo KPMG. Disponível em: https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/br/pdf/2022/4/Panorama_do_setor_e_Tendencias_em_Infraestrutura_no_Brasil_2022_vFinal.pdf. Acesso em: 24 nov. 2023.

O Brasil é o maior país do mundo em extensão norte-sul e se destaca ano após ano como o principal exportador de alimentos global, mas tem uma defasagem logística incompatível com sua relevância nos modais de transportes.

Responsável pela movimentação de mais de 60% das mercadorias e de mais de 90% dos passageiros, o transporte rodoviário enfrenta graves problemas com a baixa qualidade da infraestrutura no Brasil: apenas 12,4% da malha rodoviária é pavimentada, de acordo com a Confederação Nacional do Transporte (CNT).

Ademais, o país optou pela malha rodoviária em detrimento da ferroviária, como pode ser analisado na tabela abaixo. Isso se deu pela limitação do orçamento público para executar as obras e pela restrição regulatória que privou o capital privado de adentrar nessa seara.

TABELA 1.

País	Área territorial (km ² x1000)	Malha ferroviária (km)	Densidade MF ¹ por AT ²	Malha rodoviária asfaltada (km)	Densidade MR ³ por AT
EUA	9.834	293.564	29,85	438.000	44,54
China	9.597	124.000	12,92	359.000	37,41
Rússia	17.130	87.157	5,09	927.721	54,16
Canadá	9.985	77.932	7,8	415.600	41,62
Austrália	7.692	36.967	4,81	356.343	46,33
Brasil	8.516	30.600	3,59	211.468	24,83
México	1.973	26.704	13,53	70.000	35,48

Fonte: Elaboração própria, dados do DNIT, ANAC e governo federal.

¹Malha Ferroviária; ²Área territorial; ³Malha Rodoviária.

Com isso, a densidade de malha ferroviária por área territorial do Brasil é muito inferior à dos pares selecionados. Inclusive, mesmo no nosso modal prioritário, temos uma densidade de malha rodoviária asfaltada por área territorial inferior à desses países. A consequência é perda de eficiência, com elevação de custos e menor produtividade.

Cientes do problema, necessitamos pensar quais serão os caminhos para o desenvolvimento brasileiro e a superação desses problemas, que nenhum país ainda deveria enfrentar em pleno século XXI.

MERCADO DE CAPITAIS É A SOLUÇÃO

O desenvolvimento da infraestrutura é indispensável para que o Brasil possa crescer de forma duradoura e consistente, ao passo que o papel adequado para o Estado é o de planejar e regular. Repassar ao setor privado a administração da infraestrutura, desse modo, nada mais seria que aplicar o princípio da subsidiariedade e reconhecer o papel da iniciativa privada como o verdadeiro propulsor do desenvolvimento.

Durante muito tempo o país ficou preso ao conceito ultrapassado de que o Estado deve ser o principal – ou mesmo o único – provedor de infraestrutura. Com muito atraso, essa noção felizmente foi sendo abandonada, e o país foi, aos poucos, abrindo espaço para o setor privado. A solução para a defasagem brasileira é mais mercado, respeito aos contratos firmados e liberdade econômica para os mais diversos setores.

A primeira razão para a abertura ao setor privado é, portanto, o reconhecimento de que o Estado não tem capacidade nem agilidade – nem dinheiro – para melhorar a infraestrutura na velocidade desejada.

Desde o fim do governo petista, em 2016, o Brasil evoluiu bastante na modelagem de concessões de infraestrutura. O caso dos aeroportos é ilustrativo, com a remoção de obstáculos como a participação obrigatória da estatal Infraero e a adoção do sistema de blocos com vários aeroportos, misturando aeroportos disputados com terminais menores. O sucesso pode ser percebido empiricamente por gaúchos e catarinenses que transitam nos seus novos aeroportos após as respectivas concessões. No entanto, os dados também comprovam a percepção. Nas pesquisas de satisfação de passageiros da Secretaria de Aviação Civil (SAC), por exemplo, o Floripa Airport saiu da 19ª posição para a 1ª, liderando o *ranking* nos últimos dois anos, com a maior nota obtida.

Na última década, a participação do setor público nos investimentos em infraestrutura tem recuado sistematicamente: alcançou 57,3% do total em 2010 e chegou a estimados 33,6% no encerramento de 2022. Na primeira parte do período, ela se deu por uma fragilidade pública e opção do governo Dilma por reduzir os investimentos, contraindo mais ainda a economia brasileira à época. No segundo momento, deu-se pela abertura dos mercados por meio de múltiplas reformas macro e microeconômicas.

Um total de 364 empreendimentos de infraestrutura foram concluídos no país e entregues à população entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022. Realizadas em todas as regiões do Brasil, essas intervenções representam mais de R\$ 20 bilhões em investimentos, que se somam aos quase R\$ 117 bilhões de recursos privados contratados após cem ativos do setor serem concedidos no período pelo

governo federal. O maior número de empreendimentos entregues foi no modal rodoviário: 262 intervenções concluídas no período analisado, com aplicação de recursos na ordem dos R\$ 13,5 bilhões.

Os marcos e as reformas inverteram a lógica do pensamento público no Brasil e convidaram o mercado a solucionar o problema que é a defasagem no país. Avanços consideráveis têm sido efetuados e melhorado o principal modal de transporte no país. Já são R\$ 179,82 bilhões de investimentos totais em rodovias até 2023 via projetos de parceria.

Em paralelo, o Marco Legal das Ferrovias e o programa Pro Trilhos (*sic*) abrem caminho para que o modal cresça no país. Quando falamos de ferrovias, é frequente a crítica ao Brasil pela ausência do modal, e múltiplas comparações são feitas com a Europa e os EUA. Cumpre destacar que a Europa é composta por diversos países que atuaram dentro de suas fronteiras e interligaram-se com os vizinhos, cobrindo uma área de investimento e planejamento inferior. Já o exemplo americano é mais notório, já que o país continental conta com um amplo sistema ferroviário construído com capital privado e há um número grande de empresas, inclusive com linhas concorrentes no mesmo trajeto, e centenas de *shortlines*.

Uma lição essencial deve ser compreendida: governos nunca irão conseguir entregar uma logística continental. Sem a participação do setor privado, oferecendo diversas linhas que se conectam às públicas, não teremos sistema ferroviário robusto em nenhum lugar. Por isso, retornamos ao resultado que começa a surgir no Brasil via mercado.

Um ano após o Ministério da Infraestrutura elaborar o Marco Legal das Ferrovias e abrir à iniciativa privada a possibilidade de projetar, construir e operar estradas de ferro e terminais ferroviários no Brasil, o número de pedidos de novas linhas férreas chegou a 89. Apresentados por 39 diferentes proponentes, os requerimentos somam 22.442 quilômetros de novos trilhos em todas as regiões do país, uma expansão aproximada de 70% da malha existente, e têm projeção de investimento estimado na ordem de R\$ 258 bilhões – recursos 100% privados. São vários os pedidos que preveem a extensão de ferrovias já existentes. A projeção é que, em trinta anos, as ferrovias autorizadas elevem a participação do modal no transporte de cargas do país acima dos 40% estimados para o período na última edição do Plano Nacional de Logística (PNL).

Atualmente, compete ao MInfra conceder a outorga por autorização ao empreendimento. A partir daí, cabe ao proponente autorizado conduzir as tratativas para tirar o projeto do papel, assumindo todos os riscos do negócio. Assim, são do privado, e não do Estado, as obrigações de obter os licenciamentos nos

órgãos competentes, desenvolver projetos de engenharia e de viabilidade socioambiental, buscar financiamento e definir as etapas da obra.

Portanto, é notório o quanto avançamos em um curto espaço de tempo. Isso é percebido também com o Marco do Saneamento, outro setor em que os números da realidade brasileira deprimem quem os analisa. Estamos distantes da universalização do serviço, e o marco aprovado não obriga privatizações, mas obriga o cumprimento da meta em um horizonte razoável. Dada a incapacidade pública de prover tais investimentos, temos assistido às empresas do setor serem privatizadas ou concessões serem abertas.

Desde que o novo Marco Legal do Saneamento básico foi aprovado, há três anos, a Aegea saiu vencedora em sete dos treze leilões regionais realizados pelo país. De acordo com a ABDIB, foram ao menos R\$ 45,7 bilhões de investimentos contratados para os próximos anos, fora os R\$ 19,55 bilhões em outorgas e pagamentos já desembolsados. Os dados incluem apenas concessões regionais de água e esgoto e a privatização da Corsan (Companhia Riograndense de Saneamento), considerando os valores de investimento previstos à época dos leilões. Fora esses projetos, há ainda contratos municipais conquistados pela empresa, como a PPP de Cariacica (ES) e do Cariri (CE), e uma concessão de resíduos sólidos, para atender nove cidades no Ceará.

CONCLUSÃO

Depois de décadas na mão do Estado, adentramos o ano com metade da população brasileira renegada de um direito básico que retira a dignidade. A ausência de saneamento tem amplo impacto desde a saúde até a educação dos indivíduos. Com o Marco Legal, sancionado em julho de 2020, já foram garantidos mais de R\$ 72 bilhões em investimentos para o setor renegado pelo Estado. Cabe agora às empresas privadas a obrigação de investir conforme suas concessões ou contratos de privatização informam para atingir as metas de universalização que o Estado brasileiro pecou em fornecer. Orientadas por uma lógica de mercado, o farão.

Podemos acompanhar, pelos dados apresentados, ao contrário do que uma corrente de pensamento alegava, que existe muito interesse privado em prover serviços, investimentos e projetos de retorno de longo prazo. Adicionalmente, a capacidade de execução é mais eficiente e produtiva. Os desafios estão na rigidez dos contratos e na insegurança jurídica brasileira. Quando o governo federal passa a questionar os marcos regulatórios e reformas que já foram discutidos e aprovados pelo Congresso, isso causa uma natural reação negativa por parte dos investidores. Isso aconteceu na tentativa de rediscutir o marco do saneamento e a privatização da Eletrobras.

Afinal, de nada adianta aprovarmos marcos regulatórios se eles não tiverem validade e segurança por todo o longo período que tais projetos necessitam. Como apontou Frédéric Bastiat “quais são os povos mais felizes, mais morais e mais pacíficos? Aqueles em que a lei menos intervém na atividade privada; em que o governo menos se faz sentir; em que a individualidade tem o máximo de força”. Portanto, a solução para o Brasil e para a superação das nossas fragilidades em infraestrutura é mais mercado.

REFERÊNCIAS

ABDIB. – Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base. Disponível em: <https://www.abdib.org.br/2023/07/17/aegea-chega-a-r-46-bilhoes-de-investimentos-contratados-desde-2020/>. Acesso em: 24 nov. 2023.

ABOL. Associação Brasileira de Operadores Logísticos. Disponível em: <https://abolbrasil.org.br/noticias/noticias-do-setor/governo-soma-concessao-de-84-ativos-de-infraestrutura-diz-ministro>. Acesso em: 23 nov. 2023.

CNT. Anuário do Transporte 2018. Disponível em: <https://anuariodotransporte.cnt.org.br/2018/>. Acesso em: 22 nov. 2023.

GOV.BR. Pró Trilhos. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/transito-e-transportes/2022/10/pro-trilhos-chega-a-89-propostas-e-r-258-bilhoes-de-investimentos-projetados-em-um-ano>. Acesso em: 24 nov. 2023.

KPMG. Estudo KPMG. Disponível em: https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/br/pdf/2022/4/Panorama_do_setor_e_Tendencias_em_Infraestrutura_no_Brasil_2022_vFinal.pdf. Acesso em: 24 nov. 2023.

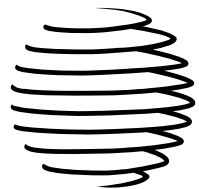
LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil*. 1. ed. São Paulo: Edipro, 2014.

PAINEL SANEAMENTO. Ranking do Saneamento Básico. Disponível em: <https://www.painel-saneamento.org.br/explore/ano?SE%5Ba%5D=2017&SE%5Bo%5D=a>. Acesso em: 24 nov. 2023.



PAULO GIACOMELLI

Arquiteto e urbanista, associado do IEE.



DEIXEM AS CIDADES LIVRES

Como arquiteto e urbanista, não tenho a menor dúvida, as cidades são a maior invenção da humanidade. Em diferentes momentos e civilizações, tivemos um processo de aglomeração de pessoas em núcleos urbanos que significaram um ponto de inflexão na capacidade de sobrevivência e de progresso daquelas sociedades. Tal processo de aproximação de pessoas se deu por vezes de forma espontânea, ou seja, sem um planejador decidir que aquele lugar específico seria o foco de migração de milhares ou milhões de pessoas ao longo do tempo. Por mais que certos centros urbanos tenham sido iniciados como entrepostos comerciais, assentamentos militares ou locais de peregrinação religiosa, seu sucesso e crescimento ao longo do tempo se deu por uma convergência de fatores imprevisíveis, sendo essa imprevisibilidade a característica principal de uma cidade.

Para exemplificar, podemos citar o desenvolvimento urbano no antigo Egito, onde as tribos começaram a se unir próximo das margens do rio Nilo, as regiões férteis, fazendo com que aquela civilização desse origem a uma grandiosa cultura baseada em comércio e avanços tecnológicos que nos impressionam até hoje. O Império Romano é outro exemplo clássico: a capital que deu nome ao império foi criada a partir da junção de sete tribos sob o comando de Rômulo. Tal feito deu origem a um dos maiores e mais duradouros impérios da humanidade, império este que se desenvolveu e se expandiu para sustentar e a cidade que em meados do século 2 d.C. contava com mais de um milhão de habitantes. O Império Romano deu origem também a diversas das principais cidades europeias, que nasceram como bases militares avançadas, caso de Paris, Londres e Lisboa, e, apesar dessa origem, com o tempo se tornaram grandes polos econômicos e culturais ativos até nossos dias.

No ano de 2008, o mundo passou a ter mais da metade da população vivendo em áreas urbanas; hoje somos cerca de 57%, e até 2050, mais de 70% das pessoas viverão em cidades. Essa é a prova maior do sucesso dessa criação humana, pois, apesar das tradicionais e conhecidas mazelas sociais existentes nos centros urbanos, como pobreza, violência, trânsito, baixa qualidade ambiental e custo de vida mais alto, as pessoas continuam a preferir morar em uma grande cidade a permanecer em zonas rurais, por exemplo. Essa escolha se dá pelas razões mais diversas, mas podemos apontar algumas principais, como a existência de mais opções de emprego, lazer e melhor acesso a hospitais e universidades.

Na realidade, os proveitos de se morar em um centro urbano se tornam atrativos pela razão mais óbvia possível: a proximidade entre as pessoas resulta em um cenário de oportunidades infindáveis.

Entretanto, mesmo com as claras e inúmeras vantagens historicamente testadas e comprovadas, as cidades correm um risco constante de darem errado. De Nova York até Porto Alegre, desde a segunda metade do século XX para cá, a burocracia e a ânsia regulatória têm feito com que esse ambiente seja consideravelmente menos capaz de promover o progresso e a criatividade de seus habitantes. Planejadores urbanos insistem em criar regramentos de todas as espécies, seja para construir, para reformar, abrir um restaurante ou simplesmente podar uma árvore. Tais condicionantes são extremamente desconectadas de racionalidade econômica, afinal, seus agentes se orgulham até mesmo de se posicionar contra a lógica do mercado e dos consumidores, partido em geral de uma mentalidade ideologicamente motivada que antagoniza com entes privados e acredita no modelo centralizador e dirigista de controle do desenvolvimento urbano.

Os exemplos dos problemas causados pelos planejadores urbanos – leia-se arquitetos, engenheiros civis e engenheiros de tráfego que trabalham para o governo – são inúmeros. Um deles é a falta de critérios objetivos para aprovação de projetos, que, além da morosidade natural de qualquer órgão público, inclui a desproporcional exigência de atenção a pautas tangenciais e que são fruto de preferências particulares dos avaliadores. Posso citar aqui o exagerado nível de detalhamentos de calçadas e floreiras, atenção ao tamanho específico de janelas, tamanho e padrão de traços e hachuras representativas em plantas baixas, existência ou não de ralo na área de serviço, e assim por diante. Essas são algumas das amostras de coisas desimportantes que emperram obras pelo Brasil inteiro, criando um cenário em que financiamentos bancários ficam mais difíceis, custos de mão de obra aumentam, devido à ociosidade ao esperar-se licença de construção, e o tempo improdutivo de projetistas torna seus ganhos menores e seu trabalho mais inacessível aos mais pobres.

Além desses efeitos deletérios da irracionalidade burocrática que facilmente podemos identificar, temos também as consequências negativas mais complexas de serem mensuradas, mas que são inegáveis. Planejadores urbanos por vezes não conectam fatores quantitativos, aqueles cujos dados demonstram certa tendência ou necessidade, a fatores qualitativos, ou seja, as intenções ideais de transformação da realidade observável. Tal desconexão é a fonte de muitos dos problemas que até mesmo extrapolam os limites urbanos, e compõe uma problemática nacional, dificultando o crescimento, a geração de emprego e o aumento da renda e produtividade da população. Tomando o caso específico do mercado de trabalho e tendo em vista que a maioria da mão de obra formal está emprega-

da nas cidades, fatores dependentes da gestão urbana, como mobilidade e custo de moradia, obviamente impactarão os resultados do país como um todo, ainda mais considerando que a má gestão desses setores nas cidades é a regra.

Alain Bertaud, urbanista francês crítico dos modelos dirigistas de gestão urbana, após décadas de pesquisa e trabalhos práticos em diversas partes do mundo, aponta alguns condicionantes básicos para aumento da produtividade e consequente geração de emprego em uma cidade, sendo o deslocamento rápido e barato um dos três principais. Bertaud traz alguns números que levam em consideração o aumento do mercado de trabalho acessível de acordo com a velocidade do deslocamento das pessoas. É o caso de estudo feito em 25 cidades francesas que apontou um aumento de até 18% no tamanho do mercado de trabalho a cada acréscimo de 10% na velocidade do deslocamento, ou seja, quanto mais rápido se pode locomover, mais distância se atinge, havendo mais opções de trabalho à disposição. Os números variam dependendo do local, mas o efeito é o mesmo sempre.

Contudo, as tendências em matéria de urbanismo vão de encontro a esse princípio apontado por Bertaud. Planejadores praticamente declararam guerra à mobilidade urbana e interurbana, preferindo implementar sistemas em que exista a menor necessidade possível de deslocamento, afinal, na visão deles, trânsito gera poluição sonora e ambiental, sendo melhor que as pessoas permaneçam em zonas de movimentação cada vez mais curtas. Por mais que possamos concordar com a necessidade de se reduzir a poluição e os congestionamentos, esse não pode ser o objetivo final dos planejadores, pois, como vimos, o custo de oportunidade em matéria de opções de vagas de trabalho é bastante alto e extremamente prejudicial especialmente para um país subdesenvolvido como o Brasil.

Bertaud também aponta como fundamental, para o aumento de produtividade nas cidades, a necessidade de existência de imóveis acessíveis e que não distorçam a alocação de mão de obra. Esse é outro erro persistente dos planejadores urbanos brasileiros, que insistem em propor padrões sempre generosos quanto ao tamanho de lotes mínimos e dimensões internas das construções, sem qualquer tipo de análise do impacto econômico real dessas escolhas. Essa teimosia dos urbanistas planejadores em dedicar a maior parte do seu tempo analisando elementos localizados dos portões para dentro, ou seja, nas áreas privadas, em vez de se concentrarem em resolver os inúmeros problemas existentes nas áreas públicas, como calçadas, ruas, avenidas e praças, tem consequências negativas diretas principalmente para as pessoas de menor poder aquisitivo.

Lembro-me de um dos primeiros clientes que tive quando recém-formado e trabalhando em um município do interior. Essa pessoa, um construtor da cidade, pediu que eu fizesse a planta baixa de uma casa de três quartos para a sua família, casa que ele mesmo iria construir. Obviamente fiz o projeto seguindo as

normas básicas para aprovação em prefeitura, sendo uma dessas normas a necessidade de 7 metros quadrados mínimos para dormitórios, o que não agradou meu cliente, pois o tamanho total da construção extrapolaria suas capacidades financeiras. Ele pediu que eu fizesse os quartos dos filhos com 2 metros de largura, o suficiente para caber uma cama beliche e um pequeno roupeiro, dizendo que, para ele e sua família, era mais que o necessário. Infelizmente, não pude fazer o que ele me pediu, afinal, não teríamos como aprovar o projeto na prefeitura local; sendo assim, ele aceitou, aprovamos o projeto, mas, na hora da execução, fez as adaptações para as dimensões desejadas e que se encaixavam em suas condições, mesmo sabendo que nunca conseguiria o habite-se – documento que comprova a regularidade da construção – daquela forma.

Esse meu antigo cliente é representativo da desconexão existente entre normas burocráticas e a realidade econômica de um país. Tal desconexão causa imensa informalidade e faz com que milhões de pessoas – que poderiam ter, por exemplo, um imóvel regular como garantia para empréstimos e abertura de negócios – infelizmente permaneçam às margens do sistema. No Brasil das meias soluções, o programa Minha Casa, Minha Vida veio para mitigar o déficit habitacional e junto disso dar título de propriedade para as famílias beneficiadas (não que esse segundo ponto tenha sido um objetivo do Partido dos Trabalhadores quando implementou a iniciativa). Ao mesmo tempo, porém, milhões de pessoas foram realocadas para bairros desconectados das grandes fontes de trabalho, ocasionando um custo imenso de transporte para famílias de baixa renda, bem como a necessidade de o poder público dar conta de infraestrutura nova em regiões empobrecidas, distantes e pouco densas.

Alain Bertaud menciona, em suas conclusões, um fato que explica várias das situações que relatei acima: não existe densidade urbana ideal, isto é, o hábito dos urbanistas de assumir aprioristicamente que toda cidade deverá ter níveis pré-estabelecidos de ocupação, sem olhar para o valor de mercado do metro quadrado das terras urbanas antes disso, é a origem de grande parte dos problemas que as cidades enfrentam hoje. Os preços reais do solo sempre são a melhor forma de se obter informações acerca daquilo que a própria sociedade está buscando em uma cidade. Portanto, esse deveria ser o principal dado levado em conta ao se propor qualquer tipo de política habitacional, viária e de transporte. Em vez disso, todavia, os planejadores viram as costas para a realidade e propõem controles e proibições que prejudicam a dinâmica econômica e criam conflitos desnecessários.

Segundo Bertaud, até mesmo a China comunista, durante o governo de Deng Xiaoping, entendeu aquilo que aqui no Brasil se despreza, o potencial dos preços do mercado imobiliário como maneira de alocar recursos. Em diversas cidades chinesas que prosperaram após os anos 1970, a fórmula foi facilitar que, em

áreas com forte demanda, os usuários utilizassem a menor quantidade de terreno possível, sem grandes intervenções do governo impondo lotes mínimos. Além disso, houve incentivo a mais liberdade de projetos nas construções, para melhor aproveitamento dos pequenos espaços. Em 2013 o Comitê Central do Partido Comunista Chinês declarou: “O sistema econômico básico deveria evoluir com base no papel decisivo do mercado na alocação de recursos”. No Brasil os técnicos e planejadores urbanos conseguem ser mais radicais do que o Partido Comunista da ditadura chinesa.

Não resta dúvida de que esses modelos de gestão urbana isolados da realidade econômica fracassaram e continuarão a fracassar. Tais modelos geram dificuldade de encontrar ou construir moradia formal acessível, bem como limitação de opções de transporte urbano e interurbano barato e rápido. Ao levar em conta que isso ocorre em praticamente todas as grandes e médias cidades brasileiras, nota-se que o país como um todo perde em produtividade. O desconhecimento de conceitos econômicos básicos por aqueles responsáveis por gerir as cidades gera um preço altíssimo para todos nós, diminuindo o padrão de vida, a capacidade de consumo, e obrigando que milhões de pessoas se conformem com a vida em assentamentos informais impróprios. Quanta riqueza a mais o Brasil conseguiria gerar se simplesmente as limitações de uso do solo – tamanho dos terrenos, alturas das construções e recuos de ajardinamento – fossem abolidas? Esse é um dado que não existe, mas não é difícil deduzir que os ganhos seriam consideráveis.

Todo governo, em qualquer esfera, seja mais à esquerda ou à direita, sabe que incentivar a construção civil é um dos principais métodos de combater o desemprego e aumentar o PIB. Sendo assim, se não tivéssemos que esperar anos por um alvará de construção, se tivéssemos alguns milhões de títulos de propriedade a mais para serem usados como colaterais para financiamentos, ou mesmo se mais liberdade criativa de projetos fosse dada para adaptar novas construções aos diversos terrenos existentes, certamente teríamos um verdadeiro boom econômico no horizonte. Como mencionei acima, a própria China comunista entendeu que essa fórmula funciona e que deve a ela o seu sucesso econômico mais recente. Precisamos urgentemente fazer com que os planejadores brasileiros compreendam seu papel potencialmente transformador não apenas da realidade da sua cidade, mas também da realidade nacional, e que para isso apenas precisam deixar que o mercado – ou seja, as pessoas – aja livremente.

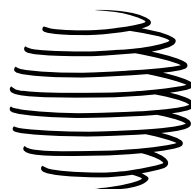
REFERÊNCIAS

BERTAUD, A. *Ordem sem design: como os mercados moldam as cidades*. Porto Alegre: Bookman, 2023.



ROBERTO WALTER

Engenheiro, associado do IEE.



IMPRESSÃO DE DINHEIRO: O tributo oculto dos bancos centrais

INTRODUÇÃO: O FIM DO DÓLAR?

O dólar norte-americano foi criado em 1792 e é a quarta moeda mais antiga do mundo ainda em utilização. Desde sua criação até 2008, foram impressos aproximadamente US\$ 900 bilhões. Na crise de 2008, o banco central americano imprimiu mais US\$ 1,1 trilhão, levando a totalidade para US\$ 2 trilhões em circulação. Entre 2008 e 2020, a base monetária dobrou para aproximadamente US\$ 4 trilhões. Enfim, da pandemia até hoje, dobrou-se a base monetária mais uma vez para US\$ 8 trilhões. Vendo assim, não é surpresa que a inflação norte-americana tenha crescido e que a credibilidade do dólar esteja fragilizada.

Dos US\$ 7 trilhões impressos desde a crise de 2008, US\$ 4 trilhões foram utilizados para comprar dívida do próprio governo federal, no movimento chamado de *Quantitative Easing*, ou flexibilização quantitativa. No período, a dívida soberana passou de US\$ 9 trilhões para US\$ 32 trilhões, uma multiplicação de 3,5 vezes, e o PIB subiu de US\$ 14 trilhões para US\$ 26 trilhões, uma multiplicação de 1,9 vez.

Devido à inflação e à desconfiança dos investidores em relação à capacidade do governo norte-americano de pagar suas dívidas, o retorno exigido para se emprestar dinheiro ao Tio Sam chega atualmente a 4,6% a.a. para os próximos 10 anos, mesmo retorno exigido em 2007, mesmo que agora a situação seja mais arriscada. Em 2007, a dívida representava 60% do PIB, comprometendo 2,5% deste (60% x 4,1%) para o pagamento de juros. Em 2024, a dívida representa 125% do PIB, dobrando o comprometimento, que chega a 5,1%. Com uma população de 332 milhões, cada americano deve US\$ 102 mil e paga aproximadamente US\$ 4 mil de juros ao ano para os credores. Isso sem considerar a dívida privada de cada cidadão, que adiciona em média outros US\$ 120 mil de dívida por habitante. Estamos falando somente da dívida que o governo tomou em nome da população.

Mas neste artigo não falaremos da irresponsabilidade fiscal dos governos, e sim da irresponsabilidade monetária dos bancos centrais, que têm o poder sobre a impressão de dinheiro. Se esse dinheiro é usado para bancar os gas-

tos do governo e o governo não produz nada, de onde está saindo o poder de compra desse novo dinheiro? Sim, de quem produz, a população, via inflação.

A HISTÓRIA DO DINHEIRO: SISTEMAS MONETÁRIOS

Na história, foram vários os modelos monetários. O ciclo geralmente inicia com os próprios ativos físicos (ouro, prata, bronze etc.) como moeda de troca. Esse formato maximiza a credibilidade, pois a moeda é um ativo em si, mas dificulta o crédito, pois os empréstimos são difíceis de operacionalizar. A seguir, passa-se a um papel-moeda, que dá direito à posse e ao resgate dos metais, guardados em cofres. Esse formato facilita o crédito, porém, reduz a credibilidade, pois os detentores têm de confiar que os ativos físicos correspondentes existem de fato nos cofres dos bancos. Por fim, passa-se ao papel-moeda sem lastro (moeda fiduciária), baseado na confiança de que o banco central controlará a inflação, não permitindo que o papel-moeda perca seu valor. Esse formato facilita o crédito, pois permite impressão irrestrita da moeda, porém, minimiza a credibilidade, pois depende somente e totalmente da confiança de uma boa política monetária. Como podemos ver no gráfico a seguir, a maioria dos papéis-moedas da história perderam praticamente todo o valor em relação a si próprios e em relação ao ouro, reduzindo seu poder de compra.

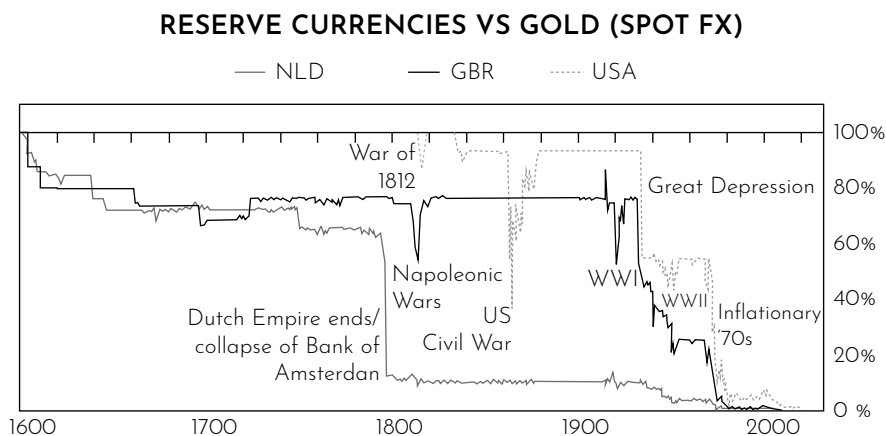


FIGURA 1. Valor das moedas reservas versus o ouro.

Fonte: The Changing World Order, Ray Dalio.

Analisemos a história do dinheiro:

- Até 1.000 a.C.: escambo de *commodities*.
- 2.000 a.C.: primeiros bancos na Mesopotâmia com cofres seguros para armazenagem de bens valiosos e *commodities*.
- 1.000 a.C.: moedas de cobre e bronze na China. Em 700 a.C., circulam moedas de ouro na Turquia.
- 600 a.C. a 450 a.C. (Velho Testamento): moeda de ouro persa *daric* e a moeda de prata judaica *shekel*.
- 100 a.C.: registros do primeiro certificado de depósito bancário, feito de pintura em couro, na China.
- 0 e 100 d.C. (Novo Testamento): moeda de bronze judaica *lepton*, a moeda de prata grega *drachme*, a moeda de cobre e prata romana *denarius*.
- 700: papel-moeda na China. Em 1300, o comerciante Marco Polo levou papel-moeda da China para a Europa.
- 1664: emissão de papel-moeda na Europa, pelo primeiro banco central nacional, o Banco de Estocolmo, que quebrou em 1667 por falta de reservas.
- 1816: padrão-ouro na Inglaterra e uso de cheques.
- 1900: padrão-ouro nos Estados Unidos até 1971, quando o dólar passou a ser uma moeda fiduciária, no chamado sistema FIAT.
- 1920: cartão de crédito.
- 1990: transferências via internet.
- 2008-presente: os avanços mais recentes nos meios de troca foram as criptomoedas (finitas e infinitas) e, mais recentemente, as discussões de criação do dólar digital pelo Banco Central dos EUA e, aqui no Brasil, do real digital DREX.

Assim, passamos pelos principais marcos da história do dinheiro. Podemos observar o escambo de *commodities* até 1000 a.C., seguido do uso de moedas até 700 d.C., seguido do papel-moeda lastreado em bens físicos até 1971, seguido do papel-moeda fiduciário até os dias de hoje.

CICLOS ECONÔMICOS E O PAPEL DO BANCO CENTRAL

Imagine um mundo sem crédito. Nesse mundo, a única maneira de alguém aumentar sua despesa é aumentando sua renda, pois não pode tomar dívida nem pagar parcelado. Para aumentar a renda, precisa-se ser mais produtivo, seja tra-

balhando mais e/ou sendo mais eficiente. Ao longo da história, a produtividade média per capita cresce seja pelo investimento em bens de capital que ajudam as pessoas a produzirem bens e serviços, seja pelos avanços tecnológicos que tornam o capital humano e o capital físico mais produtivo, isto é, a economia mundial se ajustando e interagindo da maneira mais eficiente possível. Se o mundo assim fosse, sem crédito, provavelmente teríamos um crescimento quase constante, sem solavancos.

Adiciona-se então o crédito. Um crédito é criado quando alguém com dinheiro deseja ganhar mais dinheiro e quando alguém que não tem dinheiro deseja comprar algo agora e pagar por isso depois. Nesse acordo, o devedor aceita devolver o valor acrescido de juros ao credor em uma data futura. Quando os juros estão baixos, o total de crédito na economia cresce, pois fica mais barato para os devedores acomodarem o valor das parcelas dentro de sua renda. Quando os juros sobem, o valor das parcelas cresce e fica mais difícil tomar dinheiro emprestado.

Quando alguém toma dinheiro emprestado, está antecipando um gasto que poderia ser feito no futuro, ou seja, a pessoa está tomando emprestado de si mesma no futuro. Ela consegue gastar mais que sua renda atual, mas, no futuro, terá que gastar menos do que sua renda para conseguir pagar a dívida, e isso cresce exponencialmente dentro de uma sociedade. Imagine que uma pessoa ganha R\$ 100 mil/ano e não tem dívida. Suponhamos que isso permita que ela pegue R\$ 10 mil emprestados do banco e gaste os R\$ 110 mil. Seu gasto é a renda de outra pessoa, que ganhará os R\$ 110 mil. Essa pessoa pode tomar R\$ 11 mil no banco e gastar R\$ 121 mil, e assim por diante. Isso cria os ciclos econômicos de curto e longo prazo.

A economia pode ser explicada por três forças: produtividade, ciclos de curto prazo e ciclos de longo prazo. Os ciclos de curto prazo duram em torno de oito anos, enquanto os de longo prazo duram aproximadamente cem anos.

Os ciclos de curto prazo são ditados pela inflação. Quando o crédito cresce mais que a produtividade, o preço dos bens sobe, o que chamamos de inflação.

1. Long-term productivity growth



2. Long-term debt cycle



3. Short-term debt cycle

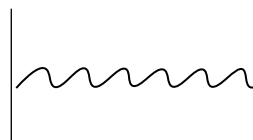


FIGURA 2. As três forças que ditam o crédito.

Para combater a inflação, os bancos centrais aumentam os juros de forma a dificultar o crédito e esfriar a economia. Quando a economia esfria tanto a ponto de decrescer, o banco central baixa os juros, para estimulá-la. Esse é um ciclo de curto prazo.

Já o ciclo de longo prazo é ditado pelo endividamento da população. Na fase de endividamento crescente, cada ciclo de curto prazo começa em um nível de endividamento maior que o do ciclo de curto prazo anterior, e os juros oscilam em faixas cada vez mais baixas, devido ao endividamento crescente. Esse endividamento crescente impulsiona a economia e faz com que os ativos ganhem valor. Quando os juros chegam ao patamar zero, não há mais espaço para incentivar o crédito via queda de juros, e a economia para de crescer de forma acelerada, fazendo os ativos perderem valor. Inicia-se a fase de desalavancagem, a redução do endividamento.

A desalavancagem pode acontecer de quatro formas:

1. Pessoas, empresas e o governo reduzem seus gastos. Essa é a chamada “austeridade” e geralmente é a primeira ferramenta utilizada. O problema é que redução de gastos significa redução de renda e aumento de desemprego, o que gera tensão social, e a renda acaba caindo mais rápido que o endividamento. A Grécia fez isso em 2009, e Macri tentou na Argentina a partir de 2015. Ambos não evitaram a piora da situação.
2. Dívidas são reestruturadas ou caloteadas. Vendo que não conseguirão pagar suas dívidas, os devedores tentam negociar termos melhores de pagamento ou simplesmente não devolvem o dinheiro. Isso coloca os bancos e credores em situação de estresse, e os poupadores correm para os bancos para resgatar seu dinheiro, com medo de que o banco não consiga cobrir o resgate de todos os seus clientes.
3. Toma-se o dinheiro dos não endividados para dar aos endividados. Os governos tentam resolver a crise aumentando impostos, principalmente sobre os ricos. Isso gera tensão entre as classes sociais e fuga de capital para outros países.
4. O banco central imprime dinheiro. Inevitavelmente, o banco central imprime dinheiro e compra a dívida do governo. O governo, por sua vez, distribui o dinheiro para a população comprando ativos financeiros ou entregando cheques diretamente à população. Isso aconteceu nos Estados Unidos na crise de 2008 e na pandemia de Covid-19. Se o governo imprime demais, o dinheiro perde credibilidade e há hiperinflação, como na Alemanha em 1920. Feito de forma ponderada, a força inflacionária da impressão de dinheiro é contraposta pela força deflacionária da redução de crédito, e ocorre uma desalavancagem suave.

No gráfico abaixo, podemos ver o nível de endividamento dos EUA, a taxa de juros do banco central e a quantidade de dinheiro em circulação. Observa-se que o endividamento atingiu um pico em 1929, ao mesmo tempo que o juro bateu em zero e que, então, a base monetária cresceu. O mesmo aconteceu em 2008. Observa-se na curva de juros os ciclos de curto prazo, com picos e vales crescentes de 1940 até 1980 e decrescentes de 1980 até 2008.

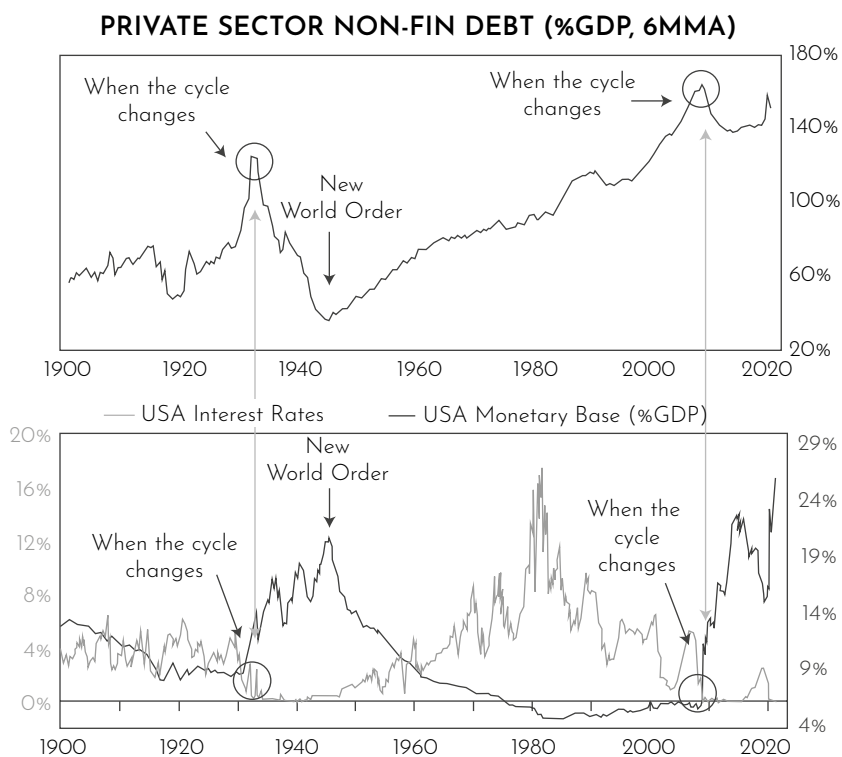


FIGURA 3. O nível de endividamento, a taxa de juros e a quantidade de dinheiro em circulação nos EUA.

Fonte: The Changing World Order, Ray Dalio.

BANCOS CENTRAIS DOS EUA E DO BRASIL: METAS E ELEIÇÕES

Os mandatos do banco central norte americano são o máximo emprego e os preços estáveis. Máximo emprego não significa 0% de desemprego, mas sim uma taxa de desemprego saudável, comportando um tempo de transição para aque-

les que estão trocando de emprego ou procurando um novo emprego. Preços estáveis significa não ter nem inflação nem deflação grande. Atualmente, o FED mira em uma inflação de 2% ao ano.

O banco central americano, chamado de Federal Reserve (Fed), é composto de um Board of Governors (BoG) de sete membros, de um Comitê de Mercado (FOMC, Federal Open Market Committee) de doze membros e de outros oito comitês de regulação do sistema financeiro. O BoG lida com questões internas do sistema bancário, enquanto o FOMC define a taxa de juros (Fed Funds Rate) e a expansão ou contração da base monetária. Os Estados Unidos têm doze bancos centrais regionais, cada um responsável por alguns estados. Cada um dos sete membros do BoG tem mandato de catorze anos. Ao fim do mandato, ou no caso de renúncia, o presidente da República escolhe um novo membro dentre os presidentes dos bancos centrais regionais. O presidente e vice-presidente do BoG têm mandatos de quatro anos e são escolhidos pelo presidente da República, de forma intercalada com as eleições presidenciais, e devem ser aprovados pelo Senado. O FOMC é composto pelos sete membros do BoG, do presidente do banco central de Nova Iorque e de quatro membros rotativos entre as outras onze regiões. Os presidentes dos bancos centrais regionais são escolhidos pelos bancos centrais distritais de sua respectiva região e devem ser aprovados pelo BoG.

O Banco Central do Brasil, autarquia federal integrante do Sistema Financeiro Nacional, foi criado em 1964 com a Lei 4.595. Suas missões são assegurar a estabilidade de preços, zelar pela estabilidade e eficiência do sistema financeiro, suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego.

O BC é composto de nove diretores escolhidos pelo presidente da República, com mandatos de quatro anos. O presidente e mais dois diretores são escolhidos no segundo ano do mandato presidencial e, a cada ano, o presidente escolhe mais dois diretores. Todas as indicações devem ser aprovadas pelo Senado. A cada 45 dias, o Comitê de Política Monetária (COPOM), constituído pelos nove diretores, reúne-se para votar a taxa de juros que será paga aos depósitos bancários no Banco Central.

Em 2021, a Lei Complementar 179/2021 estabeleceu a autonomia do Banco Central. Em suma, tornou o Banco Central uma autarquia de natureza especial, desvinculando-o do Ministério da Economia. Desde então, o presidente do Banco Central somente pode ser exonerado se não cumprir as metas estabelecidas, ainda que essas metas sejam definidas pelo Conselho Monetário Nacional, composto pelo ministro da Fazenda, pelo ministro do Planejamento e pelo presidente do Banco Central. Outras mudanças foram o descasamento do mandato do presidente do Banco Central com o mandato presidencial e a exigência de

conhecimentos econômicos de todos os diretores. Assim, reduz-se a pressão política e os conflitos de interesse entre o Poder Executivo e a política monetária.

SOLUÇÕES

Banco central verdadeiramente independente: sem indicação política. Essa é a alternativa mais próxima do sistema atual e a mais fácil de ser implementada. O presidente do banco central não deve ser indicado pelo presidente do Poder Executivo e/ou o banco central não deve poder comprar dívida do governo, mesmo que seja no mercado secundário. O modelo atual permite que o presidente da República financie seus gastos via impressão de dinheiro, roubando poder de compra da população.

Metas objetivas e punitivas aos responsáveis: Warren Buffett disse “Eu poderia acabar com o déficit em cinco minutos. Basta aprovar uma lei que diz que, sempre que houver um déficit superior a 3% do PIB, todos os membros titulares do Congresso serão inelegíveis para a reeleição”. O mesmo poderia ser feito com os membros do banco central, usando métricas monetárias. Atualmente, os diretores dos bancos centrais têm pouco *skin-in-the-game*, isto é, pouco a perder se a moeda se desvaloriza.

Metas de longo prazo: atualmente, o banco central é incumbido da estabilidade da moeda e máximo emprego da população. Ambas as medidas dizem respeito ao curto prazo e amarram o banco central às atitudes do governo e da população. Talvez, se o banco central pudesse focar no ciclo de longo prazo, poderia evitar o excessivo endividamento do país e o colapso da moeda pelo excesso de impressão.

Free-banking: cada banco privado emite sua própria moeda e age como um pequeno banco central. Nesse cenário, teríamos a moeda (certificados bancários) do Bradesco, do Itaú, etc. Esse modelo foi colocado em prática na Escócia entre 1716 e 1845. Nesse período, três bancos privados emitiram moedas próprias: o Bank of Scotland, o Royal Bank of Scotland e o British Linen Bank. Os três bancos competiam entre si para demonstrar à população o quão sólidos e confiáveis eram seus balanços. Inclusive, surgiu um mecanismo autorregulatório chamado *note dueling*, no qual um banco juntava moedas do outro banco e periodicamente fazia resgates e depósitos, somente para verificar sua solvência. É interessante notar que esse modelo é impactante à primeira vista, porém, o sistema de bancos centrais é similar, com o monopólio da emissão e gerido por políticos. Nota-se também que esse sistema descentralizado não impede a existência de políticas monetárias de juros definidas por uma associação setorial bancária, por exemplo, o que poderia ser análogo a um banco central privado.

Criptomoedas finitas e o padrão-ouro: essa alternativa, assim como o padrão-ouro das moedas estatais, inibe o crescimento econômico, pois a produção de bens e serviços cresce devido ao crescimento populacional e à produtividade *per capita*. Se a base monetária for fixa, o valor do dinheiro tende a crescer com o tempo, incentivando o seu armazenamento.

CONCLUSÃO

O dólar não foi a primeira nem será a última moeda-reserva do mundo. Desde 2008, o banco central norte-americano imprimiu US\$ 7 trilhões (aumentou a base em oito vezes), sendo que US\$ 4 trilhões foram usados para financiar o governo.

O sistema FIAT (fiduciário, no qual a moeda não tem lastro em ativos) acelera o progresso, porém permite déficits irrestritos do governo, impressão de dinheiro e, por fim, uma quebra de confiança. Tal sistema é recente, a partir do fim do padrão-ouro, em 1971, e não deixa de ser um experimento que pode dar errado.

Os bancos centrais regulam os ciclos de curto prazo de inflação pelo aumento e redução de juros e regulam o ciclo de longo prazo de dívida pela impressão de dinheiro. São as duas ferramentas dos bancos centrais. Os juros deveriam ser definidos pelas forças livres de mercado, e as moedas de troca deveriam ser geridas por instituições privadas, não públicas, e muito menos hierarquicamente abaixo do governo federal, que tem conflito de interesse político curto-prazista, confere um monopólio sobre a poupança da população e fere sua propriedade privada.

Os mandatos dos bancos centrais dos EUA e do Brasil são similares, porém, o Brasil tem muito a melhorar no que se refere à eleição dos diretores. Apesar da lei de autonomia de 2021, a escolha dos tomadores de decisão do banco ainda é feita pelo Poder Executivo, enquanto nos EUA é feita pelos bancos centrais regionais; a destes, por sua vez, é feita pelos bancos comerciais (privados ou estatais). Portanto, nos EUA, a escolha é mais democrática e qualificada.

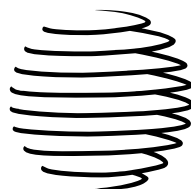
O mundo deve experimentar soluções privadas para descentralizar o poder do banco central e afastá-lo do governo federal. Os avanços tecnológicos, como a internet e o *blockchain*, facilitariam a implementação do sistema de *free-banking*, ajudando em uma autorregulação e na elaboração de uma política monetária conjunta. Menos radical que isso seria a criação de incentivos para atingimento de metas de longo prazo para os bancos centrais, e não somente metas de curto prazo. Também pode ser efetiva a proibição da compra de dívida do governo pelo respectivo banco central, dado o conflito de interesse.

Para o Brasil, se democratizarmos e qualificarmos a eleição dos diretores do banco central, tal como ocorre nos Estados Unidos, já seria um grande progresso.



CAIO HEXSEL ABICHEQUER

Administrador, associado do IEE.



POLÍTICA MACROECONÔMICA: Por que as taxas de juros tendem a se manter mais altas em governos de esquerda

INTRODUÇÃO

Venho, por meio deste artigo, demonstrar os problemas econômicos gerados por governos de esquerda que não respeitam a política fiscal adequada, por falta de vontade de tomar decisões corretas, porém impopulares.

A ideia do artigo é demonstrar o porquê de esses governos adotarem essas medidas e o quanto isso impacta e prejudica a economia real, principalmente o setor primário e secundário.

Uma pergunta que surge recorrentemente é por que as taxas de juros tendem a se manter mais altas em governos de esquerda e por que isso afeta o crescimento do setor primário (agronegócio) e secundário (indústria).

Um dos tantos motivos tem correlação com a taxa básica de cada país, e vou explorar por que a esquerda adota em geral sempre a mesma estratégia no que tange à política de juros.

A esquerda defende teses keynesianas do século passado, segundo as quais fomentar o gasto público era a solução para qualquer problema.

O keynesianismo foi desenvolvido pelo economista britânico John Keynes, no início do século XX, logo após a Crise de 1929. A teoria acaba tendo bastante assentimento, por se tratar de um momento extremamente crítico para sociedade, dada a perda de renda da população na época; cabe enfatizar também que essa teoria econômica pressupõe a intervenção do Estado para estimular o crescimento econômico e reduzir o desemprego.

Keynes não acreditava na “mão invisível” do mercado, ele pressupunha que o Estado deveria ser uma espécie de regulador para evitar crises econômicas.

A esquerda moderna está agarrada nessa tese, pois, em geral, ela acaba trazendo um conforto de curto prazo – e gera problemas importantes no decorrer do tempo. O primeiro deles é o aumento de inflação. Em geral, o aumento da demanda agregada gerada por essa política irá pressionar os preços para cima; isso consequentemente implicará em um menor poder de compra por parte da

população, e assim as empresas acabam perdendo competitividade internacional, devido ao aumento dos custos de insumos.

Outro problema importante é o crescimento da corrupção; no keynesianismo, há um volume maior de recursos transitando por entes governamentais, o que aumenta o risco de desvio de dinheiro público. Além do aumento da dívida pública: a estratégia de aumento de despesas públicas geralmente leva a um aumento de dívida PIB, o que, no longo prazo, implicará em menor capacidade de investimento, podendo levar a uma crise financeira.

POLÍTICA FISCAL E MONETÁRIA

Como os governos de esquerda tendem a seguir essa lógica keynesiana, em geral o que ocorre é que em algum momento o gasto público vai entrar em descontrole, e nesse momento a política monetária vai ter que buscar estabilidade inflacionária. Isto é, o que teríamos de estabilidade com uma expectativa de política fiscal responsável, acabamos tendo que ter por meio de uma política contracionista, lançando mão dos juros.

Isso, inclusive, ocorre atualmente no governo atual do presidente Biden; os Estados Unidos preferem efetivar programas de Quantitative Easing, jeito bonito de dizer “impressão de dinheiro”, e lançar mão de juros altos para controlar a inflação.

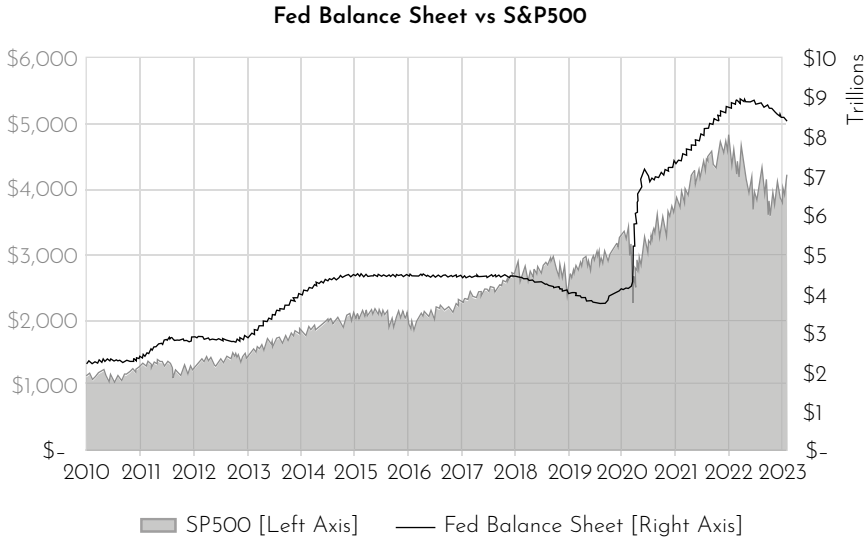
O gráfico a seguir mostra o aumento agressivo da base monetária nos Estados Unidos nos últimos cinco anos: ela passou de aproximadamente 4 trilhões de dólares em novembro de 2018 para aproximadamente 8 trilhões em novembro de 2023 – expansão que representa um aumento de 100% da base em cinco anos.

Para ter ideia do quão agressivo foram os últimos cinco anos, caso analisemos os cinco anos antecedentes, de 2013 a 2018, o balanço de FED aumentou de 3 trilhões para 4 trilhões, significando um aumento de 25% na base.

A questão é que, quando se coloca na mão de governos de esquerda a opção de decisão entre cortes de despesas ou expansão monetária, na grande parte das vezes, a decisão será a impressão de recursos.

Após o início de aumento de gastos provocados pelo governo e a expectativa do mercado de que a política fiscal será frouxa, a inflação começa a dar sinais de aumento; nesse momento entra a questão dos juros – o país terá que elevá-los, para não entrar em espiral inflacionária.

A espiral inflacionária é uma situação econômica em que a inflação se deve incisivamente ao aumento dos salários, que conseqüentemente acaba levando a um aumento nos preços, que por sua vez leva a um aumento de salários, e assim

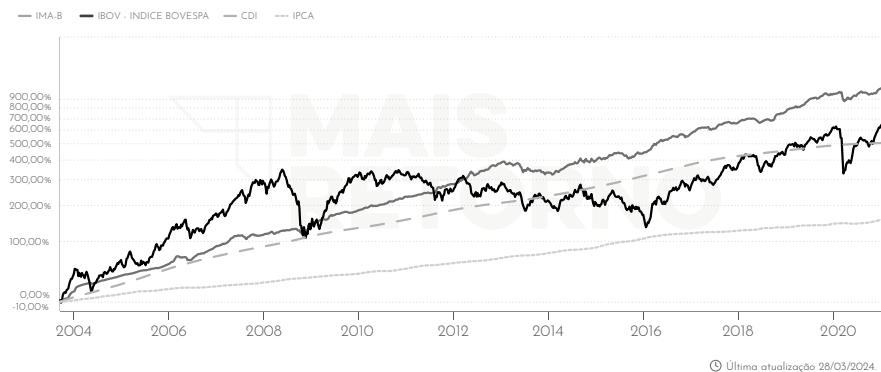
**FIGURA 1.**

por diante... É uma situação em que a inflação se retroalimenta, tornando-se cada vez mais difícil de controlar.

Por exemplo, quando o Banco Central brasileiro aumenta os juros para apagar o incêndio inflacionário, ele provoca dois principais fenômenos. O primeiro deles é a retração no consumo, devido ao aumento no custo de crédito; o segundo é o aumento de ingresso de dólar no país em busca de especulação, com uma taxa real de juros real mais favorável.

Outra pergunta que surge é como a sociedade pode se proteger desse comportamento errático de não responsabilidade fiscal no que tange a suas reservas. Felizmente, no Brasil, ainda há alternativas que protegem o capital contra a perda do poder de compra. Por exemplo, no gráfico abaixo tem-se a linha verde representando a performance do ima-b, índice atrelado ao IPCA que representa uma composição de títulos públicos chamados Notas do Tesouro Nacional (tesouro inflação).

Esse título tem *duration* média de oito anos. Nota-se que essa classe de ativos apresentou um retorno, desde 2004, de 1.210,50%, que seria suficiente para proteger o capital da inflação, que no mesmo período subiu 206,05%, superando também o índice Ibovespa, que cresceu 633%, e por fim o CDI, que obteve aumento de 688%. Quanto ao acesso, a partir de R\$ 30, qualquer pessoa pode comprar um título NTN-B 2029, que na data de hoje está remunerando IPCA + 5,63%.



06-11-2023

Última atualização 28/03/2024

| 1.210,50% | IMA-B
 | 688,46% | CDI
 | 633,27% | IBOV - INDICE BOVESPA
 | 206,05% | IPCA

FIGURA 2.

Fonte: Mais retorno.

OS IMPACTOS NA ECONOMIA REAL

E por fim, já que a sociedade conseguiu se proteger dessa política de irresponsabilidade fiscal (tendo o mínimo de educação financeira), qual a consequência disso para a indústria e o agronegócio?

O setor primário (agronegócio) e o setor secundário (indústria) vão sofrer demais, em decorrência de diversos fatores. O primeiro ponto é que, ao real se valorizar, as margens para exportação se comprimem, o que torna mais difícil ainda a competição, desindustrializando o país e fazendo com que o agronegócio e a indústria tenham menos investimentos. Além disso, a questão do crédito mais caro também pressiona a margem dos dois setores.

Acrescenta-se a isso aumento nos custos de produção, devido ao aumento do custo de mão de obra, energia e preço das matérias-primas, incerteza econômica gerada pela alta volatilidade do câmbio, que dificulta ao produtor ou industrial brasileiro ter previsibilidade em relação às margens de lucro – e, ao não ter, o risco aumenta, e diminui o potencial de investimento; por fim, há redução de consumo no mercado interno.

E por que os setores primário e secundário são tão importantes no Brasil?

O Brasil acaba sendo chamado de “fazenda do mundo” devido a sua relevância na exportação de commodities agrícolas e minerais. Segundo estudo da

Brasil Agro, o país é o maior exportador líquido de alimentos do mundo, isto é, o mundo depende do Brasil para ter segurança alimentar. Na última década, o Brasil exportou mais de 1 trilhão de dólares. É importante destacar que, segundo o Brasilagro, para cada 1 dólar importado, o país conseguiu 10 dólares de exportação no ano de 2022.

Cabe enfatizar que o Brasil é o maior exportador de soja e milho do mundo e está muito bem posicionado em outras culturas como açúcar, café e carne bovina.

O Brasil acabou tendo o privilégio de ter um território continental e com isso uma diversidade enorme de climas, que permite que o país produza uma vasta variedade de commodities agrícolas e minerais. Somado a isso, o alto desemprego nos últimos anos acabou diminuindo a pressão sobre o custo da mão de obra no Brasil, o que viabilizou o desenvolvimento do setor, apesar de o custo Brasil ser absurdamente alto.

No que tange à indústria brasileira nos últimos dez anos, segundo o IBGE há uma desindustrialização que avança no país: em dez anos o setor industrial perdeu cerca de 10 mil empresas – em torno de 3% do total –, representando fechamento de mais de 1 milhão de postos de trabalho. Segundo o Instituto, o número de funcionários no setor, que era de 8,7 milhões de pessoas em 2011, passou para 7,7 milhões em 2023.

Outro dado que preocupa é que o decréscimo se dá principalmente em indústrias de maior valor agregado e complexidade. Por exemplo, a indústria automotiva perdeu espaço em dez anos, caindo aproximadamente 5% em termos de receita nesse período – isso que não foi considerada a inflação nos últimos dados aqui apresentados de decréscimo.

Além disso, a renda também diminuiu: em dez anos, o salário médio da indústria passou de 3,5 para 3 salários mínimos, demonstrando o perfil mais simples de processo de produção atual.

Segundo estudo promovido pelo IBGE sobre o trabalho industrial no Brasil, fica demonstrada uma desindustrialização do país frente a países como China, Índia e México, que cresceram setor secundário.

Isso se dá por diversas decisões de políticas econômicas e monetárias equivocadas, que geraram insegurança, inflação, custos elevados, e fizeram com que o Brasil fosse ficando pouco competitivo internacionalmente.

Temos um exemplo atual de problema monetário no Brasil: um dos motivos de o Banco Central não ter conseguido espaço para reduzir os juros é justamente a desconfiança de que o governo atual vá respeitar a política fiscal.

Apenas para ilustrar a situação, ao considerar a taxa de juros média brasileira para 2023 e descontar a inflação projetada, temos um juro real acima de 7%,

uma das maiores taxas reais do mundo. Fica muito difícil ser competitivo com essa estrutura fiscal e econômica, que leva a políticas monetárias agressivas a fim de controlar a inflação.

SOLUÇÕES PRIVADAS E REFORMAS NECESSÁRIAS PARA REDUÇÃO DOS JUROS ESTRUTURAIS

A solução para o Brasil nunca vai se dar apenas via política monetária – esta é como um leme quebrado em um navio quando outros fatores não estão no seu lugar. O caminho mais assertivo se dá por soluções privadas e uma série de reformas essenciais.

Começemos pelas soluções empreendedoras que existem em outros países e podem ser replicadas por aqui. No Brasil muitas companhias governamentais exercem funções que poderiam ser feitas por empresas privadas, e isso gera ineficiência, que por sua vez afeta o PIB, aumenta os custos, gerando inflação e consequentemente nos levando a um juro estrutural mais alto.

Um exemplo em que é necessário investimento urgente é o setor de infraestrutura. Segundo estudo feito por Poder 360 e ADIB (Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base), o Brasil deveria aplicar R\$ 423 bilhões por ano apenas para manter (evitar depreciação) todas as necessidades de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. Isso equivale a 4,3%, sendo que no último ano o país investiu apenas R\$ 163 bilhões, somando as iniciativas públicas e privadas.

Investir nesse segmento leva a crescimento econômico instantâneo. Segundo a CNT, o custo de armazenagem, transporte e serviços no Brasil supera 12% do PIB, enquanto em outros países desenvolvidos não chega a 5%.

E qual a solução para isso? Há algumas soluções para chegar ao montante necessário por meio da iniciativa privada e gerar incremento de eficiência para o país.

Uma delas é o aumento de concessões e licitações, em que as empresas privadas têm a oportunidade de desenvolver seu trabalho por meio de licitações competitivas; nesse caso, a companhia tem total responsabilidade de desenvolvimento da operação e manutenção em troca de explorar a atividade em um contrato de longo prazo.

No governo passado, tivemos diversas iniciativas que, segundo o então ministro Tarcísio, podem levar a mais de 1 trilhão de investimentos indiretos no decorrer do tempo, como o marco da cabotagem, gás e saneamento, e concessões de portos e aeroportos.

Outra iniciativa são as PPPs, que envolvem a colaboração entre o setor público e o setor privado para desenvolver projetos de infraestrutura. A companhia privada tem muito mais agilidade e investe na frente, tomando o risco do projeto em troca de contratos de longo prazo. Isso faz com que se tenha um ganho significativo de produtividade, ajudando no deslocamento da curva de oferta, que conseqüentemente reduz a inflação.

Há também a possibilidade de desenvolvimento de debêntures especiais de infraestrutura com incentivo a setores que necessitam de investimento intensivo maior e não têm interesse natural. Esse financiamento de projeto de grandes volumes aumenta a captação para áreas necessárias e tem papel significativo no ganho de eficiência do país, sem precisar haver empresas públicas envolvidas.

Inclusive, o Congresso aprovou a Lei 14.801/2023, que cria uma modalidade de debêntures que incentivam as empresas, reduzindo substancialmente os impostos para essa atividade.

O país, ao privatizar estradas, portos, aeroportos e a produção de energia, vai conseguir reduzir drasticamente o custo Brasil, aumentar a produtividade, a eficiência e a arrecadação, e isso é fundamental para reduzir os custos e conseqüentemente a inflação.

Outra forma de reduzir consistentemente os juros de forma privada é o desenvolvimento do mercado financeiro, que aumenta a eficiência de alocação de capital, reduzindo o custo de captação para as empresas e aumentando o rendimento das poupanças.

Além disso, o acesso ao capital permite que as empresas cresçam em uma velocidade muito mais rápida, gerando empregos e aumentando a produtividade e trazendo um círculo virtuoso, pois, com aumento da eficiência, há um deslocamento na curva de oferta que gera aumento de consumo e diminuição de custo, ajudando a baixar o juro estrutural. Isso inclusive foi visto de maneira forte na Europa e nos Estados Unidos. Um exemplo foi o ambiente de mercado financeiro desenvolvido, que permitiu o “nascimento” de empresas como Uber, que pode se desenvolver apesar de ter um retorno sobre capital muito longo. Esse salto tecnológico fez com que a sociedade tivesse uma deflação absurda no custo de transportes, ajudando a conter a inflação global e permitindo que os juros estruturais se mantivessem baixos, o que fomenta o desenvolvimento da sociedade, incrementando o poder de compra da população.

Outro passo um pouco mais distante atualmente, mas que pode ser a próxima revolução da iniciativa privada na sociedade, é o desenvolvimento de moedas privadas.

Por mais que isso possa parecer distante, o desenvolvimento dos criptoativos e do *free banking* é notável. Se verificarmos, há dez anos era praticamente nulo

esse tipo de ideia, e pode ser um passo inicial para um caminho que irá gerar aumento de eficiência sem precedentes, como escrevia Rothbard: “*Se o governo passa a controlar o dinheiro, então ele já capturou um posto de comando vital sobre toda a economia e assegurou um trampolim para o pleno socialismo*”.

Quando verificamos o aumento exponencial da desvalorização das moedas nos últimos cinquenta anos, fica claro que o modelo atual vem passando por descrédito enorme.

Um problema importante são as grandes emissões de moeda frente a qualquer problema enfrentado nos países, trazendo benefícios para classes específicas e não tendo a depuração importante que Friedman defende, de que o mercado elimina os agentes ineficientes, que, ao serem resgatados constantemente pelos bancos centrais, incentivam a ineficiência, que irá gerar inflação e aumentar os juros estruturais longos.

Obviamente, movimentos políticos também são importantes, como ter uma política fiscal responsável. O governo é como um lar doméstico ou uma empresa, e deve ser superavitário, isto é, ter receita superior às despesas, fazendo com que tanto a inflação quanto a demanda agregada se reduzam.

Outra forma de derrubar os juros estruturais são mudanças nas regras tributárias. No Brasil temos espaço para uma reforma tributária que simplifique o processo. Com isso, as empresas teriam um custo menor com contabilidade e jurídico, o que traria mais investimento, fomentando o crescimento econômico e a geração de empregos, e conseqüentemente aumentando a arrecadação, ao trazer mais indivíduos para a formalidade.

A legislação trabalhista é outro problema. São necessárias mudanças que modernizem a relação do funcionário com o empregador, com uma flexibilidade maior, bem como com redução de custo de CLT, trazendo maior dinamismo à relação.

CONCLUSÃO

Por fim, para que tudo isso ocorra, é necessária uma mudança na política que incentive cada vez mais as soluções privadas, como também as reformas estruturantes. Podemos dizer que uma questão está ligada à outra, pois, com reformas estruturantes, fica mais fácil trazer investimentos, criando-se um círculo virtuoso.

Vale ressaltar que tivemos vinte anos de governos presidencialistas populistas que buscavam fazer políticas de curto prazo em busca de “voto”. Fica claro que o presidencialismo falhou no Brasil; são eleitos apenas candidatos que prometem o que o país não suporta dar, logo, podíamos tentar algo diferente, como

o parlamentarismo, pois esse modelo arrefece os extremos. Seria como se tivéssemos Arthur Lira e Rodrigo Pacheco como comandantes do Brasil – não que sejam uma Margaret Thatcher, mas seria muito mais responsável fiscalmente que o governo atual.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CNT TRANSPORTE ATUAL. Custo logístico consome 12,7% do PIB do Brasil. Disponível em: <https://www.cnt.org.br/agencia-cnt/custo=-logistico-consome12--do-pib-do-brasil#:~:text=%3F,equivale%20a%20R%24%20749%20bilh%C3%B5es>. Acesso em: fev. 2024.

BRASIL AGRO. Líder mundial nas exportações líquidas de alimentos, parte do País tem fome. Disponível em: <https://www.brasilagro.com.br/conteudo/lider-mundial-nas-exportacoes-liquidadas-de-alimentos-parte-do-pais-tem-fome.html#:~:text=O%20Brasil%2C%20o%20maior%20exportador,%24%205%2C1%20trilh%C3%B5es>. Acesso em: fev. 2024.

CURRENT MARKET VALUATION. Fed Balance Sheet vs S&P500. Disponível em: <https://www.currentmarketvaluation.com/posts/fed-balance-sheet-vs-sp500.php>. Acesso em: fev. 2024.

MAIS RETORNO. Comparador de ativos. Disponível em: <https://maisretorno.com/app/comparador-ativos?p=otimo&a=ima-b:idx,ibov:idx,cdi:idx,ipca:idx>. Acesso em: fev. 2024.

NERY, Carmen. Setor industrial perde 9,6 mil empresas e um milhão de empregos em dez anos. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34432-setor-industrial-perde-9-6-mil-empresas-e-1-milhao-de-empregos-em-dez-anos>. Acesso em: fev. 2024.

PODER 360. Investimento é pouco até para manter infraestrutura. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/investimento-e-pouco-ate-para-manter-infraestrutura/>. Acesso em: fev. 2024.

STATISTA RESEARCH DEPARTMENT. Value of assets on the balance sheet of the Federal Reserve from August 2007 to November 2023. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1121448/fed-balance-sheet-timeline/>. Acesso em: fev. 2024.

AGRONEGÓCIO

O agro tem sido o motor do crescimento econômico brasileiro nos últimos anos. Ainda assim, o setor segue como alvo de críticas no debate nacional e internacional. Afinal, como é o Agronegócio brasileiro?



Convidamos o economista Dr. Antônio da Luz para abrir este tópico



QUEM É DR. ANTÔNIO DA LUZ

Economista, Mestre em Economia pela UFRGS e Doutor em Economia do Desenvolvimento Regional pela PUCRS, atua como Economista-Chefe do Sistema Farsul, CEO da Agromoney - Assessoria Econômica e professor de pós-graduação. É um dos economistas brasileiros e estrangeiros que são consultados pelo Banco Central para elaboração do Relatório Focus, tendo sido eleito em 2017 como Economista do Ano pelo Corecon-RS, e em 2019 recebeu a Medalha Assis Brasil do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

O LIBERALISMO SALVOU O AGRO

Os anos eram os 1980. Figurino, gírias e músicas caracteristicamente inconfundíveis, enquanto na economia as experimentações eram igualmente singulares. No mundo havia um muro construído com o objetivo não de proteger os habitantes da cidade de uma invasão – como outrora feito nas cidades muradas –, mas de evitar a saída de pessoas, tendo sido essa a maior prisão da trajetória humana até aqui. Do lado ocidental do muro, Margaret Thatcher e Ronald Reagan mostravam para o mundo na prática a importância do indivíduo, o peso do Estado e a necessidade da liberalização econômica. Do lado oriental, planejadores centrais exerciam a plenitude de seus poderes de organizar a sociedade do modo que lhes parecia mais eficiente, justo e próspero.

Do lado de baixo da Linha do Equador, mesmo com comunicações rudimentares comparadas às de hoje, já era possível enxergar com clareza qual lado apresentava melhores resultados. Para países em desenvolvimento, crescer é a chave-mestra, o objetivo para o qual não pode haver divergência. Mas na América Latina as coisas são diferentes: os governos ditos de direita, que ainda mantinham naquela época uma ditadura militar, aplicavam o que havia de mais heterodoxo no campo da economia. Já a oposição, dita de esquerda, combatia os governos de direita com soluções igualmente heterodoxas, refinadas na Cepal (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), formando esquerda e direita dois paralelos que parecem se encontrar no final.

No “agro” as coisas não eram diferentes, pelo contrário, o setor era um laboratório de ideias ruins. Com uma hiperinflação sem mínimo sinal de controle corroendo a renda *per capita* de um país em desenvolvimento, por óbvio a inflação causava dor primeiro no grupo de alimentos. O Brasil daquela época – pasmem! – era importador de comida, e isso contribuía para os problemas de balanço de pagamentos do país.

Era preciso virar o jogo, pois não era possível um país com as características do Brasil ser importador de alimentos, com todos os desdobramentos que essa posição causa em abastecimento, inflação, contas externas, etc.

No entanto, o setor não se transformava, e o diagnóstico equivocado levava a medidas igualmente descompassadas. De forma bastante resumida, vou trazer

as principais grandes políticas setoriais da época voltadas ao aumento da produção:

1. **Crédito rural com financiamento estatal:** por mais estranho que possa soar, o governo captava recursos da sociedade a partir da tributação e os direcionava para serem emprestados para os produtores plantarem suas safras.
2. **Política de Garantia de Preços Mínimos:** essa política visava (e visa, pois infelizmente ela ainda existe, mesmo que dormente) à equalização dos preços. O governo garantia preços mínimos de modo a incentivar a produção atuando como comprador e armazenador de produtos. Quando os preços subiam, o governo vendia no mercado, mantendo-o abastecido e os preços regulados. No fim, como era de se esperar, visava-se a uma banda mínima e máxima para preços e os efeitos colaterais dessa pretensão distorciam completamente os impulsos de oferta e demanda.
3. **Protecionismo:** desde o Programa de Substituição e Importações (1930-1960), o país tinha um conjunto de barreiras à entrada de produtos que pudessem competir com a produção nacional. Mesmo após seu final como programa a diretriz protecionista permaneceu nas políticas governamentais.
4. **Maxidesvalorizações cambiais:** por meio da desvalorização da moeda brasileira (duas de 30% entre 1979 e 1983) os produtos nacionais tornavam-se artificialmente mais competitivos tanto no mercado internacional como o local.

Como pode ser visto, se os produtores precisavam de recursos para o plantio, o governo provia; se os preços estavam baixos, o governo comprava o produto no mercado e o estocava até enxugar a oferta e se elevarem os preços; quando o preço se tornava mais alto – por força da redução da oferta resultante da interferência estatal – e atraía produtos importados, o governo taxava-os e/ou desvalorizava a moeda. Ou seja, não havia incentivos para aperfeiçoamento da gestão financeira e aumento da produtividade, tampouco a oferta se ajustava à demanda via mecanismos de preços, pois esses eram distorcidos.

O IBGE passa a ter dados de safras por levantamentos anuais a partir de 1974, com a Pesquisa Agrícola Municipal. Nos primeiros dez anos da pesquisa, o que observamos é o acréscimo de 8,5 milhões de toneladas, ou crescimento de 21,9%. Esse número pode parecer bom, mas não é, pois deve ser considerado o aumento da população brasileira no período. Em 1974 havia uma produção de aproximadamente 417 kg/hab/ano enquanto em 1983, mesmo com a produção maior, essa disponibilidade caiu para 397 kg/hab/ano.



GRÁFICO 1. Produção Brasileira de Grãos, em milhões de toneladas, no período selecionado.

Fonte: IBGE (PAM).

Mas de 1985 em diante, observamos uma importante alteração no cenário intervencionista, muito menos por convicção liberalizante e muito mais por consequência de outras políticas heterodoxas com impactos na produção de alimentos ou nas finanças públicas. Com uma hiperinflação instalada e enorme instabilidade macroeconômica causada por planos econômicos muito malsucedidos, como os Planos Cruzado (1986) e Bresser (1987), houve uma variação de preços tão grande que tornou ineficazes as políticas de garantia de preços e incapacitou o governo de financiar a produção, gerando instabilidades ainda maiores nas condições de concessão de crédito.

A partir desse momento, os produtores rurais brasileiros começam aos poucos a serem “abandonados” pelo Estado, justamente pela incapacidade do Estado de sustentar políticas heterodoxas. Aos poucos os produtores precisariam se transformar de produtores em empresários rurais.

Note, no gráfico a seguir, o que aconteceu com o crédito rural ao longo dos anos. Da década de 1970 até meados da década de 90, houve uma queda vertiginosa na disponibilidade de crédito, justamente no período em que era papel do Estado ofertar recursos públicos para serem emprestados, ou seja, formarem o *funding* do crédito. Agora observe pela ótica dos produtores da época: imagine alguém contar com recurso para produzir e não existir o dinheiro, mas o produtor somente descobre quando tudo está pronto para começar e já foram empregados todos os recursos próprios em algo que ficará inacabado. Essa foi a realidade do período, sobravam recursos em um ano, os produtores achavam que estava tudo sob controle, reagiam aos estímulos das políticas públicas, e no outro ano faltava.

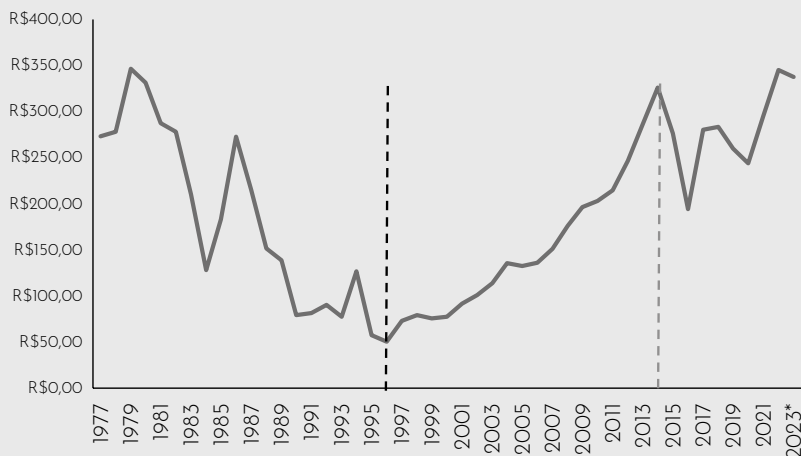


GRÁFICO 2. Evolução do Crédito Rural, em Bilhões de R\$ - Valores Corrigidos pelo IGP-DI (out/23).

Fonte: BCB/Sicor.

É possível notar que a linha vertical pontilhada preta mostra um ponto de ruptura na série: abre um período de quase duas décadas de crescimento sustentado da oferta de crédito.

Para entender esse ponto, é necessário avaliar com atenção o gráfico a seguir. Nele temos a participação do Estado (por meio do Tesouro Nacional) na composição do funding do crédito rural.

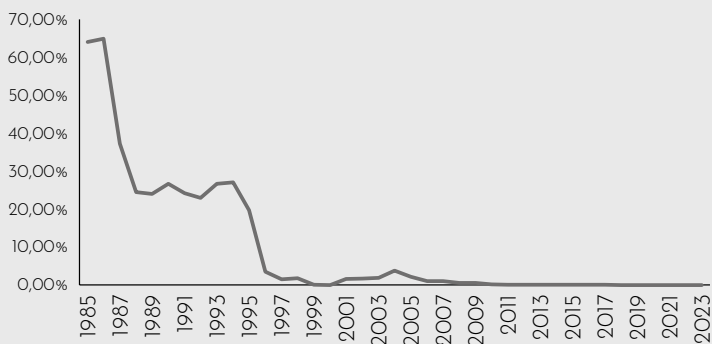


GRÁFICO 3. Evolução da Participação do Tesouro na Composição do Funding do Crédito Rural, em Percentuais.

Fonte: BCB.

Como pode ser observado, o Estado deixou, há quase trinta anos, de financiar o setor agropecuário. Entretanto, todos os anos, quando se anuncia o Plano Agrícola e Pecuário, mais conhecido como “Plano Safra”, conduz-se a imprensa e a sociedade a pensar que os bilhões anunciados são recursos públicos, como eram trinta anos atrás. É conveniente, do ponto de vista político, jogar penas na direção do vento que sopra para um lado que está funcionando – assim é possível reivindicar um papel no sucesso. O governo deixou, há muito tempo, de financiar o setor agropecuário, e não há dúvidas de que essa foi uma das razões de seu sucesso: o governo ajudou saindo fora do *funding*.

Mas também é verdade que não saiu de todo. Na incapacidade de ser o *funding*, autorizou os bancos a direcionarem parte de seus depósitos compulsórios, os encaixes bancários, que são depósitos macroprudenciais cujo objetivo é o controle inflacionário, para o crédito rural. Também permitiu que bancos oficiais e mais tarde as cooperativas de crédito captassem poupança rural, criando então um crédito direcionado, que, por pior que seja, é muito melhor do que usar recursos públicos para financiar um setor empresarial. O risco das operações era (e continua sendo) 100% dos agentes financeiros, ou seja, se o produtor não pagasse a conta, o problema era de quem emprestou, pois passou-se a ter relações privadas. Nesse cenário, os produtores precisaram evoluir em muito a gestão financeira e cuidar com denodo de sua condição creditícia, pois esta passou a ser a única forma de garantir acesso ao crédito. O Tesouro passou a subsidiar algumas linhas de crédito de modo a reduzir as taxas de juros para os produtores, e é assim até hoje, especialmente para a “agricultura familiar”.

Voltando para o gráfico 2, observe que, entre a linha pontilhada preta e a verde, temos o período em que funcionou esse modelo com maior êxito (1996-2014), o que contribuiu muito para o crescimento da agropecuária brasileira, como mostraremos em seguida. Do pontilhado verde em diante é quando temos a entrada mais forte do crédito livre bancário e do mercado de capitais no agro, fornecendo crédito fora das regras do crédito direcionado. Ou seja, o crescimento do volume e da estabilidade veio com a saída do Tesouro Nacional inclusive do direcionamento, do controle e do subsídio de parte dos juros em algumas linhas.

Após a linha pontilhada verde, temos uma nova mudança no sistema de crédito rural, com esgotamento do crédito direcionado pelo crescimento da agricultura e entrada dos créditos livres, recursos totalmente desregulamentados e com ampla participação do mercado de capitais. Embora o governo não tenha nenhuma participação nesse crédito, saiba que ele coloca na conta do que anuncia no evento do “Plano Safra”.

Na tabela a seguir, temos a realidade da origem do crédito atualmente. Embora o governo faça “lançamentos de Planos Safra” com muitas pompas e dis-

cursos, induzindo a sociedade a entender que se trata de uma contundente ação pública, a realidade não é bem aquela. O setor necessita de R\$ 1,02 trilhão para financiar a agropecuária e suas cooperativas, dos quais apenas 16% são controlados pelo governo. Ser controlado, não necessariamente, significa ser subsidiado, pois por controlar entende-se que o crédito se submete a regras estabelecidas no Manual do Crédito Rural e que os recursos foram direcionados – mas daí ao governo utilizar recursos para subsídios há um caminho maior. Dos R\$ 165 bilhões controlados dentro do Plano Agrícola e Pecuário 2023/24, aproximadamente R\$ 101 bilhões recebem algum tipo de subsídio no juro, sendo a imensa parte dentro dos recursos direcionados para a agricultura familiar. O pouco que resta geralmente é direcionado para investimentos em máquinas agrícolas, cujas reuniões de definições geralmente são compostas por representantes das indústrias de máquinas, e não pelos representantes dos produtores.

TABELA 1. Origem dos recursos de crédito utilizados pelo setor agropecuário (posição de outubro de 2023)

Fonte do crédito	R\$ Bilhões	Part. (%)
Recursos controlados	165,00	16%
CPR	272,88	27%
LCA	423,68	41%
CDCA	29,84	3%
CRA	115,18	11%
Fiagro	16,80	2%
Total	1.023,38	100%

Fonte: MAPA, B3, CRDC, CVM e Ambima.

Podemos dizer, portanto, que, de toda a necessidade de crédito, aproximadamente 10% recebem algum tipo de subsídio, ou, ainda, cerca de 90% não recebem nem um tostão de recursos públicos. Atualmente, podemos dizer que a grande fonte de recursos para o agronegócio é o mercado de capitais, que é acessado via instituições financeiras por meio das LCA (Letra de Crédito do Agronegócio) ou diretamente por operações estruturadas de crédito via CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio) e CDCA (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio), que são títulos de valores mobiliários, bem como mais recentemente os Fiagros (Fundos de Investimentos em Cadeias Agroindustriais). As CPR (Cédulas de Produtor Rural) são recebíveis que podem ser utilizados como lastro de operações estruturadas ou diretamente via operações de “barter” com *tradings*.

O PAPEL DA ÂNCORA VERDE

A chamada “Âncora Verde” cumpriu papel importante no desenvolvimento do agronegócio brasileiro, embora, quando em marcha, tenha causado muitos dissabores e muitas reclamações do setor. A Âncora Verde não foi um programa planejado, mas o somatório de várias ações liberalizantes. Com o câmbio fixo que durou do início do Plano Real até fevereiro de 1999, os produtos importados tornaram-se relativamente mais baratos no mercado interno brasileiro, o que contribuiu para segurar os preços destes e conseqüentemente a inflação. Além disso, o acordo do Mercosul, iniciado em 1991, escancarava as fronteiras do país para a entrada de produtos, e as desregulamentações para importações fora do bloco fizeram com que houvesse uma enxurrada ainda maior. No primeiro momento, foi muito difícil a concorrência, obrigando o setor a investir em tecnologia e inovações de toda ordem, melhoria de processos e de gestão. O primeiro passo foi vencer a concorrência em qualidade, quantidade e preço no mercado interno. Dali em diante, tornar-se uma potência mundial foi uma questão de tempo. Ou seja, quando o governo “abandonou” os produtores à própria sorte, tendo de competir sem as proteções habituais, o setor construiu sua musculatura, venceu no mercado interno, e as lições foram levadas para o mercado internacional. Na trajetória, resolveu o problema de Balanço de Pagamentos do Brasil, já que o país não dispunha de dólares para fechar as contas externas e controlou os preços no mercado interno em virtude do crescimento da oferta.

A jornada concorrencial da agropecuária nos últimos trinta anos, comparada à da indústria, explica muito sobre a competitividade.

O ENFRAQUECIMENTO DA POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS

A Política de Garantia de Preços Mínimos foi um dos principais instrumentos que atrasaram o desenvolvimento da agricultura brasileira. O assunto é tão apaixonante como rico, merecendo quem sabe um artigo futuro específico para ele, no qual, com espaço, se possa mostrar a atuação do governo desde o “Plante que João Garante!”, que era um *slogan* irresponsável do governo Figueiredo, passando pela resposta em bordão que se popularizou espontaneamente e corria nas rodas dos produtores, entre a indignação e a galhofa, que era “Plante pouco que o homem é louco!”, até chegar aos dias atuais, em que é pífia a participação do Estado na garantia de preços. O fato é que, à medida que o governo se tornou incapaz de conduzir essa política, a agropecuária pôde crescer orientada pelo mecanismo de preços de mercado, ajustando ano a ano a oferta à demanda e dando passos mais firmes.

A EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL

Como podemos ver no gráfico a seguir, o Brasil tem feito progressos impressionantes em termos de produção, ultrapassando 317 milhões de toneladas de grãos em 2023. O que mais impressiona é o ponto de partida, pois o país levou quinhentos anos desde a sua descoberta para atingir 100 milhões de toneladas, o que aconteceu em 2001. Para agregar mais 100 milhões, ou seja, chegar a 200 milhões, foram necessários apenas outros treze anos, e, para disponibilizar mais 100 milhões, apenas mais dez anos – e ainda sobraram 17 milhões. Isso quer dizer que o setor está agregando 100 milhões de toneladas em tempo cada vez menor. Se analisarmos do ponto de vista logarítmico, calculando o tempo que a produção tem levado para dobrar, do ponto de partida do IBGE, com safras apuradas anualmente, que começa em 1974, o país levou vinte anos para dobrar. Já para dobrar novamente, levou dezesseis anos, e agora, quando dobrou pela terceira vez, levou treze. Ou seja, o Brasil está levando cada vez menos tempo para dobrar a produção!

É importante observar que estamos utilizando o exemplo dos grãos, mas o Brasil é uma potência na produção de proteína animal, legumes, verduras, frutas, e isso sem falar da cana-de-açúcar – da qual o Brasil produz a maior parte do seu etanol.

Esse aumento de produção ocorreu baseado em dois pilares alicerçados sobre uma mesma base. A intensificação de capital é a base, e a ciência e a tecnologia são os pilares. A intensificação do capital se deu pelo uso do mesmo hectare mais de uma vez ao ano e por pesados investimentos em máquinas agrícolas. A ciência foi quem permitiu o uso do hectare mais de uma vez, por meio de pesquisa pública, da Embrapa e de universidades federais, mas inúmeras contribuições de empresas e universidades privadas também foram fundamentais para que

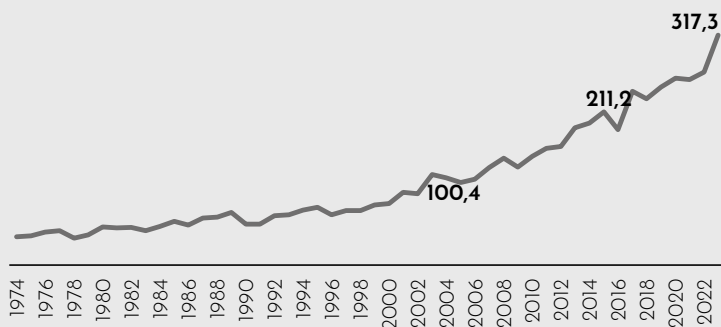


GRÁFICO 4. Evolução da Produção de Grãos no Brasil, entre 1974 a 2023, em Milhões de Toneladas.

Fonte: IBGE (PAM) e IBGE (LSPA).

a ciência brasileira desenvolvesse a capacidade de produzir entre os trópicos e ainda mais de uma vez. A tecnologia observada no desenvolvimento genético, na biotecnologia de insumos, nas melhorias de processos produtivos, em pacotes tecnológicos de insumos, dentre tantas outras evoluções tecnológicas, levou a produção brasileira para a fronteira tecnológica e, conseqüentemente, alinhou nossa produção para mirar o topo mundial.

O QUE SE ESPERA REALMENTE DO ESTADO?

Pelas nossas projeções, o Brasil levará doze anos para dobrar novamente a sua produção, e, se esse potencial for atingido, se tornará em 2035 a maior agricultura do planeta. Crédito, os mercados de capitais brasileiro e estrangeiro prosperarão. Preços, o mercado é o melhor sinalizador para o ritmo da oferta, e todas as tentativas de buscar outro mecanismo fracassaram no mundo, inclusive a de preços mínimos no Brasil. O papel do Estado deveria ser o planejamento da infraestrutura para os adicionais 300 milhões de toneladas que temos potencial para produzir nos próximos doze anos. Entretanto, a atual infraestrutura de rodovias, ferrovias, hidrovias e portos é dimensionada para a metade do que temos hoje, o que seria 25% do necessário em 2035, podendo ser esse o grande obstáculo para atingirmos nosso potencial. Para que seja possível prover essa infraestrutura nesse tempo, o país precisará virar um grande canteiro de obras, fazendo com que o PIB possa crescer em médias bem acima daquelas a que estamos acostumados. Mas o Estado não faz, tampouco deixa a iniciativa privada fazer; tem preconceito com dinheiro, e, dependendo da origem dos investidores, a temperatura do café se altera, fazendo-se escolhas como se o país não estivesse atrasado no calendário. Por mais que seja aberto à iniciativa privada brasileira e estrangeira, todo o licenciamento e a estratégia logística dependem do emprego público.

Também é fundamental que o Estado defenda os interesses brasileiros nos certames internacionais. Independentemente da alternância natural e saudável para a democracia, a agenda internacional de defesa dos interesses deve ser permanente. Acordos internacionais devem ser definidos por afinidade comercial, interesses mútuos, e não por razões ideológicas ou de vizinhança.

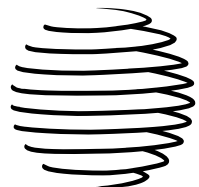
Por fim, é fundamental para a atração de investimentos e para o crescimento do setor um ambiente macroeconômico estável, com posição fiscal equilibrada, um ambiente de negócios amigável e regras tributárias e trabalhistas em harmonia com a competitividade dos países desenvolvidos.

O Estado já tem muito com o que se envolver, mas o que temos observado é que, ao invés de cumprir sua agenda, que exige sacrifícios e esforços, tenta participar com o que não foi solicitado, mas dividindo holofotes com o sucesso alheio.



DANIELA RUSSOWSKY RAAD

Advogada, associada do IEE.



PROGRESSO, LIBERDADE E O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

O setor agrícola desempenha um papel fundamental no fornecimento de alimentos, impulsionando economias e sustentando comunidades ao redor do mundo. O alarmismo, por outro lado, domina um espaço relevante no cenário ambiental, e ataca ferozmente o agronegócio. É imperativo destacar as práticas sustentáveis e inovações que estão moldando um futuro mais equilibrado. A discussão se concentra em desmistificar concepções negativas, evidenciando como o agronegócio pode ser uma força motriz do progresso, capaz de atender às necessidades básicas crescentes da sociedade de maneira sustentável e responsável. Progresso é fazer mais com menos.

Segundo Rawls, uma sociedade mais justa é a em que uma pessoa concorda em vir ao mundo sob a condição de qualquer habitante aleatório, sem conhecer em que circunstâncias esse cidadão se encontra, por acreditar que, nesse formato de sociedade, as chances são boas de ter uma condição de vida aceitável⁵². A aplicação da teoria do véu da ignorância, essa “loteria do nascimento”, torna-se mais atrativa em uma sociedade em que há um número maior de pessoas longevas, saudáveis, bem alimentadas e prósperas⁵³.

Mais do que focar no conceito de progresso, precisamos analisar as suas causas, para que o enfoque seja contínuo e os humanos sigam investindo no que traz resultados positivos. O progresso não é finito e demanda a compreensão de que a existência de problemas atuais não anula a melhora havida ao longo dos anos. Problemas são inerentes à existência humana, e somente por meio do progresso será possível corrigi-los, passando para os próximos desafios que surgirão.

Steven Pinker, em “O Novo Iluminismo”, discorre sobre cinco causas do progresso da humanidade ao longo do tempo. A primeira, que merece considerável atenção, concentra-se no aspecto político-econômico, especialmente no declínio do comunismo e do socialismo e na implementação de ideias de economia de mercado. Enquanto economias totalitárias, com planejamento central, impõem

⁵² RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 13.

⁵³ PINKER, Steven. *O Novo Iluminismo: em defesa da razão, da ciência e do humanismo*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 117.

uma realidade de escassez e estagnação, as economias de livre mercado fomentam o avanço e a especialização, por meio da descentralização, gerando riqueza e aumento da qualidade de vida populacional⁵⁴.

Nessa mesma lógica, Friedrich Hayek defende que, na contramão de um planejamento central em que um grupo restrito de especialistas coordena e decide todos os aspectos da economia e da sociedade, a filosofia liberal propõe a descentralização do controle, reconhecendo que o conhecimento está disperso na sociedade, de modo que essa é a única forma de aproveitarmos todo esse capital intelectual e colaborar a fim de impulsionar o progresso da sociedade⁵⁵. O papel do Estado, nesse cenário, resume-se a intervenções pontuais para impulsionar o funcionamento de uma sociedade de livre mercado por meio de instituições – o que poderíamos chamar de *regras do jogo*. O problema reside em quando o Estado identifica um problema social inerente à economia de livre mercado e atua constantemente interferindo e obstando o seu funcionamento natural.

Quanto mais complexa a sociedade, mais necessária a economia de livre mercado para descentralizar a tomada de decisão e permitir que atores interajam livremente. Essa premissa vai de encontro à defesa do planejamento central, em que a tomada de decisão é feita por um grupo restrito de pessoas, que é responsável por decisões diversas que afetam milhões de indivíduos. Entretanto, um pequeno grupo de pessoas não detém conhecimento suficientemente amplo e específico para uma tomada eficiente de decisões sobre os mais diferentes tópicos e áreas que geram consequências diretas a todos os demais.

A segunda causa do progresso, como defende Pinker, é a mudança nas lideranças de muitos países em desenvolvimento, que teriam abandonado agendas fundamentalmente ideológicas, religiosas e tribais, para a adoção de um governo focado no avanço da qualidade de vida dos cidadãos, principalmente a partir de 1990. A terceira causa seria o fim da Guerra Fria, que enfraqueceu governos tiranos e apaziguou guerras civis que perduravam desde os anos 1960. Para Pinker, a guerra é um desastre humanitário e econômico, não apenas travando o progresso, mas também prejudicando conquistas antes obtidas.

A quarta causa suscitada é o fenômeno da globalização, no sentido do amplo comércio entre países e regiões, estimulando, além dos fatores práticos, como

⁵⁴ PINKER, Steven. *O Novo Iluminismo: em defesa da razão, da ciência e do humanismo*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 120-121.

⁵⁵ HAYEK, Friedrich. *O Caminho da Servidão*. 2. ed. São Paulo: LVM Editora, 2022, p. 133.

possibilidade de transporte em larga escala, a diminuição de barreiras impostas ao investimento e comércio. Na mesma lógica da descentralização defendida pelos ideais liberais, quanto mais ampla for a rede comercial, maiores são as possibilidades, maiores são as habilidades envolvidas e, por consequência, maiores são os ganhos gerais.

Os países têm histórias, origens e culturas diversas, detêm territórios únicos com condições de terreno e climáticas singulares, em uma combinação que torna as potencialidades de cada nação únicas. A interação e o relacionamento entre elas, portanto, é inevitável. Como bem explana Ludwig Von Mises, “as civilizações não são independentes; são interdependentes, exercendo umas sobre as outras constante influência”⁵⁶.

Quanto mais países especializados em bens e serviços diferentes, maior a possibilidade de aumentar a sua eficiência produtiva, e, assim, torna-se possível – e acessível – a uma parcela maior da população mundial alcançar tais produtos. Na mesma senda, a Teoria das Vantagens Comparativas, de David Ricardo, explica que o comércio entre países tende a ser mutuamente benéfico, mesmo quando um país é mais eficiente na produção de todos os bens em comparação a outro. Nesse caso, a vantagem está em que os países se especializem na produção daqueles bens em que têm uma vantagem comparativa relativa no que tange à capacidade de produzir um bem a um custo de oportunidade mais baixo em comparação com outros bens. Assim, diversamente da lógica do planejamento central, a descentralização e o livre mercado não objetivam o enriquecimento de alguns em desfavor da população em geral, mas levantam a régua para todos.

Analisemos, brevemente, as condições de trabalho atuais, pauta bastante comum e levantada, nos dias de hoje, por aqueles que se contrapõem à economia de mercado. Dando enfoque ao sistema brasileiro, temos uma legislação trabalhista protetora em relação ao empregado e aos seus direitos perante a empresa empregadora – que gera, inclusive, incentivos negativos e consequências prejudiciais aos próprios empregados. Ainda assim, há inúmeros problemas reclamados em relação a condições de trabalho que remanesçam nos dias de hoje e que se iniciaram com a Revolução Industrial. Sejam benefícios de férias, valor do salário mínimo, impostos retidos, jornada de trabalho, trabalho infantil, funções repetitivas, tempo de licença-maternidade ou, ainda reconhecimento de licença-paternidade. As condições de trabalho inicialmente adversas foram o mote para a necessidade do progresso, endereçada ao longo do tempo por meio do desenvolvimento de soluções pela sociedade. Sendo o estado natural da huma-

⁵⁶ MISES, Ludwig Von. *As Seis Lições*. 9. ed. São Paulo: LVM Editora, 2023, p. 161.

nidade a pobreza, impende reconhecer que deve haver um constante trabalho para o alcance de uma situação melhor do que a atual. Os problemas de hoje só são objeto de debate pois foram superados, por meio do progresso, reveses ainda mais graves.

Note-se que o processo de industrialização e a migração de trabalhadores do campo para as fábricas se deu em um cenário de mudança positiva; deve-se analisar as alternativas existentes nesse tempo e espaço em específico. Uma pessoa que trabalha em uma fábrica pode ter a concepção de que seu trabalho é penoso e, talvez, mal remunerado. Ainda assim, as condições de trabalho vivenciadas antes da Revolução Industrial e anos subsequentes não eram melhores ou mais bem remuneradas. Isso é o progresso: uma linha de desenvolvimento cujas soluções são encontradas pelos próprios indivíduos, por meio da liberdade de criação, pensamento e ação, construindo o avanço, “tijolo em cima de tijolo”, buscando-se, constantemente, maximizar os benefícios conquistados e solucionar, ou minimizar, os malefícios a eles inerentes.

Enfim, a última causa do progresso abordada por Pinker, e talvez a mais importante, é o avanço da ciência e da tecnologia. É por meio das contribuições da ciência e da tecnologia que a população mundial tem melhor qualidade de vida, acesso a produtos diversos, alimentos e informação. O progresso humano está correlacionado com a prosperidade humana: o PIB per capita está diretamente associado a longevidade, saúde e nutrição. Está, também, vinculado a valores éticos como a paz, a liberdade, os direitos humanos e a tolerância⁵⁷.

Impende destacar que esses valores, em conjunto, só funcionam em um sistema em que a liberdade e o indivíduo são a base fundamental da sociedade; não há que se falar em direitos humanos sem se falar em liberdade; não há que se falar em tolerância sem se falar em indivíduo. Como bem explana Ludwig Von Mises, o conhecimento obtido pela humanidade ao longo da história é imensurável, de modo que é impossível um único indivíduo, ou um seleto grupo de indivíduos, por mais qualificados que sejam, dominarem a totalidade dessa aprendizagem⁵⁸.

Uma premissa deve restar muito clara: a riqueza não é um jogo de soma zero. O progresso permite que a riqueza não seja um recurso finito, sendo expandida, de forma exponencial, desde a Revolução Industrial. Nesse campo, o fenômeno das guerras culturais vem ganhando, há anos, maior espaço.

⁵⁷ PINKER, Steven. *O Novo Iluminismo: em defesa da razão, da ciência e do humanismo*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 124-126.

⁵⁸ MISES, Ludwig Von. *As Seis Lições*. 9. ed. São Paulo: LVM Editora, 2023, p. 70.

As chamadas guerras culturais são conflitos que ocorrem no campo das ideias, mas que acabam sendo manifestados em posicionamentos políticos sobre temas morais. As discussões permeiam, na essência, o significado de liberdade e o que significa, de fato, ser um indivíduo. Trazem à tona questionamentos sobre a verdade e a objetividade, rechaçando, fundamentalmente, os pilares do iluminismo, como a razão, a ciência, o humanismo e o progresso. Por sua vez, o alarmismo ambiental facilmente se integra ao fenômeno moderno da epistemologia tribal, aderindo ao funcionamento polarizado “bem” *versus* o lado do “mal”; empregador *versus* trabalhador; capitalismo *versus* povo. A polarização entre o fictício “bem” e “mal” retira a complexidade do debate que circunda as pautas morais, sociais, políticas e culturais, e, fundamentalmente, o que realmente gera o progresso da humanidade.

Stephen Hicks, ao delimitar os temas acadêmicos que permeiam os debates atuais, cita, entre outros, os seguintes falsos dilemas: “a vida no Ocidente, especialmente nos Estados Unidos, está melhorando, com o aumento crescente da expectativa de vida e da riqueza de cada geração – ou os Estados Unidos abandonaram a classe baixa das cidades e fomentaram uma cultura consumista superficial de *shoppings* e o crescimento urbano descontrolado?”; e “a ciência e a tecnologia são benéficas para todos, pois ampliam nosso conhecimento do universo e tornam o mundo mais saudável, limpo e produtivo – ou a ciência revela seu elitismo, sexismo e destrutividade [...]?”⁵⁹. Mas não precisamos ir longe; na última prova do Enem aplicada, encontramos a seguinte questão⁶⁰:

No Cerrado, o conhecimento local está sendo cada vez mais subordinado à lógica do agronegócio. De um lado, o capital impõe os conhecimentos biotecnológicos, como mecanismo de universalização de práticas agrícolas e de novas tecnologias, e de outro, o modelo capitalista subordina homens e mulheres à lógica do mercado. Assim, as águas, as sementes, os minerais, as terras (bens comuns) tornam-se propriedade privada. Além do mais, há outros fatores negativos, como a mecanização pesada, a “pragmatização” dos seres humanos e não humanos, a violência simbólica, a superexploração, as chuvas de veneno e a violência contra a pessoa.

⁵⁹ HICKS, Stephan R.C. *Guerra Cultural – como o pós-modernismo criou uma narrativa de desconstrução do Ocidente*. 1. ed. São Paulo: Faro Editorial, 2021, p. 22.

⁶⁰ ENEM. Questão 81 da prova amarela, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/provas-e-gabaritos/2023>. Acesso em: 25/11/2023.

O cunho ideológico da questão, com a demonização do agronegócio brasileiro e do sistema capitalista, é gritante. Mais estarrecedora ainda é a resposta *correta*: “os elementos descritos no texto, a respeito da territorialização da produção, demonstram que a) há um cerco aos camponeses, inviabilizando a manutenção das condições para a vida”. Esse é um exemplo explícito da infiltração ideológica no sistema educacional e no aparato governamental, aplicando táticas simplistas e conhecidas de demonização de uma classe, configurando um inimigo geral e ignorando a razão, a verdade, a ciência – o progresso trazido pelo setor.

Em 2023, o PIB do agronegócio brasileiro tinha a expectativa de ter atingido R\$ 2,63 trilhões, correspondendo a 24,4% do PIB do país⁶¹. Para melhor compreensão, deve-se ter em mente que a denominação *agronegócio* é a composição dos ramos de *agricultura* e *agropecuária* com *negócio*, e o setor engloba os segmentos de insumos, a respectiva produção, o processamento de produtos e os serviços de comercialização e transporte ao consumidor final, ou, ainda para exportação. O CEPEA (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – ESAQ/USP) delimita que⁶²

Para fins analíticos, o agronegócio é dividido em dois grandes ramos produtivos: ramo agrícola (agricultura) e ramo pecuário (pecuária). O ramo agrícola corresponde ao conjunto das cadeias produtivas das lavouras e demais atividades vegetais e florestais. O ramo pecuário refere-se ao conjunto das cadeias produtivas de produtos de origem animal.

A evolução do agronegócio ocorre, também, acompanhando as mudanças da Revolução Industrial, com a energia a vapor e o avanço gigantesco nas operações de indústrias de diversos setores, inclusive com a construção de ferrovias. O agronegócio precisou se modernizar e produzir em maior escala, atendendo a demanda crescente da população urbana, cujo número aumentou relevantemente com a migração populacional. O setor não ficou para trás e utilizou a tecnologia para se desenvolver e ilustrar o que definimos como *progresso*: a capacidade de fazer mais com menos. Gerar maior e melhor resultado com menos

⁶¹ CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. PIB do Agronegócio Brasileiro. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 25/11/2023.

⁶² CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – ESAQ/USP. Metodologia - PIB do Agronegócio Brasileiro: Base e Evolução. Disponível em: cepea.esalq.usp.br. Acesso em: 25/11/2023.

custo, menos danos e prejuízos, trazendo soluções para os problemas que se revelam no contexto específico.

Dados da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), em conjunto com o CEPEA, revelam que a população ocupada no agronegócio no país, no segundo semestre de 2023, atingiu um recorde histórico, representando 26,9% das ocupações totais⁶³. Muito embora haja uma tentativa de prevalência, nas guerras de narrativas, de colocar o agronegócio em uma posição de vilão, o setor tem papel fundamental na produção, no sustento, na geração de riqueza e no desenvolvimento da sociedade brasileira.

A ideologia do “verdismo”, uma corrente ambientalista emergida a partir dos anos 1970, idealiza a Terra como algo sagrado, santificado, sobre o qual a interação com os humanos é, fundamentalmente, de profanação e destruição⁶⁴. Na página das Nações Unidas, são corriqueiramente encontradas afirmações como esta: “as alterações climáticas, as alterações provocadas pelo homem na natureza, bem como os crimes que perturbam a biodiversidade, como a desflorestação, as alterações na utilização dos solos, a intensificação da produção agrícola e pecuária ou o crescente comércio ilegal de vida selvagem, podem acelerar a velocidade de destruição do planeta”⁶⁵. É a previsão do apocalipse.

Por óbvio, a exploração descontrolada da terra, o desflorestamento, a poluição e o descontrole do uso dos recursos naturais são prejudiciais para a natureza e, em direta instância, aos seres que nela habitam – e os seres humanos integram esse grupo. Entretanto, há que se diferenciar o que são as práticas ilegais do que é o setor do agronegócio profissional, e o que o avanço da tecnologia é capaz de fazer. O Brasil tem uma legislação ambiental tida como referência por muitos países sob a ótica de preservação do meio ambiente. Na mesma linha, temos um setor avançado, que traz desenvolvimento social e econômico para o país e que, com a adoção de tecnologia – que já vem sendo fortemente implementada –, tem condições para se solidificar e despontar no cenário internacional no fornecimento de produtos oriundos do agronegócio.

⁶³ CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Mercado de Trabalho do Agronegócio Brasileiro. Disponível em: <https://www.cnabrasil.org.br/publicacoes/mercado-de-trabalho-do-agronegocio-brasileiro-2>. Acesso em: 25/11/2023.

⁶⁴ PINKER, Steven. *O Novo Iluminismo: em defesa da razão, da ciência e do humanismo*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 155.

⁶⁵ Nações Unidas. Disponível em: <https://www.un.org/en/observances/earth-day>. Acesso em: 25/11/2023.

O agronegócio movimenta a economia brasileira em diversos outros setores, como as indústrias de fertilizantes, química e farmacêutica, extrativa mineral, construção civil, transportes, instituições financeiras, seguradores, entre tantas outras. A demonização do desenvolvimento do agronegócio, tal como é mencionado na questão da prova do Enem, como o opressor dos agricultores e produtores locais, passa pela mesma sistematização ideológica do exemplo trazido com o mercado de trabalho e a Revolução Industrial.

Nesse intelecto, Mises reafirma a lógica do capitalismo: ainda que seja possível distinguir o trabalhador do consumidor, deve-se lembrar que, para consumir algo, o indivíduo deve ter dinheiro, de modo que a grande maioria dos consumidores são, justamente, as “mesmas pessoas que trabalham como empregados nas empresas produtoras dos bens que consomem”⁶⁶. O desenvolvimento do agronegócio é imperioso para uma produção em alta escala para, justamente, atender uma demanda populacional de alta escala.

Em contrapartida aos extremistas críticos ao agronegócio, que trazem uma ideologia corrompida acerca do progresso humano, há premissas interessantes que devem ser colocadas em foco. Uma delas versa sobre o fato de que nunca houve a vivência do ser humano em plena harmonia com o meio ambiente, e que faz parte da natureza humana uma interação em que haverá, em certa medida, algum grau de desgaste da natureza. Além disso, deve-se reconhecer que a industrialização tem sido extremamente positiva para a humanidade – essencial, podemos dizer –, uma vez que alimenta milhões de pessoas, impactou diretamente no aumento da expectativa de vida e reduziu, radicalmente, a pobreza ao redor do mundo. Por fim, há o importante aspecto de que o agravo humano na natureza pode ser consideravelmente mitigado com o uso da tecnologia: aprender a fazer mais com menos.

Segundo Pinker, “quando países começam a se desenvolver, priorizam o crescimento em detrimento da pureza ambiental. Porém, à medida que se tornam mais ricos, passam a se preocupar com o meio ambiente”⁶⁷. Faz parte do curso da história, no caminho de desenvolvimento e aprimoramento, trocar recursos utilizados, por descobrir-se o uso de um melhor, mais eficiente, no sentido de custo da natureza *versus* resultado para os humanos. O desenvolvimento do agronegócio não é uma exceção à regra: a modernização de toda a cadeia envolvida, desde os insumos até a chegada do produto aos consumidores, cada

⁶⁶ MISES, Ludwig Von. *As Seis Lições*. 9. ed. São Paulo: LVM Editora, 2023, p. 45.

⁶⁷ PINKER, Steven. *O Novo Iluminismo: em defesa da razão, da ciência e do humanismo*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 157

vez mais aderente à tecnologia, é a luz no fim do túnel de muitos dos problemas previstos para o futuro da humanidade.

No início da década de 1970, o Brasil importava alimentos; atualmente, é um dos cinco maiores exportadores, entre proteína animal, cana-de-açúcar, cereais, soja e tantos outros. Segundo relatório da Embrapa, o agronegócio brasileiro é responsável pela alimentação de 1,5 bilhão de pessoas no mundo, tendo papel fundamental para a segurança alimentar da população mundial. Há mais: com a projeção do aumento da demanda mundial de produtos agrícolas nos próximos trinta anos, com cada vez maior concentração de pessoas em áreas urbanas, o agronegócio brasileiro poderá, e deverá, ganhar ainda maior destaque no cenário mundial⁶⁸.

Seguindo a linha de raciocínio do desenvolvimento geral que acontece quando há o progresso, por meio do uso da ciência e da tecnologia, é possível verificar que a tendência é se seguir com um aumento da produtividade, com menores danos ao ambiente. Nesse sentido, o Brasil se revela, também, capaz de expandir a sua capacidade de produção e, concomitantemente, conservar o meio ambiente. Sob esse olhar, um exemplo bastante atual é o interesse dos produtores em reduzir o uso de agrotóxicos, que está impulsionado pela necessidade de cortar custos e pela crescente preocupação com a sustentabilidade. O emprego de tecnologias como drones para pulverização e agricultura de precisão oferece uma abordagem mais eficiente e direcionada, minimizando desperdícios e impactos ambientais adversos. Essas práticas não apenas atendem às demandas ambientais, mas também proporcionam oportunidades para otimização de custos e melhoria geral da eficiência na produção agrícola.

Conforme relatório publicado pela Embrapa, trata-se de um caso único no planeta, pois, no Brasil, o agricultor utiliza, em média, apenas 50,6% de suas terras para fins produtivos, enquanto os 49,4% restantes da área são dedicados à preservação ambiental (dados de 2021). Se trouxermos esses dados para uma escala global, a fim de ver a magnitude da preservação praticada pelo Brasil, encontraremos o seguinte: no mundo existem 195 países, e desses 186 têm território inferior (ou igual) à área total dedicada à preservação da vegetação nativa pelos produtores rurais brasileiros⁶⁹.

⁶⁸ EMBRAPA. O Futuro da Agricultura Brasileira. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnibpcajpcglcfindmkaj/https://www.embrapa.br/documents/10180/9543845/Vis%C3%A3o+2030+-+o+futuro+da+agricultura+brasileira/2a9a0f27-0ead-991a-8cbf-af8e89d62829?version=1.1>. Acesso em: 25/11/2023.

⁶⁹ EMBRAPA. Análise do Cadastro Ambiental Rural. Disponível em: <https://www.embrapa.br/car-2021/conclusoes>. Acesso em: 25/11/2023.

Trazido à tona o real cenário do agronegócio no Brasil, é inegável que o progresso humano, ancorado na capacidade de fazer mais com menos, é uma força transformadora que permeia diversas esferas da sociedade, incluindo o agronegócio. O entendimento das causas desse avanço revela a importância de elementos como a economia de livre mercado, a descentralização do controle e o papel crucial da ciência e da tecnologia. No entanto, é vital reconhecer que o progresso não é um caminho isento de desafios, e a sociedade deve lidar com problemas que são inerentes à vivência humana.

A narrativa alarmista e ideológica frequentemente obscurece os benefícios trazidos pelo desenvolvimento do agronegócio, que é, por sua vez, essencial para a segurança alimentar global e para a economia brasileira. A demonização simplista de setores como o agronegócio, como ocorre, também, nas guerras culturais, chegando a permear o contexto educacional, ignora as contribuições significativas desse setor para o desenvolvimento sustentável. Ao compreendermos que o progresso é uma jornada contínua, podemos buscar soluções inovadoras, promovendo um equilíbrio entre o avanço econômico e a preservação ambiental, garantindo assim um futuro mais próspero e sustentável para a humanidade.

REFERÊNCIAS

CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – ESAQ/USP. Metodologia – PIB do Agronegócio Brasileiro: Base e Evolução. Disponível em: cepea.esalq.usp.br. Acesso em: 25/11/2023.

CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. PIB do Agronegócio Brasileiro. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 25/11/2023.

CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Mercado de Trabalho do Agronegócio Brasileiro. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/publicacoes/mercado-de-trabalho-do-agronegocio-brasileiro-2>. Acesso em: 25/11/2023.

EMBRAPA. Análise do Cadastro Ambiental Rural. Disponível em: <https://www.embrapa.br/car-2021/conclusoes>. Acesso em: 25/11/2023.

EMBRAPA. O Futuro da Agricultura Brasileira. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/10180/9543845/Vis%C3%A3o+2030+-+o+futuro+da+agricultura+brasileira/2a9a0f27-0ead-991a-8cbf-af8e89d62829?version=1.1>. Acesso em: 25/11/2023.

ENEM. Questão 81 da prova amarela, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/provas-e-gabaritos/2023>. Acesso em: 25/11/2023.

HAYEK, Friedrich. *O Caminho da Servidão*. 2. ed. São Paulo: LVM Editora, 2022, p. 133.

HICKS, Stephan R.C. *Guerra Cultural – como o pós-modernismo criou uma narrativa de desconstrução do Ocidente*. 1. ed. São Paulo: Faro Editorial, 2021, p. 22.

MISES, Ludwig Von. *As Seis Lições*. 9. ed. São Paulo: LVM Editora, 2023, p. 161.

Nações Unidas. Disponível em: <https://www.un.org/en/observances/earth-day>. Acesso em: 25/11/2023.

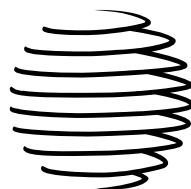
PINKER, Steven. *O Novo Iluminismo: em defesa da razão, da ciência e do humanismo*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 117.

RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 13.



LUIZ FELIPE FORTUNA

Engenheiro, associado do IEE.



POR QUE O BRASIL NÃO PRECISA DA REFORMA AGRÁRIA

INTRODUÇÃO

Entende-se por agronegócio todas as atividades econômicas relacionadas ao comércio de produtos agrícolas. Além das atividades agropecuárias (agricultura, pecuária, silvicultura, pesca), o agronegócio engloba a produção de insumos e bens de capital (fertilizantes, defensivos, máquinas agrícolas); a indústria de transformação de matéria-prima agropecuária (alimentos, biocombustíveis, fumo); e as atividades ofertantes de serviços agropecuários especializados, desde crédito, assistência técnica e consultorias agrícolas, até armazenagem, distribuição e comercialização dos produtos do agronegócio.

Segundo a assessoria econômica da Farsul (Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul), esse setor movimentou em 2022 um montante de R\$ 535,4 bilhões. O agronegócio, atualmente, tem importância imensa no Brasil, tendo representado 24,3% do nosso PIB em 2021, além de sermos o maior exportador líquido de alimentos do mundo, com 169,3 milhões de toneladas (FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations).

A reforma agrária é discutida, há muito tempo, como uma possível solução para os problemas de desigualdade no acesso à terra e à riqueza gerada pela agricultura. Contudo, por meio da análise do contexto do agronegócio brasileiro, potência agrícola global, e da suposta desnecessidade que nosso país tem de realizar uma reforma, pretende-se mostrar a razão de esse não ser o caminho adequado a ser seguido, ainda que seja muito debatida a estrutura fundiária atual das terras agrícolas em nosso país.

Este artigo se embasará em autores liberais demonstrando como a propriedade privada é um direito fundamental para nossa prosperidade, e também mostrarei como os movimentos pela reforma agrária não são necessários nos dias atuais, devido ao sucesso já obtido pelo modelo em questão.

O QUE É REFORMA AGRÁRIA E COMO FUNCIONA?

Segundo a Lei nº 4.504/1964, considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modifica-

ções no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e aumento de produtividade. A reforma agrária funcionaria por meio da desapropriação de terras que não cumprissem sua função social, ou seja, que não estivessem sendo utilizadas de forma produtiva, ou que estivessem subutilizadas. Esses espaços seriam comprados pelo Estado e distribuídos a trabalhadores rurais sem-terra, organizados em associações ou cooperativas para receber tais áreas. Trabalhadores beneficiados pela reforma agrária receberiam assistência técnica e financeira para a produção agrícola, como crédito para investimento em infraestrutura, aquisição de sementes e insumos. Eles também receberiam apoio na construção de moradias, escolas e postos de saúde nas áreas de assentamento.

O Incra (Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária) é o órgão responsável pela implementação do que se entende por reforma agrária no Brasil. A instituição realiza a identificação, a desapropriação e a distribuição das terras, bem como fornece assistência técnica e financeira aos assentados. No governo federal, de 2018 a 2022, houve aumento expressivo da titulação de terras de assentamentos pelo Incra, tanto na modalidade provisória quanto na definitiva, visando garantir a propriedade privada dos trabalhadores rurais. Porém, os movimentos sem-terra trabalham abertamente contra essa titulação de terra, devido à estratégia de perpetuação do seu poder sobre os liderados, conforme amplamente divulgado em CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) realizada no ano de 2023.

Em nosso país, o grupo sem-terra que mais tem relevância é o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), que, segundo seu site, é um movimento social que procura articular e organizar os trabalhadores rurais e a sociedade para conquistar a reforma agrária para o Brasil. Eles se organizam por meio de assentamentos, onde diversas famílias convivem na mesma terra, em uma estrutura participativa. Dentre as principais razões pelas quais os movimentos de esquerda (principais apoiadores da reforma agrária) defendem essa reforma está supostamente a desigualdade da distribuição de terras no Brasil.

POR QUE A REFORMA AGRÁRIA PROPOSTA NÃO É NECESSÁRIA SEGUNDO DADOS ATUAIS

Thomas Sowell, renomado economista americano, no livro “Fatos e Falácias sobre a Economia”, destaca a relevância das estatísticas, porém alerta sobre a necessidade de uma análise cuidadosa e crítica, considerando o contexto e evitando interpretações distorcidas ou manipuladas.

A suposta desigualdade na distribuição de terras no Brasil vem sendo distorcida nas notícias. Segundo censo agropecuário realizado em 2017, do total de estabelecimentos agropecuários do Brasil, 77% (3.897.408) foram classificados como de agricultura familiar, ocupando uma área de 80,89 milhões de hectares. Só no estado do RS, mais de 70% dos estabelecimentos agropecuários têm menos de 50 ha, o que caracteriza uma propriedade de pequeno porte, e demonstra que existem mais de 300 mil estabelecimentos (famílias) que têm as suas próprias terras para a agricultura familiar. A média de hectares por esse tipo de propriedade e por família no estado do RS fica em 14 hectares, já acima do necessário para uma família poder se sustentar e ter diversidade de culturas na propriedade.

TABELA 1. Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos agropecuários, por grupos de área total no Rio Grande do Sul - 2017

Grupos de área total	ESTABELECIMENTOS		ÁREA	
	Número de estabelecimentos	%	Hectares (ha)	%
Menos de 10ha	133.683	36,6	622.812	2,9
De 10ha a menos de 20ha	89.850	24,6	1.248.381	5,8
De 20ha a menos de 50ha	82.863	22,7	2.458.100	11,3
De 50ha a menos de 100ha	26.671	7,3	1.798.380	8,3
De 100ha a menos de 200ha	13.180	3,6	1.788.182	8,2
De 200ha a menos de 500ha	10.492	2,9	3.235.549	14,9
De 500ha a menos de 1.000ha	4.811	1,3	3.310.744	15,3
De 1.000ha a menos de 2.500ha	2.837	0,8	4.180.397	19,3
De 2.500ha e mais	707	0,2	3.042.013	14,0
Total	365.094	100,0	21.684.558	100,0

Fonte dos dados brutos: Censo Agropecuário 2017 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020).

Outro fato importante é que o Brasil conta com um programa que visa dar crédito para a compra de terras, o chamado PNCF (Programa Nacional de Crédito Fundiário). Essa linha de crédito atende famílias com renda anual baixa (até menos de R\$ 22 mil por família) e com taxas de juros reduzidas, com prazo de pagamento podendo chegar a 25 anos. Vê-se, portanto, que há alternativas mais

eficientes e que já se mostram eficazes para a distribuição da terra sem a necessidade de desapropriação de terceiros.

E quanto ao dia a dia do movimento MST, sabemos que a realidade é muito diferente do que eles tentam mostrar. Esse movimento atua no Brasil como grande apoiador dos partidos de esquerda e busca suprimir os direitos de liberdade e propriedade, sendo um condomínio de poder sobre seus filiados. No ano de 2023, ocorreu uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para avaliar irregularidades no MST. O trabalho foi efetivo na comprovação de crimes associados ao movimento, como *bullying* possessório, associação criminosa, crimes ambientais e eleitorais, além de trabalhos análogos à escravidão. Dentre eles, houve relato de uma ex-integrante do movimento que afirmou que os acampados trabalhavam sem remuneração e que eram punidos se as normas não fossem obedecidas.

POR QUE A REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA PROPOSTA NÃO É A SOLUÇÃO SEGUNDO A VISÃO LIBERAL

O ponto fundamental que deslegitima e mostra a ineficiência do modelo de reforma agrária proposto é o ataque à propriedade privada. A propriedade é o direito individual que fornece ao proprietário o direito de usufruir e dispor do seu bem. É garantida pela Constituição brasileira de 1988, no art. 5º, inciso XXII.

Desde os primórdios da humanidade, quando os humanos viviam em uma espécie de vida de “caça e coleta”, o que os retirou desse modelo predatório foi a organização da propriedade privada (HOPPE, 2022). A propriedade privada desempenha função essencial na estrutura social, ultrapassando o simples direito individual de posse. Em sua essência, atua como um incentivo para o progresso econômico e social, proporcionando estímulos à produção, inovação e empreendedorismo. Ao conceder direitos de posse a indivíduos e empresas sobre bens e recursos, ela sustenta o ambiente propício para investimentos, fomentando melhorias na qualidade e eficiência na produção de bens e serviços. Esse estímulo produtivo gera riqueza não apenas para os proprietários, mas também para a sociedade como um todo, por meio da criação de empregos e do crescimento econômico.

John Locke, na obra “Segundo Tratado sobre o Governo Civil”, de 1690, desenvolve uma teoria importante sobre a propriedade. Locke defende a noção de que a propriedade é um direito natural, baseado no trabalho e na capacidade de uma pessoa produzir algo a partir dos recursos comuns, justificando a posse privada como um elemento essencial para a liberdade e prosperidade.

Em “A Democracia na América”, Alexis de Tocqueville defende que a propriedade privada desempenha papel crucial no fortalecimento da liberdade e da igualdade na sociedade democrática, argumentando que a propriedade privada não apenas fornece às pessoas um senso de segurança e estabilidade econômica, mas também serve como um contrapeso ao poder do Estado. Ele explica que a propriedade privada é essencial para evitar a concentração excessiva de poder nas mãos do governo e para garantir que os cidadãos tenham interesse pessoal na estabilidade e no funcionamento adequado da sociedade. Além disso, Tocqueville observou que a propriedade privada contribui para a formação de uma sociedade mais igualitária, uma vez que permite que uma ampla gama de pessoas participe economicamente e politicamente na comunidade. Ele viu na propriedade privada um mecanismo para a dispersão do poder e a criação de uma base mais ampla de cidadãos independentes e responsáveis.

Outro defensor da propriedade privada é Hernando de Soto, economista peruano. De Soto, em um de seus livros, chamado “O Mistério do Capital”, explora a ideia de que uma das principais barreiras para o crescimento econômico em nações em desenvolvimento é a falta de um sistema legal eficaz que proteja os direitos de propriedade das pessoas. Ele destaca a importância de formalizar a propriedade para que as pessoas possam usá-la como garantia para acessar crédito e participar mais plenamente da economia. Ele também fundou o Instituto de Liberdade e Democracia (ILD), que tem trabalhado em projetos com o objetivo de promover mudanças que permitam às pessoas em situação de pobreza obter títulos de propriedade, estabelecer negócios formais e acessar os benefícios do mercado legal. Segundo o site do ILD, em 1988 conseguiram criar a lei de registro predial no Peru, reduzindo o tempo de registro de propriedades de mais de um ano para um mês.

Portanto, podemos concluir que sem a propriedade privada nossa população perde incentivo para trabalhar. Sem trabalho, não há mão de obra disponível para produzir bens e serviços, o que conseqüentemente leva a uma nação sem prosperidade. Além disso, atacar a propriedade privada abre espaço para um cenário de totalitarismo.

Quando um dos direitos fundamentais é violado, todos os outros podem ser relativizados e prejudicados. No livro “O Caminho da Servidão”, de Friedrich Hayek, é enfatizada a relação direta entre a supressão da propriedade privada e o surgimento do totalitarismo. Hayek afirma que a propriedade privada não se limita apenas à posse material, mas é fundamental para garantir a liberdade individual. Quando o Estado interfere na propriedade privada, ele mina a autonomia do indivíduo e estabelece concentração de poder. Esse excesso de controle estatal frequentemente resulta na redução das liberdades civis e políticas, culminando no totalitarismo. Hayek argumenta que o totalitarismo – caracterizado

pela supressão das liberdades individuais, controle absoluto do governo sobre as vidas das pessoas e eliminação da oposição – é intrinsecamente prejudicial à sociedade. A diversidade de opiniões e a liberdade individual são essenciais para progresso, inovação e bem-estar social. Logo, quando um sistema totalitário suprime a variedade de ideias e impõe uma única vontade, temos um problema.

Outro ponto importante é que a história não muito distante nos deu um grande exemplo de quando o governo deseja interferir na política agrícola e nas produções, o Holodomor, ocorrido na antiga União Soviética, mais especificamente na Ucrânia, nos anos 1930. Joseph Stalin criou uma reforma agrária coletivizando a agricultura e formando grandes propriedades coletivas que fariam a gestão sob a tutela do estado, expropriando as terras individuais do país. Segundo Andriewsky (2015), diversos times de demógrafos e historiadores estimam uma faixa de 2,5 a 4 milhões de pessoas mortas devido à fome nesse período. Fica aparente, no exemplo, que, quando o governo decide intervir e realizar reforma agrária, as consequências podem se estender ao ponto de gerar escassez alimentar.

CONCLUSÃO

O presente artigo propôs-se a expor o tamanho do agronegócio brasileiro, demonstrar a sua importância e contextualizar sobre as falácias de reforma agrária. A mensagem subjacente enfatiza a importância de não relativizar o direito à propriedade privada e deixar nas mãos do governo a decisão de qual terra é improdutiva ou não. Não podemos nos esquecer dos argumentos demonstrados aqui, do bem que a propriedade privada faz para a prosperidade de uma nação. O contínuo fortalecimento e evolução do agronegócio brasileiro, que se expande a cada dia, torna desnecessária a interferência governamental nessa temática. O Brasil em poucos anos será o maior produtor de grãos mundial e terá “soft power” como o país que alimenta o mundo, dispensando, assim, a necessidade de implementação de reforma agrária.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Censo Agropecuário. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-10/censo-agropecuario-brasil-tem-5-milhoes-de-estabelecimentos-rurais>. Acesso em: out 2023.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Ex-integrante-do-mst-diz-na-cpi-que-familias-eram-usadas-pelo-movimento. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/967346-ex-integrante-do-mst-diz-na-cpi-que-familias-eram-usadas-pelo-movimento/>. Acesso em: out 2023.

BANCO DO BRASIL. Pronaf-credito-fundiario. Disponível em: <https://www.bb.com.br/site/agronegocios/pronaf-credito-fundiario/>. Acesso em: out 2023.

BRASIL PARALELO. Holodomor. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/holodomor>. Acesso em: out 2023.

BROWNSTEIN, Barry. Eliminar os direitos de propriedade destrói a ordem social. Disponível em: <https://mises.org.br/artigos/3106/eliminar-os-direitos-de-propriedade-destrói-a-ordem-social>. Acesso em: out 2023.

CANAL RURAL. CPI do MST. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/politica/cpi-do-mst-comissao-terminou-na-ultima-semana-entenda-proximos-passos/>. Acesso em: out 2023.

CNA. PIB Brasil. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/storage/arquivos/files/Ed.3-CT-CNA-PIB-Brasil-2mar2023-1.pdf>. Acesso em: out 2023.

CONAB. Portal de Informações Agropecuárias. Disponível em: <https://portaldeinformacoes.conab.gov.br/produtos-360.html>. Acesso em: out 2023.

ESTADÃO. Reforma agrária: Conheça a história e os impactos no Brasil. Disponível em: <https://summitagro.estadao.com.br/noticias-do-campo/reforma-agraria-conheca-a-historia-e-os-impactos-no-brasil/>. Acesso em: out 2023.

FARSUL. Agronegócio Brasileiro: Economia, Preservação Ambiental e Impacto Social, 2023. Assessoria Econômica do Sistema Farsul. Disponível em: <https://www.farsul.org.br/destaque/farsul-apresenta-balanco-de-2023,436540.jhtml>. Acesso em: fev. 2024.

FIGUEIREDO, Nayara. Ciclo preços de terras agrícolas. Disponível em: <https://globorural.globo.com/agricultura/noticia/2023/07/ciclo-precos-terras-agricolas-pais.ghtml>. Acesso em: out 2023.

HAYEK, Friedrich, A. *O Caminho da Servidão*. Porto Alegre: Editora Globo, 1977

HOPPE, Hans-Hermann. Origem da Propriedade Privada. Disponível em: <https://mises.org.br/article/1037/a-origem-da-propriedade-privada-e-da-familia#:~:text=A%20propriedade%20privada%20dos%20meios,aumento%20na%20quantidade%20de%20consumidores>. Acesso em: out 2023.

ILD. Bringing extralegal property into legal system. Disponível em: <https://www.ild.org.pe/about-us/history/success-stories/532-bringing-extralegal-property-into-the-legal-system>. Acesso em: out 2023.

LOCKE, John. *O Segundo Tratado sobre o Governo Civil*. Tradução: Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Editora Vozes: Petrópolis, 1994.

MST. Quem somos. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: out 2023.

NOVO. A Grande fome Ucraniana. Disponível em: <https://novo.org.br/explica/holodomor-a-grande-fome-ucraniana/>. Acesso em: out 2023.

PLANALTO. Constituição. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: out 2023.

PLANALTO. Lei 4504. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: out 2023.

SOTO, Hernando de. *O mistério do capital. Por que o capitalismo dá certo nos países desenvolvidos e fracassa no resto do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

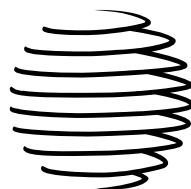
SOWELL, Thomas. *Fatos e falácias da economia*. Rio de Janeiro: Record, 2017.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América: leis e costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.



MILENA PEDROSO

Administradora, associada do IEE.



LIVRE PARA CRESCER

Era um final de tarde de inverno, agosto de 2013, meu irmão entrou em casa com uma pequena bola de pelos em suas mãos. Um filhote de labrador. Sua cor amarela e energia inesgotável lhe renderam o nome: Tequila. Mal sabíamos que em menos de seis meses ela aumentaria em três vezes o tamanho e pesaria 45 kg. Suas patas ficaram enormes, e a cabeça, gigante. Repetidos foram os momentos em que derrubou mesas, cadeiras e pessoas. Tequila cresceu tão rápido que não aprendeu a lidar com o próprio tamanho. Ainda um filhote, arteira e desengonçada, era um tornado em forma canina. Sabíamos que prendê-la não seria uma solução. Por um período, contratamos um adestrador. Tornou-se uma labradora forte, inteligente e livre. Sinto que o mesmo aconteceu com o Brasil.

Passados dez anos, em 28 de agosto de 2023, enquanto assistia à palestra “Agronegócio Brasileiro: economia, preservação ambiental e impacto social”, do economista-chefe da Farsul, Antônio da Luz, lembrei-me de Tequila. Antônio nos contava sobre a velocidade com que o agronegócio brasileiro cresceu nos últimos trinta anos. Foi muito rápido, consideradas as proporções, e ainda não aprendemos a lidar com o nosso tamanho. Por exemplo, segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (Food and Agriculture Organization – FAO), a produção brasileira de cereais saiu de 15 milhões de toneladas em 1961 para 36,7 milhões de toneladas em 1990, um crescimento de 145% em trinta anos. Em 2021, a produção desse produto saltou para 112,2 milhões de toneladas, um aumento de 206%. Conquistamos, rapidamente, aumentos significativos na produção agropecuária, e poderíamos ter alavancado ainda antes a nossa produtividade se o governo intervisse menos no mercado e na economia.

A Carta de Conjuntura, publicada pela Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2018), explica que alguns dos principais fatores no aumento da produtividade da agricultura brasileira foram o início da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); o declínio da política de subsídios agrícolas; a abertura econômica dos anos 1990; a redução da participação do Estado na política de crédito rural; a diminuição de políticas governamentais interferindo em preços; a perda de importância do financiamento público na agricultura; o aumento da iniciativa privada em financiamento; e mudanças da atuação do governo no crédito rural e em políticas públicas para o setor.

Se a Tequila precisava de um adestrador para aprender a viver livremente com o seu porte, o setor agrícola precisava se livrar das amarras do governo para crescer com agilidade, produtividade e eficiência. Assim, convindo você, leitor, para um passeio pela trajetória do agronegócio brasileiro. Vamos entender como superamos a ineficiência interna produtiva, de quarenta anos atrás, para sermos reconhecidos, em 2020, pela Organização Mundial do Comércio (OMC), como o maior exportador agropecuário líquido do mundo.

DA ZONA RURAL PARA A REGIÃO URBANA

O agronegócio está presente em nossas terras desde, pelo menos, 1534, quando o rei D. João III estabeleceu o sistema de capitanias com o objetivo de povoar, proteger e explorar os recursos do solo. Até 1950, a zona rural era extremamente rudimentar, prevalecendo o trabalho braçal. Menos de 2% das propriedades rurais contavam com máquinas agrícolas. Homens e mulheres do campo sofriam com a escassez tecnológica e de informação. Esse cenário começou a se transformar entre as décadas de 1950 e 1970.

Para o professor de economia agrícola Edward Schuh (1971), na década de 1960 o conhecimento dos agricultores brasileiros sobre como otimizar o uso dos solos era muito precário. A capacidade de gerar e desenvolver rendimentos era limitada. Ignoravam-se as combinações de atividades mais lucrativas nas fazendas e realizavam-se pouquíssimos estudos. O setor sofria atrasos, e o arcabouço institucional federal existente para pesquisa agrícola era insuficiente para tornar o país autônomo na produção de alimentos. Essa realidade gerou duas consequências: a migração de povos rurais para a cidade e a necessidade de avanços em tecnologia e pesquisa. Além disso, segundo Contini, Aragão e Navarro (2022), em 1950, o Brasil era majoritariamente uma sociedade rural, visto que 63,8% do total da população morava no campo. Vinte anos depois, essa proporção havia caído para 44%, pois, entre as décadas de 1950 e 1970, o Brasil passou pelas maiores migrações rural-urbanas de sua história (Alves et al., 2011).

A industrialização crescente nas cidades, somada à busca por melhor qualidade de vida, aumento do poder aquisitivo e segurança alimentar, fez povos migrarem do campo para as cidades. Em 24 de abril de 1968, o jornal O Estado de São Paulo publicou uma reportagem sobre a “Escassez Alimentar no Brasil”, divulgada pela Embrapa (2018). A gradual redução da mão de obra no campo e a maior demanda urbana por alimentos culminaram na falta de alimentos. Foi necessário um processo de intensificação tecnológica para elevar a produtividade, visto que o agronegócio brasileiro não tinha capacidade de suprir a necessidade de consumo interna. Como a resposta do setor à crescente demanda,

particularmente por alimentos básicos, não foi rápida, no começo da década de 1960, segundo Schinkman (2017), o Brasil passou a importar 30% dos alimentos que consumia, e a balança comercial de produtos como cereais e carne de frango ficou deficitária. Não obstante, o governo só atrapalhava.

A agricultura brasileira era altamente regulada. O importador de uma saca de arroz e o exportador de um quilo de café precisavam de licenças do governo. A abertura comercial dos anos 1990, a diminuição dos controles sobre a produção e a exportação de produtos agrícolas foram cruciais para a revolução no agronegócio. Na tentativa de mitigar os percalços enfrentados pelo setor – oriundos do governo –, em 1972, um facilitador de pesquisa e tecnologia para a agropecuária, a Embrapa, foi criado.

PESQUISA E TECNOLOGIA

Até 1972, conforme Schuh (1971), enfrentávamos um retrocesso lastimável em termos de pesquisa e tecnologia. O Brasil adotava uma política de intervenções massivas na agricultura, com subsídios, proteção comercial e compras governamentais, que só prejudicavam. A ineficiência no campo gerava problemas em todo o país. O resultado era o baixo rendimento por hectare e produção agrária insuficiente, não atendendo a própria demanda interna por alimentos. Ao mesmo tempo, crescia a industrialização nas cidades, fazendo a mão de obra do campo migrar para a região urbana.

Segundo Contini, Aragão e Navarro (2022), os investimentos públicos em pesquisa, extensão rural e crédito farto, criados pelo governo para aumentar a produtividade agrícola, foram exíguos. Além do desabastecimento, a população brasileira enfrentava a deterioração da qualidade dos produtos e a destruição de sua capacidade produtiva, e padecia com burocracias tirânicas e opressivas de controle de preços. A concentração de poder nas mãos de políticos gananciosos esmagou os produtores rurais, que sofreram prejuízos com o preço de seus produtos tabelados, muitos deles quebrando. Com a restrição da oferta, o consumidor acabou com o prato vazio – literalmente –, e em 1972, na tentativa de atenuar problemas de pesquisa e tecnologia que o agricultor enfrentava, o governo federal criou a Embrapa.

Os objetivos da empresa pública eram a) aumentar a produtividade das áreas cultivadas; b) incentivar o uso racional dos cerrados; e c) promover a modernização tecnológica da agropecuária do país. De acordo com as diretrizes da Embrapa (2007), ela deveria implementar ações para 1) organizar um modelo de pesquisa, com centros em todas as regiões, buscando a solução de problemas, incluindo aqueles relacionados aos alimentos básicos;

e 2) capacitar recursos humanos em núcleos de excelência no mundo. Portanto, a Embrapa foi estabelecida para atuar em problemas de abastecimento e dificuldades na produção de tecnologias para que agricultores pudessem expandir a produção. Todavia, sua estrutura, desde a sua fundação, teve alto custo para a sociedade.

A Embrapa é uma empresa estatal federal dependente do tesouro nacional, o que significa que o Estado é o seu financiador, ou seja, o povo brasileiro banca todas as despesas do dia a dia, tais como salários dos burocratas e pesquisas agropecuárias. De acordo com Grilli (2023), ano a ano, o custo operacional da estatal só aumenta. Por exemplo, somente em 2023, os gastos destinados ao Programa de Pesquisa e Inovação Agropecuária e Administração da Unidade totalizaram R\$ 345 milhões, sendo 46,5% maior que as despesas de 2022. Além disso, no mesmo ano, a empresa pública teve um orçamento superior a R\$ 3,5 bilhões.

Segundo Graziano (2018), aproximadamente 92% dos recursos têm sido gastos com pessoal, e cerca de 50% do tempo dos pesquisadores, que estão no auge de sua capacidade científica, se destina a relatórios e procedimentos administrativos. O excesso de burocracia e a supervalorização da marca Embrapa pelo que fez no passado vêm dificultando o estabelecimento de novas parcerias e o que ela pode fazer pelo futuro. Ainda, para Navarro (2018), o distanciamento da estatal dos produtores rurais dificulta a descoberta das necessidades atuais de pesquisa, bem como a avaliação dos resultados no campo das tecnologias propostas. Segundo o pesquisador, nos últimos vinte anos, a complexidade da agricultura evoluiu, enquanto a Embrapa foi tornando-se ineficaz. O que não surpreende, pois não poderíamos esperar outro resultado de uma empresa estatal.

A iniciativa privada tem melhores condições para atender as necessidades do mercado do que instituições públicas lentas e burocráticas. Não existe nada mais perigoso do que deixar as decisões nas mãos daqueles que não pagam o preço por estarem errados. O Estado cobra caro para resolver problemas que ele próprio cria, transferindo o seu peso via altos impostos para toda a população e espoliando por meio de leis que fazem todos os setores da economia perderem competitividade. O crescimento do nosso país se deve mais à iniciativa privada e menos à intervenção estatal, e o maior exemplo disso é a evolução que a agronomia brasileira teve a partir dos anos 1990, ao perder protecionismos governamentais com a abertura das fronteiras. Para o economista Schinkman (2017), apenas o início da Embrapa trouxe uma relevante contribuição para o processo produtivo da agropecuária, ao realizar pesquisas para a ocupação do cerrado.

PAOLINELLI E O CELEIRO DO MUNDO

Na década de 1970, o Brasil enfrentava uma de suas maiores crises alimentares. Mesmo com todas as terras produtivas sendo utilizadas, a produção nacional supria apenas dois terços da demanda da população, o resto tinha que ser importado. Foi nesse momento que o então ministro da Agricultura Alysso Paolinelli transformou a história do Brasil e do mundo. Segundo o ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues, em entrevista para o documentário Cortina de Fumaça (2021), “Paolinelli é considerado em todo o mundo tropical como o pai da agricultura do Brasil. Antes do trabalho dele, nós importávamos comida. Depois, o Brasil passou a alimentar 12% do planeta”.

O trabalho do agrônomo no cerrado brasileiro revolucionou a agricultura mundial, fazendo o país ser chamado de “Celeiro do Mundo”. Paolinelli foi responsável por transformar a área mais infértil do Brasil em um dos principais territórios para a agricultura nacional. O agrônomo visitou países tropicais e estudou os principais mecanismos tecnológicos utilizados na agricultura para fazer nossas terras produzirem mais. Junto com sua equipe, desenvolveu um projeto de recomposição química, física e biológica no cerrado brasileiro, uma das maiores extensões de terra do Brasil. Dessa forma, conseguiu suprir a falta de alimento interno e diminuir os preços praticados. O trabalho de Paolinelli fez milhões de famílias carentes terem de volta conforto e segurança alimentar, tornando-o o único agrônomo brasileiro a ser indicado ao Nobel da Paz.

Paolinelli iniciou uma significativa mudança para a segurança alimentar da população, mas infelizmente veio a falecer em 29 de junho de 2023, deixando um legado para os seus familiares, amigos e sociedade. É inegável que o engenheiro-agrônomo e professor universitário foi um dos principais responsáveis pela introdução da tecnologia e da pesquisa na produção agrícola, representando um marco no agronegócio brasileiro. Mas somente quando o governo abandonou o setor agrícola à sua própria sorte, efetivamente, com a abertura do mercado, na década de 1990, que a agronomia do Brasil estava livre para crescer.

RESULTADOS DE UM LIVRE MERCADO

Em 1991, o Brasil tornou-se membro do Mercado Comum do Sul (Mercosul), visando promover o livre comércio entre as maiores economias latino-americanas: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Filho e Fishlow (2017) explicam que o Plano Real se baseou em um câmbio relativamente fixo, o que valorizou a moeda nacional e estimulou as importações, refletindo-se no aumento da oferta de produtos importados dentro do Brasil. Por um lado, insumos agrí-

colas tiveram quedas significativas de preços, como produtos químicos, fertilizantes, tratores e máquinas, o que agilizou a modernização do setor. Por outro, alimentos importados chegavam ao Brasil bem mais baratos do que os nacionais, tornando impraticável a competição do produtor rural com eles.

Campos e Paula (2002) justificam que a falta de competitividade brasileira para superar produtos importados, no período de 1992 a 1994, se deve principalmente a políticas macroeconômicas desfavoráveis à agropecuária, descontrole inflacionário e ausência de política de crédito agrícola, que serviu muito mais como elemento inibidor do que estimulador da competitividade setorial. Fernandes e Viera Filho (2001) confirmam que houve a perda de competitividade da agricultura brasileira com os indicadores de vantagem comparativa revelada e de contribuição ao saldo comercial dos produtos agrícolas, que atingiram os piores índices da história do agro brasileiro entre 1991 e 1993. Além disso, para Baccarin (2011), a abertura comercial ficou evidenciada pela diminuição do protecionismo agropecuário – o Brasil tornou-se agente central no âmbito das negociações multilaterais do comércio internacional. O governo também diminuiu algumas intervenções que até então impunha ao mercado, tais como licenças de exportação, restrições quantitativas às exportações agroalimentares, controle de estoque de alimentos e política de preços mínimos. Ainda, de acordo com Filho e Fishlow (2022), o controle estatal dos setores de trigo, açúcar e etanol também foi, finalmente, abolido.

A entrada dos produtos estrangeiros foi um momento extremamente difícil para os produtores rurais. Muitos que basearam seus negócios nos incentivos governamentais quebraram. Enquanto recebiam proteção estatal, via créditos e subsídios, não eram instigados a competir, logo, ficavam acomodados, na zona de conforto. O livre mercado é ótimo para o consumidor final ter mais opções de escolha, o que exige mais esforços de quem empreende. Assim, aqueles que batalham e sabem se reinventar para atender as exigências do cliente prosperam. Dessa forma, o cenário do Mercosul trouxe uma depuração que retardou o início do processo de tecnificação do agronegócio, porque o agricultor descobriu que a vida era muito mais fácil com tecnologia, e a população brasileira teve acesso a melhores alimentos, com preços mais acessíveis.

TECNOLOGIA PRIVADA QUE IMPULSIONA

A abertura comercial proporcionou, do lado da produção, uma forte intensificação tecnológica, e, do lado da demanda, o aumento da procura internacional, principalmente por parte da China. Ao garantir o abastecimento do mercado interno, as exportações passaram a impulsionar a produção nacional e o país

conquistou significativa relevância no mercado global, deixando de ser um importador de alimentos para se consagrar como o maior exportador líquido de alimentos do planeta.

O processo de tecnificação impactou a eficiência produtiva, que foi o motor do crescimento da produção no Brasil, principalmente de grãos. A aplicação em larga escala de novas tecnologias gerou aumento da capacidade produtiva das terras, ao mesmo tempo em que se reduziu a expansão de área a ser cultivada (efeito poupa-terra). De acordo com dados da FAO (2020), a porcentagem de território utilizado para agricultura permaneceu praticamente estável no Brasil desde 1990, ou seja, o aumento de produção se deve à melhoria do uso da terra, e não ao aumento da área plantada.

A mecanização agrícola, que é o processo de uso de máquinas, ou qualquer outro meio mecânico capaz de realizar uma atividade agrícola, desde a preparação de seu terreno até a colheita, foi um dos motores da otimização da produtividade. O avanço de mecanização e de tecnologias no campo diminuiu gradativamente a necessidade de trabalho braçal, economizou tempo, insumos e recursos dos processos operacionais, aprimorou a qualidade e eficiência das atividades, diminuiu retrabalhos e desperdícios e proporcionou sustentabilidade ambiental e econômica, aumentando a rentabilidade e lucratividade do setor.

Assim, a indústria privada de máquinas e equipamentos agrícolas teve importância fundamental no aumento da produtividade das culturas e criações, bem como na melhoria do desempenho da mão de obra. As lavouras tecnificadas passaram a trabalhar com padrões de qualidade, e surgiram empresas privadas especializadas no fornecimento de insumos e serviços, tais como fertilizantes e sementes melhoradas, rações para alimentação animal, sistemas inteligentes, sensores e automação, dando origem à agricultura de precisão. A qualificação da mão de obra rural, diante do crescimento da demanda por atividades mais especializadas e tecnificadas, também colaborou para redução de custos e, conseqüentemente, aumento da produtividade.

Portanto, o avanço de tecnologias do setor privado, por meio de financiamento do mercado de capitais, permitiu melhor gerenciamento, rentabilidade e sustentabilidade da produção para o setor rural. Todas as tecnologias e mecanizações permitiram aos produtores tomarem decisões com maior segurança, baseados em dados reais, provenientes diretamente de suas terras. A agricultura tecnificada desempenha hoje papel crucial na produção, distribuição e disponibilidade de alimentos em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades da população global. Assim, ao obter eficiência na produção agrícola e ampliar o acesso a diversos mercados, a tecnificação privada contribuiu significativamente para a promoção da segurança alimentar mundial.

DESAFIOS PÚBLICOS E OPORTUNIDADES PRIVADAS

Neste exercício reflexivo, percebemos que inúmeros foram os entraves que a intervenção governamental causou no histórico do agronegócio brasileiro. As excessivas regulação e burocracia aumentaram os custos operacionais, atrasaram processos e criaram dificuldades para os agricultores, o que limitou a eficiência e a capacidade de resposta do setor às necessidades do mercado. Além disso, com o crescimento expressivo da agricultura e a necessidade de financiamento, houve escassez de recursos nos sistemas bancários tradicionais, fazendo a alavancagem financeira ser um desafio constante na vida dos produtores rurais.

Como solução para atender à demanda de crédito, o mercado de capitais desempenhou papel significativo no custeio do agro. As operações incluíam a emissão de CRAs (Certificados de Recebíveis do Agronegócio) e o uso de recebíveis como a Cédula de Produto Rural (CPR), que são securitizados e distribuídos no mercado. Torna-se notável o quanto iniciativas privadas, maior descentralização do financiamento e o mercado de capitais foram algumas soluções que afastaram o agricultor da dependência governamental, criando um ambiente mais eficiente e sustentável de longo prazo. Todavia, ainda existem obstáculos a serem vencidos.

Além das constantes políticas governamentais, que nunca deixam de surgir, como regulamentações ambientais, fiscais e comerciais, existem outras dificuldades, tais como estradas, portos e armazenamentos, que limitam a eficiência do setor. O investimento em infraestrutura é essencial para melhorar a logística e reduzir custos, mantendo a competitividade dos agricultores. Outro desafio encarado pelos produtores rurais remete à formação e retenção de mão de obra qualificada, tornando a educação um segmento crucial para suprir a demanda por profissionais capacitados. Dessa forma, observa-se uma lavoura de possibilidades para a iniciativa privada, como cuidar do cidadão que mora no campo. Avanços em ensino a distância, educação online, telemedicina, saúde digital e infraestrutura que facilite o acesso a serviços e ao mercado são apenas algumas possibilidades para o setor privado investir, entregando soluções para o agronegócio brasileiro.

UM FUTURO LIVRE E PROMISSOR

O progresso na produção e exportação foi enorme nos últimos anos, mas ainda há desafios a serem vencidos na concretização do potencial brasileiro. A lavoura Tequila cresceu rapidamente e aprendeu a usar o seu porte livremente;

o agronegócio brasileiro vem, da mesma forma, aprendendo a ser cada vez mais eficiente e produtivo em escala global desde o final da década de 1980, com a retirada das amarras do Estado.

O setor produtivo agrícola brasileiro nasceu de uma situação de dependência em relação ao governo e enfrentou desafios com o mercado aberto, o que levou os produtores a se profissionalizarem, tanto do ponto de vista tecnológico quanto em gestão, melhorando a competitividade do setor como um todo. Melhoramos o desempenho no mercado internacional, fazendo frente aos demais países, mesmo diante de consistentes projetos protecionistas, principalmente de nações desenvolvidas.

Assim, nos últimos quarenta anos, a capacidade empreendedora de boa parte dos produtores rurais foi sendo revelada e executada. A sustentabilidade e o crescimento do setor, no médio e longo prazo, foram motivados principalmente pela menor dependência do Estado e maior participação da iniciativa privada, proporcionando uma estrutura mais competitiva e menos vulnerável aos solavancos cíclicos do agronegócio. O Estado nunca compreendeu que na agricultura há prazos a serem obedecidos e que é inútil liberar recursos da comercialização da safra quando ela já passou ou para o plantio quando a cultura já está plantada – aspectos que conduziram os produtores a buscarem financiamento privado, como o mercado de capitais, que foram muito mais eficientes para atender as necessidades do agricultor. Com essas ações, o país veio a se apresentar como um dos principais *players* mundiais num conjunto importante de produtos alimentícios, mantendo o agronegócio como sustentáculo do PIB e da balança comercial brasileira.

É difícil imaginar algum problema público mais relevante do que a produção e a distribuição de alimentos. O Brasil historicamente procurou solucionar esse obstáculo por meio da atuação do Estado em detrimento da iniciativa privada. Adam Smith observou que “não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro e do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelos próprios interesses”. Como tentei demonstrar, enquanto contamos com a benevolência do Estado brasileiro, quase produzimos um desastre de desabastecimento de alimentos no território nacional, além de impedirmos que o agronegócio contribuísse no fornecimento de alimentos em nível global. A mudança de foco do governo do agronegócio para a indústria abriu espaço para que os empresários do campo pudessem verdadeiramente empreender, criando valor para si mesmos, atendendo as demandas alimentares de todo o povo brasileiro e suprindo, também, demandas da população mundial.

O futuro do agronegócio é promissor, e nossos produtores rurais são os protagonistas nesse cenário, principalmente porque perceberam que quem prome-

tia ajudá-los a prosperar, na verdade, estava impedindo-os de atuar em um país livre para o crescimento exponencial. Os resultados dos investimentos realizados em tecnologia e inovação, agregando valor aos produtos agropecuários, gerando um círculo virtuoso, com oportunidades de empreendedorismo e geração de empregos, comprovam que, quanto mais relevante for um problema público, mais privadas devem ser as soluções para resolvê-lo. A liberdade para empreender no campo nos tornou o maior país exportador líquido de alimentos do mundo, testemunhando que a iniciativa privada é primordial para o progresso da agroindústria.

REFERÊNCIAS

ALVES, E.; SOUZA, G. S.; MARRA, R. *Êxodo e sua contribuição à urbanização, de 1950 a 2010*. Revista de Política Agrícola, v. 20, n. 2, p. 80-88, 2011.

BACCARIN, J. G. *Sistema de produção agropecuário brasileiro: características e evolução recente*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2011.

CAMPOS, A. C.; PAULA, N. M. *A evolução da agropecuária brasileira nos anos 90*. Porto Alegre: Indicadores Econômicos FEE, 2002.

CONTINI, E., ARAGÃO, A. A. e NAVARRO, Z. *Trajatória do agro*. Abril de 2022. In: Plataforma Visão de futuro do Agro. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/visao-defuturo/trajetoria-do-agro>>. Acesso em: 05 nov. 2023.

DIMAC, Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas. *Carta de Conjuntura: crescimento e produtividade da agricultura brasileira de 1975 a 2016*. São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2018.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira*. Brasília, DF: EMBRAPA, 2018.

FAO, Food and Agriculture Organization of the United Nations. *Cereal production, 1961 to 2021*. In: Our World in Data. Junho de 2023. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/grapher/cereal-production?tab=chart&country=~BRA>>. Acesso em: 05 de Nov. de 2023.

FAO, Food and Agriculture Organization of the United Nations. *Share of land area used for agriculture, 1961 to 2020*. In: Our World in Data. 2020. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/grapher/share-of-land-area-used-for-agriculture?country=BRA~USA>>. Acesso em: 15 de Nov. de 2023.

FERNANDES, C. L. L.; VIEIRA FILHO, J. E. R. *Vantagens comparativas dos principais estados exportadores do Brasil*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

FILHO, J. E. R. V., FISHLOW, A. *Agricultura e indústria no Brasil: inovação e competitividade*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2017.

GRAZIANO, X. *Embrapa não pode mais viver dos frutos do passado*. 2018. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/opiniao/embrapa-nao-pode-mais-viver-dos-frutos-do-passado-diz-xico-graziano/>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

GRILLI, M. *Embrapa precisa recuperar orçamento em pesquisas*. 2023. Disponível em: <<https://exame.com/agro/embrapa-precisa-recuperar-orcamento-para-pesquisas-diz-moretti/>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

NAVARRO, Z. *Eu me tornei o chato dentro da Embrapa*. 2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/república/eu-me-tornei-o-chato-dentro-da-embrapa-diz-sociologo-demitido-por-expor-opiniao-dp9odnmgykx9hrp2cul3fpcto/>>. Acesso em: 15 nov. 2023

RODRIGUES, R. *Cortina de Fumaça*. 2021. Disponível em: <<https://site.brasilparalelo.com.br/series/cortina-de-fumaca/>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

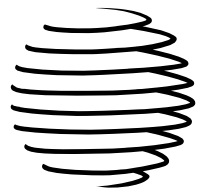
SCHINKMAN, J. A. *Primeiro Prefácio*. In: FILHO, J. E. R. V. e FISHLOW, A. *Agricultura e indústria no Brasil: inovação e competitividade*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2017.

SCHUH, E. *O desenvolvimento da agricultura no Brasil*. Rio de Janeiro: APEC, 1971.



HUGO MULLER

Engenheiro, associado do IEE.



O AGRONEGÓCIO COMO IMPULSIONADOR DA ECONOMIA BRASILEIRA

O CONTEXTO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

O agronegócio vem se consolidando há muitos anos como grande impulsionador da economia brasileira, apresentando crescimento consistente em sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) e ganhando espaço na cadeia agrícola e pecuária internacional. O país tem ocupado lugar de destaque em diversos ramos da agropecuária, figurando entre as quatro primeiras posições, em termos de produção de quase todos eles – produção de grãos e de carne bovina, suína e de frango (OCDE, 2023). Além disso, o Brasil se estabeleceu como o maior exportador líquido de alimentos do mundo, com crescimento da população alimentada de mais de 50% em dez anos (COTINI et al., 2021), o que demonstra que o agronegócio brasileiro, além de sua importância para a economia nacional, desempenha papel fundamental para a segurança alimentar mundial (FAO, 2022).

Ao analisarmos os dados históricos do crescimento e tamanho da economia brasileira ao longo dos anos, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2023), podemos perceber a resiliência e a expressiva representatividade do setor no desenvolvimento econômico nacional, que já atingiu uma participação na economia brasileira de mais de 25% em 2022 (CEPEA, 2023). No primeiro trimestre de 2023, por exemplo, o crescimento do PIB nacional, considerando-se as séries dessazonalizadas, foi de 1,9%, sendo que o agronegócio, com crescimento de 21,6% na mesma série, foi o grande responsável por essa expansão (IBGE, 2023).

TABELA 1. Exportadores líquidos de alimentos

País	Volume (milhões de toneladas)
Brasil	169,3
EUA	131,5
Argentina	87,6
Ucrânia	69,6
Canadá	56,6

Fonte: FAO (2022).

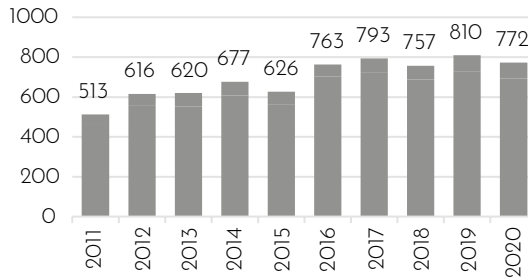


FIGURA 1. População alimentada pelo Brasil em milhões de habitantes.

Fonte: COTINI et al. (2021).

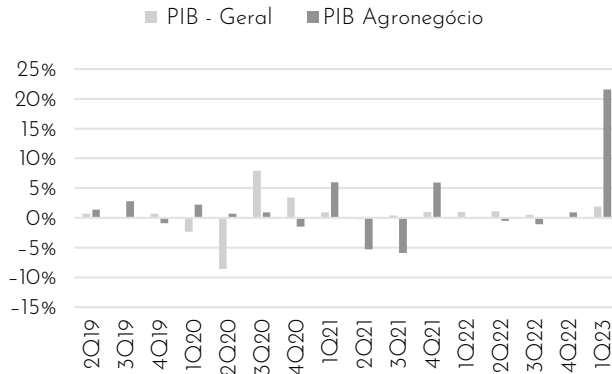


FIGURA 2. Variação trimestral do PIB geral e do agronegócio na série dessazonalizada.

Fonte: IBGE (2023).

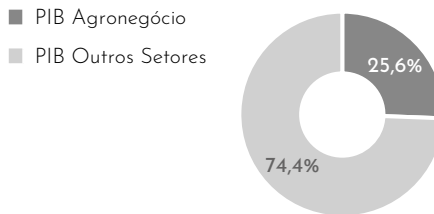


FIGURA 3. Participação do agronegócio no PIB do Brasil.

Fonte: CEPEA (2023).

Além de sua representatividade e crescimento, o setor, devido a sua resiliência, pode ser considerado um redutor da volatilidade econômica brasileira. Nos

últimos quinze anos, o Brasil atravessou três momentos de instabilidade – por causas externas ou internas –, e o agronegócio colaborou para a minimização dos impactos negativos enfrentados pelos outros setores da economia. Durante a crise do *subprime*, em 2008, a recessão econômica brasileira, entre 2014 e 2016, e a pandemia ocasionada pelo coronavírus, em 2020 e 2021, tanto a agricultura como a pecuária brasileira apresentaram crescimentos representativos (CEPEA, 2023), atenuando os efeitos da desaceleração econômica.

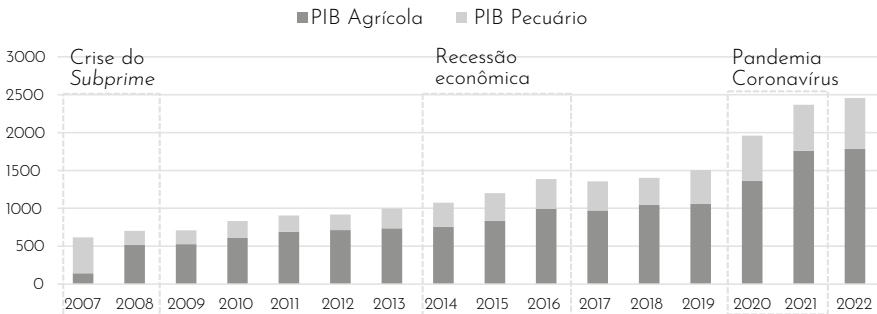


FIGURA 4. Evolução do PIB do agronegócio em R\$ bilhões.

Fonte: CEPEA (2023).

Para completar os impactos positivos do agronegócio brasileiro na economia nacional, temos a população ocupada em atividades ligadas ao setor, sejam estas relacionadas à produção agropecuária primária, à agroindústria, ao segmento de insumos ou de serviços para a agricultura e pecuária. Em um estudo publi-

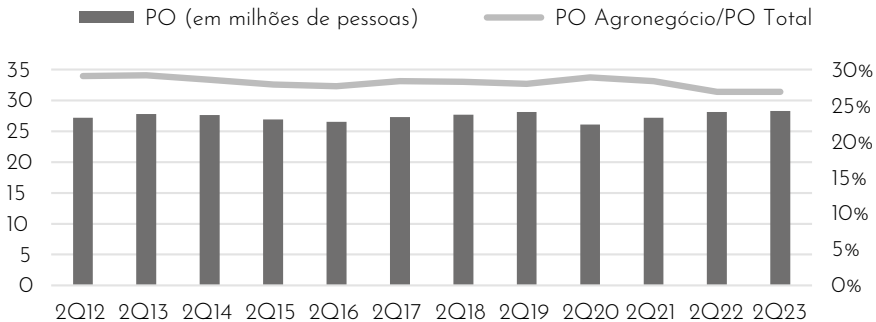


FIGURA 5. População ocupada (PO) no agronegócio.

Fonte: CEPEA e CNA (2023).

cado em conjunto pelo CEPEA e pela CNA (2023), mostrou-se que a população ocupada no setor é de mais de 28,3 milhões de pessoas, o que representa cerca de 27% da população ocupada total do Brasil. Dessa forma, podemos concluir que, além do impacto do agronegócio no tamanho da economia total do país, o setor desempenha relevante papel no cenário de empregos no Brasil.

AS FALÁCIAS

Apesar de sua representatividade, força e importância para o Brasil, o setor sofre diversas críticas que questionam sua legitimidade e discutem sua relevância no contexto econômico e social brasileiro. Dentre essas falácias, duas principais se destacam: (i) a suposição de que o agronegócio não é sustentável, e que incrementa o desmatamento, tanto da Amazônia quanto de outras vegetações nativas; (ii) a alegação de que a agricultura e a pecuária só tiveram esse crescimento e representatividade devido a subsídios governamentais. É muito relevante o endereçamento desses tópicos para que se clarifique o entendimento e se analise o agronegócio sob um prisma real e concreto, e não ideológico.

O meio ambiente

A narrativa de que o agronegócio corrobora e é o principal vetor do desmatamento no Brasil foi, ao longo dos últimos anos, muito disseminada, tanto na política interna quanto na externa. Em 2021, por exemplo, Emmanuel Macron, presidente francês, alegou que “continuar a depender da soja brasileira seria endossar o desmatamento da Amazônia” (CNN, 2021). Afirmações como essa acabam por prejudicar a visão popular a respeito do real papel do agronegócio na sociedade brasileira, e ignoram diversos fatos que dizem respeito à qualidade do trabalho que vem sendo realizado no segmento.

Para entendermos por que essa afirmação não tem bases fatuais para ser proferida, em primeiro lugar, precisamos compreender qual é o real cenário do desmatamento frente a outras regiões do mundo. Como pode-se perceber pela Figura 6, apresentada abaixo, o Brasil e a região do bioma da Amazônia apresentam um nível desmatamento muito inferior em comparação à Europa e aos Estados Unidos. O desmatamento da Amazônia, frequentemente citado pela mídia brasileira e internacional, chegou, em 2022, a apenas 16% de seu território total (IBGE, 2023), sendo que os outros 84% seguem sendo mata nativa – nunca alterada.

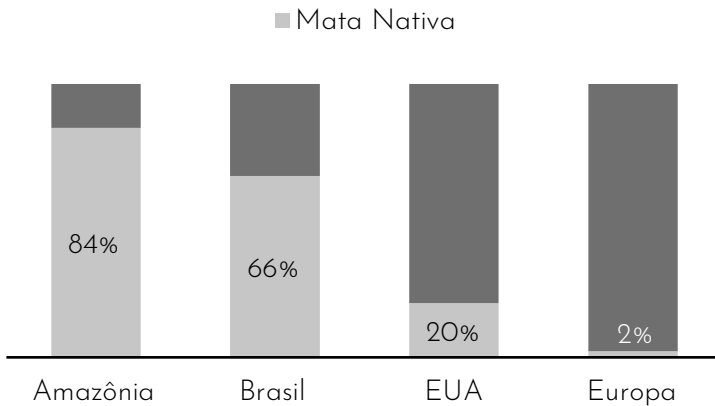


FIGURA 6. Percentual de mata nativa por região.

Fonte: IBGE, USDA e FLORESTAS (2023).

Dentro desse contexto, a pergunta que fica é: como o Brasil conseguiu atingir uma posição de tanto destaque internacional da produção agropecuária com uma baixa utilização de seu mais extenso bioma? A resposta para essa pergunta é simples, e dois fatores são os principais: o aumento da produtividade e a utilização de áreas degradadas no cerrado brasileiro, sendo ambas baseadas na aplicação de tecnologias de ponta, tanto de maquinário e tratamento do solo quanto de melhorias genéticas nas sementes.

As duas regiões com maior produção de grãos no Brasil são o Sul e o Centro-Oeste, com, respectivamente, 24% e 51% da produção total em 2022 – como nota-se na Figura 7 (CONAB, 2023). Essas duas regiões são majoritariamente constituídas pelos biomas do cerrado e da Mata Atlântica. Nesse cenário, a maior parte da soja brasileira é produzida no cerrado, onde agentes do agronegócio brasileiro, com uma extensiva aplicação de tecnologia, foram capazes de recuperar áreas degradadas e tornar a região uma referência agrícola mundial, com um baixo desmatamento de mata nativa da Amazônia.

Por fim, e para corroborar ainda mais a tese de sustentabilidade do agronegócio brasileiro, devemos citar o panorama de produtividade e área plantada no Brasil ao longo dos anos. Desde 1977, o país aumentou sua produção em mais de cinco vezes, sendo que a área plantada não chegou a duplicar durante o mesmo período. Esse aumento pode ser notado na Figura 8 e denota um crescimento de produtividade de mais de três vezes, justamente devido ao incremento do uso de tecnologias e da competência dos produtores brasileiros na produção agrícola (CONAB, 2023).

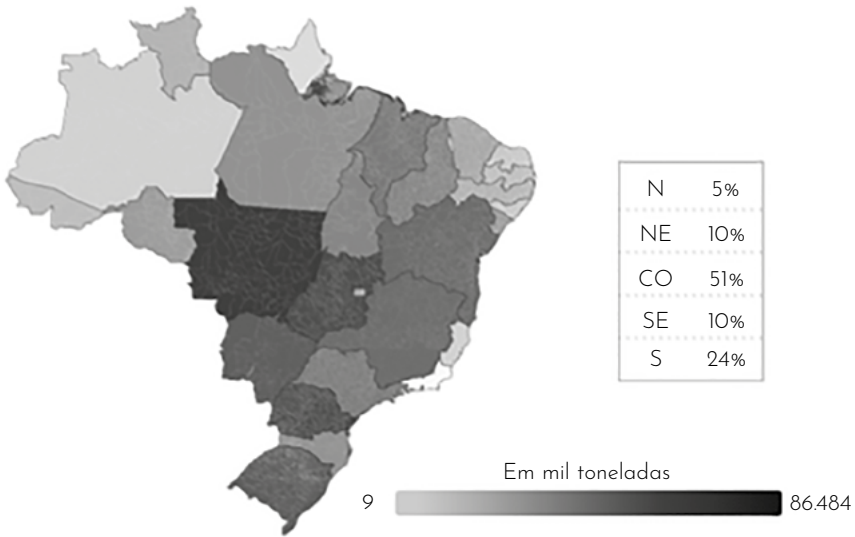


FIGURA 7. Produção de grãos por região do Brasil.

Fonte: CONAB (2023).

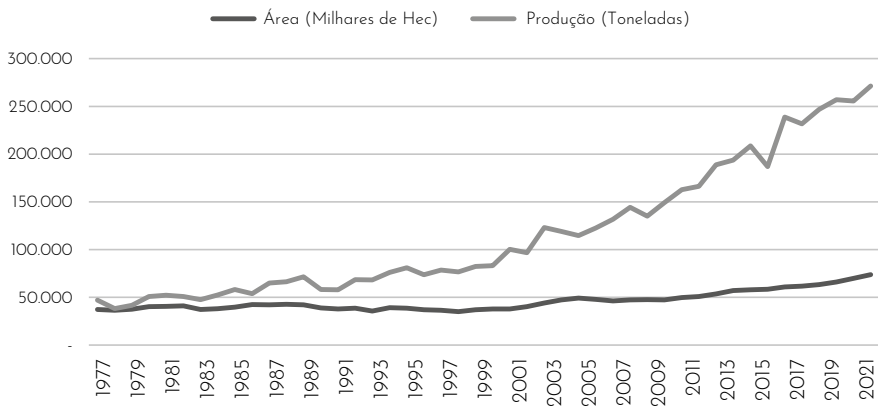


FIGURA 8. Área plantada e produção de grãos no Brasil.

Fonte: CONAB (2023).

O financiamento

Afirmar que o agronegócio só atingiu os patamares de representatividade da economia brasileira atual devido ao financiamento subsidiado significa ignorar

características importantes do Plano Safra governamental. O governo tem uma política de subsídio às taxas aplicadas aos produtores rurais que acaba por diminuir os custos financeiros na produção agrícola e torna a atividade mais viável economicamente. Entretanto, os programas com maiores subsídios e benefícios aos produtores são direcionados e pouco representativos no todo da produção brasileira.

Os dois principais programas com incentivos governamentais relevantes são o Pronaf e o Pronamp. Estes são direcionados a pequenas e médias propriedades e têm parâmetros máximos de renda bruta anual para que os produtores possam acessar os recursos. O Pronaf, que no Plano Safra de 2023 apresentou desconto de taxas em relação à Selic, considerando as linhas de investimento e custeio, de cerca de 8,2 p.p. – maior desconto de taxa dentre os programas –, é direcionado a produtores com renda anual máxima de R\$ 500 mil. Já o Pronamp tem um parâmetro de renda anual máxima de R\$ 2,4 milhões e um desconto de taxa em relação à Selic de 5,7 p.p., sendo direcionado às propriedades de tamanho médio. Os demais produtores, como pode-se notar pelo gráfico (Figura 9) abaixo, recebem subsídios muito inferiores, com uma taxa reduzida em apenas 1,7 p.p. em relação à Selic, sendo que esse é o maior desconto das últimas 7 safras (CNA, 2023).

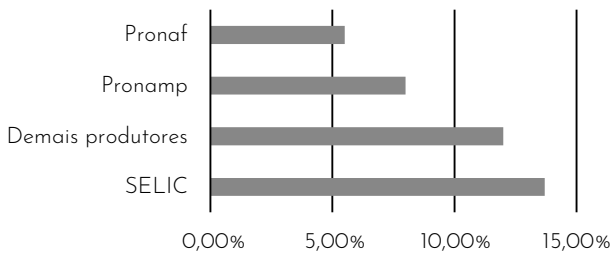


FIGURA 9. Taxas de juros do financiamento rural.

Fonte: CNA (2023).

Dado esse cenário, em que os grandes subsídios à produção agrícola ficam concentrados em pequenas e médias propriedades, é relevante mencionar que a menor parcela da produção e da área plantada brasileira é oriunda desse perfil de produção. Segundo dados do Censo Agropecuários do IBGE (2017), apesar de 89% dos produtores brasileiros serem classificados como médios e pequenos, representam apenas 20% da área plantada total do Brasil. A maioria da produção agrícola brasileira é proveniente de um perfil de propriedade que tem menos benefício no financiamento agropecuário e, conseqüentemente, é regido majo-

ritariamente por uma lógica de mercado. Esse cenário só comprova a independência do agronegócio dos subsídios governamentais e reforça a competência do setor no Brasil.

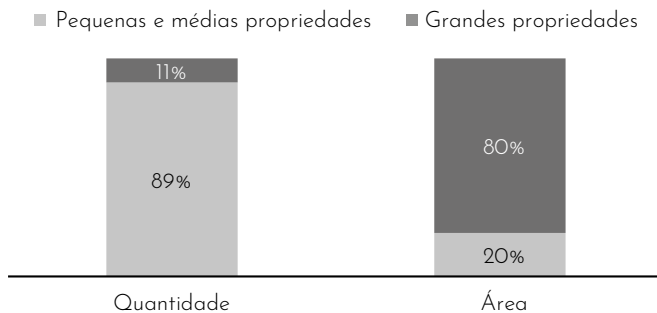


FIGURA 10. Quantidade e área das propriedades rurais no Brasil.

Fonte: IBGE (2017).

OS DESAFIOS

Mesmo com todo o sucesso apresentado pelo agronegócio ao longo dos anos, diversos empecilhos tiveram – e ainda têm – que ser superados para que se alcance as impressionantes marcas atingidas pelo Brasil. Alguns desses desafios ainda existem e são de extrema relevância para que o segmento siga no ritmo de crescimento e impacto positivo na economia nacional. Dentre diversos outros, destaco dois que acredito que são extremamente importantes para que o sucesso do passado se mantenha no futuro: (i) os desafios logísticos e (ii) os impactos do clima e a baixa irrigação.

A logística

Ao longo dos últimos anos, com o aumento frequente e constante da produção agrícola, um problema estrutural brasileiro está cada vez mais em voga no meio do agronegócio: a logística. Os produtores e a cadeia de coleta e distribuição dos grãos, principalmente, vêm sofrendo muito com o elevado custo de frete e armazenagem. Segundo a CNA (2017), os custos brasileiros de logística são quatro vezes maiores do que os norte-americanos, nosso principal concorrente nesse segmento.

Segundo dados da CNT (2016), 65% do escoamento da produção brasileira é realizado com o transporte rodoviário, sendo apenas 20% por trens e 12% pelo

transporte aquaviário. Ao compararmos o panorama do nosso país, em relação à malha ferroviária, com outras nações, evidencia-se o baixo investimento em um dos transportes que pode ser muito eficiente para a produção agrícola. O Brasil tem uma malha ferroviária de 3,5 metros por quilômetro quadrado de extensão territorial, enquanto Estados Unidos e Argentina, por exemplo, têm 29 m/km² e 13 m/km², respectivamente (INDEX MUDI, 2023). Além da situação precária das ferrovias, apenas 12,3% das rodovias brasileiras são asfaltadas, segundo a Confederação Nacional do Transporte (2016), o que evidencia o descaso e a incapacidade do governo de sustentar a infraestrutura do nosso principal transporte logístico.

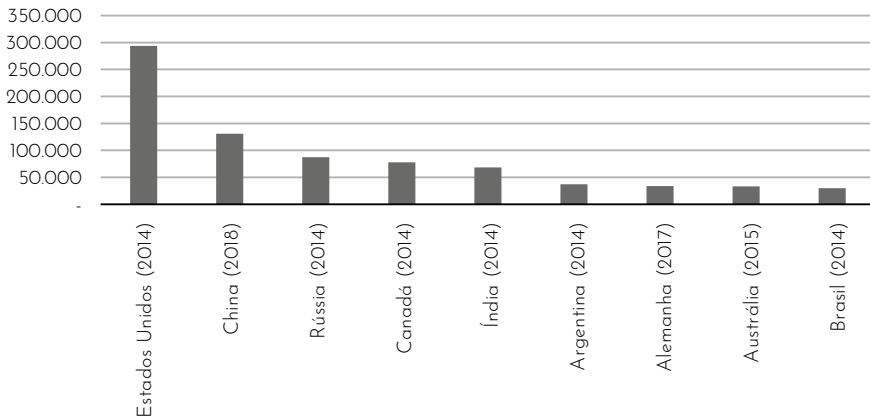


FIGURA II. Malha ferroviária por país em quilômetros.

Fonte: INDEX MUDI (2023).

A incapacidade governamental de fornecer uma infraestrutura condizente com a importância do agronegócio é reflexo de uma administração de recursos ineficiente e um baixo nível de capacidade de penetrar o território nacional com uma cadeia logística de qualidade. Dado que, como em diversos outros setores, o governo até hoje não realizou o trabalho que deve ser feito, a alternativa de realização de concessões e a terceirização dessas tarefas para a iniciativa privada parecem ser a única e mais eficiente opção. Essas iniciativas geralmente têm um efeito positivo, sendo a comparação das avaliações de rodovias sob gestão da iniciativa privada e sob gestão pública um exemplo disso. De acordo com uma pesquisa realizada pela CNT (2021), a malha rodoviária concedida para empresas privadas é avaliada como ótima ou boa em cerca de 75% das situações, enquanto o mesmo indicador para a gestão pública é de 28%.

A irrigação

O agronegócio, apesar de muito resiliente, é muito impactado pelas condições climáticas, sendo esse um dos principais fatores de quebras de produção. Os estados da região Sul, por exemplo, foram muito prejudicados pelas secas ocorridas nas últimas três safras. Isso ocorreu devido ao fenômeno *La Niña*, que reduz o volume de chuvas na região e, conseqüentemente, diminui a produtividade. Os dados da CONAB (2023) apresentados na Figura 12 demonstram a queda da produtividade nessa região nas colheitas de 2021 e 2020.

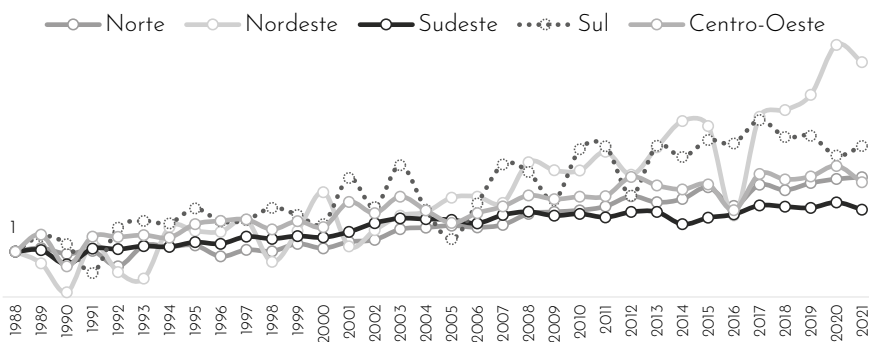


FIGURA 12. Índice de produtividade das três culturas - soja, trigo e milho - por região do Brasil.

Fonte: CONAB (2023).

A volatilidade de chuvas é o principal vetor de baixa produção agrícola, e a única maneira de contrapor esses efeitos é com a irrigação. Estados como os do Sul do país, que são mais impactados pelas secas em comparação à região Centro-Oeste, como mostram os dados de volatilidade de chuvas do Inmet (2022), necessitam desse tipo de tecnologia aplicada à produção para reduzir os efeitos no agronegócio e na economia local – dada a representatividade do agronegócio nas regiões. Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná têm, juntos, um baixo nível de irrigação, com apenas 0,4% da área plantada irrigada (IBGE, 2017), o que faz com que os efeitos econômicos de uma seca sejam muito mais nocivos para a economia.

TABELA 2. Volatilidade de chuvas e irrigação

Região	Volatilidade de chuvas de 2001 a 2021 (INMET, 2022)	Área irrigada/Área plantada (IBGE, 2017)
Norte	17,7%	1,3%
Nordeste	23,6%	4,0%
Sudeste	17,2%	5,6%
Sul	23,5%	0,4%
Centro-Oeste	13,9%	0,3%

Esse cenário se dá, principalmente, pelos diversos empecilhos colocados pelos órgãos reguladores à implantação de sistemas de irrigação em lavouras. No Rio Grande do Sul, por exemplo, segundo os representantes do Senar, a burocracia gerada por uma “miscelânea de normas” construídas com certo grau de “histeria ambiental” gera uma burocracia extrema para combater o efeito das secas no estado (CNA, 2022). Sob o pretexto de proteger o meio ambiente, as entidades governamentais acabam por prejudicar toda a população dependente do agronegócio – que é representativa, como vimos anteriormente –, a economia local e principalmente a produção de alimentos. Assim como na questão logística, a redução da regulamentação e um maior nível de liberdade da iniciativa privada são essenciais para que o setor continue a impulsionar a economia do Brasil.

CONCLUSÃO

O agronegócio já mostrou sua relevância e impacto na economia brasileira ao longo dos seus mais de cinquenta anos de expansão representativa. Sua influência no sucesso econômico e social brasileiro já é inegável, e deve ser respeitada. Para que o setor possa continuar fazendo a diferença em prol do país, falácias e desafios devem ser superados, sempre suportados pelo relevante papel da iniciativa privada na construção de um agronegócio mais forte. O futuro do mundo depende da alimentação, a segurança alimentar depende do agronegócio brasileiro, e o setor precisa que os entes privados do segmento possam atuar livremente. Só assim iremos construir um agronegócio e, conseqüentemente, um país mais forte.

REFERÊNCIAS

FAO. FAOSTAT. 2022. Disponível em: <https://www.fao.org/faostat/en/#home>. Acesso 11 de novembro de 2023

OCDE. OCDE.Stat. 2023. Disponível em: <https://stats.oecd.org/>. Acesso 11 de novembro de 2023

COTINI, Elisio e ARAGÃO, Adalberto. O Agro Brasileiro Alimenta 800 Milhões de Pessoas. 2021. Disponível em: <https://neomundo.org.br/2021/02/26/o-agro-brasileiro-alimenta-800-milhoes-de-pessoas/>. Acesso 11 de novembro de 2023

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>; <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/vegetacao.html>; <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html>. Acesso 11 de novembro de 2023

IBGE. Censo Agropecuário. 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html>. Acesso 11 de novembro de 2023

CEPEA. PIB do Agronegócio Brasileiro. 2023. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx#:~:text=Pesquisadores%20do%20Cepea%2FCNA%20indicam,PIB%20do%20Pa%C3%ADs%20em%202023>. Acesso 11 de novembro de 2023

CEPEA e CNA. Mercado de Trabalho no Agronegócio Brasileiro. 2023. Disponível em: [https://cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/2T2023%20-%20Boletim%20MT%20Agro%20\(002\).pdf](https://cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/2T2023%20-%20Boletim%20MT%20Agro%20(002).pdf). Acesso 11 de novembro de 2023

CNN. Macron associa soja do Brasil a desmatamento da Amazônia. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macron-associa-soja-do-brasil-a-desmatamento-da-amazonia-e-produtores-reagem/>. Acesso 11 de novembro de 2023

USDA. FSGeodata. 2023. Disponível em: <https://data.fs.usda.gov/geodata/edw/datasets.php?dsetCategory=biota>. Acesso 11 de novembro de 2023

FLORESTAS. Ainda existe floresta natural na Europa. Disponível em: <https://florestas.pt/saiba-mais/ainda-existe-floresta-natural-na-europa/#:~:text=Atualmente%2C%20de%20acordo%20com%20os,se%20situa%20na%20Europa%20do>. Acesso 11 de novembro de 2023

CONAB. Safra Brasileira de Grãos. 2023. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safra/graos>. Acesso 11 de novembro de 2023

CNA. Síntese do Plano Agrícola e Pecuário 2023/2024. 2023. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/storage/arquivos/files/Nota-Tecnica-PAP-23.24-vf.pdf>. Acesso 11 de novembro de 2023

CNT. Custo logístico consome 12,7% do PIB do Brasil. 2016. Disponível em: <https://www.cnt.org.br/agencia-cnt/custo-logistico-consome-12-do-pib-do-brasil>; <https://cnt.org.br/agencia-cnt/brasil-tem-apenas-12-da-malha-rodoviaria-com-pavimento>. Acesso 11 de novembro de 2023

CNA. O Escoamento da produção é o maior gargalo para o agronegócio. 2017. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/noticias/escoamento-da-producao-e-o-maior-gargalo-para-agronegocio>. Acesso 11 de novembro de 2023

INDEX MINDI. Mapa comparativo entre países – Ferrovias. 2023. Disponível em: <https://www.indexmundi.com/map/?v=113&l=pt>. Acesso 11 de novembro de 2023

INMET. Banco de Dados Meteorológicos. 2022. Disponível em: <https://portal.inmet.gov.br/>. Acesso 11 de novembro de 2023.





A 28ª edição da Série Pensamentos Liberais
recebeu o apoio de:

+A Educação

Malcon Patrimonial

Alvear Arquitetura

FFP Advocacia

Vokin Investimentos

André Marchesi

André Meyer

Caio Hexsel Abichequer

Daniela Russowski Raad

Fernanda Estivallet Ritter

Fernanda Zaniol Zaffari

Giulia Coimbra

Guilherme Wolf de Souza

José Pedro Gomes

Luiz Felipe Fortuna

Márcio Atz e Regina Martins

Marcus Vinicius Lanz

Margaret Tsé

Matheus Ramos de Castro Gonzalez

Milena Pedroso

Paola Coser Magnani

Paulo Giacomelli

Pedro Araujo Santos

Pedro Ricco Deos

Rafael Sirangelo Abreu

Victória Jardim

Investidor:
Malcon Patrimonial

Apoiadores:
Alvear Arquitetura
FFP Advocacia
Vokin Investimentos



FÓRUM DA
LIBERDADE

PATROCINADORES DA EDIÇÃO DO PENSAMENTO LIBERAIS

COORDENAÇÃO EDITORIAL E APOIO

INVESTIDOR



APOIADORES



PATROCINADORES DO FÓRUM DA LIBERDADE

DIAMANTE



OURO



PRATA

